

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SUZANE BATISTA DE ARAÚJO**

**"TEMOS QUE DE NOVO SER DONOS DA NOSSA CASA": a (re)**  
organização e atuação do sindicato dos metalúrgicos em Pernambuco  
1978-1985.

Recife

2019

SUZANE BATISTA DE ARAÚJO

**"TEMOS QUE DE NOVO SER DONOS DA NOSSA CASA":** a (re)  
organização e atuação do sindicato dos metalúrgicos em Pernambuco  
1978-1985.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestra em História.

**Área de concentração:** Sociedades, Culturas e Poderes.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva CRB4 / 1260

A663t Araújo, Suzane Batista de.  
“Temos que de novo ser donos da nossa casa” : a (re) organização e atuação do Sindicato dos Metalúrgicos em Pernambuco 1978-1985 / Suzane Batista de Araújo. – 2019.  
259 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Pernambuco - História. 2. Ditadura. 3. Sindicatos – Metalúrgicos - Pernambuco. 4. Historiografia. I. Abreu e Lima, Maria do Socorro de (Orientadora). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-243)

SUZANE BATISTA DE ARAÚJO

**"TEMOS QUE DE NOVO SER DONOS DA NOSSA CASA":** a (re) organização e atuação do sindicato dos metalúrgicos em Pernambuco 1978-1985.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestra em História.

Aprovada em: 30/08/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof<sup>º</sup>. Dr. Rafael Ferreira Leite (Examinador Externo)  
Centro Universitário Brasileiro

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcília Gama da Silva (Examinadora Externa)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

As linhas e páginas que me restam são deveras insuficientes para citar o nome daqueles (as) que contribuíram para minha formação e jornada ao longo da vida e em especial nesse trabalho. Quando listamos o nome de alguém, corremos o risco de esquecermos o de tantos outros. Por isso, peço desculpas àqueles (as) que deixei de mencionar nessas linhas. Admiração, carinho e respeito é o que sinto por todos (as). Inicialmente, gostaria de agradecer ao apoio de minha mãe, Marileide Batista de Araújo que sempre me incentivou aos estudos desdobrando-se para que nada faltasse. Sem sombra de dúvida, não chegaria até aqui sem o seu amor, paciência e força. Obrigada querida mãe. Ao meu irmão e pai, Ricardo Alexandre e à minha cunhada (segunda mãe) obrigada pelo amor e por contribuírem para o meu caráter. Um agradecimento especial ao meu companheiro e amigo Marcelo Luís que ao longo desses anos vêm me apoiando incondicionalmente em minhas decisões dando-me conselhos e orientações que fizeram a diferença em minha vida. Grata pelo seu amor e imensa paciência nos tensos e cansativos momentos em que eu escrevia esse texto.

Às minhas amigas de luta e jornada, mulheres incríveis as quais me inspiram e me ensinam a todo momento por meio de palavras e principalmente de atitudes. Grata pelo apoio, carinho e amor que vocês tem por mim. Cabe aqui registrar o nome dessas companheiras na pessoa de Rebecca França, Ghita Galvão, Ivana Driely, Débora Gonçalves, Taila de França e Luciana de Souza e Silva. Obrigada por fazerem minha vida mais alegre e completa. Não poderia deixar de lembrar da grande contribuição, paciência e apoio da Professora Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Abreu e Lima que a todo momento se disponibilizou sem medir esforços para me auxiliar quando precisei. Eternamente grata pela sua compreensão e generosidade. Por fim, esse trabalho não seria possível sem a participação e acolhimento dos ex e atuais integrantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco que desde o início da elaboração desse projeto me recebeu com respeito e carinho abrindo-me portas sem hesitar em momento algum. Sem esse apoio a realização desse trabalho seriam impossível. Nesse sentido, registramos um agradecimento todo especial à pessoa de Jorge César, Inaldo Francisco, Marcos Pereira, Maria de Lourdes, Ricardo Tibal, João Paulo de Lima e Silva e Pedro Noé. Em diversos momentos a luta desses homens e mulheres me deram forças para escrever esse trabalho. Obrigada. Grata, ainda, à Mariana Rodrigues pelas longas horas dedicadas à transcrição dos áudios dos entrevistados e em especial aos alunos colaboradores do Núcleo de

Documentação de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes – NUDOC - que realizaram o levantamento inicial nos jornais localizados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

## RESUMO

No ano 1978 um grupo de Oposição Metalúrgica reunia-se na sede da ACO em Recife, de modo clandestino, para discutir maneiras de (re) organizar o meio sindical através da adoção de uma postura mais combativa, próxima de suas bases pronta a atender suas demandas de modo independente do Estado ditatorial que se instalou desde 1964. Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir como se deu, em Pernambuco no período entre 1978 a 1985, a retomada das lutas e greves em face ao movimento de distenciamento do governo ditatorial e a crise econômica tendo como foco as ações do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Aliado às fontes orais, jornalísticas e da polícia/DOPS buscamos (re) fazer o percurso desse grupo ao longo do tempo proposto nos debruçando sobre seus avanços e recuos, lutas e mobilizações ao observamos não apenas as contribuições na busca de direitos para a categoria contribuindo para a formação de uma conduta cidadã, mas também ao se constituir enquanto contrapeso frente à ditadura e a crise econômica vivida em 1980 a 1985.

Palavras-Chave: ditadura Militar 1964. Historiografia. Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco.

## **ABSTRACT**

In 1978, a Metallurgical Opposition group met at ACO headquarters in Recife, clandestinely, to discuss ways to (re) organize the trade union by adopting a more combative stance, close to their bases ready to meet the demands regardless of dictatorial state that has been established since 1964. In this sense, the present work intends to collaborate in order to discuss how it happened in Pernambuco from 1978 to 1985, the resumption of fights and strikes in the face of the dictatorship's distension movement and the economic crisis focusing on the actions of the Pernambuco Metalworkers Union. Allied to oral, journalistic and police sources / DOPS we seek to carry out the course of this group over the proposed time, focusing on its advances and setbacks, struggles and mobilizations as we observe not only the contributions in the search for rights to the category contributing to the formation of a citizen conduct but also by constituting itself as a counterweight to the dictatorship and the economic crisis experienced from 1980 to 1985.

Keywords: Military dictatorship 1964. Historiography. Metalworkers Union of Pernambuco.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	imagem da capa do caderno sindical “até chegar no Zé”. Impresso pela Recife gráfica editora em 1988	115
Figura 2-	imagem de panfleto com a imagem dos membros da chapa de posição sindical do zé ferrugem em 1981	119
Figura 3-	imagem de panfleto com a imagem dos membros da chapa de oposição sindical do zé ferrugem em 1981	127
Figura 4-	imagem do panfleto da chapa de oposição sindical do Zé Ferrugem apontando críticas ao sindicato “pelego” e convocando à categoria para o dia das eleições	128
Figura 5-	imagem de frente e verso de um jornalzinho do Zé Ferrugem convocando a categoria para comparecer à assembleia geral com a finalidade de discutir o reajuste salarial do ano de 1985	135
Figura 6-	imagem da cópia de panfleto do zé ferrugem convocando a categoria para a festa de inauguração de sua sub-sede no bairro do Curado/Recife	137
Figura 7-	imagem do jornal “o Marretão” – nº 07	138
Figura 8-	imagem da capa da ficha de inscrição do 1º congresso de mulheres metalúrgicas de em São Paulo	183
Figura 9-	imagem das páginas seguintes da ficha de filiação do 1º congresso de mulheres metalúrgicas em São Paulo (folha 1).	184
Figura10-	imagem da ficha de filiação do 1º congresso de mulheres metalúrgicas em São Paulo (folha 2)	185
Figura11-	imagem da ficha de filiação do 1º congresso de mulheres metalúrgicas em São Paulo (folha 3)	186
Figura12-	imagem de um comércio fechado devido a paralisação	214
Figura13-	imagem do dia nacional de protesto.	215
Figura14-	imagem de manifestantes exibindo faixas na Rua 7 de Setembro, no Recife	215
Figura15-	imagem de funcionários da Cosinor realizando paralisação.	234

## LISTA DE TABELAS

Tabela1-	dados sobre a Inflação e o PIB de 1960 – 1984	56
Tabela2-	participação do Emprego Feminino em Ramos Industriais – 1920	178
Tabela3-	participação do trabalho feminino em alguns ramos de atividades 1940 – 1950	179
Tabela4-	taxa de desemprego (%) - Brasil (1981-1986)	197
Tabela5-	valores absolutos e porcentagem relacionados ao número de estabelecimentos, produtividade e pessoal empregado em 1970,1980 e 1990	198

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CPDOC	Centro de Pesquisas e Documentação História Contemporânea do Brasil
CONSINTRA	Conselho Sindical dos Trabalhadores
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CELPE	Companhia Elétrica de Pernambuco
CIE	Centro de Informações do Exército
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
DPF	Departamento da Polícia Federal
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquéritos Policial Militares
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Queer.
MEB	Movimento de Educação de Base
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MEP	Movimento pela Emancipação do Proletariado
PND	Plano Nacional do Desenvolvimento
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
POLOP	Política Operária
PSP	Partido Social Progressista
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PEA	População Economicamente Ativa
SNI	Serviço Nacional de Informação
SBPC	Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SESC	Serviço Social do Comércio
SNI	Sistema Nacional de Informação
SISA	Sistema de Informações e Segurança da Aeronáutica
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UDN	União Democrática Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>MONTANDO O CENÁRIO, ESCOLHENDO OS ATORES: O GOLPE DE 1964 ENTRE CAMINHOS E DESCAMINHOS. ....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>FACETAS DO GOLPE: OS DISCURSOS EM XEQUE .....</b>	<b>79</b>
<b>4</b>	<b>O MOVIMENTO SINDICAL EM PERNAMBUCO E SUAS LUTAS SOB A ÓTICA DA MEMÓRIA, DOS JORNAIS E DOS ORGÃOS DE REPRESSÃO (1979 - 1985) .....</b>	<b>96</b>
4.1	A DITADURA CHEGA EM RECIFE: O CONTEXTO LOCAL .....	96
4.2	ENTRELAÇANDO MEMÓRIAS, O DISCURSO JORNALÍSTICO E O DA REPRESSÃO: O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PERNAMBUCO 1979-1985 .....	103
4.2.1	História e memória: algumas considerações .....	103
4.2.2	A fala sobre a vitória .....	106
4.2.3	Entra em cena a oposição sindical/o novo sindicalismo: o que era e o que propunha? .....	114
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>240</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>243</b>
	<b>APÊNDICE A – QUADRO 2: ASSEMBLÉIAS E MOBILIZAÇÕES DOS METALÚRGICOS 1981 - 1985 .....</b>	<b>248</b>
	<b>ANEXO A - FOTOGRAFIAS DO JORNAL “O MARRETÃO” (FRENTE) .....</b>	<b>256</b>
	<b>ANEXO B – FOTOGRAFIAS DO JORNAL “O MARRETÃO” (VERSO).....</b>	<b>257</b>
	<b>ANEXO C – FOTOGRAFIA DO EX-PRESIDENTE DO SINDICATO E DO EX- PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS METALÚRGICOS.....</b>	<b>258</b>

<b>ANEXO D – FOTOGRAFIA DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PERNAMBUCO EM 1987.....</b>	<b>259</b>
---	------------

## 1 INTRODUÇÃO

Sete horas da manhã do dia doze de maio de 1978. Os trabalhadores marcaram seus cartões mas ninguém trabalhou. Do interior da fábrica, costumeiramente barulhenta, nada se ouvia. A calma permaneceu assim por algumas horas...dias. Sons suspensos, máquinas e braços parados anunciavam futuras agitações grevistas. A descrição dessa cena nos desloca no tempo para a greve na Fábrica da Scania localizada em São Bernardo do Campo, no coração industrial do ABC paulista. Revoltados com a diminuição do número de horas pagas referentes ao mês de maio, os trabalhadores daquela empresa desencadearam uma série de greves que acabariam por encorajar os demais trabalhadores de outras categorias a fomentar novas mobilizações. As paralizações dos diversos operários somaram-se às lutas de diversos grupos da sociedade brasileira que, dentre outras questões, foram às ruas exigir a anistia, o fim da ditadura e o retorno das eleições diretas para presidente.

A greve na Scania e nas demais fábricas da região não teriam iniciado sem o protagonismo dos trabalhadores, já que não partiu do órgão de classe o comando para a greve. Nas palavras de Marcelo Mattos, o empenho dos trabalhadores em “puxar” o movimento refletia

O acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou acordos para a volta ao trabalho e foi porta-voz dos operários nas diversas empresas<sup>1</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo fora responsável por coordenar e articular uma série de lutas que marcaram os fins dos anos setenta e início dos anos oitenta tornando-se referência de luta sindical em diversas categorias e localidades as quais mostravam-se insatisfeitas com a conjuntura local de suas fábricas e com o quadro geral da política e da econômica nacional durante a ditadura. Contudo, o protagonismo, vivenciado pelos trabalhadores que tomaram a iniciativa de começar a greve, destacado na análise por Marcelo Badaró, não era consenso nos estudos tradicionais sobre os trabalhadores e suas entidades de classe formulados a partir da década de 1950. Centradas sobretudo no recorte temporal de 1930 a 1964, as análises que se debruçaram sobre o mundo dos trabalhadores nesse período elaboraram sínteses que, de modo geral, apresentavam atributos negativos à

---

<sup>1</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo. Expressão Popular. 2009. p. 119.

classe ao seu sindicato, tirando-lhes o protagonismo e a relação entre ambas colaborando para a difusão de categorias generalizantes e distantes da realidade de muitas fábricas que fugiam àquelas regras. Por outro lado, as análises realizadas, nos anos 1960 e 1970, pelos estudiosos do tema do trabalho e seus sindicatos apresentaram um passado glorioso localizado no pré-1930. Trabalhos nesse sentido contribuíram para reforçar e construir um ideário de lutas, combates e conquistas contidos apenas na 1ª República em gritante contraste com período posterior, pós – 30, tratado por esse enfoque como um momento de recuo, desmobilização e atraso na classe trabalhadora. É como se nada de proveitoso e positivo pudesse ser aproveitado na trajetória política e sindical dos trabalhadores entre 1930 a 1964.

Surgem nesse período conceitos clássicos como os que viam o sindicato, de 1930 a 1964, como populista; outros buscaram caracterizar o proletariado recém chegado do campo como uma massa sem tradição de luta e indiferente ao sindicato e à política; uma categoria manipulada por um sindicato oficial ligado ao governo e distante do proletário sem capacidade de atender às exigências e dificuldade sentidas no chão da fábrica<sup>2</sup>. Os trabalhos do cientista político Francisco Weffort destacam-se, dentre outros textos, nessa primeira leva de interpretações que tinham como foco desenvolver grandes sínteses sobre o a classe trabalhadora no Brasil no pós-30. Incentivaram uma gama de pesquisadores que passaram a ver em suas ideias referências para se entender e analisar o trabalhador e o sindicato no pré-

---

<sup>2</sup> Obras revisionistas, a partir dos anos de 1990, foram escritas com o objetivo de reunir a literatura consagrada sobre a temática do trabalho durante um período de quarenta anos. A partir da leitura crítica dessas obras clássicas aliadas a estudos de casos, dedicados a entender a classe trabalhadora no marco temporal de 1930 a 1964, muitas categorias passaram a ser vistas como insuficientes e obsoletas mostrando uma realidade distante e borrada quando confrontada com os trabalhos empíricos mais recentes. O período denominado de “Novo sindicalismo” não focou de fora dos marcos revisionistas. Nele também percebemos uma gama de enfoques que buscaram questionar a autodenominação do “novo” no qual pretendia “rachar” completamente com o período anterior denominado de “velho” sindicalismo, compreendido no período anterior a 1964 e posterior a 1930. O “novo” apregoava uma total ruptura com o passado considerado com um período negativo para as experiências da classe trabalhadora. Essas mudanças de paradigmas só foram possíveis graças também à ampliação das fontes trabalhadas pelos pesquisadores que passaram a fazer uso de história oral, dos arquivos de jornal e da imprensa operária, das atas de sindicatos, dos dissídios e processos trabalhistas, dos arquivos da polícia, diários etc. contribuindo para ampliar o leque de entendimento sobre determinados períodos, espaços e categorias de trabalho evitando cair em generalizações. Sobre esses pesquisadores que propuseram uma revisão bibliográfica sobre os trabalhos dos últimos anos, indicando rupturas, ampliações e continuidades, destaco algumas obras: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luige. **Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2003. Vol. II. SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001. MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.). **Greve e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945 – 1964**. Rio de Janeiro. APERJ/FAPERJ. 2003. SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1999. Vol. 14. Nº 41.

64. Defensor da tese de um sindicalismo populista incrustado por militantes do Partido Comunista, Weffort definiu o sindicato, naquela conjuntura, como subordinado

(...) à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reforma e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas “organizações paralelas”, formadas por iniciativa da esquerda oficial, passam a servir como complemento à estrutura sindical oficial, de corte corporativista e fixada ao Estado; (...) nível político, subordina-se às vicissitudes formadas pela esquerda, por Goulart e por outros populistas fieis à tradição varguista<sup>3</sup>.

Concebido sem autonomia e sem capacidade de gerar pressão sobre o Estado e os patrões a finalidade de amenizar a relação capital-trabalho. Diversos foram os que seguiram essa análise produzida por Weffort. É também do mesmo autor o estudo sobre o caráter populista presente como traço da política brasileira<sup>4</sup>. Nesse texto Weffort defende que a partir da revolução de 1930 a política nacional adquiriu certos traços de governo no qual o líder governava mantendo uma aliança entre as classes, tendo que estabelecer compromissos e atender às aspirações de grupos diversos e interesses contraditórios. Ao lidar com as massas, o líder assumiria uma postura sensível às pressões populares mas sem abrir mão da condução de suas aspirações. Ou seja, nessa perspectiva, as massas são vistas como a base de legitimidade do Estado porém, não são estimuladas e nem capazes de agir com autonomia política. Em outros termos, *“são a raiz efetiva do poder, mas nesta mesma medida, não passam de massa*

<sup>3</sup> WEFFORT, Francisco. **Sindicatos e Política**. 1971. p. I.2 e I.3. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas.

<sup>4</sup> Sem nos aprofundarmos sobre o tema do populismo que, neste caso, não é o escopo principal desse trabalho, o termo é bastante controverso dentre as Ciências Sociais. De forma geral, deve ser visto e empregado com bastante cautela. Diversas foram as formas de empregar e de interpretar esse termo principalmente ao longo dos anos de 1950 até momentos mais atuais marcadas especialmente pelas últimas quatro décadas. Conceito multifacetado e plástico. Fazendo-se necessário ser utilizado com moderação e sem perder vista as diversas conjunturas históricas, políticas e econômicas do país e da América Latina que, conseqüentemente, irradiaram para os meios acadêmicos e intelectuais, mas não sem antes ter sido incorporado também pela memória coletiva. Para maior aprofundamento sobre o tema Cf. FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001. Não podemos esquecer de outro autor que também contribuiu para a discussão e aprofundamento dessa temática que foi Octavio Ianni. De modo geral o autor defende que ao longo da história brasileira, principalmente a partir da década de 1930 – tendo início no governo Vargas - o país tinha sido governado por diversas lideranças populistas, algumas mais burguesas outras mais à esquerda, até o colapso do populismo que ocorreu, para esse autor, em 1964 com a instauração do golpe. Nessa linha de raciocínio o autor defende que o getulismo, o Borghismo, o queremismo, o juscelinismo, o janguismo e o trabalhismo tem em comum o fato de que todos eles se referiam a uma política de massas específicas dentro de um contexto de transformações sociais, econômicas e políticas do país. No ponto de vista da aliança de classes o populismo, segundo Ianni, é uma aliança entre contrários onde ao longo do tempo foi possível ver aproximações em momentos considerados “normais” mas que em situações de crise, os antagonismos ficaram mais latentes. Para um melhor aprofundamento conferir a obra do autor IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1968.

*de manobra*<sup>5</sup>”. Nessa perspectiva, as massas não são concebidas como participantes da política nacional de forma ativa e consciente. Sua cidadania, se é que existe, é bastante mitigada de acordo com os pressupostos defendidos por esse autor.

Contudo, a partir das amplas greves nacionais e aquelas organizadas pelos trabalhadores em articulação com o órgão de classe desencadeadas no fim da década de 1970 e 1980 as quais trouxeram uma renovação dentro do quadro das lutas sociais, militantes e intelectuais passaram a questionar as teses tradicionais que tinham ajudado a pintar uma imagem obscura e indefinida sobre o quadro do operariado brasileiro. Interpretações que destacavam uma certa “passividade”, “acomodação” e ausência de autonomia dos trabalhadores e de suas representações passaram a ser vistas com desconfianças entre os pesquisadores desse período.

Dentre esses trabalhos, destacamos brevemente a contribuição de Ângela de Castro Gomes que tocou no cerce da questão sobre o populismo no Brasil refutando a tese defendida por Weffort. Considerando a classe trabalhadora como protagonista de sua história e senhora de suas ações dentro de um quadro de limites e possibilidades, a autora substitui a categoria *populismo* por *trabalhismo* defendendo uma relação entre o Estado e as massas, quebrando a espinha dorsal de análises que insistiam em uma via de mão única. O *Pacto trabalhista* é concebido numa relação hierárquica e distinta, em que o Estado é o provedor, doador da legislação social brasileira, agindo conforme o seu dever de dar e conceder, cabendo ao povo, por outro lado, a obrigação de aceitá-la por meio de um discurso envolvente no qual o intimava à obediência ao trabalho dignificando-o enquanto cidadão.

Ou seja, o sucesso do pacto estava na capacidade do projeto político estatal ter tomado “o discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elementos –chave de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo<sup>6</sup>”. Sem adentrarmos às críticas pertinentes à categoria do trabalhismo, o objetivo aqui é chamar atenção para o caráter inovador da autora que somou forças junto a outros estudos que estavam contraponto interpretações consagradas na área das ciências humanas na questão do tema do trabalho. Engrossando as fileiras de trabalhos que tentaram suplantar e por isso mesmo, abriram novas alternativas em clara oposição às visões tradicionais e apressadas da primeira leva de intelectuais, Luís Werneck Vianna, em 1976, contribui de forma positiva, ao lado de Angela de Castro Gomes, para juntos superarem

<sup>5</sup> WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1980. p.58.

<sup>6</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3º ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005. p. 24.

(...) as conclusões apressadas que diagnosticavam ora uma ação meramente impositiva e repressiva do Estado, produzindo a subordinação de trabalhadores e sindicatos, ora uma troca simples efetuada pelos trabalhadores que teriam abdicado da autonomia de suas entidades de classe, atraídos pelos benefícios da legislação legal<sup>7</sup>.

O que o cientista político lança em sua análise é um olhar menos simplista ao tratar da suposta “imobilidade” e ausência de atuação do sindicato no pós-30. Defende que o sindicato agia nesse período sob fortes imposições do Estado varguista no qual levou adiante um projeto de vetar a “*emergência dos conflitos de classe*” ao canalizar “*as reivindicações dos grupos sociais envolvidos para dentro do aparato estatal*”<sup>8</sup>.” Dessa forma, as lutas tão bem marcadas na trajetória histórica dos trabalhadores nas décadas anteriores, teria sofrido um declínio graças ao projeto do Estado empenhado em disciplinar o empregado para a produção diminuindo-lhe, mas que não conseguiu totalmente como veremos adiante, o caráter combativo. Sujeitos a permanente vigilância estatal por meio dos representantes do Ministério do Trabalho, o Decreto nº 19.770 criado em março de 1931, o sindicato deveria funcionar como “*para-choque*”<sup>9</sup> entre as disputas intrínsecas na relação capital trabalho.

É sob essas premissas que o autor enquadra o sindicato naquele momento colocando-o numa relação de força com o Estado e que precisava ser vigiado e contido dentro do jogo político. O sindicato não é tratado, segundo a análise de Vianna, como um ator isolado, politicamente falando, suas escolhas e ações se balizavam levando em consideração o contexto da época e o grau de articulação com os grupos sociais daquele momento de ditadura varguista. Ou seja, o sindicato aqui é pensado como um produto de seu tempo. Por isso, conclui que “*desmobilização, despolitização e desprivatização*”<sup>10</sup> eram o tripé que compunha o sistema sindical a partir de 1930. No esteio desses dois autores referenciados nesse texto como inovadores em suas análises sobre os trabalhadores e seu órgão de representação, outras obras contribuíram para desconstruir e/ou relativizar antigos paradigmas, principalmente a partir de meados de 1980 e anos 1990.

Baseadas em análises tomando como ponto de partida pesquisas empíricas, esses trabalhos lançaram luz sobre aspectos importantes sobre o sindicalismo brasileiro principalmente no período que os sindicatos tinham grande influência do Partido Comunista, ou seja, entre 1930 à 1964. Nesse sentido, listaremos, em linhas gerais, alguns dos principais

<sup>7</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.) **Greve e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945 – 1964**. Rio de Janeiro. Aperj/Faperj. 2003. p. 18.

<sup>8</sup> VIANNA. Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976. p. 146.

<sup>9</sup> Ibid., p. 146.

<sup>10</sup> VIANNA, Op. Cit., p. 147.

enfoques que foram colocados em questão por essas novas abordagens. Primeiramente, refutou-se a visão de um sindicalismo afastado de suas bases tendo-se observado intensa relação de alguns militantes com os trabalhadores a partir dos locais de trabalho. Revelando assim, uma ligação entre a base e o órgão representativo numa via de mão dupla. Outro ponto reformulado foi o da questão do “sindicato populista, cúpula e sem base. Trabalhos mostraram que muitos sindicatos buscaram criar espaços democráticos com os trabalhadores tornando-se um canal para reivindicar os problemas do dia-a-dia. É em meio a essas revisões que surgiu entre as décadas de 1980/90 outro paradigma a ser colocado em questão: o uso do termo “novo sindicalismo” para designar uma ruptura com “velhas” formas sindicais presentes no pré-64.

A fábrica da Scania, relatada no início dessa introdução, e todas as conquistas alcançadas pelos seus trabalhadores com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo só foram possíveis graças à conjuntura política e econômica a qual favoreceu a retomada da luta sindical no cenário social de fins de 1970. Mesmo sob os dispositivos da lei antigreve, Nº 4.330 de 1964 e do Decreto 477 de 1969 que enquadrava os cidadãos no crime de subversão aos que agissem contrariamente ao regime, os trabalhadores, muito antes das grandes mobilizações de meados de 1970 irromperem no país, já manifestavam sua indignação com as políticas econômicas do governo de forma clandestina e discretamente nas fábricas. Foi sob a luz desse quadro que foi criado por intelectuais e militantes o termo “novo sindicalismo” utilizado para marcar uma mudança nas práticas políticas e no fazer sindical comprometida com uma postura mais combativa, autônoma tendo como foco o trabalho de base. Ou seja, em grande medida, os movimentos grevistas do ABC paulista formados por trabalhadores, intelectuais, militantes e membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo sedimentaram as bases e as premissas do que veio a se chamar de “novo sindicalismo”.

Todavia, o “Novo sindicalismo” enquanto um movimento que propunha uma ruptura completa com o sindicalismo do pré-64 considerado reformista, pelego e alheio as reivindicações da categoria, não passou incólume diante do corpo revisionista da década de noventa. Passou-se a questionar se de fato podia-se acreditar em uma nova forma de fazer política sindical. Nada seria aproveitável? Toda experiência anterior a 1964 era reprovável? Dever-se-ia evitar a sua reprodução a todo custo? Alguns estudos apontaram que não. Perspectivas indicaram a presença de mais continuidades do que rupturas. Manutenção do

imposto sindical, do assistencialismo médico, a relação próxima com as bases e a formação sindical, só para citar algumas questões, foram destacadas como traços do continuísmo.

É dentro desse panorama que o presente trabalho busca analisar o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco nas suas relações com os trabalhadores e com diversos atores sociais presentes na década de 1980. Suas atuações nas lutas por melhorias na condição de trabalho e na manutenção do emprego frente a crise da década de 1980 também são alvo de estudo nesse trabalho. Além disso, nos esforçaremos paratentar compreender a atuação e postura do sindicato frente a alguns impasses presentes na condução do órgão na conjuntura dos anos 1980 ainda sendo um período ditatorial e com forte crise no setor econômico. Em suma, pretendemos com esse trabalho somar forças junto às demais narrativas que levaram em consideração o “suposto” impasse entre o “velho” e o “novo” sindicalismo em Pernambuco.

Acreditamos ainda que o presente texto pretende colaborar para a história social do trabalho pois é papel do historiador

Definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais<sup>11</sup>.

Todavia, entendemos que mesmo apresentando um trabalho empírico que trata sobre o referido Sindicato com forte atuação aqui no Estado na década de 1980, é preciso destacar que o historiador ao se dedicar a um estudo particular de caso não implica a

“(...) Contemplação isolada do fragmento, pois deve ser capaz de fazer as conexões entre significados socioculturais e o contexto histórico mais amplo, a lógica da mudança e as relações de poder<sup>12</sup>”.

É desta forma que as investigações mais recentes têm buscado nos últimos tempos, conciliar, dialeticamente, estrutura e ação ou, dito de outra forma, apresentar e discutir casos específicos nos quais possam apontar deslocamentos, avanços e rupturas frente aos estudos tradicionais ligados ao tema do trabalho. Em certa medida é o que pretendemos ressaltar nesse estudo tendo como foco o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Dito isto, é sob essas questões apresentadas até o momento que buscamos com essa narrativa articular a análise do caso particular do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco como parte integrante de um

<sup>11</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001. p. 216.

<sup>12</sup> Ibid., p. 216-2017.

contexto mais amplo marcado , em eu aspecto macro, pela retomada de lutas sociais e políticas de fins dos anos de 1970 e que apresentaram desdobramentos nos anos iniciais da década seguinte na qual ficou fortemente registrada a preparação para a transição do período democrático acrescido de uma série de mudanças ocorridas no campo econômico com forte implicação sobre a vida dos trabalhadores.

Baseando-nos na cronologia proposta pelo trabalho de Rafael Ferreira sobre o novo sindicalismo urbano em Pernambuco de 1979-1984<sup>13</sup>, percebemos que o estudo sobre o Sindicato dos Metalúrgicos é de grande importância tendo em vista a trajetória desse órgão no contexto político de repressão aos movimentos sociais. A atuação do sindicato nesse período configura parte relevante de um movimento mais amplo e estava sendo fortemente marcada pela retomada das lutas urbanas no país, a partir de São Bernardo, mas também, a nível local vivenciávamos a retomada da luta do trabalhadores que a princípio agiram à revelia de seus órgão de classe para depois desencadear em uma gama de lutas e de novas diretrizes “puxadas” por novas lideranças consideradas mais “combativas”. Foi-se observado a retomada de luta de várias entidades sindicais no Estado naquele momento. Eletricitários, professores da rede particular, pública e universitários, motoristas e cobradores do transporte público, médicos, bancários e dentre eles o Sindicato dos Metalúrgicos com forte e constante atuação em Pernambuco ao longos dos anos oitenta.

De modo geral, podemos categorizar esse período de transformações no meio sindical como bastante fértil, tanto em nível local como nacional, mas sem nos distanciarmos do enfoque votado para as permanências e continuidades já discutidas anteriormente nas páginas iniciais do texto. Não seria errado afirmar que a partir dos “ventos soprados” pelos movimentos sociais e sindicais de fins de 1970 houve uma grande influência, a nível nacional, nos sindicatos. Greves, confrontos com polícias e patrões, articulações com entidades de base e demais categorias e movimentos sociais, militantes se organizando enquanto oposição frente aos sindicatos ditos como “acomodados e imobilizadores<sup>14</sup>”, assembleias e congressos, campanhas salariais foram algumas das ações experimentadas por diversos sindicatos naquele momento. Uma verdadeira efervescência na qual era possível enxergar traços de continuidade, ampliação e intensificação na luta e no seio sindical.

---

<sup>13</sup> FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco 1979-1984: entre mudanças e permanências*. Recife. Editora universitária UFPE. 2012.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 19.

Para (re)contar de forma crítica a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco fizemos um recorte espacial e temporal para melhor compreendermos o objeto aqui proposto<sup>15</sup>. Talvez por ter (re)surgido em meio a uma região conhecida historicamente por uma intensa tradição industrial aliada a condições sociais, políticas e econômicas específicas e favoráveis, os estudos sobre o “novo sindicalismo” ficaram concentrados, em grande parte, na região sudeste. É nesse sentido que essa narrativa pretende apresentar outras possibilidades de luta, exemplificada aqui no caso dos metalúrgicos de Pernambuco, na tentativa de apresentar, quando possível, comparações e diferenciações em relação ao eixo espacial norte-sul. Com relação ao período em tela – 1978 à 1985 – percebemos que o país atravessava um momento de crise a nível institucional e econômico sendo importante destacar que nesse momento o próprio movimento sindical passava por reorganizações nos quadros e diretrizes internas e, externamente falando, as orientações (re) formuladas a nível intersindical passaram por ressignificações a nível nacional e regional. Em outras palavras, o clima em destaque foi eclipsado por um período de *“reorientação de estratégias; abriram espaços para a reformulação de alguns de seus discursos e práticas; assumiram novas formas de atuação e de combates; e experimentaram reivindicações e aspirações”*<sup>16</sup>.

Em Pernambuco, o grupo dos metalúrgicos iniciaram suas reuniões com o apoio da Igreja progressista, a ACO, de modo clandestino em 1978, e permanecem engajados nas mais diversas atividades sindicais e políticas ao longo dos anos de 1980 com atuação até os dias de hoje. Contudo, por questões de tempos e limites, delimitamos analisar o grupo até o ano de 1985 momento esse de grande mobilização política frente à retomada da “democracia” e por percebemos que os seis primeiros anos foram essenciais para a consolidação do grupo na diretoria do Sindicato tanto nos aspectos burocráticos da lida na instituição quanto na questão mais ampla das lutas, das condutas políticas e das decisões frente ao momento de organização

---

<sup>15</sup>Nesse trabalho buscamos enfatizar a categoria dos metalúrgicos inseridos no esteio dos trabalhadores urbanos. Por questões de recorte e espaço não nos debruçaremos sobre os trabalhadores do campo e as suas lutas. Informamos, todavia, que assim como os metalúrgicos diversas outras categorias sindicais retomam e ampliam as suas formas de luta e de reorganização durante a década de 1980. O campo não estava alheio a essa movimentação. Destacamos aqui como uma das referências para entender melhor a questão das lutas no campo o livro da Prof.<sup>a</sup> Maria do Socorro de Abreu e Lima a qual se dedicou, em linhas gerais, a pesquisar sobre a sindicalização no meio rural, a apresentar as forças políticas (diversos partidos de esquerda e a Igreja Católica) que atuavam naquela região e sobre os trabalhadores antes e após 1964. Além desses pontos, a autora buscou enfatizar e discutir algumas lutas consideradas importantes ao movimento dos trabalhadores do campo a partir de 1967, com a criação da FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco - até a segunda metade da década de 1980. Cf. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural** –Lutas, Partidos e Projetos. Recife. Editora Universitária. 2012.

<sup>16</sup> FERREIRA, Op.cit., p. 26.

do Partido dos Trabalhadores e da Central Sindical e da forte recessão econômica que o país atravessara naquele momento acarretando o aumento do desemprego.

O desenvolvimento desse trabalho contou com o recolhimento e a análise de um variado conjunto de fontes – jornalísticas, orais e de arquivos policiais - sem, no entanto, esgotá-las<sup>17</sup>. Obviamente, algumas não foram utilizadas por questões de tempo e espaço incompatíveis com o propósito específico desse trabalho ou não puderam ser utilizadas devido à ausência de organização e preservação como foi o caso das Atas de Reuniões do Sindicato que não puderam ser analisadas nesse texto. Vistas como uma fonte rica, pois apresenta junto aos relatos a fala e o ponto de vista dos trabalhadores, as poucas Atas não foram bem armazenadas ficando entregues à própria sorte. Dessa forma, utilizaremos como expressão da “voz” do trabalhador apenas as entrevistas realizadas. No que diz respeito às fontes jornalísticas, nos debruçamos sobre os dois principais jornais de grande circulação no Estado no período em questão, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* os quais se encontram disponíveis para consulta no APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Recife. A leitura das páginas desses dois jornais nos dão conta, um mais enfaticamente e numerosas vezes mais do que o outro, do fechamento de fábricas em meio à crise econômica sofrida no país evidenciada fortemente em Pernambuco através de greves, campanhas salariais, denúncias de agressão a funcionários ou de direitos trabalhistas não cumpridos pelos patrões, caminhadas à sede do Executivo Estadual como forma de pressioná-lo a evitar o fechamento de fábricas garantindo desse modo o emprego dos trabalhadores e exigindo-lhe algum tipo de auxílio – passagem e alimento - aos desempregados. Observamos que, nas leituras desses jornais, foi dada uma maior ênfase acerca dessas movimentações nos editoriais do *Diário de Pernambuco* em contraposição ao *Jornal do Commercio*.

Inúmeras vezes nos deparamos com notícias que eram apresentadas apenas em um jornal, e que não eram sequer mencionadas pelo outro. Tomemos a análise da historiadora

---

<sup>17</sup>Além das fontes citadas (jornalísticas, orais e da polícia política) utilizamos algumas imagens que foram retiradas dos dissídios trabalhistas envolvendo os metalúrgicos. Essa documentação encontra-se sob a guarda e gestão do Acervo do Arquivo do Tribunal do Trabalho da 6ª Região – TRT 6 -. Utilizamos, por uma questão de tempo, apenas algumas imagens referentes à recortes de jornais e de panfletos produzidos pelo grupo do Zé Ferrugem no intuito de elucidarmos algumas de suas lutas e pautas ao longo dos anos de 1980. Para além dos recortes que foram aqui utilizados, os arquivos trabalhistas vão muito além disso e, constituem uma fonte rica em diversos aspectos. A observação do historiador sobre esse tipo de fonte pode revelar o jogo de forças, por meio dos discursos produzidos nas peças, entre patrões e trabalhadores revelando aspectos, condutas e práticas sociais, jurídicas, políticas e econômicas de um determinado momento histórico. Outro traço desse tipo de documento, além da sua dimensão histórica, é o fato dela ter sido operacionalizada em prol do trabalhador (via sindicato da categoria) funcionando como uma forma de entender suas lutas, aspirações e embates utilizando os meios jurídicos para estruturar suas denúncias e alegações. Sem dúvida, é uma fonte privilegiada para os estudos sobre os trabalhadores estejam eles ligados aos meios urbanos ou rurais.

Tania de Luca na qual afirma que, ao nos depararmos com esse tipo de “problema” presente na fonte jornalística o historiador deve se utilizar de ferramentas que “*Problematizem a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento (...)*”. Além disso, continua a autora, “*o historiador deverá “dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, e, finaliza dizendo que se faz necessário “atentar para o destaque conferido ao acontecimento (...)*”<sup>18</sup>. Apropriando-nos do que foi mencionado buscamos analisar esse impasse entre os dois jornais de modo crítico, realizando ressalvas e procurando entender as razões dessa postura pois, nenhum discurso é neutro ou passivo de opiniões. “Por trás” da notícia há um editorial muitas vezes comprometido politicamente com grupos econômicos ou com o próprio, fatores esses que por si só tiram de qualquer informação jornalística o seu caráter de “ingênuo”, “imparcial” e “fiel” ao fato. Nosso objetivo com as fontes de jornalísticas é apresentar e discutir algumas das principais reivindicações que foram divulgadas nesses meios de comunicação e que foram consideradas como emblemáticas na luta sindical.

Além do material midiático, utilizamos de fontes orais nas quais buscou-se entender, por meio de entrevistas sobre a vida pessoal e a trajetória política dos dirigentes<sup>19</sup>, como se deu a tomada do sindicato pela oposição das mãos da diretoria anteriormente denominada de “pelega” conhecer e entender as principais lutas encabeçadas na década de 1980 e perceber o nível das articulações com outros movimentos – Igreja, oposições sindicais, Central Única dos Trabalhadores a CUT, estudantes, partidos políticos e entidades de bairros - entre os anos de 1979-1985. Foram entrevistados sete pessoas no total sendo quatro dirigentes sindicais que faziam parte da diretoria de oposição à pelega, três ex-funcionários do sindicato incluindo nessa relação um advogado trabalhista. Na busca por uma história marginal na qual vamos tirando e descobrindo camadas por camadas, ouvimos não apenas a diretoria vencedora mas também aqueles que contribuíram internamente para a estruturação das diretrizes a serem seguidas tanto à nível burocrático quanto a nível político e do direito do trabalho. A fala dos funcionários nos dão conta dos “bastidores” da diretoria – seus impasses frente a determinadas tomadas de decisão, divergências a nível político - apresentando pontos de inflexão na suposta “linearidade” do discurso.

---

<sup>18</sup> LUCA de, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes históricas**. 2º ed. São Paulo. Editora Contexto. 2008. p. 139 - 140.

<sup>19</sup> As entrevistas foram realizadas entre o período de 2017 a 2019.

Além disso, o discurso jurídico presente na narrativa do advogado do Sindicato abre um leque de questões a serem consideradas: como o sindicato conseguiu levar adiante greves quando estava em pleno vigor a lei antigreve da ditadura? Que leitura a diretoria percebia a Justiça do Trabalho? Havia formas de aplicar resistência frente a Justiça? São alguns apontamentos que pretendemos desenvolver nesse trabalho. Ao nos debruçarmos sobre os relatos orais entendemos que todos as horas de entrevistas – aproximadamente trinta horas gravadas - são momentos únicos nos quais os seus protagonistas são compostos de memórias numa dialética relação com suas próprias identidades onde ambas apoiam-se uma a outra para formar trajetória de *vidas, um mito, uma história, uma narrativa*<sup>20</sup>. É dentro dessas singularidades e especificidade típicas de cada indivíduo que enquadrámos o discurso de cada entrevista.

Mesmo compartilhando de uma mesma trajetória político-sindical cada um dos entrevistados ressignificaram o seu passado de um modo, apreendendo-o de forma diferente, cada um à sua maneira de forma consciente ou inconscientemente. Acreditamos que a memória não é estanque e imutável, permanecendo ao passar do tempo um núcleo denso e engessado que, quando provocado, devolve ao presente a sua forma originária conhecida como passado. A memória, de acordo com Candau, organiza

(...) os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro, devemos ver nela menos uma função de conservação automática investida por uma consciência sobreposta do que um modo essencial da consciência mesma (...) a lembrança (...) é a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão do seu passado<sup>21</sup>.

Sobre uma suposta “memória coletiva” para designar um conjunto de práticas e/ou sabereshipoteticamente comum a todos os membros de um grupo, Joël Candau não opera com esse conceito considerando-o um termo abusivo para designar um imagético

(...) Estado de um grupo inteiro quando apenas uma maioria dos membros desse grupo compartilha o estado considerado: de fato, mesmo que nos limitássemos a um estado exclusivamente “protomemorial” descarto a possibilidade de que *todos* (grifo do autor) os membros do grupo compartilhem esse estado<sup>22</sup>.

E continua sua reflexão afirmando que o termo identidade cultural ou coletiva é reducionista, pois não percebe que as “*estratégias identitárias de membros de uma sociedade*

<sup>20</sup> CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo. Editora Contexto. 3º reimpressão. 2016. p.16.

<sup>21</sup> Ibid.,p. 63.

<sup>22</sup>CANDAU, Op. Cit., p. 26.

*consistem em jogos muito mais sutis que o simples fato de expor passivamente hábitos incorporados*". É como se a dimensão individual de cada componente do grupo fosse descartada para no final só ser levado em consideração os traços comuns estabelecidos pela comunidade/grupo.

Trabalhar com os arquivos da polícia política<sup>23</sup> significa "*avaliar uma das mais importantes instituições do mundo moderno que, enquanto braço repressor do Estado, tinha como função o controle do indivíduo*"<sup>24</sup>. Ao nos debruçarmos sobre esse tipo de fonte percebemos que a mesma é capaz de nos apresentar não somente os métodos complexos que foram criados pelos órgãos de segurança mas também são capazes de, por meio de sua linguagem, do tipo de documento – carta, ofício, ficha criminal, etc.- percebermos como os aparelhos de segurança agiam para enquadrar os cidadãos como suspeitos ou como perigosos subversivos. No período em tela, a repressão ainda era vigilante com relação às greves e agitações que ocorriam no meio sindical. Não podemos cair nas interpretações que insistem em encurtar o período por golpe para anos anteriores a 1985, caso contrário, o que justificaria a prisão de alguns membros da diretoria do Sindicato dos metalúrgicos no ano de 1983? Observamos que no Prontuário Funcional e no Prontuário Individual do líder metalúrgico conhecido no meio sindical como "Siqueira" há diversos tipos de documentos – informe de teor confidencial dando conta, em detalhes, da festa de comemoração da posse da diretoria vitoriosa, declarações dos indivíduos que foram presos e autuados por fazerem piquetes na antiga fábrica da Microlite no bairro do Curado, cópias da primeira convenção coletiva do trabalho realizada pelo grupo de oposição sindical que "tomou" as rédeas do movimento metalúrgico, ofícios solicitando dispensa de trabalho para alguns líderes sindicais com a finalidade de liberá-los para reuniões, panfleto de convocação de eleição sindical do ano de 1981, imagem de integrantes da chapa de oposição sindical que ganhou as eleições – que dentre outras coisas, revelam que as atividades sindicais mais "combativas" eram observadas de perto pelos agentes da repressão.

De modo geral, esse tipo de fonte relacionada à conjuntura política da época e associada aos depoimentos e às fontes jornalísticas nos auxilia a penetrar, de forma minuciosa, nas lutas e impasses vivenciados pelo grupo da diretoria do Zé Ferrugem sob a

---

<sup>23</sup> O material analisado para esse trabalho consta no Prontuário Funcional N° 0045, pertencente ao acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco.

<sup>24</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira** - Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Artigo Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. p. 01. Disponível em: [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf). Acesso em: 03 de junho de 2019.

ótica da repressão. Diante do que expusemos, concordamos com a autora Maria Luiza Carneiro quando afirma que fazer a História do Brasil Contemporâneo a partir dos documentos policiais implica em

(...) trabalhar com palavras, datas, fatos e imagens, avaliando-as no sentido inverso do raciocínio policial que estava muito mais preocupado com o agente do delito do que com o delito em si. Cabe ao historiador (des)construir esta versão, ciente de que ali existem silêncios propositais. E, como num quebra-cabeça, nem todas as peças se encaixam. Registros comprometedores certamente foram eliminados e, possivelmente, transformados em pó<sup>25</sup>.

O interesse pela temática social do trabalho surgiu a partir de uma vivência de estágio no arquivo dos processos trabalhistas do Tribunal do Trabalho da 6ª Região de Pernambuco<sup>26</sup> localizado no Prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFHC. Ao se debruçar sobre os processos trabalhistas articulados pelos trabalhadores na busca de seus direitos (ou daquilo que acreditavam que tinham prerrogativa) era possível visualizar o protagonismo de homens e mulheres frente às condutas abusivas dos patrões. A leitura das peças jurídicas movidas por esses levava-nos para longe de ideias generalizantes e superficiais as quais, durante muito tempo, tentaram ocultar a luta do proletariado tomando-o, em alguns momentos, como passivo e manipulável. Já a oportunidade de conhecer, e posteriormente de se dedicar à história do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco a partir da gestão do grupo Zé Ferrugem em 1981, surgiu a partir de uma conversa informal com um advogado trabalhista que dedicou alguns anos de sua vida na defesa dos trabalhadores dessa categoria. A narrativa daquele senhor falava de um grupo aguerrido que tinha, em meio ao contexto ditatorial, enfrentado as forças repressivas para levar a diante as reivindicações da categoria confrontando diretamente a Lei de Greve a qual proibia o direito às manifestações naquele período. Aquele relato encantou-me ao mesmo tempo em que soou familiar ao remeter-me ao protagonismo da classe trabalhadora visto nas leituras, de anos atrás, dos processos trabalhistas nos arquivos do Tribunal Regional do Trabalho – TRT6.

<sup>25</sup>CARNEIRO, Op. Cit., p. 06.

<sup>26</sup>O acervo contém cerca de 20.000 processos trabalhistas e surgiu a partir de uma parceria entre o TRT-6ª Região e a Universidade Federal de Pernambuco entre os anos de 2004 e 2006. Esse convênio surgiu quando, naquela altura, um grupo de pesquisadores e professores se mobilizaram para impedir que uma grande quantidade de processos trabalhistas fossem doados como papéis velhos ao Hospital do Câncer de Pernambuco. A partir daí o arquivo adquiriu um espaço próprio para salvaguardar os processos além de corpo técnico especializado em trato e gestão documental. Inúmeros estudantes de graduação, pesquisadores, professores passaram (e passam até hoje) por esse local de grande relevância para a compressão histórica, social e jurídica do nosso Estado. Para mais informações sobre o Arquivo e sua base de dados digitalizados acessar o seguinte site: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br>. Acesso em: 19/11/2019.

A partir daí, ocorreu uma busca pelas pessoas (metalúrgicos e ex-funcionários) que tinham trabalhado no Sindicato. A visita à sede dessa instituição foi fundamental para localizar e contatar aquele pessoal que teve relação direta ou indireta com a chapa de oposição Zé Ferrugem em 1981. Exposto, nessa primeira parte, os aportes teóricos, metodológicos e as razões que levaram ao interesse e desenvolvimento dessa narrativa, procuramos dividi-la, didaticamente, em três capítulos. No primeiro momento buscamos apresentar o cenário político e econômico do golpe de 1964, esboçando o clima político anterior ao regime ditatorial e em seguida adentrarmos nas nuances, fluxos e contra fluxos do período até o período de preparação da transição democrática. Como o foco desse trabalho - entender a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos no recorte de 1979-1985 - se passa em fins do governo militar, se fez necessário discutir brevemente sobre alguns pontos considerados polêmicos e controversos quando se estuda o período em questão. Finalmente, no último capítulo nos inclinaremos sobre a trajetória do grupo dos metalúrgicos de Pernambuco apontando e discutindo alguns de seus diversos campos de atuação no contexto da retomada de lutas sindicais tomadas como reflexo e influência dos movimentos sociais e políticos que estavam ocorrendo desde 1979 e que se desdobraram ao longo dos anos 1980.

## 2 MONTANDO O CENÁRIO, ESCOLHENDO OS ATORES: O GOLPE DE 1964 ENTRE CAMINHOS E DESCAMINHOS.

A figura de João Goulart foi bastante controversa na literatura. Diversas imagens foram atribuídas ao ex-governante, desde a de vítima de um golpe articulado pelas elites nacionais e estrangeiras, ao de líder tachado de fraco com pouca (ou nenhuma) habilidade para governar, mostrando ter frágil base de sustentação assim como insuficiente capacidade de resistir às forças golpistas<sup>27</sup>. Num caminho mais progressista, acreditamos que o que Jango fez foi rever determinadas pautas sociais e políticas que historicamente excluía parcela significativa das massas brasileiras. Nesse caminho, Napolitano apresenta uma síntese sobre a situação final do governo de Goulart defendendo que

A virtude do governo Jango, (...) foi revisar a agenda da política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade. (...) tratava-se mais de uma agenda do que propriamente, de um projeto político de inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política. Entretanto, em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal-conservador e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avessos à participação das massas na política, esta mudança de agenda serviu para fazer convergir contra o governo Jango tanto o golpismo histórico, que vinha do começo dos anos de 1950, alimentado pelo medo da Guerra Fria, como eventual, engrossado no calor da crise política conjuntural do seu governo. No momento em que as esquerdas ameaçaram transformar sua agenda reformista em um projeto político de governo, o que aconteceu a partir do final de 1963, as direitas agiram. O ambiente político e o tipo de questões que estavam em jogo – voto do analfabeto, reforma agrária, nacionalismo econômico, legalização do Partido Comunista Brasileiro - não permitiam grandes conchavos à brasileira para superar a crise. Não porque os atores radicalizaram as suas posições, mas por serem inconciliáveis os valores e planos estratégicos que informavam as agendas políticas, à esquerda e à direita<sup>28</sup>.

Longe de acreditar na perspectiva de que o golpe ocorreu devido à radicalização das forças de esquerda aliadas e ao mesmo tempo críticas ao governo de Goulart, é preciso entender esse fenômeno no quadro geral da Guerra Fria, tendo-se em mente a tradição política praticada pelas oligarquias – liberais – brasileiras, as quais viam com medo e desconfiança um líder que se aproximasse de uma perspectiva mais progressista no sentido de oportunizar às massas o acesso à política.

---

<sup>27</sup> Marcos Napolitano dedica as primeiras páginas de sua obra a sintetizar as principais ideias atreladas a Goulart presente na historiografia. NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo. Editora Contexto. 2014.p. 13 – 17.

<sup>28</sup> Ibid.,p. 17.

O medo do alastramento do comunismo na América Latina era real no fim da década de 1950 e ao longo dos anos 1960. Programas como a Aliança para o Progresso, Corpos de Paz e o Acordo Mec- Usaid dentre outros tipos de programas e ações, nos dão uma noção de como essa região do continente era monitorada de perto e com muita cautela pelos norte-americanos<sup>29</sup>. No Brasil e mais especificamente no campo, as conquistas e a força das Ligas Camponesas amedrontavam os setores conservadores. Além disso, a parte urbana nos anos de 1950 e 1960 foi marcada por diversas manifestações e protestos, principalmente de cunho sindical, apoiados pelo Partido Trabalhista do Brasil – PTB<sup>30</sup> -e pelo Partido Comunista do Brasil – PCB<sup>31</sup>. Em suma, esse era o cenário naquele momento.

---

<sup>29</sup> Em seu livro **A Revolução que nunca houve**, o brasilianista PAGE, A. Joseph escreve como o nordeste brasileiro já vinha sendo monitorado desde tempos remotos. Cita, por exemplo, em sua obra o episódio do Engenho Galiléia que recebeu visita do irmão de Kennedy em Vitoria de Santo Antão, Pernambuco. A condição de miséria, seca, fome e exploração por parte de latifundiários deixava o camponês exposto à vulnerabilidade social. Esse cenário era visto com medo pelos norte-americanos pois havia ali as condições digamos que idéias para o desenvolvimento de ideias comunistas. Por isso, a chegada de técnicos, brigadas de saúde, agrônomos, financiamento de campanhas a políticos de postura conservadora e anti-comunista, e a própria criação da Sudene contou com investimento norte-americano como forma de monitorar e impedir o alastramento do castrismo na América Latina.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro. Record. 1972. Cap. 5, 9 e 10.

<sup>30</sup> O Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, foi criado em março de 1945 constituindo-se, naquela altura, um dos poucos Partidos que tinham a “permissão” para atuarem dentro dos limites impostos pelo regime varguista. Sua principal base de apoio político eram os trabalhadores que atrelados aos seus sindicatos agiam conforme os ditames do Ministério do Trabalho. Juntamente com o PSD o PTB formava a ala varguista. O primeiro era formado pelos interventores e se constituiu como um partido de cúpula governamental no Estado Novo, já o segundo, foi concebido como um grande partido de massas tendo como base o proletário urbano beneficiário da legislação trabalhista. Entre outras questões o seu programa tinha como principal foco, no momento de sua criação na primeira convenção nacional do PTB em dezembro de 1945, defender a manutenção e a ampliação da legislação trabalhista, garantir a extensão desses benefícios aos trabalhadores rurais, promover a reforma agrária, viabilizar o direito à greve mas de modo pacífico e a conciliação entre as classes sociais. Partido Trabalhista do Brasileiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB> Acessado em: 08 de Agosto de 2019.

<sup>31</sup> Fundado a partir das discussões ocorridas no Congresso de em março de 1922 no Rio de Janeiro, o inicialmente chamado Partido Comunista do Brasil Seção ligada à Internacional Comunista, tinha como meta maior, digamos assim, promover o entendimento, a ação, internacional dos trabalhadores e a organização do proletariado em partido de classe para a conquista do poder e a consequente transformação da sociedade capitalista em comunista. Alternando entre momentos de crítica/ apoio ao governo, perseguição e legalidade desde de sua criação no Brasil, o Partido mudou de nome em 1961 passando a chamar-se Partido Comunista Brasileiro na tentativa de lutar pela legalidade de seus estatutos, o partido visto pelo Código eleitoral Brasileiro como “extremista” e representar um “braço” da União Soviética por isso, submeteu-se as exigências do código brasileiro alterando sua nomenclatura. Outra mudança significativa desse partido foi o racha como em 1962 que ocorreu entre setores “revisonistas” inspirados pelos debates, críticas e análises que ocorreram no sob o episódio de denúncia de Nikita Kruschev aos crimes de Stalin no XX Congresso da Partido Comunista Soviético em 1956, e entre os stalinistas defensores da política stalinista. “A carta dos 100” foi um documento que marcou esse momento da dissidência dentro do PCB ao apresentar uma crítica à visão conciliatória de sociedade na qual via parcela da burguesia como aliada do proletário no movimento revolucionário, opõem-se a mudança do nome

Enfrentando desafios antes mesmo de sua posse, pois os comandantes militares e os setores conservadores não queriam permitir que ele assumisse o poder após a renúncia de Jango, nos primeiros dias de seu governo Jango teve dificuldades para fazer passar as suas ideias no Congresso, principalmente as que tinham relação com as Reformas de Base (e tentativa de aprovação da Reforma Agrária) e a convocação da população para uma Assembleia Constituinte. As esquerdas, por sua vez, passaram se articular politicamente em torno dessas reformas e, desse modo, constituíram um mecanismo constante de pressão sobre Goulart. Além dessas pautas, a partir de 1963 o governo também passou a lutar para conseguir controlar a inflação e retomar o crescimento com o Plano Trienal<sup>32</sup>.

O Golpe, para além de movimentação de tropas, telefonemas e articulação dos altos escalões militares, cerco às sedes dos poderes executivos, deposição do presidente eleito; deve ser analisado com todos esses elementos juntos acrescido da insatisfação de setores conservadores: a conspiração de políticos, empresários, classe média, militares, burguesia, liberais e autoritários contra Goulart que representava, segundo esse grupo, o comunismo, o desequilíbrio da ordem, as Reformas de Bases e a instalação de uma República Sindicalista ao modo peronista.

As greves, cada vez mais presentes durante o governo de Jango, eram aplaudidas pelo líder do executivo, que via nelas o caminho da participação popular na

---

do partido e passaram a reafirmar as análises que referenciavam ao marxismo-leninismo e o apoio à luta revolucionária assumindo um caráter mais radical. É dentre esse contexto que expulsos, os dissidentes liderados por Amazonas, Grabóis e Pomar fundaram em fevereiro de 1922 o Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Cf.p. SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil** – Origens, cisões e propostas. 2ªed.São Paulo. (Ano não informado). p.88 e 89.

<sup>32</sup> O Plano Trienal de dividia em duas etapas: a primeira mais restritiva e a segunda de cunho desenvolvimentista. Ou seja, inicialmente foi pensado uma política de restrição dos gastos públicos e o controle da inflação. Estava embutido nesse primeiro momento medidas de restrição salarial e controle sobre o credito e os gastos do governo. Para o segundo momento, o idealizador do Plano, Celso Furtado, pensou em retomar o desenvolvimento a partir de reformas nas partes administrativas, tributárias, bancária e agraria. Se tudo desse certo, a expectativa era de que o governo gastasse menos e com mais eficiência, os impostos seriam integrados e progressivos, a agricultura mais produtiva e as condições de credito seriam reorganizadas. Contudo, o Plano não conseguiu manter a sua meta. Goulart não encontrou apoio suficiente para fazer valer essas medidas. Inúmeros sindicatos e entidades de trabalhadores e de industriais se colocaram contra tais medidas criticando, principalmente, o corte dos salários em um contexto inflacionário. Além disso, associações e confederações comerciais ligados aos empresários não concordaram com a restrição do crédito e o controle dos preços. Passaram a ver essa medida como uma” ofensiva socializante”. O grupo formado pelo empresariado industrial, retira o seu apoio por volta de abril de 1963. Tal contexto somou-se as inúmeras insatisfações com relação ao governo Goulart, minando aos poucos, sua base de sustentação. Cf. Marcos Napolitano. p. 39.

política<sup>33</sup>. Por outro lado, as classes mais conservadoras olhavam para essa postura com desconfianças e medo. A imprensa conservadora<sup>34</sup> com seus discursos inflamados ajudou a formar a opinião pública desfavorável ao governo, acusando-o muitas vezes em seus editoriais de ter simpatias ao comunismo, de ser incapaz de conter os movimentos grevistas ou de ser o defensor das Reformas de Base. Diante desse cenário e do alarde constante sobre o presidente noticiado pelos meios de comunicação, ficava difícil para os grandes empresários acreditarem na capacidade do governo de retomar o crescimento em um ambiente seguro. Soma-se a essa desconfiança a insatisfação do capital estrangeiro com relação à política regulamentadora das remessas de lucro defendida por Goulart.

A classe média preocupada com a crise econômica que assolava no período tinha medo de perder seus privilégios e, além disso, estava assustada com as constantes manifestações de camponeses e de trabalhadores urbanos na luta por direitos e melhorias de vida. Esse grupo acreditava que o comunismo era uma ameaça aos interesses privados, à democracia, à família, aos valores cristãos, ou seja, à ordem “natural” das coisas. Falando em grupos privilegiados, não podemos esquecer o apoio do IPES<sup>35</sup> (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e do IBAD<sup>36</sup> (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)<sup>37</sup> na produção de

---

<sup>33</sup> A greve organizada pela CGT (Central Geral dos Trabalhadores) em apoio a greve de enfermeiras e de funcionários de hospitais em Santos foi duramente reprimida por Adhemar de Barros e pelo Exército. Esse episódio nos dá conta um sinal de que os militares não estavam satisfeitos com a participação dos trabalhadores na política.

<sup>34</sup> O Jornal do Brasil teve grande participação na veiculação de uma imagem negativa sobre o governo de Jango. Foi ficando cada vez mais frequente no discurso da imprensa, que as Reformas de Base eram medidas comunizantes, nas quais buscavam acabar com a propriedade privada além de estimular a subversão da ordem social. Além disso, diversos editoriais passam a difundir a ideia de que o governo prepara um golpe com o apoio dos sindicatos, visando assim a sua permanência no poder. Em Pernambuco não era diferente.

<sup>35</sup> O IPES foi fundado em 1962 no Rio de Janeiro por um grupo de empresários preocupados com os rumos do país nas mãos do que consideravam um governo simpático e aliado aos sindicatos, defensor das reformas de base e a crença de que o país caminhava para o comunismo tudo isso aliado às altas taxas de inflação fizeram com que os empresários cariocas juntamente com os de São Paulo lançassem uma intensa campanha antigovernamental contra Goulart, munindo-se dos mais diversos meios de comunicação como livros, filmes, publicação de artigos nos principais jornais de circulação, financiamento de Conferências públicas, cursos e seminários, distribuição de panfletos e folhetos anticomunistas na defesa da democracia contra o governo de Jango. Atuou ainda como agente financiador de grupos e movimentos contra o governo Goulart como os Círculos Operários, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPÊS-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Cf. PAULA, Christiane Jalles de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/Jango/artigos/> Acessado em: 08 de Agosto de 2019.

<sup>36</sup> O IBAD foi criado desde o governo de Juscelino Kubitschek, ou seja, em maio de 1959, por um grupo de empresários nacionais e internacionais que viam com desconfianças a postura populista do presidente e que temiam a inflação alcançada naquele período. Com o objeto de interferir nos rumos econômicos e políticos do

materiais e na articulação de setores da sociedade (militares, empresários e setores civis)<sup>38</sup> afinados contra o comunismo e as medidas reformistas.

Ambos os Institutos eram financiados pela CIA. Dali saiu a conspiração formada por militares, grandes empresários ligados ao capital internacional, setores da classe média e sindicalistas anticomunistas capazes de se organizar em torno de um discurso golpista. Percebiam as reformas de Base como um alinhamento ao comunismo internacional, enxergando em Jango a figura de um líder refém dos sindicatos e da herança dos elementos populistas de esquerda, considerado pelos conservadores como corrupto. Juntando-se a esse rol de conspiradores os produtores rurais fechavam o time contra o governo. O discurso antigovernista e antirreformista não passou incólume pelos grandes proprietários de terra, que nitidamente não concordavam com o projeto de Reforma Agrária.

Cada vez que Jango se percebia mais isolado. Na medida em que se aproximava mais das esquerdas, piorava sua sustentação no governo. Sua participação nas ruas em comícios e em assembleias populares aumentava as desconfianças dos seus opositores que passaram a acreditar que o país estava prestes a vivenciar um golpe à esquerda. A partir daí o golpe foi tomando forma e fisionomia, e, segundo o imaginário dos golpistas, se fazia necessário concretizar uma medida enérgica e radical de tomada de poder como caráter preventivo, a fim de salvaguardar a democracia, a liberdade e os demais valores cristãos e ocidentais. Por outro lado, o governo se viu, gradativamente, sendo pressionado pelas esquerdas radicais que alimentavam a ideia de passar as Reformas no Congresso na “marra”, ou seja, impô-las por medida presidencial ou levá-las a uma Constituinte que reformaria a Carta de 1946.

As esquerdas, embora comungassem de algumas ideias àquela altura, dividiam-se entre setores mais radicais (aproximando-se da ideia de revolução, de dissolução do

---

país o grupo passou a financiar, principalmente a partir do governo de Goulart, programas de rádio, televisão, matérias de jornal e candidatos políticos passaram a receber financiamento para suas campanhas contra políticos considerados, pelos ibadianos, comunistas. Cf. PAULA, Christiane Jalles de. **O** Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/> Acesso em: 08 de Agosto de 2019.

<sup>38</sup> René Dreifuss na obra 1964: A conquista do Estado, analisa pormenorizadamente a formação e atuação do que chama de elite orgânica, que atuou a partir do IPES e do IBAD com vistas a agir contra as reformas e favorecer o capital multinacional e associado atuando inclusive dentro das Forças Armadas. Cf. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

Congresso Nacional e da convocação da população para votar em uma nova Constituinte a fim de fazer passar as reformas de base) e entre aqueles mais alinhados ao reformismo de Goulart. As críticas que faziam ao governo consistiam, principalmente, em vê-lo assumir uma postura conciliadora com os setores conservadores e de perceber o Congresso como uma peça elementar que dificultava a aprovação das Reformas.

É interessante destacarmos aqui que Jango ao longo do seu mandato presidencial, a contragosto e críticas das esquerdas mais acentuadas, não realizou nenhum tipo de ruptura radical com as instituições, mantendo-as em seu pleno funcionamento. A linha adotada pelo governo buscou manter um canal sempre aberto para a negociação mesmo em situações delicadas quando, por exemplo, das inúmeras tentativas desafiadoras de sensibilizar o Congresso Nacional, principalmente nos episódios das Reformas de Base e do Plano Trienal.

Assim como as esquerdas, os militares, até 1964, também não eram um grupo coeso e coerente embora, em sua grande maioria, muitos fossem afinados com a postura conservadora e anticomunista. Havia aqueles que seguiam a vertente nacionalista, outros estavam ligados ao comunismo e ocupavam postos políticos no governo Jango e, por fim, existia outros que se organizavam em torno das reformas de base. Era o caso dos sargentos, cabos e soldados da Marinha e do Exército. Simpáticos ao nacionalismo e às reformas de base, os militares adeptos a essas ideias não representavam uma força capaz de frear o discurso conservador e golpista. A fragilidade girava em torno do problema de não terem liderança frente às tropas por se tratarem de cargos de natureza muito mais simbólica ou política. Desse modo, o governo não podia contar, inteiramente, com o apoio de parte do exército ao seu lado.

A crise de governo se acentuou não apenas pelas mobilizações e opiniões dos diversos grupos e atores antirreformistas e conservadores de posicionamento contrário ao governo, mas a própria ação de Jango, nos idos de 1964, ao se aproximar das ruas e dos comícios contribuiu para aumentar as desconfianças de um golpe à esquerda perpetrado pelo presidente mas apoiado pelas esquerdas radicais e principalmente pela CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Um governo que dialogava ao invés de reprimir os movimentos de rua, e que, em certos momentos se mostrava sensível aos anseios e pressões dos principais setores sindicais daquela época, não poderia encontrar receptividade nos meios políticos, sindicais, empresariais, militares e civis de postura mais conservadora, o que incluía parte da Igreja Católica.

O Comício da Central em prol das Reformas que contou com mais de 200 mil participantes (dentre os quais algumas lideranças políticas e de movimentos sociais de destaque naquela época como Miguel Arraes, Brizola etc.) acirrou ainda mais os ânimos contra o presidente. A partir daí o golpe foi adquirindo contornos mais definidos e sua materialização ficava cada vez mais concreta. Além dos palanques outras medidas adotadas pelo governo que também desagradaram seus opositores declarados ou não, consistiram em se valer de suas prerrogativas constitucionais para viabilizar a desapropriação de terras ociosas às margens das rodovias federais com o objetivo de legitimar a reforma agrária, além de congelar o preço de alugueis. Medidas vistas com bons olhos pelos movimentos sociais e grupos de esquerda, mas que certamente não foram aplaudidas pelos seus opositores.

As forças conservadoras não deixaram passar incólume o episódio do comício em prol das reformas de base na Central do Brasil. A resposta chegou num dia escolhido a dedo, no dia do padroeiro da família, São José. Com apoio de mais de 100 entidades civis formadas principalmente por mulheres, empresários, líderes religiosos, jovens da pequena e grande burguesia marcharam, unidos, pelas ruas de São Paulo no dia 19 de março, impondo seus cartazes de crítica ao Governo Goulart e às reformas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O que estava em jogo para a temerosa elite conservadora era o perigo do comunismo para a família, a democracia e a religião. Os efeitos da rua, no dia seguinte à marcha, animaram os golpistas. Em nota, o golpista e futuro presidente general Castelo Branco, lançou um depoimento à sociedade alertando-a para “duas ameaças” futuras: a promulgação de uma Constituinte de caráter revolucionário e violento capaz de dar a largada para as reformas de base; e as agitações causada principalmente pela CGT consideradas, por ele, ilegais.

Outra questão que acirrou ainda mais animosidade dos altos escalões militares contra o governo consistiu na postura ambígua do presidente ao grupo rebelado de marinheiros que reagiam contra o código disciplinar da Marinha e que também reivindicavam por condições melhores de trabalho, além de se colocaram a favor das reformas de base. Inicialmente não reprimiu os insubordinados, o que causou grande revolta por parte do oficialato. Por outro lado, ordenou a prisão dos envolvidos agraciando-lhes, em seguida, com a anistia. Ainda nos três primeiros meses de 1964, mais especificamente no dia 30 de março, as vésperas do Golpe, outro acontecimento surgiu para deteriorar ainda mais a imagem do presidente frente aos militares: seu apelo do presidente aos sargentos e suboficiais da Polícia Militar na sede do Automóvel Clube solicitando apoio às reformas dentro da ordem e dos princípios cristãos.

Isso foi considerado como uma afronta pelos militares, uma quebra na cadeia de comando hierárquica, revelando que o governo caminhava aliado com ideais comunistas e de desordem.

Todos esses fatos, isoladamente e em conjunto, contribuíram para agravar o contexto geral da política aprofundando-a em uma crise interna cada vez mais difícil de ser contornada pelo presidente deixando-o cada vez mais comprometido em seus atos. Os Estados Unidos a tudo acompanhavam. Desde a tomada e desapropriação do Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão nos anos de 1950 que o nordeste passou a ser alvo das constantes investidas (de pessoas e principalmente econômicas) seja na forma de Programas (Aliança para o Progresso, voluntários dos Corpos de Paz, Acordo Mec- Usaid) como na política local patrocinando campanhas de políticos que se apresentavam contra as reformas do governo e o comunismo. O risco de “comunização” na região era alto e os norte-americanos não estavam dispostos a ver o país, de dimensões continentais, em alinhamento com Cuba ou a União Soviética. Era preciso se manter vigilante nos assuntos políticos do Brasil.

Além disso, as constantes correspondências entre o embaixador Lincoln Gordon deixavam a Casa Branca sempre a par de toda movimentação do governo, do Congresso e também dos movimentos sociais<sup>39</sup>. O teor das correspondências era claro: o embaixador estava convicto e alertava o presidente norte-americano de que João Goulart preparava um golpe com o apoio das esquerdas com o objetivo de fechar o Congresso.

Além das conspirações externas (que se articularam com as internas) muitos foram os grupos de conspiradores brasileiros. Havia aqueles que orbitavam em torno de Carlos Lacerda, os que eram dirigidos por Castelo Branco. Outros eram coordenados pelo general Costa e Silva e havia os que se aglutinaram com Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) e com o general Olímpio Mourão Filho. Mas, naquela foi o grupo de Castelo Branco se mostrou mais organizado para garantir, no dia 1º de abril, a rebelião militar em prol da “democracia”. Cercado por opositores numerosos e ferozes e vendo seus aliados passarem para o lado golpista, Jango optou por não convocar as poucas forças que lhe eram fieis a

---

<sup>39</sup> O livro **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano** da autora Carla Simone Rodeghero trata das correspondências que foram trocadas durante anos entre a embaixada americana no Brasil e Washinton. Para tanto, a autora se baseou em farta documentação diplomática na qual revela a intensa e minuciosa comunicação entre os países. Essa obra, dentre outras questões nos dão conta de que, a todo tempo, os EUA sabiam do que acontecia no Brasil desde os idos de 1950. Não nos resta dúvida, ao ler a obra de Rodeghero, de que os norte-americanos sabiam da articulação golpista e que dela também participaram. RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano 1945-1964**. Porto Alegre. UFRGS. 2007.

resistir. Preferiu se afastar e voar para terras tranquilas: sua fazenda no sul do país. Como bem sintetiza Caio Navarro de Toledo, o que tivemos foi um “golpe contra as reformas e a democracia”<sup>40</sup>, estancando o debate e as iniciativas relativas às reformas de base, à ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais, expressas nas ações sindicais com vistas a conquistas de caráter econômico mas também de caráter político, que iam desde greves até campanhas pelas reformas, como a reforma agrária, defendida amplamente pelas Ligas Camponesas e inúmeros sindicatos rurais.

No Rio de Janeiro, a autodenominada Revolução Redentora comemorava a sua primeira vitória. Dali em diante o comunismo estaria com os dias contados e a subversão seria controlada. Livre dos políticos simpáticos ao governo de Goulart ou às suas reformas, as forças conservadoras do Congresso trataram de afastar os indesejados<sup>41</sup> e logo prepararam eleições indiretas para presidente. Em abril de 1964 Castelo Branco assumiu o governo sendo eleito com 361 votos a favor contra 72 abstenções. Dado o golpe, ainda se fazia necessário desarticular os movimentos sociais e de esquerda, neutralizar a força militar revolucionária e das elites intelectuais e políticas que aderiram ao discurso reformista de Jango. As primeiras cassações enveredadas por aquele governo tinham como metas “sanear” a sociedade brasileira do comunismo e das agitações de rua. Para tanto foi necessário criar toda uma estrutura organizacional, que estivesse, principalmente, atrelada com os novos interesses nacionais de segurança e de desenvolvimento com o capital externo. Além disso, se fez necessário “chamar” os articulistas do golpe para comporem assento na participação (gestão) da nova ordem brasileira, mas sem perder de vista o caráter repressor presente desde as primeiras horas do Golpe de 1964<sup>42</sup>.

Para esse primeiro momento do golpe, a Escola Superior de Guerra – ESG -se apresentava como instrumento ideal para garantir a disseminação do ideal do novo regime que se instalara com autodenominada “revolução”. Ela seria responsável não apenas por orientar a rede de informação ligado aos órgãos de segurança (DOPS – estaduais, Polícia Federal, Forças Militares, Polícia Política), mas também a principal e oficial fonte difusora da ideologia

---

<sup>40</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964, o golpe contra as reformas e a democracia In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) **O Golpe e a ditadura militar** – 40 anos depois. Bauru, SP: Edusc, 2004.p.67.

<sup>41</sup> Naquela altura 40 políticos tiveram seus mandatos cassados.

<sup>42</sup> É importante lembrar que em Pernambuco, já no dia 1º de abril, dois estudantes foram assassinados em um protesto contra o golpe em apoio ao governo de Arraes.

nacional calcada na segurança e no desenvolvimento do capital. Em sua obra, Marcília Gama (2014) indica os elementos norteadores da ESG a qual se coloca como

Importante núcleo formador de opiniões, de visão de sociedade e, por extensão, de comportamento, através dos discursos proferidos, das palestras e cursos ministrados por civis e militares sobre a doutrina de segurança nacional, justificativa maior da existência de práticas que irão silenciar a oposição na sociedade. Na doutrina da Segurança Nacional é que vamos localizar onde se respalda a lógica policial – militar que irá agir junto à sociedade no combate às forças identificadas por ela como ameaças à segurança do país<sup>43</sup>

Ao falarmos dos primeiros quatro anos do governo militar, especificamente durante o mandato do General Castelo Branco, é necessário desmistificar a visão criada há mais de quarenta anos do golpe e que foi amplamente difundida pela Folha de São Paulo em 2009. O referido jornal instaurou uma verdadeira polêmica ao afirmar que os primeiros anos do governo ditatorial poderia ser considerado uma “ditabranda,” aliviando dos ombros dos golpistas qualquer tipo de culpa ou excesso cometido naquele momento, diminuindo-lhe, assim, o caráter autoritário. Vinculado a esse discurso, um outro passou a circular nos meios acadêmicos e de comunicação em geral que considerava 1968 o marco de um governo verdadeiramente repressor e protagonista de um “terror de Estado<sup>44</sup>”. Afinal, que seria os primeiros anos do regime se comparados aos “anos de Chumbo,” quando recaiu sobre a “pátria mãe gentil” o famigerado AI- 5?

É claro que a fase de censura rigorosa não estava presente no primeiro momento do governo golpista, mas, é preciso ter cautela ao fazer afirmações gerais, como a da Folha, na qual protagonizou naquela época, um olhar pouco criterioso para os acontecimentos de ordem política, econômica e social do governo Castelo. É sobre essas questões que pretendemos tratar nas próximas linhas mesmo que de modo sucinto. Ao chegar no governo apoiado por uma coalizção militar, formada por forças divergentes quanto a uma maior “linha dura” ou não (liberais e autoritários), Castelo ao longo de seu governo balançou entre esses dois lados estabelecendo concessões entre eles, ora para um lado ora para o outro.

Primeiramente é necessário ter em mente que Castelo Branco, embora tenha se falado que estava comprometido em defender a democracia, pouco fez para que essa ideia se materializasse. E como isso seria possível, se Goulart, que havia sido eleito democraticamente fora aliado do poder pela força das armas? Lembremos que em seu governo medidas

<sup>43</sup> SILVA. Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife. UFPE. 2014. p. 34.

<sup>44</sup> NAPOLITANO. Op.cit., p. 70.

importantes de consolidação do golpe foram tomadas tais como: a proibição das atividades políticas estudantis, a extinção dos partidos políticos permitindo apenas o formado do bipartidarismo composto por uma “oposição” consentida e vigiada; a imposição de uma nova Constituição que legitimou e delineou novos direcionamentos; o Ato Institucional nº 2; a Lei de Segurança Nacional gestada na Escola Superior de Guerra; além das práticas de tortura que já desde o início eram levadas pelo primeiro governo.

Castelo equilibrava-se no ceio do jogo de pressões e interesses entre civis e dentre os muros do quartéis e cedeu aos anseios de um certo grupo de militares considerados radicais por se colocarem abertamente adeptos às práticas punitivas e repressivas. Estava aberto assim, desde os primeiros passos do golpe enquanto governo revolucionário vitorioso, o projeto repressivo. Esse pensamento rompe com a ideia de que só a partir de 1968 é que o golpe tivesse assumido posturas e práticas mais duras em resposta a onda de manifestações sociais, dentre elas as estudantis, e as greves de trabalhadores em São Paulo. Sobre essa postura já presente no primeiro governo ditatorial, o historiador Carlos Fico reforça que

(...) Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaços de poder. Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios, pois informa que o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da teses que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo o qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior<sup>45</sup>.

Veremos que a partir de 1966 esse jogo político de equilíbrio foi se desgastando e se apresentando de forma insustentável frente ao crescimento das oposições tanto de setores à esquerda como de liberais acrescido da insatisfação nos quartéis. É fato que o governo se via dividido entre não radicalizar o movimento revolucionário chagando ao ponto de desencadear uma repressão generalizada (atitude que deixaria satisfeita a ala autoritária do exército), mas também não queria aceitar críticas ao golpe, muito menos permitir a agitação das ruas causadas pelos movimentos sociais sob pena de perder o apoio dos quartéis e da classe média. É sob essa perspectiva e alicerçado nessa rede de sustentação que o governo buscou desarticular os movimentos sociais (operário, camponês, estudantil); cassar via IPM (Inquéritos Policial- Militares) os ideólogos, tecnólogos e políticos do governo deposto e às suas ideias reformistas mas, mantendo certa liberdade de expressão com a finalidade de buscar aceitação dentre a sociedade. Talvez seja por causa desse posicionamento

---

<sup>45</sup> FICO. Carlos, apud SILVA, Marcília Gama. Op.cit. p. 275.

“equilibrado” do governo que artistas, intelectuais e jornalistas puderam continuar se manifestando com relativa liberdade no período compreendido entre 1964 à 1968. Ocorreram episódios nos quais os conflitos entre oposições, instauração de inquéritos policiais e censura a determinadas obras artísticas foram realizadas mas nada comparado ao período do AI- 5.

Embora tenha sido conhecido como um ditador de “linha branda” foi durante o governo de Castelo que a perseguição aos subversivos foi instaurada. O inimigo nacional precisava ser (re)conhecido e combatido e, para tanto o governo chancelou a Lei de Segurança Nacional além dos quatro Atos Institucionais que foram implementados em seu mandato. A nova Constituição e a Lei de Imprensa configuraram elementos fundamentais na pauta repressiva daquele momento. Os Inquéritos Policiais Militares cresceram exponencialmente bem como o número de militares cassados e afastados. Muitos dirigentes sindicais foram presos, perseguidos já nos primeiros dias e um grande número de sindicatos sob intervenção federal via Ministério do Trabalho.

Naquele momento, o ambiente criado pelo golpe priorizava a vigilância. Determinados comportamentos passaram a ser exigidos pelas autoridades sendo impostos mas também difundidos e modificados pela sociedade. A produção da informação ganhara relevância para fins de monitoramento dos grupos tornando possível a identificação de práticas subversivas. Em outras palavras, com o golpe, instalou-se um “eterno” estado de vigilância na medida em que essa prática não foi apenas mantida, pelos meios oficiais de poder dentro da estrutura social. A ditadura foi brilhante em não apenas criar um aparato estrutural de segurança aliado a uma nova ideologia de estado como também foi exemplar em instalar um estado de alerta e de vigilância em toda a população. O inimigo ou o comportamento a ser evitado era o subversivo.

No campo da política externa vimos que o alinhamento brasileiro com os norte – americanos foi providencial. Buscou-se, inicialmente, conquistar o investimento e o apoio financeiro dos EUA com o objetivo de abrir, sem freios, a economia brasileira ao capitalismo americano, embora essa postura não tenha sido unanimidade dentre alguns militares nacionalistas. Para retomar a confiança dos investidores internacionais e controlar a inflação do período, o governo acreditava que era necessário modernizar o país adequando-o aos moldes capitalistas. Medidas pouco populares foram tomadas como a aplicação de uma agenda recessiva: congelamento de salários, controle dos gastos públicos e um ajustamento fiscal.

Por outro lado, o alinhamento com o parceiro econômico do norte trouxe alívio para um país que estava há anos, sendo prejudicado com as altas taxas de inflação. Tendo à frente dos principais ministérios (Fazenda e Planejamento) dois liberais pró-norte-americanos, o país entrava nos trilhos puxado pelas regras do grande capital. Uma das primeiras medidas de Castelo foi revogar a polêmica remessa de lucro das empresas estrangeiras pauta essa que causou grande descontentamento e aumentou a crise política de Jango. Como forma de virar a página do governo anterior, os bancos e agências internacionais apoiavam de forma positiva o governo golpista liberando centenas de milhões de dólares que tinham sido bloqueados no governo de João Goulart. Era o início da “grande abertura ao capital internacional liberal” e o fim de um projeto voltado para o nacional-desenvolvimentismo.

Esse alinhamento com o capital externo sem freios foi extremante prejudicial ao trabalhador que teve seus rendimentos congelados e reajustados de acordo com um cálculo baseado na média da inflação passada com a expectativa de inflação futura, de modo que o trabalhador era sempre o prejudicado. Sem poder recorrer ao apoio de seus sindicatos amordaçados pela repressão, os trabalhadores se viram numa posição muito difícil, sem chances de realizar manobras. Além do mais, o fim da estabilidade com a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) o mercado encontrava um caminho flexível sentindo-se muito à vontade para demitir os empregados em caso de recessão ou perda de lucro. De acordo com essas medidas ficou muito claro que não estava nos planos desse governo dividir as fatias do bolo com os trabalhadores, quando ele crescesse.

Uma política voltada para reformas conservadoras e para a acumulação de capital na qual buscava neutralizar a pressão dos trabalhadores por uma distribuição econômica e política mais equânime, exigia uma ditadura de longo prazo que não agradou a determinados setores que acreditavam em uma medida interventora rápida, capaz de sanar o problema da desordem social, saindo de cena em seguida. A sequência de Atos Institucionais deixava claro que o regime não era temporário. Por meio desses decretos o governo foi se fortalecendo concentrando poderes em si, suspendendo os direitos e liberdades dos cidadãos, enrijecendo as penas daqueles que cometiam crime político, esvaziando do povo o direito de escolher os seus representantes de forma democrática.

Os Atos, de um modo geral, serviram para dar amparo jurídico, mesmo que de forma autoritária, à figura do poder Executivo. Os atos formaram a tessitura jurídica capaz de normatizar e regulamentar os passos a serem tomados pela nação. Além disso, o Conselho

Nacional de Segurança criado para amparar a Lei de Segurança Nacional instaurou um estado de vigilância constante na sociedade transformando todo cidadão, ao mesmo tempo, em suspeito e vigilante. A nova Constituição sancionada pelo Congresso, além de definir as eleições como indiretas também colocou sobre as mãos do Executivo o poder de propor emendas constitucionais. Foi sob toda essa nova estruturação econômica, política e jurídica que os primeiros anos do regime liderado por Castelo Branco pode ser considerado o período em que mais se cassou mandatos parlamentares e direitos políticos dos cidadãos. Além do mais, as denúncias de tortura nas instalações militares já se faziam presentes nesse momento e ganhavam cada vez mais espaço dentre a população. Esse cenário nos leva a crer que é inconcebível levantar a bandeira da “ditabranda” afastando-nos assim de interpretações minimizadoras sobre esse governo.

A crise de sucessão de governo de Castelo para o “linha dura” Costa e Silva é marcado pela perda da rede de apoio do primeiro, apoio esse que se mostrou forte e coeso no momento do golpe mas que foi minando ao longo do tempo motivado por diversos fatores. O fato é que a cada Ato Institucional o governo ia se tornando mais impopular diante, principalmente, da classe média. Nesse período até mesmo jornais como o Correio da Manhã que tinham apoiado o golpe contra o presidente Goulart passaram a criticar as ações do governo.

Carlos Lacerda, antigo apoiador do golpe passou, a partir de 1966, a fazer oposição a Castelo Branco juntamente com JK (cassado e residente em Portugal) e João Goulart (que havia ficado em Montevideo). Nesse contexto de oposição, até mesmo o Congresso protagonizou momentos de choque com o poder Executivo colocando-se contra a cassação de mais parlamentares. No campo da esquerda, o PCB declarou e oficializou em documento realizado em maio de 1965 a resistência ao golpe aos moldes pacíficos. Acusava a ditadura de ser entreguista e alinhada com o capitalismo norte-americano e apregoava a união entre as mais diferentes forças na luta contra o regime. O Movimento Nacional Revolucionário formado basicamente por ex-militares expulsos após o golpe, representou outra força de esquerda na luta de resistência contra o governo. Com vida curta, os revolucionários se dissolveram em 1967 e muitos dos seus quadros seguiram para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> A Vanguarda Popular Revolucionária VPR – conhecida por seu militantes por a “organização” ou “O” formase a partir de membros dissidentes da POLOP, de uma grande parte de sargentos e sub-oficiais do Movimento

Costa e Silva assume o governo em 1967 diante dessa onda de oposição crescente por parte da sociedade civil. Dentre esses setores estavam a Igreja, os estudantes e intelectuais. O Congresso ainda continuava fazendo oposição as cassações de seus colegas mesmo diante dos sinais de mudança positiva na economia que apontavam para a queda nas taxas de juros conforme a atuação do ministro Delfim Neto. No campo do trabalho, Jarbas Passarinho se comprometeu em rever a política salarial do governo antecessor. Já na política externa, o Chanceler Magalhães Pinto se inclinou para o nacionalismo afastando-se do eixo Brasil- Estados Unidos. Todavia, esses novos rumos não eram suficientes para conter os velhos anseios e críticas ao governo ditatorial instalado em 1964.

O afastamento, no campo das relações internacionais foi um traço de ruptura com relação ao governo anterior. A equipe de Costa e Silva buscou “*consolidar o papel do Estado na economia*” criando “*estatais nos setores estratégicos, que não interessavam ao capital estrangeiro nem ao capital privado nacional*”<sup>47</sup>. A política externa voltada para a autonomia e para o desenvolvimento não agradou a Washington. O discurso do Brasil na Conferência da Organização das Nações Unidas a ONU, para o Desenvolvimento, era de que o impasse entre EUA e URSS fazia

Emergir o antagonismo Norte – Sul e, em função disso, definia-se como nação do Terceiro Mundo e propugnava uma aliança com este, visando a alterar as regras do injustas do sistema internacional.<sup>48</sup>

Ao assumir uma postura mais independente, Costa e Silva distanciava-se, um pouco, da postura de seu antecessor no que tange a relação Brasil-EUA. Contudo, o que não era novo era a permanência das críticas que Costa e Silva herdara de Castelo. A insatisfação vindo de diversos setores da sociedade só fazia aumentar.

A Frente Popular juntamente com o movimento estudantil principalmente o universitário realizavam inúmeras pressões ao novo governo. Quando proibida, em 1968 de

---

Nacionalista Revolucionário (promovido por Brizola) e pelo Grupo de Osasco a qual integravam ex-dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco que foram cassados com a instalação do regime de 1964 e membros da comissão de fábrica. Dentre os seus membros, um dos mais conhecidos foi o Capitão Lamarca. A VPR foi responsável por algumas ações militares como a apropriação de fuzis FAL do Hospital Militar do Cambuci –SP em junho de 1968 e a destruição do muro do QG do IIº Exército por um caminhão de explosivos. Com a paulatina prisão dos membros dessa organização devido delação de um de seus membros, os poucos remanescentes se fundiram com outros integrantes da COLINA resultando na criação da Vanguarda Armada Revolucionária a VAR-PALMARES.

<sup>47</sup>VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O regime militar brasileiro e sua política externa In: FILHO, José Roberto Martins (Org.). **O Golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas**. São Paulo. EduFSCar.2006. p. 147.

<sup>48</sup> Ibid.,p. 147.

continuar atuando em sua Frente, o movimento estudantil apoiado pela classe média, tomou as rédeas da resistência passando a realizar protestos dentro e fora das Universidades. A morte do estudante paraense Edson Luís no Rio de Janeiro devido a um confronto com a polícia durante uma manifestação em março de 1968 foi o estopim que desencadeou uma onda de protestos pelo país resultando em violentos confrontos, prisões e aberturas de inquéritos policiais. A passeata dos Cem Mil em junho de 1968 conseguiu atrair grande parte da sociedade mas não puderam dar continuidade graças a proibição expressa, no mês seguinte, da realização de passeatas expressamente proibidas pelo governo Federal. Mesmo assim, naquele ano, houve uma articulação dos movimentos estudantis de forma mais combativa, pela repressão que invadiu a diretórios e prendeu as suas principais lideranças. Nesse momento também foi muito comum a entrada de estudantes em organizações de esquerda ligadas à luta armada como forma de resistência à ditadura, tendo a perspectiva de construção de uma alternativa para o país de caráter socialista.

Intelectuais e artistas também teceram críticas ao governo junto aos trabalhadores, que já vinham num processo de reorganização, como os de Contagem – MG e em Osasco – SP os realizaram greves por melhores condições salariais. Sofrendo intervenção em seu órgão de representação, os militares entraram na fábrica ordenando a desocupação da mesma. O Congresso, mais uma vez, se opôs à cassação de outro parlamentar contrariando as ordens do poder Executivo. É dentro dessas questões que o AI- 5 foi gestado. A partir dele, a relativa “liberdade” de protestar passou a ser sufocada com intenso tendo como principais alvos os artistas, estudantes, intelectuais, jornalistas, juízes, membros da Igreja Católica, políticos além do movimento operário.

Marcado tradicionalmente pelas suas lutas e pela presença de Partidos como o PCB e o PTB em seus sindicatos e articulações, o movimento operário e sindical logo após o golpe sofreu violenta repressão contra suas organizações. Sindicatos tiveram suas sedes destruídas ou fechadas bem como a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e as CPOS (Comissões Permanentes das Organizações Sindicais) escaparam do olhar afiado da repressão. Subversão e má gestão dos fundos das entidades foram algumas das justificativas apresentadas para legitimar as intervenções. Com as principais lideranças dos sindicatos presas e sem a presença dos grupos de esquerda, o movimento sindical passou a ser coordenado por interventores escolhidos a dedo pelo regime. Iniciava-se a era de um sindicalismo distante de seu passado de lutas e conquistas, pelo menos por enquanto. A lei de greve e a eterna ameaça de repressão contribuíram para imobilizar o movimento operário já

fragilizado com o golpe. A situação de medo e perseguição gerada pelos golpistas aos trabalhadores foi tamanha que chegou a abalar as eleições sindicais. O clima de caça e a ameaça aos sindicalistas mais aguerridos era tanto que

O sindicato dos metalúrgicos da capital paulista, por exemplo, que teve cerca de 1.800 sócios perseguidos, muitos presos, outros acusados de comunistas ou de terem vínculos com eles, passou a ter dificuldades de encontrar lideranças para concorrer às eleições da categoria. O resultado desta situação foi um esvaziamento geral das entidades, que se expressava principalmente pelas assembleias vazias, contrastando com a realidade anterior ao golpe. Para conseguir realizar o processo eleitoral, os novos dirigentes indicavam sindicalistas que não foram perseguidos e se uniam formando chapa única, em alguns casos, com o propósito de defender os direitos dos trabalhadores, mas sem entrar em conflito com a ditadura<sup>49</sup>.

Porém, o silêncio foi rompido em 1965, quando os metalúrgicos de Osasco e de Guarulhos, cumprindo todos os rituais legais, conseguiram 80% de aumento em pleno contexto de arrocho salarial. Essa vitória animou os sindicatos naquela altura trazendo certa esperança. A implementação da perda da estabilidade com a criação do FGTS não foi aceita de modo passivo pelos trabalhadores. Essa medida foi acompanhada de debates e discussões que viam nisso uma grande desvantagem ao trabalhador sendo explorado pelas exigências de produtividade do capital estrangeiro. Piorando a situação dos trabalhadores, ainda em 1965 e no ano seguinte, o arrocho salarial, criado como medida do governo, houve queda nas vendas o que gerou alta no desemprego. Como forma de lutar pelos direitos dos trabalhadores, grupos de esquerda, que não podiam assumir uma postura mais formal, passaram a estimular a formação de oposições para concorrerem as eleições sindicais. A partir de 1967 e principalmente em 1968 várias oposições foram se organizando para concorrer às eleições, como foi o caso da oposição que venceu em Osasco.

Mesmo sem poder contar com os interventores para mediar os conflitos entre patrões e empregados, mesmo correndo risco de ser pego pela repressão e sem poder contar com nenhuma organização partidária ou diretoria de entidades de classe, de 1967 à 1968 as mobilizações dos trabalhadores só fazia aumentar. As oposições cresciam e se multiplicavam. O momento parecia favorável à organização dos trabalhadores. Externamente o imaginário da vitória das revoluções cubana e chinesa ainda eram recente, as guerrilhas pela América Latina ganhavam espaço, e as mobilizações na França chegavam ao Brasil e traziam ares de esperança e incentivo frente ao arrocho salarial, o desemprego e a repressão. Internamente, o movimento estudantil ganhava força promovendo diversas atividades e protestos contra a ditadura. Vários grupos de esquerda foram criados nesse momento e ajudaram a engrossar o

---

<sup>49</sup> MOMESSO, Luiz. *Lutas e Organizações Sindicais em 68, apesar da Ditadura*. In: Revista Clio. Nº 26.1.2008. Editora Universitária. Recife. p.158-159.

caldo da oposição. Nesse contexto mas no interior das fábricas, surgia os grupos de fábricas, embrião das comissões de fábrica, que se organizavam em torno dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores. Durante 1967 e principalmente em 1968, surgiram diversas mas pequenas mobilizações e greves de curta duração em determinadas fabricas e seções.

Os grupos de fábrica agiam de modo clandestino devido à repressão. Realizavam diversas atividades dentre elas a confecção e distribuição de jornaizinhos que alertavam a classe trabalhadora para as dificuldades na fábrica. Denúncias e informações faziam parte do editorial dos jornais que eram deixados em locais por onde os operários passavam. Em 1968 o movimento operário continuava a crescer chegando a ensaiar algumas articulações apesar das adversidades. Como forma de estratégia, evitava-se pequenas greves e de curta duração como forma de impedir a demissão dos líderes o que levaria ao enfraquecimento político do movimento ainda fragilizado pela ditadura. Entre 1965 e 1968 foram realizadas uma média de 76 greves em fábricas<sup>50</sup>. Entre as mais importantes ocorreram na Ford-Willys e na Volkswagen motivadas pela insatisfação salarial. O PCB e a AP (Ação Popular)<sup>51</sup> tiveram participação nessas greves. Contudo, as greves de Osasco e a de Contagem roubaram a cena naquela ocasião. Ambas envolveram grande contingente de trabalhadores, se organizaram internamente e fizeram reféns alguns diretores. Foi um ato audacioso que não tinha ocorrido até aquele momento. A ação que ocorreu em Contagem, em abril de 1968 foi considerada vitoriosa pois ali os trabalhadores conseguiram o abono desejado. Em Osasco, no dia 16 de julho do mesmo ano, contando com o apoio das Ação Libertadora Nacional (ALN)<sup>52</sup>,

---

<sup>50</sup>MOMESSO, Luiz. Op. Cit., p.166.

<sup>51</sup> Ação Popular formou-se a partir de um Congresso Nacional que ocorreu em 1962 em Belo Horizonte. Seus quadros foram constituídos principalmente por militantes da Juventude Estudantil Católica (JUC) e pela Juventude Estudantil Católica (JEC) sendo essa organização reflexo do fortalecimento da esquerda católica dentro do movimento estudantil. Até o golpe de 1964 os presidentes da UNE (União dos Nacional dos Estudantes) eram oriundos dos quadros da AP. Inicialmente, a AP buscou diferenciar-se do marxismo, porém, sua visão de política era revolucionária baseada na transformação radical que promovesse a passagem do capitalismo para o socialismo. Posteriormente, a AP sofreu influência, pelo menos parte de seus militantes, da revolução chinesa e, a partir daí, passam a se organizar segundo a linha da proletarização, ou seja, acreditam que é preciso partir para a prática e iniciam um trabalho colocando seus integrantes nos meios de produção como fábricas e também junto ao campesinato priorizando-o na necessidade de prepara-lo para a guerra popular prolongada tendo as regiões rurais como cenário fundamental. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op. Cit.,p. 89-90.

<sup>52</sup> A Ação Libertadora Nacional (ALN) formada por Marighela surgiu a partir da dissidência com o PCB em 1962. Os motivos da saída de Marighela se deram por não concordar com a direção da burguesia na direção da revolução e no fato do PCB não considerar a luta armada como a alternativa para a transição do capitalismo para o socialismo. A ALN tinha como programa derrubar a ditadura, formar um governo revolucionário do povo, expulsar os latifundiários e melhorar as condições de vida do camponeses, operários e camadas medias da sociedade. A ALN foi responsável por algumas ações armadas e por isso, sofreu duras perseguições pela

Vanguarda Popular Revolucionária(VPR) e da Ação Popular (AP), os trabalhadores fizeram alguns engenheiros e diretores reféns exigindo um reajuste de 35%.

O desfecho não foi tão favorável aos operários. Enfrentando forte repressão do exército que ocupou a cidade, houve a invasão da sede do sindicato na qual parte da direção e mais de 500 grevistas foram presos levando a greve ao fim em poucos dias. Porém, os laços de solidariedade formados durante a mobilização, encontraram força suficiente fazendo com que as oposições sindicais de outras cidades iniciassem um trabalho de apoio. O primeiro de maio de 1968 ficou marcado na História e na memória como um dia de luta a qual o regime saiu de cena pelas porta dos fundos e o trabalhador foi quem exerceu o protagonismo da vez. Sob um clima tenso na Praça da Sé (SP), reuniram-se em torno de um palanque trabalhadores, diretores de sindicato e federações, além do governador biônico de São Paulo e do cardeal Dom Agnelo Rossi. Após discursar, houve vaias ao governador paulista que foi atingido por uma pedrada buscando, em seguida, refúgio no sindicato e na Catedral da Sé. A festa foi tomada pelos trabalhadores. As oposições subiram no palanque e passaram a conduzir as massas em uma grande passeata que ocorreu sem muitos incidentes. Ao final, após a dispersão da maioria dos manifestantes, apenas alguns que ainda continuaram no local foram presos. Naquele momento, além da oposição ao governo formada pelos trabalhadores, estudantes, grupos armados e até forças conservadoras estavam se organizando contra o regime. A insatisfação parecia se generalizar entre os diversos setores sociais.

Todavia, em dezembro de 1968 a resposta à onda de insatisfações ao governo veio com o decreto do Ato Institucional nº 05. Diversos grupos de esquerda passaram, após essa medida, a acreditar que a única saída era se organizar para a luta armada, outros, preferiram “dar um tempo” até que as coisas se apresentassem mais favoráveis. Para alguns grupos, a solução foi deslocar o foco deixando para segundo plano a luta operária, outros tiveram que mandar seus militantes para outras localidades. Reprimidos com bastante violência os grupos revolucionários foram praticamente eliminados. Greves e atividades reivindicatórias passaram a ser praticamente impossíveis de serem realizadas a partir do AI- 5. Os métodos de vigilância e repressão se aperfeiçoaram inaugurando-se a tortura científica, que consistia em provocar o máximo de sofrimento sem que o indivíduo sucumbisse por completo. Apesar de tudo isso, o trabalho de conscientização e de organização ainda continuou longe da vista dos militares nos bairros e nas associações de moradores.

---

repressão assim como outras tendências de esquerda. O grupo acaba sendo desintegrado devido as ações sistemáticas de perseguição, prisão e tortura da ditadura. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op. Cit.,p. 105 – 106.

Apenas em meados dos anos de 1970 é que as organizações dos trabalhadores iriam ressurgir e ganhar força juntamente com outros setores da sociedade e movimentos. O movimento sindical retoma às ruas na esteira de movimentos como a luta pela anistia, o Movimento contra a Carestia, a estruturação do movimento feminista, do movimento negro etc. De modo geral, é só a partir de fins desta década de setenta que as oposições começam a ressurgir e a ganhar alguma notoriedade no cenário nacional. Partindo, novamente, do seio e dos problemas da própria fábrica, e acumulando experiências ao longo dos anos, o movimento operário adquiriu força e estratégias em sua bagagem política de luta sendo capaz de realizar atividades importantes ao final dos anos de 1970 e início de 1980. Mais à frente retomaremos esse ponto. Por hora e em suma, o AI- 5, então, pode ser visto como o marco principal do distanciamento do governo com seu discurso inicial ligado à promessa de liberalização política. Vigilância, repressão e tortura passaram a ser mais frequentes e intensas a partir daquele governo firmando uma ruptura com os movimentos de luta popular que haviam ocupado as ruas desde 1966 encabeçadas, principalmente, pelos estudantes e pelo movimento operário apoiado em grupos de esquerda e nas oposições. Grupos que até então não haviam experimentado, digamos assim, a perseguição política, passaram a ser atingidos graças a instauração do AI- 5. Suas críticas e esferas de atuação foram esvaziadas restando-lhes como opções o exílio, a clandestinidade, a luta armada ou prisão.

Emílio Garrastasiu Médici efetivou sua vitória com uma margem de 293 votos contra 79 abstenções, num processo já definido e indireto, passando a assumir o governo em outubro de 1969 juntamente com a abertura do Congresso Nacional fechado desde dezembro de 1968. Ciente da disputa ideológica que havia nos quartéis motivada pelos militares da linha-dura, dos moderados e dos nacionalistas, o governo de Médici, tinha que lidar com outro desafio: o de combater a guerrilha armada que se mostrava, àquela altura, muito ousada, realizando sequestros a embaixadores e expropriação de bancos.

Impulsionados pelos debates formados a partir do desfecho do golpe que resultou na deposição de um governo eleito democraticamente, no esvaziamento das ruas pelos movimentos sociais e na derrota do projeto das reformas de base, as esquerdas reorientaram suas bases políticas e ideológicas tendo como foco o combate ao regime. Em seus quadros havia principalmente estudantes, intelectuais, trabalhadores urbanos e alguns camponeses. Responsáveis por diversas ações de guerrilha, coordenadas mediante um esquema organizado, foram o principal movimento de confronto ao golpe a partir de 1968.

Os quadros de esquerda que se organizaram em torno da luta armada tratam de levantar um esquema organizado e disciplinado voltado para a clandestinidade. Em geral, os diversos grupos que fizeram essa opção, acreditavam que fazia parte da formação de um guerrilheiro não apenas a preparação técnica em operações táticas mas também a teórica, alinhados aos preceitos marxista-leninista. Segundo esse raciocínio, tais caminhos levariam para o sucesso da revolução com a tomada do Estado e a transformação de sociedade.

Organizadas em diversas siglas, diferentes correntes ideológicas e metas, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) que posteriormente se transformou em Colina (Comando de Libertação Nacional), a Polop (Política Operária)<sup>53</sup>, da dissidência dos integrantes do PCB originou-se a ALN (Ação Libertadora Nacional) de Carlos Marighela e o PC do B (Partido Comunista do Brasil). De modo geral e em um primeiro momento, as ações dos grupos guerrilheiros tinham como meta arrecadar dinheiro para manter a organização e funcionamento com diversas atividades tais como: a distribuição de jornais clandestinos, fazer trabalho com as massas, manter e custear os gastos com os militantes e manter os alugueis dos aparelhos. Além dessas questões, estava em pauta ainda a guerrilha rural, considerada como um momento decisivo na luta contra o golpe.

Posteriormente, as ações de alguns guerrilheiros foram ampliadas e os sequestros à personalidades políticas-chaves passou a ser frequentemente usado como moeda de troca de presos políticos considerados de grande valor para os grupos armados. Destaca-se nesse momento o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick de autoria da ALN e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)<sup>54</sup> que nesse feito conseguiu de volta 15

---

<sup>53</sup> A Polop surgiu em 1961 e contou em seus quadros de integrantes com dissidentes do PCB, de setores radicais do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e de marxistas independentes. Assim como outros grupos de esquerda, assumiu também a crítica à política reformista do PCB. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op. Cit., p.87 e 88.

<sup>54</sup> O grupo do MR-8, assim como a ALN, a Polop e o PCBR, é fruto da crise do PCB, mais particularmente na cisão entre o grupo de militantes do Comitê Universitário carioca do PCB e o Comitê Central liderado por Prestes. O racha ocorreu quando o Comitê carioca recomendou voto nulo na eleição parlamentar de 1966 onde o partido recomendou o apoio aos candidatos do MDB. Grande parte dos estudantes passaram a ingressar nos quadros do MR-8 que adotou uma postura, inicialmente, de rejeição à luta armada. Posteriormente, com o endurecimento do regime com a promulgação do AI-5 o grupo decide aderir à luta tendo o 30º Congresso da UNE ocorrido em Ibiúna, como marco para o início dessa mudança. O capitão Lamarca, integrante da VPR, ingressou nos quadros de militante do MR-8 por perceber que ali era possível realizar um trabalho próximo às massas e de desencadear a guerrilha rural. Muitos dos seus membros foram deslocados para trabalhos nos subúrbios, de panfletagem nas portas de fábrica ou passam a apoiar grupos clandestinos de operários em oposição aos sindicatos tomados por dirigentes “obedientes” ao regime. Com a intensificação das perseguições e

prisioneiros políticos. Outro grupo que também foi responsável por diversas ações, porém voltada para área rural, foi o PC do B que se destacou no episódio da guerrilha do Araguaia.

Voltada para a guerra popular prolongada, os guerrilheiros se instalaram em uma região pobre conhecida por conflitos de terra. Ali ocorreram alguns confrontos com as forças do regime culminando, a partir de 1973, na derrota do grupo e na morte de praticamente todos os seus integrantes. A derrota não apenas do grupo concentrado no Araguaia mas também de diversos grupos com atuação na área urbana pode ser relacionada ao fato do sectarismo e na falta de unidade das esquerdas marcadas tradicionalmente por bandeiras ideológicas distintas. Os diversos segmentos armados não conseguiram transpor a amalgama das barreiras ideológicas com o objetivo de lutarem juntos contra o inimigo comum que era um sistema repressor e golpista. A fragmentação e as lutas independentes enfraqueceram as esquerdas dando ao inimigo vantagem nesse embate. Contudo, é importante não esquecer a intensa repressão existente, que mantinha a população sob o domínio do medo.

Historicamente ancorado nos aparatos repressivos da Era Vargas mas com novas feições e roupagens, o final da década de 1960 até os anos de 1974 foram considerados os mais duros do regime ditatorial. Graças a montagem de um aparelho repressivo legal e institucional ainda mais ramificado e eficaz, o regime alicerçou suas bases no tripé vigilância - censura - repressão. A Lei de Segurança Nacional, os Atos Institucionais e Complementares, as leis de censura (Lei nº 5.526 de 1968 e o Decreto nº 1.077 de 1970) aliadas à Constituição de 1967 entravam em ação prontas para combater aquele considerado subversivo identifica-lo, neutraliza-lo e aniquilá-lo. Foi-se montando uma estrutura que integrava as forças militares, policiais e de informação. Dentro dessa lógica, qualquer um poderia ser um subversivo. Uma rede de informações foi criada entre as principais agências institucionais com poderes policialescos para levantar e averiguar informações sobre algum possível suspeito.

Além da “eterna vigilância” pelos bons costumes e pela moral, a censura funcionou como atividade fundamental do tripé repressivo. Foi responsável por vetar expressões artísticas (novelas, peças de teatro, músicas etc.) e meios de comunicação em geral responsáveis por transmitir informações ao público. Aliado à censura, a vigilância também foi importante por produzir uma gama de informações sobre os indivíduos considerados

---

prisões aos grupos clandestinos de esquerda os militantes do MR-8 foram exilados, presos e alguns mortos pela repressão. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op. Cit., p.108 – 110.

perigosos ao regime. Informações essas que seriam úteis para produzir provas criminais contra o subversivo. O SNI (Serviço Nacional de Informação) com ramificações nos diversos órgãos das repartições públicas, foi responsável por coletar e produzir materiais informativos, inclusive falsos, forjados pelo próprio regime. O foco da vigilância eram os intelectuais, funcionários públicos, participantes de movimentos sociais, artistas, lideranças políticas, civis e membros da Igreja Católica. Integravam esse órgão de informação o Dops, o DOI-Codi, o Cenimar (Centro de informações da Marinha), O Cisa (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) o CIE e a Oban, financiado por empresários que se sentiam ameaçados com o comunismo, formada por militares, policiais civis e militares.

Nesse momento de encrudescimento da repressão foram criados novos aparatos legais: a pena de morte e o banimento. Interrogatórios à base de tortura foram realizados nos porões dos órgãos de vigilância e de informação. Os excessos cometidos nesses locais desencadearam em morte e desaparecimentos passando a serem frequentes em 1972, quando o governo se viu pressionado na difícil tarefa de dar/criar explicações para os familiares, os meios de comunicação e entidades dos direitos humanos internacionais. De acordo com os postulados da Doutrina de Segurança Nacional,

O terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança e informações, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional<sup>55</sup>.

A ideia de que existe um inimigo interno a ser combatido mantém a coesão do grupo que está no poder e justifica a necessidade de que exista um estado de guerra permanente. Como, então, se vive num estado constante de crise, as restrições à liberdade e aos direitos individuais aparentemente são justificadas, de acordo com essa doutrina. Do mesmo modo que a questão da segurança foi levada com rigor pelos governos militares, a economia também foi tratada com um nível de prioridade máxima de 1964 à 1985. O período conhecido como “milagre econômico” marcou a memória dos que vivenciaram esse momento e até mesmo daqueles que só ouviram falar décadas depois. É desse período a orgulhosa informação que diagnosticava a economia brasileira: o Brasil que tinha a 64ª posição no PIB mundial tornou-se em menos de dez anos a décima economia do planeta. “Ninguém segura esse país!” frases

---

<sup>55</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança nacional e os governos militares In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 29.

desse naipe exemplificam o contexto de euforia e entusiasmo. Não era para menos, medidas e metas importantes foram criadas nesse momento, intelectuais eram chamados para compor peças – chave da economia do país, além do mais, grandes obras monumentais foram erguidas em diversas partes do país. Tudo parecia ir bem, a depender do ponto de vista.

É bem verdade que houve crescimento econômico com diminuições significativas da inflação e do desemprego. Porém, quando olhamos de perto, percebemos que o que se chama de “milagre” foi, bem na verdade, um pesadelo para os trabalhadores, cujo direitos haviam sido reduzidos, como foi caso do fim da estabilidade e o arrocho salarial. A necessidade de fazer cada vez mais horas-extras exauriu os trabalhadores de tal forma que o país nos anos de 1970 tornou-se campeão em acidentes de trabalho. Além do mais, todo esse crescimento teve um preço: a diminuição da economia nacional que se viu cada vez mais alinhada com os interesse norte-americanos prejudicando significativamente a autonomia do país. O crescimento sentido graças as medidas dos governos Costa e Silva, Médice e em Geisel deu-se em cima de um grande endividamento nacional que veio causar grave problema posteriormente.

A classe média se beneficiou economicamente do milagre em contraposição aos trabalhadores que tiveram seus salários congelados, aumentou a desigualdade e a concentração de renda. Em suma e à nível didático, o autor NAPOLITANO dividiu o regime brasileiro em três fases distintas levando em consideração o aspecto econômico. Em um primeiro momento, com Castelo Branco (1964-1967) à frente do poder, o autor destacou as políticas da época consideradas (...) *duras de ajuste fiscal e monetário, tão a gosto da ortodoxia liberal. Menos dinheiro, menos crédito, controle salarial, menos gastos e mais impostos*<sup>56</sup>.

O segundo momento seria marcado pelo governo do “milagre” encabeçado por Médici (1969 – 1973). Nele o autor destacou que embora o crescimento tenha atingido uma taxa média de 11% ao ano, chegando a quase 14% em 1973, o ano seguinte não foi tão positivo assim pois,

(...) a conjuntura de crise internacional, após o aumento de preços de petróleo de quase no final deste ano, fez o governo, mais do que a sociedade, despertar da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre. A crise revelava a fragilidade

---

<sup>56</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit.,p. 150.

financeira e a dependência brasileira dos insumos básicos da economia, como o petróleo<sup>57</sup>.

O terceiro momento veio no governo Geisel o qual, dentre outras coisas, buscou controlar o crédito fácil ocorrido no período de seu predecessor. Nesse período, houve

(...) O reforço das estatais produtivas (ligadas a siderurgia, energia e petroquímica) e investimentos em bens de capital, a era Geisel acabou se desviando de algumas diretrizes do milagre, como o foco na indústria de bens de consumo duráveis. Na verdade, a política econômica proposta por Geisel visava evitar gargalos energéticos e de bens intermediários fundamentais para se manter a produção de bens de consumo duráveis. Por outro lado o governo tentava reforçar o mercado interno, o protecionismo setorial e a autossuficiência energética da economia, à base de ampla captação de recursos no exterior sob a forma de endividamento estatal<sup>58</sup>.

Já os últimos anos do regime, na primeira metade dos anos de 1980, o país sofreu forte recessão e crise econômica afetado pela revolução iraniana que desestabilizou o preços do petróleo acrescido do aumento dos juros da dívida brasileira com os Estados Unidos. Nesse quadro, o país enfrentou desemprego juntamente com uma inflação altíssima. Analisaremos, a seguir, alguns destaques econômicos em cada presidente para que possamos perceber que o percurso dos militares nesse campo nem sempre foram retilíneos e harmoniosos. A inflação que ajudou a derrubar o governo de João Goulart foi posta sob controle em Castelo Branco graças a criação de uma nova moeda, o Cruzeiro Novo. Essa era uma das metas propostas pela equipe econômica do governo aliadas a outras de grande relevância como a organização tributária, a contenção dos gastos públicos (criação do Paeg que dentre outras medidas econômica tinha como ponto fundamental a corte de gastos) e a atenuação dos focos de atrito criados pela legislação trabalhista. Vemos nesta última meta que estava em jogo os direitos trabalhistas adquiridos pelos trabalhadores após décadas de lutas. Greves por motivos ideológicos e ocupações grevistas nos locais foram proibidas pela nova legislação anti-greve que na prática, tornava qualquer greve ilegal devido ao seu alto grau de exigência e de burocratização.

Tomando como base a política trabalhista do primeiro governo militar percebemos o quão alinhado com o capital o país se encontrava de modo que, o que mais valia era retirar os entraves que impedissem uma ampla abertura ao capital externo. Afinal de contas, era necessário passar confiança aos investidores e para tanto, a legislação trabalhista precisou ser sufocada para que a exploração e os lucros fossem otimizados ao máximo. Ainda sob o ponto de vista internacional, o governo buscou acenar positivamente para o apoiador de primeiro

---

<sup>57</sup> Ibid., p. 150.

<sup>58</sup> NAPOLITANO, Op. Cit., p.150.

momento do golpe, os Estados Unidos. Tratou de contrair novos empréstimos e de tornar menos oneroso para as empresas multinacionais a questão da remessa de lucros.

Castelo Branco conseguiu inserir o país no sistema capitalista livre de nacionalismos econômicos e de protecionismos, bem aos moldes liberais. Contudo não conseguiu superar a crise inflacionária tampouco impulsionar o crescimento econômico e por causa dessas questões passou a ser visto com desconfianças pelos seus opositores e pela sua base de apoio e sustentação política. Costa e Silva ao assumir o governo, procurou fazer diferente de Castelo, embora boa parte dos planos e metas do seu antecessor já tinham solucionado os principais entraves econômicos como o controle salarial e dos juros que faziam a inflação ir para as alturas. Com a finalidade de agradar os seus aliados nacionalistas não firmou acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) o que significaria a adoção de medidas restritivas à economia brasileira. Logo de cara, tomou como meta baixar a taxa de juros para 22%.

Nas mãos do professor de economia da USP Antônio Delfim Netto o país começou a dar sinais positivos de retomada do crescimento. Depois de um período de restrição, a moeda e o crédito retomaram a circulação e o Estado, munido de dinheiro proveniente dos empréstimos e da arrecadação de impostos, passou a investir, em parceria com setores da construção civil, em obras públicas. Contudo, ao passo em que houve o crescimento das exportações de manufaturados na mesma moeda também houve o aumento da importação de petróleo e de máquinas.

No início dos anos 70 houve a retomada do emprego e a facilidade para se obter crédito acrescido da conquista do tricampeonato na Copa do Mundo, o que criou uma atmosfera de otimismo. O Brasil “grande potência” entusiasmou, graças à mídia, grande parte da população. É desse momento a criação de obras consideradas faraônicas como a Usina de Itaipú, a Rodovia Transamazônica e a ponte Rio – Niterói. Por outro lado, o milagre constituiu um verdadeiro inferno para os mais pobres.

Herdeiro das benfeitorias do governo Costa e Silva, Médici se beneficiou do contexto internacional que era favorável ao crescimento interno obtido entre 1968 e 1973. Nesse período sobrava dinheiro dentre os investidores internacionais e os banqueiros ansiavam por investimentos. Esse momento foi a principal causa do milagre econômico brasileiro resultante da conjuntura internacional favorável combinada com políticas repressivas tanto no campo político como no aspecto da contenção de salários dos trabalhadores. Até 1973 o país foi considerado um local seguro para o capitalismo estrangeiro. Tudo estava sob controle,

principalmente os trabalhadores que não podiam, graças a lei de greve, dar continuidade às lutas de cunho salarial a não ser que estivessem dispostos a se submeterem as altas exigências (quase impossíveis) que regulamentavam a greve.

Curiosamente, Médici foi um fenômeno complexo e contraditório, ao menos no ponto de vista econômico. Assumira uma postura de cunho desenvolvimentista ao mesmo tempo em que também assumiu compromissos formais com os parceiros norte-americanos. É como se, para levar à sério o projeto *Brasil Potência*, o governo estivesse disposto a assumir alianças multilaterais com o outros países e não apenas com “o bom e velho parceiro de sempre”. Nesse sentido, realizou parcerias com as potências do capitalismo da época como o Japão e a Europa Ocidental. A palavra da hora era atrair investimentos, desenvolver e melhorar a qualificação tecnológica e construir uma indústria armamentista nacional. A boa relação com os Estados Unidos ao mesmo passo em desenvolvia e fortalecia a indústria nacional brasileira só foi possível graças a solidariedade da Casa Branca que via o Brasil como um aliado necessário para estabilizar uma região cercada de governos de esquerdas como era o caso da Bolívia e do Chile. Vale acrescentar ainda quenaquele momento “*Nixon estava muito mais preocupado em desengajar seu país do Vietnã e buscar novas estratégias para a recuperação da desgastada hegemonia norte – americana*”<sup>59</sup>.

Nessa época, antes da primeira crise do petróleo, o Brasil vivenciou períodos de crescimento econômico combinado com os baixos índices de inflação. Além do mais, o saldo da balança de pagamentos era favorável ao país. A facilidade de crédito na praça possibilitou que os segmentos da classe média pudessem adquirir carros (como o fusca), e a casa própria com possibilidade de financiaram a longo prazo e a preços acessíveis. No entanto, é preciso analisar atentamente esse período, ao contrário, cometeríamos o erro de reproduzir o discurso de que tudo foi “milagre”. Vejamos. É bem verdade que as exportações cresceram nesse período, contudo, o setor que encabeçava esse destaque não se apresentava tão dinâmico e competitivo assim.

O dinamismo estava muito mais concentrado nas mãos das multinacionais e voltados para o consumo interno. Nossa dependência aumentava cada vez mais. Com os salários congelados, a concentração de renda ficou ainda mais notória e, mais uma vez as classes populares se viram em apuros ao ver que os itens de sua subsistência se encontravam cada vez mais caros. Entre 1974 e 1979 a inflação voltou a crescer com força e o bolso dos

---

<sup>59</sup> VIZENTINI. Op. Cit.,p. 150.

trabalhadores foi afetado. Essa situação fez com que o governo fosse atingido pela insatisfação das massas trabalhadoras. Os problemas da habitação começaram a se colocar com mais força e o que representava a realização de um sonho voltou a ser algo impossível, uma vez que os planos de habitação voltaram a atender a faixa econômica mais favorecida. O êxodo rural estimulado pelo desejo de ir morar na cidade por uma condição de vida melhor (que na época significava um trabalho como operário, no setor da construção civil ou nos serviços domésticos) trouxe o inchaço e convulsões sociais nas periferias. O agravamento da situação veio com a crise do petróleo em 1973 que expôs o grau de dependência que o país tinha da matriz energética de outros países.

A crise coincidiu com a posse de Geisel na presidência, em 1974, que prontamente tratou de lançar um dos mais ousados planos econômicos do regime. O novo governo procurou levar a diante a política do crescimento atacando setores fundamentais à economia brasileira: a indústria de base com ênfase no fornecimento de energia e de insumos. A ideia era de que, em médio prazo, o país pudesse diminuir a sua dependência. Esse conjunto de medidas se materializou no II PND (Plano Nacional do Desenvolvimento). O plano se mostrou vitorioso, em certo sentido. Até o final da década de 1970 o crescimento se manteve. Todavia, o governo, paulatinamente, passou a perder prestígio e confiança quando o descontentamento social começou a aumentar. A perda do crédito que afetou o consumo das classes médias aliada à inflação e gerou um azedamento na relação sociedade-governo. Para se ter uma noção do quadro inflacionário da época, no fim de 1970 ela alcançou 94,7% ao ano chegando em 110% no ano seguinte e, em 1983 atingiu o patamar de 200%<sup>60</sup>. Já a tabela abaixo nos dá uma visão geral da inflação desde os primeiros momentos do golpe até o fim do regime militar, sendo que a partir da crise do petróleo os índices de inflação alcançam valores surpreendentes.

---

<sup>60</sup> NAPOLITANO. Op. Cit., p. 171.

Tabela 1: Dados sobre a Inflação e o PIB de 1960 – 1984.

Ano	Inflação	Crescimento do PIB em %
1964	92,1	3,4
1965	34,3	2,4
1966	39,1	6,7
1967	25,02	4,2
1968	25,04	9,8
1969	19,3	9,5
1970	19,3	10,4
1971	19,5	11,3
1972	15,7	11,9
1973	15,6	14
1974	34,5	8,2
1975	29,3	5,2
1976	46,3	10,3
1977	38,8	4,9
1978	40,8	5
1979	77,3	6,8
1980	110,2	9,2
1981	95,2	-3,1
1982	99,7	0,8
1983	211	-2,9
1984	223,9	5,4

Fonte: FGV/IBGE<sup>61</sup> In: NAPOLITANO, Marcos. p. 172. Tabela organizada pelo autor.

É com base nessas questões econômicas levantadas até aqui que podemos observar que as medidas nessa área foram marcadas por altos e baixos sempre atrelados a contextos internos e externos, não cabendo, então, a aplicação de termos genéricos e superficiais que tendem a simplificar o regime em frases como: “o período de ouro da economia”, ou que no

---

<sup>61</sup> NAPOLITANO. Op. Cit., p. 172.

governo de Médici o Brasil vivia o “milagre” como se colocassem uma borracha e apagassem todos os impasses do período. Ao considerarmos apenas um lado da moeda corremos o risco de cair no senso comum e de não enxergar o fenômeno com aprofundidade merecida.

Diferente de seu antecessor, o governo Geisel foi marcado não apenas pelo início do processo de distensão do regime para a fase democrática mas também oscilou entre autoritarismo e posturas que para a época foram consideradas audaciosas. Figura contraditória, é assim que Marcos Napolitano denomina Geisel chamando-o de

Anticomunista convicto, foi o primeiro a reconhecer o governo comunista de Angola, em 1975. Mandatário de um regime acusado de ser braço do imperialismo estadunidense, entrou em conflito com o “grande irmão do Norte” por conta do acordo nuclear com a Alemanha e por causa dos direitos humanos. Abusou da censura para controlar oposição mas patrocinou uma política cultural que beneficiou muitos artistas que eram notoriamente contra o regime<sup>62</sup>.

A indicação e a eleição, entre o generalato, de Geisel em 1974 deixou grande parte dos oficiais da postura linha-dura apreensivos com a chegada do novo presidente de tendência conhecida como a “Sorbonne”, caracterizada por não se animar tanto com o aparato repressivo do Estado, embora saiba-se hoje que o mesmo não descartava a tortura ou assassinato desde que tivesse seu aval. Outra questão que foi discutida nesse governo foi a possibilidade de uma certa “liberalização” e retorno gradual do estado democrático. Esse plano, traçado pelo governo em uma reunião ministerial no dia 19 de março de 1974, reiterava o controle total do governo nessa transição. Ou seja, a descompressão teria como meta a saída do governo sem movimentos abruptos e traumáticos. Sem comprometer os pilares do regime que eram a segurança e o desenvolvimento. Nesse princípio, lentidão e gradualidade deveriam fazer parte do processo de distensão. Tratava-se, em todo o caso, de uma liberdade vigiada e restrita a alguns setores da sociedade.

O clima de otimismo impulsionado pelos resultados do “milagre” haviam se dispersado e em 1974 Geisel teve que lidar com a crise do petróleo que atingiu em cheio a economia do país expondo a face fragilizada de uma economia dependente do exterior. Diminuição do PIB e o retorno da subida da inflação marcaram essa nova fase (ver tabela 1) na tentativa de salvar e retomar os níveis de crescimento o governo estancou a sangria do crédito fácil que outrora havia garantido o poder de compra principalmente da classe média,

---

<sup>62</sup> NAPOLITANO. Op. Cit., p. 231.

para que com isso a inflação fosse controlada. O II PND (Plano Nacional do Desenvolvimento) é fruto dessas metas criadas pelo governo e seus técnicos.

Não totalmente contidos pelos mecanismos da repressão do regime e animados pelos acenos da distensão política, diversos grupos sociais travaram debates sobre a democracia naquele momento. Partidos, intelectuais, empresários e até mesmo o governo falavam em democracia mesmo que com teores e sentidos diferentes. Para alguns grupos, a democracia precisava ser ampliada possibilitando maior participação. Já para outros, a democracia passava pela aceitação das regras do governo quanto à distensão política. Havia ainda a ideia de democracia vinda do governo que defendia que o país já era democrático tendo em vista o sucesso no combate à esquerda e na solidificação do país no cenário capitalista mundial.

Até mesmo as esquerdas estavam dispostas a aceitar a democracia do ponto de vista da formação de alianças amplas unificadas para redemocratizar o país. Aqueles que não abririam mão da luta armada acabaram por fomentar autocríticas nas quais a questão do trabalho de massa passava pela questão do problema da democracia. O MDB, único partido aceito como oposição ao governo não ficou alheio ao debate democrático. Inspirado nos novos ares o partido tratou de criar para as eleições para o legislativo de 1974 um programa ousado no qual era possível ver a problemática do descontentamento dos trabalhadores frente à inflação, críticas à repressão e a condução da economia.

A questão dos desaparecidos ganhou bastante força no governo Geisel. Cada vez mais setores da sociedade debatiam e descontentavam-se com a quantidade de desaparecidos. O MDB mais uma vez não perdeu a oportunidade de interpelar e pressionar o presidente a responder pelas torturas e desaparecimentos. Esquivando-se friamente desse impasse, o governo nada assumia. Ao contrário, tratava de lançar sobre os desaparecidos a culpa de sua condição. A situação das torturas e desaparecimentos abalou até mesmo os setores mais conservadores da igreja. Aqueles mais progressistas como Dom Evaristo Anrs e Dom Helder Câmara se destacaram nesse período pela sua aproximações com a pauta dos direitos humanos desafiando, muitas vezes, os altos escalões militares. Missas foram celebradas<sup>63</sup> em nome das vítimas da repressão e truculência do regime numa nítida postura de oposição ao governo. A partir dessa nova conduta da igreja, que em certas regiões vinham desde os anos 60, as relações Estado-igreja ficaram abaladas. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que

---

<sup>63</sup> Como as de Alexandre Vannuchi Leme estudante de geologia da USP morto nas dependências do DOI-CODI e a do jornalista Herzog morto também morto nas dependências do DOI – CODI após ter sido voluntariamente apresentado à polícia.

inicialmente havia acenado positivamente ao golpe de 1964 iniciou uma campanha de afastamento do regime e passou a discutir os valores e direitos do homem.

Porém, com Geisel, a repressão não cessou. Mesmo diante da pressão da Igreja e da onda de debates em torno da democracia em amplos setores da sociedade, o Estado ainda perseguia e torturava de forma feroz. Inconformado com a perda significativa de cadeiras no Senado e na Câmara nas eleições de 1974 (o MDB conquistou mais de um terço dos postos no Congresso. O Estado cada vez mais perdeu as suas conexões com a sociedade endurecendo o seu discurso e postura. Em rede nacional, no dia primeiro de agosto de 1975, reafirmou o uso e o pleno funcionamento do AI – 5 e do decreto 477. Contudo, o resultado das eleições junto com a retomada e o crescimento nos mais diversos meios sociais da pauta democrática animaram os diferentes setores. Empresários, movimentos sociais, grupos de esquerda, intelectuais, políticos, artistas, sindicatos, estudantes e movimentos de bairro passaram a acreditar e proferir que a ditadura estava com os dias contados.

Assumindo contornos sinuosos, o governo não encaminhou a distensão política de forma harmônica e linear, tampouco de forma coerente. Geisel aliou o discurso de uma transição tranquila (ao menos no discurso) com uma liberdade seletiva a alguns grupos. Ao mesmo tempo em que a censura prévia respirava mais aliviada, o governo não abria mão da repressão, basta lembrarmos da morte do jornalista Vladimir Herzog, caso que ficou marcado na memória de muitos na época. A morte do jornalista causou comoção de grandes setores da sociedade tanto dentre aqueles que já criticavam o regime desde um primeiro momento até àqueles que aderiram à luta de última hora. Nesse clima de descontentamento em massa no país, a situação internacional com os Estados Unidos agravou a visão sobre o governo. As relações ficam abaladas entre esses dois países devido ao reconhecimento do governo revolucionário de Angola acrescida da ousadia brasileira em afrontar os *tio Sam* na questão ligada ao enriquecimento de urânio. Essas atividades contrariaram o governo norte americano azedando a parceria entre os países. Denúncias de violação aos direitos humanos tiveram espaço nos meios de comunicação ganhando força na população brasileira e internacional contribuindo para o agravo entre aqueles gigantes continentais.

Mesmo sendo derrotado nas eleições de 1974 e com o crescimento da oposição dentro e fora das ruas, o governo, em 1976 conseguiu ainda ter fôlego para retomar o controle da situação. Como não conseguiu o apoio mínimo dentre os deputados na Câmara, para a aprovação de reformas que tinham relação com o restabelecimento da ordem e de certas

liberdade democrática, o governo utilizou o distintivo legal do AI-5 para fechar o Congresso e com isso fazer passar suas medidas. O chamado “Pacote de Abril” implantou essas medidas que consistiam, basicamente, em mexer nos aspectos jurídicos afim de impedir que a oposição ganhasse força no Congresso garantindo assim uma transição política tranquila e sem atropelos.

O caminho para o retorno da democracia, na visão oficial do governo, passava pelo controle desse processo pelo poder Executivo. Mandato presidencial de seis anos, eleição indireta para os governadores dos estados e alteração do quantitativo de deputados para conseguir passar emendas constitucionais por meio da votação de maioria simples foram algumas das diretrizes ditadas pelo governo Geisel. As críticas dos parlamentares ao Pacote de Abril somou-se à voz da rua. Ou melhor, às vozes dos estudantes que, depois de nove anos de jejum nos protestos de rua, finalmente saíram às ruas em São Paulo, no maio de 1977. A estudantada se reuniu na tentativa de exigir a libertação de colegas presos em um ato de panfletagem aos gritos de retorno à democracia. Contudo, muito antes desse episódio em São Paulo, dentro do campus as articulações e movimentações estudantis contra o regime nunca deixaram de lutar e protestar.

A retomada das lutas estudantis foram acompanhadas de forte repressão mas que, mesmo assim, não intimidaram o movimento. Em junho de 1977 o dia Nacional de Luta pela Anistia foi vivenciado como um dia de protesto nos diversos estados do país, tendo como protagonista os estudantes que, ao final, sofreram as represálias de um regime que ainda se mostrava forte e hábil para agir com eficiência diante das consideradas “agitações”. Prisões, invasões por parte da polícia às reuniões em Universidades, violência policial marcaram esse momento na vida estudantil. Ao confrontar o AI-5 e irem para as ruas protestar a favor do retorno à democracia, os estudantes se uniram aos diversos atores que naquele momento lutavam e faziam frente contra o regime. Nesse contexto de discussões, debates entre estudantes nas Universidades muitos buscaram organizar seus diretórios e/ou se aproximaram da luta sociais como a dos operários.

Na esteira das lutas do movimento estudantil, muitos outros movimentos uniram forças pela democracia, embora houvesse naquele momento inúmeras ideias divergentes do que ela representaria. OAB, CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa), manifestaram-se contra o regime em 1977, cada uma de forma própria mas unidas num

mesmo objetivo. Os Bispos do Brasil em sua décima quinta reunião lançou mão de um documento no qual admitia a relevância da participação política a qualquer cidadão considerando-a com um direito a qualquer ser humano. A favor do casamento até que a morte os separe, a Igreja não podia ficar indiferente à possibilidade do presidente aprovar a Lei do Divórcio em fins de 1977. No final de maio de 1977 a ABI lançou um manifesto pela democracia reverberando as palavras de ordem do protesto dos estudantes.

A postura da Igreja nem sempre foi de se colocar contra o regime autoritário. Pelo contrário. Historicamente, desde a encíclica *Rerum Novarum*, escrita no final do século XIX, Sua Santidade o Papa Leão XIII apregoava que a luta de classe era abominável aos olhos de Deus. E, ao contrário de alertar e animar os trabalhadores para a consciência de classe e a relação capital/trabalho a Igreja, oficialmente, defendia a harmonia e relação saudável entre patrões e empregados<sup>64</sup>. O medo do alastramento do comunismo pela América Latina fez com que a Igreja acenasse positivamente para os golpistas e antes mesmo do desfecho de março de 1964. E o que teria feito a Igreja (ou pelo menos setores dela) para quemudasse de conduta com relação às arbitrariedades do regime? Em sua obra Michael Löwy<sup>65</sup> conta que é preciso ter em mente que desde a década de 1950 a Igreja vinha sofrendo influências externas e internas que resultaram na sua inclinação mais para os pobres e oprimidos. Para o autor desde a Segunda Guerra Mundial a Igreja sofria com a onda de novas correntes ideológicas que tinham como foco as preocupações presentes na filosofia e na sociologia. Soma-se a essa situação a questão da desigualdade social presente na América Latina, visto como um território marcado pelo subdesenvolvimento, êxodo rural e exploração do homem seja do campo ou dos conglomerados urbanos e periféricos. A própria Revolução Cubana e a onda de movimentos sociais que estouraram a partir desse marco contribuíram para o desenvolvimento da Teologia da Libertação no Hemisfério Sul. Produto da contribuição da *Ideologia Alemã* de Marx, a Teologia da Libertação foi, antes de mais nada um corpo de textos escritos por teólogos a partir de 1970 e que consistiu “*não em um discurso social e político*” mas sim em uma “*reflexão religiosa e espiritual*”<sup>66</sup>. Alguns princípios básicos norteavam o pensamento da Teologia da Libertação, dentre eles:

---

<sup>64</sup>*Rerum Novarum*. Carta Encíclica de sua santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Tradução Manuel Alves da Silva, S.J. 15ª Edição. Paulinas. 2005.

<sup>65</sup> LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses** – Religião e política na América Latina. Editora Vozes. Petrópolis. 2000. p. 69 – 70.

<sup>66</sup> LÖWY, Michael. Op. Cit., p. 58 – 59.

- a) Uma releitura da Bíblia e grande destaque para o Livro do Êxodo interpretada como uma passagem que fala da libertação de um povo escravizado;
- b) Forte crítica ao capitalismo dependente que se desenvolveu na economia Latino Americana. Essa dependência era vista como um *pecado estrutural*;
- c) O marxismo era o elemento ideologicamente norteador para entender as contradições de classe, as causas da pobreza e luta de classe;
- d) A preferência pelos pobres e a solidariedade como luta pela libertação;
- e) O investimento na criação de comunidades de base cristã entre os pobres como uma nova forma de Igreja servindo de alternativa para o modo individualista preconizado pelo capitalismo<sup>67</sup>.

É dentro dessas questões que podemos entender a postura da Igreja naquele momento, principalmente a partir da década de 1970, representada pelas reuniões dos Bispos do Brasil que se preocupavam em criticar os abusos do regime. A Igreja tornou-se, assim, um forte aliado dos movimentos sociais que despontavam na segunda metade da década de setenta, incomodando os escalões militares com seus sermões ou ramificações nas comunidades eclesiais de base nas periferias das cidades do país. Após o AI-5 de dezembro de 1968 e a onda de torturas, prisões e assassinatos contra cristãos afetando, inclusive, pessoas do próprio clero, fez com que a Igreja tomasse uma postura mais firme com relação ao regime. Os escândalos começaram a comover a opinião católica internacional inclusive a Cúria Romana. O próprio Papa Paulo VI escreveu declarações de Paz endereçadas ao Brasil. Os ânimos se acirraram e em 1973 bispos e religiosos reuniram-se para, pela primeira vez, denunciar a ditadura e seus abusos. Esse documento representou um dos discursos mais radicais jamais publicados por um grupo de bispos em nenhum lugar do mundo. Em resposta à ação dos bispos e religiosos do Nordeste e Centro – Oeste do Brasil, o governo acusou a Igreja de ser subversiva e inspirada pelo marxismo. Além da crítica de violação aos direitos humanos, o documento dos bispos criticava “*o modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo regime e pelas classes dominantes – e, em particular, o capitalismo selvagem expandindo-se nas áreas rurais e expulsando os lavradores de suas terras*”<sup>68</sup>.

O receio por parte do governo Geisel de uma união entre os estudantes, os grupos de esquerda e a SBPC fez com que a reunião ocorresse de modo clandestino na PUC de São Paulo. Essa reunião foi muito mais um ato político do que de caráter científico. A PUC ao sediar o encontro, confrontou a ordem vigente e se consolidou, naquele período, como um foco de resistência e de luta pela democracia. Ao falar de ações políticas no meio acadêmico, não podemos esquecer a “Carta aos Brasileiros” divulgada pela imprensa quando da

<sup>67</sup> LÖWY, Op., Cit., p.59.

<sup>68</sup> Ibid., p. 145.

comemoração do aniversário do tradicional curso de Direito da USP. De cunho político, a carta falava abertamente sobre democracia. Ao final da leitura, uma multidão de pessoas se encontraram com as outras milhares que estavam no pátio interno e, juntas, marcharam pelo centro de São Paulo sem resistências por parte das autoridades. Sendo que essa época foi também marcada também pelo crescimento da oposição formada por setores liberais.

No processo da retomada das lutas e do crescimento das oposições e movimentos sociais contra o regime, o MDB também passou a ser mais contundente em suas críticas ao governo. Aderindo ao discurso pró democracia, o partido encabeçou a campanha pela Constituinte necessária para romper com a herança militar instalada desde 1964. Porém, não encontrou a força necessária para ser lavada adiante pois moderados e autênticos, diferentemente do primeiro não estava disposto a inflamar e fazer um trabalho de massa nesse sentido. Reagindo como pôde, Geisel cassou o mandato de alguns políticos ligados ao MDB e ameaçou o próprio presidente da instituição segundo as disposições do AI-5. Também uma parcela dos empresários e industriais brasileiros se uniram em prol das liberdades democráticas, da livre iniciativa e na luta contra a estatização pretendida pelo governo. Essa união empresarial foi vista com muita cautela e preocupação por parte de Geisel tendo em vista que grandes nomes da área econômica considerados de suma importância para o país passaram a se voltar contra o regime. Muitas coisas estavam em jogo e era preciso escolher bem as peças para se manter firme no jogo político-econômico.

Pressionado por diversos lados da sociedade, a distensão política calcada na expectativa da transição lenta e gradual parecia, aos poucos, tomar corpo. Por outro lado, o governo, enquanto representante máximo dos militares na cadeira do executivo, tinha que lidar com o descontentamento da linha dura do exército descontente com a institucionalização do regime, ou seja, com a redemocratização. Viam nesse processo o convite para a o retorno (se é que um dia foi totalmente derrotada) da subversão comunista. Nesse impasse entre duros e moderados, manutenção ou não do regime, a escolha de Figueiredo para a sucessão no cargo presidencial representava a continuidade de um general que iria seguir a linha do “lento, gradual e seguro” processo de redemocratização. Seu nome já era cogitado desde o início de 1977. Figueiredo ganhara as eleições contra Euler Bentes, também militar e candidato pelo MDB, destino decidido pelo Colégio Eleitoral. Sob o seu governo, a distensão receberia outro nome: abertura. Em 15 de outubro de 1978, assumiu o poder o último presidente militar que, com ares joviais e descontraído, longe da figura sisuda do comando do SNI, trazia consigo a nova cara do país: a preconização da mudança.

Todavia, a situação não seria tão favorável assim ao novo e último governo militar. Este teve que lidar não somente com a insatisfação e crescente luta de estudantes, da Igreja, de grande parte de empresários, da OAB e dos intelectuais, da SBPC e dos políticos de oposição do MDB como também, no campo externo, com a crítica internacional dos direitos humanos às torturas. Além disso, outros grupos se levantaram nesse período com grande força. Na verdade, essas movimentações se originaram dentre as camadas pobres da periferia e no seio das fábricas, desde o início dos anos 1970. Nas periferias, “beneficiados” pelo desserviço do poder público, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, operários, donas de casa sendo muitos dos residentes migrantes nordestinos ou de outras regiões do país se reuniam em torno das associações de bairro que, na medida do possível, tentavam prestar determinados serviços à população, sendo, inclusive, utilizados como redutos para alçar políticos em busca de votos.

Nesses locais marcados pela vida simples, violência, ausência de serviços básicos de saúde, educação, saneamento, cultura e lazer, a teoria do “ver-julgar-agir” proferida pela Igreja Católica encontrou morada dentre muitas pessoas que viam nessa ideia a força necessária para lutar, diariamente e mesmo que de forma pontual, por um lugar melhor. Assim era o trabalho de base da Igreja, chamada de Comunidades Eclesiais de Base que deu uma nova roupagem à tradição associativa dos bairros. Nesse contexto, muitos militantes de esquerda voltaram-se, não para a luta armada e revolucionária, mas para o trabalho de base que consistia em conscientizar politicamente a população. Nada de muito grande e extraordinário. A missão desses grupos consistia em despertar a população para a consciência de classe materializada em pequenas ações no cotidiano. Foi assim que, a periferia, formada por líderes comunitários, religiosos, políticos e revolucionários, gestou novos atores que engrossariam o caldo dos movimentos sociais (re)surgidos na década de 1970<sup>69</sup>.

Surgidas a partir de 1960, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inicialmente, consistiam em um pequeno grupo de vizinhos que pertenciam a uma mesma comunidade, rural ou urbana, e que se reuniam frequentemente para rezar, cantar comemorar e ler a Bíblia entendendo-a de acordo com seu modo de vida e forma de ver o mundo. Aos poucos as atividades e discussões do grupo foram se encaminhando para tarefas sociais como a luta por moradia, eletricidade, saneamento básico, água encanada dos bairros, luta pela terra no campo etc. além dessas questões de primeira ordem e que essenciais para a manutenção da vida, as

---

<sup>69</sup> LÖWY, Michael. Op. Cit., p. 147 – 148.

CEB's contribuíram ainda para os diversos movimentos sociais como o Movimento Pelo Custo de Vista, o Movimento contra o Desemprego, o Movimento pelo Transporte Público e tantos outros. Cada membro que participava desses e de outros movimentos mais envolvidos na luta política podia se interessar e ingressar em partidos políticos ou frentes revolucionárias. Sem sombra de dúvida, as CEBs foram de grande relevância para a retomada de luta dos movimentos sociais que impulsionaram o retorno da democracia e por despertar na população simples para a consciência política na luta por melhores condições de vida.

Influenciados pela conscientização política, ocorrida a partir das periferias ou mesmo por antigos militantes de esquerda atuavam nos bairros, muitos operários imersos na experiência de luta nos bairros passaram a reivindicar melhores condições de trabalho no próprio “chão da fábrica”. Preocupados em conter a esquerda e matar guerrilheiros, o regime não se preocupou com a periferia que crescia e fervilhava politicamente longe das vistas de quem orquestrava o poder na cúpula. Esse fenômeno, antes de alcançar o palanque principal que eram as ruas, não ocorreu isoladamente em São Paulo, centro industrial de destaque na América Latina. Estendeu-se pelos diversos estados do Brasil acomodando-se conforme a especificidades de cada região. Principais vítimas da carestia e do aumento de aluguéis que assolaram os anos de 1975 agravada ainda pela inflação da época, os movimentos populares se organizaram no Movimento contra a Carestia/Custo de Vida, MCV. O movimento consistia em realizar assembleias com a finalidade de recolher assinaturas solicitando, às autoridades competentes, o congelamento dos preços e de itens básicos necessários à sobrevivência. Em agosto de 1978, em um desses episódios do MCV, marcado para acontecer na praça da Sé, em São Paulo, manifestantes que contaram com a participação dos estudantes, foram reprimidos com violência pela polícia. Um ano depois, o PC do B assumiu as rédeas do movimento alterando seu nome para Movimento de Luta contra a Carestia.

A luta pelo controle dos preços se uniu a outra pauta liderada, principalmente, por operários que lutavam em busca de bons salários e melhores condições de trabalho. Eram os tempos do ressurgimento do movimento operário que estava por vir a partir da segunda metade da década de 1970. A greve dos operários da Scania no ABC paulista em maio de 1978, paralisou diversos setores foi uma greve de grandes repercussões a qual revelou a força e a capacidade articuladora dos operários. Eles não estavam mortos e desarticulados como se acreditava. Sem piquetes e quebra-quebra, o movimento se organizou no interior da fábrica, entre algumas pausas nos horários de trabalho, na entrada, saída ou na mudança de turno as informações eram trocadas, assimiladas e disseminadas fortalecendo a conscientização e a

mobilização. Esse movimento revelou um confronto com o regime pois feria, principalmente o princípio da lei de greve e podia ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional.

Mesmo sob a declaração de ilegalidade da greve, o movimento só fez aumentar. Estima-se que quarenta mil<sup>70</sup> operários uniram-se aos grevistas de primeiro momento. A luta dos trabalhadores, dez anos depois das greves históricas de Osasco e Contagem em 1968, alarmou diversos setores da sociedade principalmente os conservadores, que viam naquela mobilização uma ameaça. A luta dos trabalhadores fazia pressão e engrossava o caldo dos protestos pelo retorno da democracia deixando o governo em dificuldades. Faltando apenas dois anos para a virada da década de 1980, os holofotes estavam virados para a atuação dos trabalhadores nas greves. Numa região marcada por 670 fábricas, São Bernardo representava um gigante que tinha acordado. Em 1977, os metalúrgicos foram à luta pela reposição salarial de 34% defasado pela inflação anteriormente negada pelo regime.

Inspirados na greve de maio de 1978 iniciada pelos trabalhadores da Scania, um grupo de sindicatos questionou a estrutura oficial em uma reunião da categoria (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) criticando-o e lançando as bases de uma nova forma de sindicalismo que ficou conhecido como Novo Sindicalismo. Essa nova prática consistia em uma organização de luta pela base, independente e sem vínculo com o sindicato oficial considerado braço do regime sendo considerado assim, pelego e totalmente contra a luta do trabalhador. Reivindicavam ainda a criação de comissões de fábrica, melhorias nas condições de trabalho, estabilidade, lutas por campanhas salariais com autonomia diante do Ministério do Trabalho e dos patrões. O que se colocava enquanto “novo” buscava romper, dentro daquele contexto de crise e de retomadas de luta no geral, com o mecanismo sindical e suas práticas anteriores ao golpe de 1964, chamado de *populista*, ou de *velho sindicalismo*. Mas, em que consistia essa proposta de mudança intitulada como nova? De que aspectos o *novo* queria se afastar? Os pontos da mudança consistiam em transpor o

Distanciamento das bases e o pouco empenho reivindicativo pelos interesses imediatos da classe trabalhadora, em detrimento da participação nos arranjos políticos mais amplos. Ele seria responsável pelo atrelamento do movimento dos trabalhadores aos estreitos liames da estrutura sindical corporativa, tornando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites<sup>71</sup>.

<sup>70</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p.276.

<sup>71</sup> SANTANA, Marco Aurélio. ‘Novo Sindicalismo’ e a ideia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jacomé. (Org.). **O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois**. Vozes. Petrópolis. 1999. p. 134.

É nesse sentido que o “*novo*” buscava se distanciar de posturas consideradas reformistas e pelegas, considerando que “*Um sindicalismo de colaboração de classes entravavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em busca de suas reivindicações*”<sup>72</sup>.

Essas questões alimentaram diversos trabalhadores na luta trabalhista nas mais variadas partes do país. As oposições sindicais de cunho mais combativo foram formadas mediante essas prerrogativas de luta e de confronto frente aos sindicatos oficiais que em nada, segundo os trabalhadores mais aguerridos, não possuíam a combatividade necessária para se ter melhores condições de vida. A figura do Joaquinção, interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo desde 1964, representava a expressão máxima do pelego a ser combatido pelo “*novo*” *sindicalismo*. Já Lula, o Luiz Inácio da Silva, nordestino e torneiro mecânico das indústrias Villares se tornou o principal líder e símbolo do novo sindicalismo no ABC paulista. Figura carismática e dotado de perspicácia política, protagonizou críticas ao Partido Comunista ao criar o Partido dos Trabalhadores, PT, dissidência à esquerda dentro do contexto da transição.

O governo da transição enfrentou muitas agitações e movimentações vindas de diversos lados, das ruas, do movimentos sociais, de circuitos artístico-culturais. Parecia que a cada dia um grande bloco de oposição se formava no final da década de 1970 e inícios dos anos oitenta em torno da grande pauta da abertura e o retorno da democracia. A volta dos exilados e a revogação de algumas prerrogativas militares animavam e traziam a esperança de novos tempos. Entretanto, o regime estava longe de ser derrubado. Para se entender a transição gradual e segura que se estabeleceu após 1982, é preciso levar em consideração o que estava em jogo naquela época e analisar bem de perto quem eram os maestros dessa sinfonia de vozes e anseios. A transição seria levada adiante porém eram preciso se fazer algumas ressalvas.

Vejamos. O quadro naquela época era o seguinte: a transição fora “puxada” pelo alto, ou seja, a negociação política sobre a passagem de ditadura para democracia se deu sem contestações à ordem vigente, que girava em torno do grande capital. Dito de outra forma, os interesses capitalistas em nenhum momento foram confrontados. Essa era a ordem do dia. Inclusive, ele seria o protagonista da transição cabendo apenas controlar a inflação. O anseio dos empresários, inclinados cada vez mais ao neoliberalismo, era o de barrar a qualquer custo uma postura intervencionista, por parte do Estado. Assim, os interesses empresariais não

---

<sup>72</sup>SANTANA In:RODRIGUES, Op. Cit., p. 135.

seriam prejudicados com a nova ordem política. Por outro lado, outra questão que deixava os militares alarmados era o medo de que grupos e bandeiras de esquerda tomassem o controle do processo de transição. Era necessário evitar essa força presente, inclusive, nos movimentos sociais. Em segundo lugar, falando em evitar, era necessário extirpar da sociedade qualquer pensamento revanchista que quisesse apurar os crimes e violações aos direitos humanos cometidos desde 1964. Levando em consideração todas essas questões, o presidente recém chegado conseguiu lidar com essas pautas em seu governo.

Em seu discurso, garantiu sensibilidade para atender as demandas da sociedade contudo sem abrir mão dos aparatos disciplinares a começar pela Lei de Segurança Nacional. Mas, o desafio de Figueiredo, logo de início, não era apenas os quadros políticos mas também a economia. Com uma inflação que chegava a quase 50% ao ano, o governo teve que mais uma vez recorrer à velha fórmula: controle de crédito e de salários. Medida impopular que agravava ainda mais a imagem do governo frente ao movimento de abertura. A volta da crise no Oriente Médio causada, agora, pela Revolução Iraniana fez subir o preço dos barris de petróleo. Os preços subiram consideravelmente e países como os Estados Unidos, numa medida de proteção, resolveu aumentar os juros de dívidas sobre os empréstimos. O país, mais uma vez, se viu atolado com os juros da dívida externa. Nesse período, as exportações não conseguiram cobrir os custos da dívida de modo que, em 1982, ela consumia mais de 90 % das exportações brasileira. Mais uma vez, a fragilidade e a dependência do país mostrava o seu lado mais cruel. Em 1980, a inflação alcançou taxas alarmantes (110%) vindo a diminuir, um pouco, nos anos seguintes. Mesmo assim, ainda continuou alta. Os reajustes salariais não eram suficientes para cobrir as despesas da população e isso causava a perda do poder de compra tanto de operários quanto da classe média.

A sorte parecia testar a capacidade articuladora do mais novo governo. Apenas dois dias antes da posse de Figueiredo estourou novamente em São Bernardo uma greve que contou com um número bem maior do que a de 1978: 180 mil operários com o apoio de diversos movimentos sociais realizaram piquetes e assembleias. Outro marco que diferenciou esse protesto foi o protagonismo exercido pela diretoria do sindicato sendo que a represália e o braço forte do Estado, via Ministério do Trabalho, agiu sobre seus membros no décimo dia de luta, destituindo a diretoria. Foram quatorze dias de luta que resultaram em confrontos violentos com a polícia. Mesmo sem alcançar conquistas significativas para a categoria, o protesto teve seu ponto alto no dia do Trabalhador onde, na Vila Euclides, em São Bernardo, metalúrgicos, movimento de bairros, militantes de esquerda e tantos outros movimentos

sociais se uniram para comemorar e protestar contra o regime em prol da democracia. A figura de Lula e sua capacidade de liderança em um dos mais combativos sindicatos da América Latina amedrontava alguns setores mais conservadores sem falar na entidade patronal. Todavia, havia aqueles que se animaram com os discursos do sindicalista como foi o caso de muitos intelectuais orgânicos que viam ali outra forma de “esquerda” diferente do tradicional “Partidão” que, dentre outras questões, preconizava a aliança de classes além de, segundo a visão de algumas esquerdas radicais, ter colaborado para ausência de resistência ao golpe de 1964. Meses depois, com a morte de um membro da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, em um piquete, nos idos de outubro de 1979, uma comoção geral recaiu sobre essa tragédia. Como falar de abertura se os braços do regime ainda pareciam firmes para reprimir a qualquer momento? De toda forma, a insatisfação e revolta alcançava mais pessoas a cada dia e o regime se tornava cada vez mais impopular.

No cenário de uma grande crise econômica com direito a inflação, desemprego e salários defasados os trabalhadores, novamente, foram à luta em 1980, em pleno aniversário do golpe, 31 de março. Uma greve foi convocada devido a recusa dos patrões ao pagamento de 7% referente à produtividade e, mais uma vez, São Bernardo ficou em chamas. A greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT - o governo assumiu a interlocução entre trabalhadores e patrões de uma forma truculenta, demonstrando que a ditadura ainda tinha poder de fogo. Helicópteros faziam voos rasantes sobre a multidão que se encontrava na Vila Euclides. Para fechar a situação, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção no sindicatos atuante no movimento, foi então que, Lula e outros sindicalistas foram encaminhados ao Dops para serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Mesmo com as principais lideranças presas, o movimento seguiu e em 24 de abril mais de 40 mil metalúrgicos obrigaram os policiais a desistirem de uma investida contra os manifestantes. Contrariando as ordens do governo em proibir mais manifestações, o aviso foi ignorado e os militantes foram às ruas para comemorar o primeiro de maio. A oposição, temendo um banho de sangue, tratou de articular com as autoridades competentes a liberação do protesto, clamor esse que acabou sendo acatado sem nenhum incidente ou confronto. Contudo, dias depois, o confronto que havia sido poupado no dia do trabalhador foi guardado para ser posto em prática contra os trabalhadores. Houve confronto entre policiais e operários que resultou em mais de setenta feridos.

As inúmeras forças sociais (Igreja, Movimentos de bairros, estudantes, grupos de esquerda, intelectuais etc.) que se aglutinaram junto aos metalúrgicos de São Bernardo no objetivo de apoiá-los em sua luta, também foram importantes para engrossar o caldo anti-ditadura na busca pela retomada da democracia. Parecia que as ruas, desde meados da década de setenta estavam unidas em prol de uma mesma democracia. Parecia que os impasses de classe e de outras questões tinham sido deixados de lado em prol de “algo maior”. De certa forma foi exatamente isso que aconteceu. Porém, o ideal de democracia variava a depender do segmento social revelando que havia sinfonias diferentes coordenadas sob o mesmo regente. Assim era a sociedade civil, formada por diversos grupos que compartilhavam da crítica ao regime mas que destoavam quanto ao ideário de democracia e da sociedade.

É interessante discutirmos, brevemente, sobre o emprego do termo conceitual “sociedade civil” tendo em vista que naquela conjuntura os diversos grupos que formam a dita “sociedade” se apresentavam unificados pelo menos em torno de uma questão: a questão democracia. A historiadora marxista Ellen Wood ao discutir sobre sociedade civil e política de identidade argumenta que o emprego do termo “sociedade civil” pontua que deve ser utilizado com cautela tendo em vista que muitas questões e nuances são deixadas de lado desembocando em um grande guarda-chuva conceitual no qual a tudo quer cobrir. Em um dos pontos que a autora coloca para discutir uma das facetas da “sociedade civil” esse termo muitas vezes é empregado para mascarar o capitalismo diminuindo ou tornando irrelevante as desigualdades existentes numa sociedade marcada pelo pluralismo de identidades e de interesses. O perigo consiste, para Wood, no fato de que

(...) a lógica totalizadora e o poder coercitivo do capitalismo se tornarem invisíveis quando se reduz todo o sistema social do capitalismo a um conjunto de instituições e relações, entre muitas outras, em pé de igualdade com associações domésticas ou voluntárias. Essa redução é, de fato, a principal característica distintiva da “sociedade civil” nessa nova encarnação. O efeito é fazer desaparecer o conceito de capitalismo ao desagregar a sociedade em fragmentos, sem nenhum poder superior, nenhuma unidade totalizadora, nenhuma coerção sistêmica – ou seja, sem um sistema capitalista expansionista e dotado da capacidade de intervir em todos os aspectos da vida social<sup>73</sup>.

O próprio conceito ou ideia de democracia perpassava, inclusive, pela própria forma na qual os atores envolvidos viam/vivenciavam de modo consciente ou não a sua relação com

<sup>73</sup> WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo. Boitempo. 2006. p.210.

o capital dentro da relação de classes. Dito de outra maneira, a variada e múltipla “sociedade civil” caminhava unida em torno da questão democrática porém, cada uma a seu modo, de forma particular, interpretava a democracia de modo subjetivo variando de acordo com suas convicções e experiências. Ou seja, aquilo que aparentemente parecia ser um movimento uniforme, na verdade representava a fragmentação que naturalmente existe no que se designa como “sociedade civil”. Nunca concebendo-a como uma representação harmônica, não conflitante. Se pudermos resumir em uma única frase a diversidade de projetos de sociedade que havia dentre os diferentes grupos de oposição ao regime, poderíamos afirmar que “*o que unia a todos (...) não era um projeto comum, mas uma recusa comum*”<sup>74</sup>.

Os debates fomentados pelo Plenário Democrático da Sociedade Civil formado em setembro de 1980 sobre o retorno da democracia e a realização de uma possível Constituinte representava bem essas divergências de opiniões e ideias. Algumas questões foram levadas como fundamentais e de comum acordo para os grupos envolvidos: liberais moderados, associações de classes, esquerdistas, movimentos sociais e a oposição. Eram mais de cinquenta organizações. Fim da Lei de Segurança Nacional, direito a greve, autonomia para os poderes Legislativo e Judiciário, o retorno das eleições diretas e melhores condições de vida eram algumas das principais pautas abordadas e defendidas pelos grupos. Todavia, as esquerdas não se entendiam quanto ao projeto de sociedade. Diversas tendências eram discutidas e interpretadas no interior dos grupos. O PCB, aderindo ao apelo dos dirigentes internacionais, passa, a partir de 1970, a assumir uma postura voltada para a defesa da democracia, frente ao ciclo de ditaduras e fascismo no mundo. A questão passava por defender as instituições democráticas rumo ao socialismo. Já o PC do B, buscou manter um projeto de aliança nacional de oposição às instituições criadas pelo regime. Os trotskistas, presentes principalmente no movimento estudantil, buscavam enfatizar a importância da formação de base para conscientizar politicamente as massas para a luta.

Se havia diversos tons de cores entre as esquerdas, a extrema direita parecia estar mais coordenada em suas ideias com relação a abertura gradual e tranquila. Numa tentativa de impedir e de intimidar o movimento de reorganização democrática, os grupos de extrema-direita, formados principalmente por militares, foram responsáveis entre 1978 a 1980 por inúmeros atentados a bancas de jornais, prédios da imprensa e de entidades de oposição ao regime, além de livrarias e universidades. Nem mesmo a sede da OAB e o recém chegado do

---

<sup>74</sup> SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.) **O que resta da ditadura**. São Paulo. Boitempo. 2010. p. 249.

exílio, Leonel Brizola, escaparam dos atentados, apenas para citar alguns casos mais emblemáticos dessa época. Sem falar no caso Rio Centro na noite de trinta de abril de 1981 em que pessoas se reuniram em um show de MPB para celebrar o primeiro de Maio. Além de causar pânico e ter feito algumas vítimas, os atentados funcionaram como um recado tanto para o governo quanto para os grupos sociais engajados na luta pela abertura. Diante disso atentados, fazia necessário apurar e agir contra os seus organizadores. Porém, Figueiredo nada fez para apurar à sério essa onda de terror causada pelos seus próprios pares, colegas de farda. Essa inércia fez cair ainda mais a imagem do mesmo diante das oposições que viam no presidente uma figura que representava a impunidade.

A diferente composição de forças que se uniram contra o regime e a favor da democracia, por um certo tempo, parecia seguir em um mesmo caminho: o da construção de um país diferente daquele criado em 1964. Empolgados pela crescente mobilização das ruas, dos trabalhadores e dos diversos grupos e movimentos sociais, dava-se a impressão de que, ligeiramente, o país caminhava para uma social – democracia afastando-se da tradição histórica dos recortes conservadores e de classe. Tudo parecia caminhar para um grande consenso. Aparentemente. Esse equilíbrio logo mostrou suas fragilidades. Durante um momento, os blocos formados por liberais e esquerdistas tentaram debater e criar consensos sobre determinadas agendas contudo, essa tentativa esbarrou em três importantes temas: na Lei de Anistia, no retorno das eleições diretas e na Reforma Partidária. Levada como bandeira de luta desde 1975 a campanha pela anistia que começou entre familiares de desaparecidos e exilados em conjunto com entidades internacionais, também alcançou vozes e encontrou respaldo no Brasil.

A mobilização nacional, com direito a circulação de lista de torturadores, pressionou o governo a, em 1979, conchamar o Congresso para uma discussão envolvendo esse tema. Na mesa de negociação entre políticos da Arena e do MDB a discussão girava em torno de duas questões: quem deveria se beneficiar da Lei de Anistia? Ela deveria salvar aqueles que pegaram em armas pela luta armada ou apenas contemplar àqueles que mataram e torturaram em nome da segurança nacional? Em plenário, havia quem defendesse as duas propostas. No final, em votação, venceu a proposta na qual a anistia seria concedida àqueles que agiram em prol do Estado, da manutenção da ordem da segurança do país ficando de fora os crimes de sangue que estavam diretamente relacionados com os militantes de esquerda que pegaram em armas contra o regime. Esses, só conseguiram ser libertados graças a outros distintivos legais.

Dessa forma, a luta pela justiça aos torturados acabou ficando a cargo dos familiares que tiveram seus entes desaparecidos pelo regime.

Por fim, venceu o projeto que para garantir uma transição tranquila e sem traumas (para quem? Qual dos lados?) se deveria esquecer os excessos do regime sob a desculpa do raso argumento de que era necessário garantir a “*estabilidade democrática*”<sup>75</sup>. A partir dessa amnesia oficializada pelo governo e pelas demais forças daquela época, ainda hoje verbera na sociedade e, de tempos em tempos vem à tona, argumentos calcados em chavões que tentam imprimir uma visão de que não houve no Brasil tortura ou assassinato como prática política do Estado. “Não houve tortura. Tudo não passa uma invenção criada e difundida pelas esquerdas”, são frases que ainda hoje não são difíceis de se ouvir. Ora, argumentos dessa natureza vão de encontro ao que foi dito e apresentado até agora nesse trabalho. Como então justificar o desenvolvimento da rede de vigilância e segurança que foi montada durante o regime para controlar condutas consideradas incoerentes com a doutrina do Estado? Outro argumento muito comum de ser visto é o que legitima o golpe e toda a violência utilizada pelas forças do Estado para defender o país da guerra “contra o terrorismo” afinal de contas, o golpe das esquerdas estava em curso durante o governo de Jango”. É notório perceber que de acordo com tal pensamento toda violência se equivale. O filósofo brasileiro Vladimir Safatle desenvolve um brilhante argumento que vai de encontro a tais ideias. Defende, resgatando para isso a tradição liberal, que é direito de todo cidadão “*se contrapor ao tirano e às estruturas de seu poder, de se lutar de todas as formas contra aquele que usurpa o governo e impõe um estado de terror, de censura, de suspensão das garantias de integridade social.*”<sup>76</sup> É com base nessa prerrogativa que o autor defende que grupos armados que se rebelaram contra a ditadura merecem o direito à anistia pois é totalmente legal a resistência e o enfrentamento a um governo que construiu o seu castelo à base da usurpação do poder, da instalação de um estado de terror, da suspensão dos direitos e garantias do cidadão e do uso da censura.

Outro ponto sensível foi a Lei de Reforma Partidária de 1979. Nela o governo buscou fragmentar em diversas legendas as oposições com a finalidade de deixar o partido oficial mais denso, ou seja, unido em um único e coeso bloco. Nesse caso, o partido em questão era a Arena, considerado o maior partido da América Latina naquele momento.

---

<sup>75</sup> SAFATLE, Vladimir. Op. Cit., p. 240.

<sup>76</sup> Ibid., p. 245.

A Lei trouxe muitas exigências e proibições. Havia um medo por parte do governo de que figuras políticas como Arraes e Brizola conseguissem articular entre eles a esquerda considerada perigosa. Os partidos comunistas continuariam proibidos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e os movimentos sociais eram considerados, segundo a estratégia do governo, inaptos para as discussões partidárias. A nova lei dificultou o quanto pode a oposição impedindo-a de formar alianças, de vincular votos etc. Nesse novo cenário partidário (re)surgem figuras com o PMDB sob nova sigla mas que no final foi a que levou à frente a negociação da transição; Brizola levou adiante a tradição trabalhista no Partido Democrático Trabalhista no qual tinha mais força no sul e no Rio de Janeiro; o PDS se organizou em torno de uma postura de centro – direita mas que não se confundia com o partido oficial do governo; a criação do PT em 1980 foi vista com receio e desconfianças entre o governo. Mas no fundo, acreditava que a entidade não seria levada adiante devido às inúmeras divergências presentes entre as esquerdas.

O PT, formado por intelectuais de esquerda além de concentrar a classe trabalhadora de diversos ramos, mas principalmente operários, acusava o trabalhismo e o comunismo pelo golpe de 1964. Afirmavam que essas entidades contribuíram para deixarem os trabalhadores sem capacidade de exercer o protagonismo da luta entregando-os às lideranças de outras classe. Era uma crítica clara às práticas de aliança e de nacionalismo tradicionalmente presentes nos quadros daqueles partidos. Desse modo, o PT apresentava-se como uma alternativa mais à esquerda aos quadros tradicionalmente existentes formados pelo PCB e pelo PTB embora, naquele momento, sua identidade não estivesse muito definida se reformista ou revolucionário. O fervor oriundo das ruas, dos movimentos e do novo sindicalismo, na esfera do poder representativo e de cunho político-partidário depois de 1982, assumiria um aspecto mais moderado nas esferas de poder junto à discussão do processo de abertura. O resultado das eleições de 1982 minou cada vez mais o poder das mãos do governo. O PDT conseguiu atingir 50% dos votos no Congresso e também conseguiu quadros importantes nas Assembleias Legislativas<sup>77</sup>. Desse modo, a configuração políticase alterava e o PDT passou a ganhar força. Acreditava-se, por sua vez, que o MDB assumiria um tom mais moderado e de menos oposição ao regime, sendo capaz de mostra e conduzir o processo de transição de forma mais tranquila. O PCB, o PC do B e o MR-8 mantiveram seus militantes atuando através do PMDB.

---

<sup>77</sup> NAPOLITANO. Op. Cit., p.302.

Tendo obtido o controle dos principais Estados do país, como São Paulo, Paraná, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul, o PMDB conquistou 40% das cadeiras no Congresso. Naquela altura, longe de ter uma opinião única e coesa com relação à transição, o partido oscilava entre atender aos apelos das ruas, sendo o seu porta-voz, ou se moderava o tom e entrava no jogo político institucional. De postura moderada, quadros políticos que faziam parte do PP (Partido Popular dissolvido em 1981) foram para o PMDB dando a esse partido novas feições, com um ar mais brando, menos aguerrido. Setores do PMDB que eram considerados mais à esquerda foram isolados. Embora o número dos partidos de oposição tenham ganhado espaço e força no cabo de guerra da política, o Partido oficial do governo ainda manteve a maior bancada tanto na Câmara como no Senado. Dos 23 cargos de senadores 10 estavam ocupados pelos governo. Por outro lado, na Câmara dos Deputados, a situação ficou um pouco mais equilibrada com a oposição. As discussões palacianas sobre quem deveria ter o “perfil” ideia a conduzir e substituir o presidente ficou posta de lado por alguns instantes quando as agitações das ruas começaram, novamente, a entrar em cena.

Em 1983 a guerra da fome ficou assim conhecida por ter tomado dimensões amplas e ter desencadeado uma série de ataques a loja e afachadas. O movimento fugiu do controle dos seus líderes e, durante quatro dias São Paulo vivenciou saque e motins pela cidade. O que começou sendo uma passeata de desempregados que foram atender ao suposto pedido de ocupação de postos de emprego em uma fábrica acabou revelando-se em boato o que causou grande revolta entre os manifestantes. A polícia foi acionada e reagiu com bastante violência. O protesto alcançou o palácio dos Bandeirantes onde os manifestantes forçaram portas e invadiram a sede do governo. Apenas no terceiro dia foi que a situação veio a se acalmar e os danos foram mais nítidos de se ver: uma centena de feridos e detidos além de um morto. Esse quadro deixou em pânico diversos setores da política que jogaram entre si a culpa pelo movimento. Além disso, as próprias elites também manifestaram seu medo pelo ato da multidão enfurecida e sem controle. Quando tudo ainda estava muito “fresco” na memória em geral sobre a guerra da fome, o movimento sindical, via CUT (Central Única dos Trabalhadores) aproveitou a situação para convocar uma greve geral. Embora não tendo alcançado efeitos muito relevantes a mobilização articulada pela Central passava um recado às discussões políticas palacianas: de que as temidas multidões também queriam participar dos tramites que envolviam a transição<sup>78</sup>. Essa situação deixara muitos políticos preocupados

---

<sup>78</sup> NAPOLITANO. Op. Cit.,p. 305 – 306.

com a retirada das ruas do cenário da transição e, o PMDB não podia ignorar que grande parte do seu eleitorado vinha dessas bases.

A Passeata da Fome e greves puxadas pelos movimentos sociais e de esquerda que ressurgiam naquele momento eram o reflexo das crise nacional e do contexto internacional que o país enfrentara entre 1979 à 1985. Abalado pela segunda crise do Petróleo causada novamente pelos países Árabes, o Brasil viu sua dívida externa subir consideravelmente graças a elevação da taxa de juros estipulada pelo governo de Reagan utilizada como medida protetiva. Essa medida acertou em cheio o desenvolvimento do país aumentando sua dependência econômica uma vez que com o avanço do neoliberalismo nos países centrais a sobrevivência de projetos desenvolvimentistas na América Latina ficou cada vez mais difícil. O aumento da dívida na qual alcançou a cifra de 100 bilhões de dólares gerou o aumento do custo de vida para população que já vinham com seus salários defasados. Além dessa crise internacional, durante os anos de 1970 o cenário da economia internacional passou por novas adequações com a substituição do modelo fordista pelo flexível. Calcada na *“reestruturação das formas produtivas, de uma nova divisão internacional da produção e do desencadeamento de uma Revolução Científico – Tecnológica”*<sup>79</sup> esses aspectos aumentaram ainda mais a discrepância entre países avançados e os desenvolvimento.

A recessão foi inevitável diante desse quadro. As exportações caíram bem como os investimentos em um momento que o país mais necessitava de dinheiro para pagar sua dívida externa. A entrada do Fundo Monetário Internacional – FMI - foi vista como necessária para conseguir empréstimos afim de não só pagar a dívida mas também tentar reestabelecer a economia. A contrapartida esse auxílio, claro, eram medidas de austeridade que impactavam diretamente em toda a população.

Os impactos da entrada forçada do Brasil nesse novo cenário econômico da flexibilização trouxe inúmeros problemas aos trabalhadores. Verificamos que dentre as mudanças houve a

Passagem de grande parcela dos trabalhadores para o setor de serviços; aumento das pressões sobre o controle do trabalho por parte dos patrões sobre os trabalhadores; insegurança crescente no mercado de trabalho e estabelecimento de práticas repressivas de exploração da força de trabalho tanto nos novos quanto nos antigos centros industriais<sup>80</sup>.

<sup>79</sup> VIZENTINI. Op. Cit., p. 154.

<sup>80</sup> BOTELHO, Adriano. **Do Fordismo à produção flexível**. O espaço da indústria em um contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. Annablume. São Paulo. 2008. p.62.

Isso são alguns dos aspectos negativos que afetaram a vida e a relação de trabalho entre os empregados. Não é à toa que é diante dessa crise internacional e de reestruturação do capital internacional com reflexos diretos nos países subdesenvolvidos aliado a uma crise política de legitimidade do governo ditatorial que os trabalhadores irão ganhar as ruas em fins dos anos de 1970 e início de 1980 unindo forças em prol de pautas pela democracia e por melhores condições de vida.

Enquanto isso, o impasse para saber quem iria liderar processos de luta democrático continuava agitando os partidos políticos. Diante da campanha liderada pelo PT pelo retorno das eleições diretas, o MDB resolveu agir. Decidiu então formar duas frentes: uma de combate ao regime nas ruas e outro que agia dentro do Palácio. A primeira estratégia contava com Ulysses Guimarães no qual transitava bem entre os esquerdistas e a oposição liberal – democrata. Já Tancredo Neves, governador de Minas, embora não tivesse o mesmo carisma presente em Ulysses, conseguia atrair as atenções daqueles que viam com desconfianças os setores mais à esquerda que se identificavam com as críticas daquele contra o regime. Renunciando a condução no processo de transição para o cargo de presidente em dezembro de 1983, Figueiredo saía deixando o país numa situação complicada causada pela corrida à cadeira presidencial. Enquanto isso, a aproximação entre Geisel e Tancredo deixava os quartéis menos resistentes a um possível candidato civil considerado moderado. Havia algumas alternativas para o regime: a primeira seria seguir o rumo das coisas caminhando para a eleição diretas já; estender o mandato para mais dois anos, também era outra possibilidade; sucessão via votação no Colégio Eleitoral, seria a terceira alternativa; ou ainda, suspender o processo de abertura.

Três pareciam inviáveis naquele momento, principalmente a ideia de frear as eleições diretas, o que poderia causar uma grande revolta e comoção nas ruas. A opção de uma sucessão via Colégio Eleitoral também não animava o presidente. O clima de festa cívica agitou as ruas em prol da campanha pelas diretas já aliada da proposta de emenda constitucional do deputado do PMDB Dante de Oliveira. Esse clima passou a ser mais intenso a partir de 12 de janeiro de 1984 onde era possível ver nas ruas todos os tipos de grupos sociais e ideológicos sobre o mesmo asfalto. Sindicalistas, conservadores, movimentos sociais, estudantes, moderados, militantes estavam unidos, deixando de lado, pelo menos por enquanto, as diferenças socioeconômicas em prol da agenda democrática não muito bem clara e definida mas que empolgava esses setores sob a luz de um futuro considerado melhor. A força das ruas foi cada vez mais ganhando corpo como bem mostrou as campanhas e comícios

de abril. No Rio, um milhão de pessoas saíram às ruas. Em São Paulo 10% de sua população estava na rua gritando pelas “diretas já”<sup>81</sup>

O movimento das ruas, que contava tanto com setores de partidos de esquerda como com o PMDB, apresentava algumas falhas. Dentre elas o fato de que integrantes do PMDB não acreditavam na aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso e, por isso pensavam que a melhor decisão a ser tomada era a de agir de forma direta e negociada a questão da transição com o governo. Essa movimentação “às escuras” e portas fechadas minava o poder das ruas e a própria estratégia de Ulysses Guimaraes que apostava nessa força. Vencida por falta de quórum suficiente para fazer passar, a emenda Constitucional foi engavetada como bem previu algumas forças do PMDB. Após esse resultado, o PMDB que inclinada para o lado de Tancredo começando a unir forças na busca de uma eleição via colégio eleitoral. A candidatura do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf não era benquista tendo em vista a carreira corrupta e a conduta considerada impropria para a importância de tal cargo. Esse fato fez com que parte do PDS se unisse com PMDB contra a candidatura de Maluf fortalecendo assim o candidato mineiro Tancredo Neves que oficializou suas intenções presidenciais em junho de 1984. Utilizando um discurso bastante ameno, Tancredo afirmara que não haveria revanchismo, indo contra os setores da sociedade que acreditavam na apuração dos crimes de tortura e de violação aos direitos humanos cometidos pela repressão. A condução dessas investigações ficou apenas a cargo dos familiares e amigos dos desaparecidos.

Meses depois da Convenção do PMDB, em agosto, no qual oficializara o nome de Tancredo nas eleições para o Executivo do país, a direita militar dava sinais de que não iria entregar os pontos facilmente. Numa tentativa de minar o poder das ruas que saíram em apoio à candidatura de Tancredo, o alto-comando emitiu uma nota afirmando que organizações de esquerda estavam por trás do movimento democrático, radicalizando-o. Por fim, resignado, o general Walter Pires reiterou que o exército aceitaria o resultado do Colégio Eleitoral. A vitória de Tancredo sobre Maluf ocorreu em janeiro de 1985. O PT, sentindo-se traído pela sabotagem das Diretas Já, resolveu fazer um voto de protesto contra Tancredo. Desse modo, a transição parecia acontecer sem sobressaltos e eventos traumáticos aliviando o coração dos setores moderados. Todavia, antes mesmo de tomar posse o candidato eleito foi internado por motivos de saúde, vindo a fortalecer em abril. Pela ordem natural da Constituição, Ulysses

---

<sup>81</sup> NAPOLITANO. Op. Cit., p.308.

deveria assumir enquanto presidente da Câmara do Deputados mas, devido a uma trama interna, o comandante do IIIº Exército Leônidas Pires, quase que numa cartada final que revelava ainda o poder dos militares, Leônidas Pires forçou Ulysses Guimarães a abrir mão da presidência. Contra o gosto de Figueiredo, Sarney, figura imprevista, incerta mas tutelado pelos militares, assume o cargo elevando-se do posto de vice ao de presidente da Nova República.

### **3 FACETAS DO GOLPE: OS DISCURSOS EM XEQUE.**

A historiografia sobre o golpe é um campo de debate bastante profícuo ganhando relevo, nos últimos cinquenta anos, não só no campo acadêmico como também nos meios midiáticos de comunicação. Antigas visões foram sendo revistas e recontadas e novas interpretações, graças aos ricos debates impulsionados em seminários, congressos, dissertações, artigos, teses etc. O resultado desses trabalhos ampliou as discussões apontando muitas vezes para caminhos diferentes e nunca vistos até então. Não podemos esquecer aqui de ressaltar que esse rico terreno de debates e discussões só foi possível graças a abertura de arquivos considerados de grande relevância para o avanço dos estudos dessa temática.

Soma-se a isso a criação, em 2002, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e das Comissões da Verdade criadas nos níveis Estaduais e Federais as quais puderam averiguar e esclarecer a partir do cruzamento de relatos orais e documentação contida nos mais diversos arquivos do país, casos de desaparecidos políticos nos tempos do regime. Todo esse esforço levado a cabo pelos órgãos governamentais constitui um passo relevante no sentido de *evitar o silêncio e o apagamento sobre uma das experiências históricas mais marcantes e traumáticas da história do Brasil no século XX*<sup>82</sup>. Baseadona leitura de alguns trabalhos recentestraremos aqui autores que debateram e estudaram a temática do golpe ao longo dos últimos anos.

Demian Bezerra de Melo em sua obra *A Miséria da Historiografia* lança duras críticas às produções revisionistas que surgiram no aniversário de 40 anos do golpe. Ausência de grandes novidades, presença de traços conservadores e esquecimento das lutas dos

<sup>82</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio T. RODEGHERO, Carla S. e ARAUJO, Maria Paula. (Org.) **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife. Editora Universitária. 2012.p.18.

trabalhadores nos anos de chumbo são algumas das críticas que esse autor traz em seu livro<sup>83</sup>. Ao tratar da temática do golpe não podemos esquecer dos autores brasilianistas que dentro de perspectivas diferentes acrescentaram e trouxeram à tona questões relevantes para a discussão. Ao criticar brasilianistas que não ressaltaram a participação dos norte-americanos no golpe de 1964, o autor isenta apenas o trabalho de Phyllis Parker em *O papel do Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*<sup>84</sup>. É fundamental compreendermos que na base do processo do golpe o interesse do capital internacional associado a setores empresariais brasileiros que se beneficiavam com tal parceria fora fundamental para o desenrolar da trama golpista. O trabalho do cientista político René Dreifuss, baseado em uma vasta documentação do IPES, muito bem apontou para a contribuição financeira dos EUA no IPES formado por empresários e oficiais militares. Assim, apresentou em seu trabalho de modo pioneiro, a natureza “empresarial – militar” do golpe urdido em 1964 presente em diversos trabalhos e interpretações<sup>85</sup>.

A obra de Dreifuss, em 1990, recebeu uma crítica levantada por Argelina Figueiredo<sup>86</sup>. Nessa ideia, a autora defendeu que nem a esquerda nem a direita morriam de amores pelo regime democrático. Segundo esse pensamento a radicalização da esquerda não teria dado margem para a realização das reformas dentro do contexto político da época anterior ao golpe. Esta autora ainda diminuiu o campo de atuação dos conspiradores do golpe criticando Dreifuss de supervalorizar tais forças, tornando-as como uma energia onipotente tendo como única alternativa o golpe. Contudo, antes de continuarmos, é preciso pontuarmos o local e o período na qual a autora fala e desenvolve seu pensamento. A autora relativiza a responsabilidade dos aspectos duais do golpe além de escrever em sintonia com o período da crise das ideias de esquerda no âmbito internacional. Daniel Aarão Reis<sup>87</sup> também comunga da ideia de que o uruguaio Dreifuss supervaloriza o controle e o domínio do IPES na articulação para o Golpe reforçando a ideia de que os conspiradores eram onipresentes.

<sup>83</sup> MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. (Org). Rio de Janeiro. Consequência. 2014. p. 157 e 158.

<sup>84</sup> PARKER, Phyllis R. O papel do Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Apud MELO, Demian Bezerra de. Op. Cit. p.159.

<sup>85</sup> René Armand Dreifuss. *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*. Glasgow.1980. MELO, Demian Bezerra de. Op. Cit. p.160.

<sup>86</sup> FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961 – 1964*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.

<sup>87</sup> REIS, Daniel Aarão. O Colapso do Colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge. *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2001.p.332.

Muito provavelmente, segundo o pensamento de Demian de Melo, Argelina teria bebido da discussão acadêmica proposto por Jorge Ferreira<sup>88</sup>a qual apresenta a direita como reagindo à radicalização da esquerda como se primeira fosse uma vítima da segunda. Para exemplificar essa situação o autor cita uma passagem do texto de Ferreira no qual o mesmo aponta que a articulação entre os empresários da rede de comunicação de rádios reunidos entre as figuras de Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon teria ocorrido como forma de reagir frente aos discursos de Brizola na rádio Mayrink Veiga<sup>89</sup>. Outro ponto criticado pelo autor com relação a Ferreira é o trato que este deu para as fontes, mostrando, na visão de Demian, “*fragilidade como proposição historiográfica*” Essedeslize teria ocorrido quando Ferreira se dedicou a falar do episódio do Comício da Central. Nesse momento, Jorge Ferreira se utiliza de uma pesquisa de opinião presente na obra do jornalista Araújo Netto (Nos idos de março e queda em abril) sem ao menos fazer os devidos questionamentos. Ao se utilizar das informações desse jornalista, Ferreira ignora por completo o fato de que esse profissional era um inimigo de Goulart o que torna, já por ai, o seu discurso um tanto duvidoso como relação a atuação marcante das esquerdas e do povo no Comício da Central<sup>90</sup>.

Assim como Ferreira, Aarão Reis também defende que a radicalização da esquerda gerou uma reação na direita, acusando ainda as alas mais radicais da esquerda de ter uma visão instrumental sobre a democracia. A democracia, segundo este autor, era vista tanto pelos setores de esquerda mais radicais e pelo próprio PCB como um sistema necessário para se conseguir acumular forças<sup>91</sup>. Outro autor revisionista polêmico foi Elio Gaspari tendo suas obras lançadas nos anos 2000. Em um dos trechos afirma que havia dois golpes em curso: o de Jango, que estaria apoiado nos sindicatos e nas forças militares capazes de pressionar o congresso a aprovar os pacotes das reformas políticas de base<sup>92</sup>. Essa afirmação não pode ser levada adiante, na visão de Demian por ser basear em fontes comprometidas com o golpe, como foi o caso da carta de um coronel no livro de Glauco Carneiro e a opinião do embaixador Lincoln Gordon.

Muitos estudos lançaram questionamentos e hipóteses no sentido de entender o caráter “civil-militar” do Golpe; quem estaria por trás dele, articulando-o às escondidas. Dreifuss aprofundou essa questão e tratou de delimitar quem eram esses civis afirmando que

---

<sup>88</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit.

<sup>89</sup> MELO, Op. Cit. p. 162 – 163.

<sup>90</sup> Ibid., p.163.

<sup>91</sup> MELO, Op. Cit., p. 166.

<sup>92</sup> GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo. Companhia das Letras.2002.p.51.

tratava-se de um grupo de empresários ligados a banqueiros e industriais. Porém, existe uma corrente crescente que defende que havia um certo consenso, uma cumplicidade presente na sociedade no que diz respeito às forças que articularam o golpe, tomando o termo sociedade como algo homogêneo e livre de impasses e de jogos de interesses. Por volta de 2010 um artigo de Daniel Aarão indicou três argumentos nos quais, segundo ele, seriam bastante contundentes para precisar a participação da sociedade brasileira antes e na sustentação do golpe: 1) As marchas das Famílias com Deus e pela Pátria organizadas em diversas capitais do país; 2) os votos para o partido de apoio a ditadura (Arena); 3) a suposta popularidade do presidente Médice em 1969-1974.

Ao analisar cada ponto dessas colocações, Demian inicia seu argumento afirmando que, de fato, a macha contou com a participação massiva da população chegando, inclusive, a apontar novos estudos que se debruçaram a estudar de modo mais profundo o raio x dos integrantes que participaram das marchas. O autor apresenta uma fonte que, segundo ele, ainda foi pouco estudada. Trata-se de uma pesquisa de opinião levantada em algumas capitais brasileiras realizada entre 9 e 26 de março de 1964 e que foram apresentadas pelo cientista político Antonio Lavareda. Nessa fonte, é possível vermos que a popularidade do governo de Jango às vésperas do Golpe era relevante. A pergunta elaborada na altura consistia em interrogar se os presentes votariam ou não em uma possível recandidatura de Goulart. Essa informação trouxe um aspecto relevante a ser considerado: não podemos generalizar a ideia de “povo” e “sociedade” caso contrário, corremos o risco de cair no discurso daqueles que assaltaram o poder ao afirmar que o golpe teria sido deflagrado por “*exigência do povo brasileiro*”<sup>93</sup>.

O segundo escorregão de Aarão Reis ao tratar das eleições da Arena constitui-se em não levar em consideração que a “*expressiva votação da Arena*”<sup>94</sup> contou com significativos votos nulos além de colocar o povo, segundo Demian, em situação embaraçosa na qual se viam obrigados a votar no “Partido do sim” (Arena) ou do “sim senhor” (MDB), que a era oposição consentida. Sobre as fontes utilizadas por Aarão e Elio Gaspari que versam sobre a aprovação do governo Médici, vemos, respectivamente, os seguintes dados apresentados pelos autores: 84% e 82% de aprovação. Contudo, Demian Bezerra nos alerta que diante dos aspectos mais relevantes daquele governo: perseguição contínua aos inimigos da nação, o avanço da modernização capitalista aliada a intensa exploração da mão de obra de trabalho, o

---

<sup>93</sup>MELO, Demian Bezerra de. Op. Cit., p.168.

<sup>94</sup> Ibid.,p.167 – 170.

“milagre econômico” e o tricampeonato mundial de futebol, qualquer cidadão pensaria duas vezes antes de criticar o governo em uma pesquisa de opinião, justificando assim, o alto índice de aprovação do governo Médici.

A periodicidade do golpe também foi tratado com relatividade por alguns autores, em Daniel Aarão e sua obra *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, lançado nos anos 2000. Na visão de Demian, Daniel Aarão reduziu a ditadura em sua temporalidade. O que ocorre é que Aarão estabelece como marco para o fim do regime o fim do Atos Institucionais (em fins de 1978) e a revogação da Lei de Anistia de 1979. Ou seja, para além dessas datas até 1988 tudo seria considerado como período de transição. Criticando esses marcos, Demian de Melo rebate alegando que os principais quadros institucionais alicerçados no regime ainda estavam plenamente atuantes no período destacado. Mesmo com o fim da validação dessas leis, o movimento operário, por exemplo, ainda sofria com perseguições, prisões além da permanência da clandestinidade dos partidos comunistas. Ouseja, esse “afrouxamento” do regime em seus marcos temporais proposto por Aarão, com certeza, não pôde ser sentido por todos os atores sociais que vivenciaram perseguições e prisões no final da década de 1970.

Se levarmos em consideração os marcos propostos por Aarão Reis corremos o risco de nos esquecermos das lutas dos operários que mesmo sob a distensão política do regime ainda foram presos e perseguidos pelos agentes da repressão. Lembremos aqui da movimentação que girou em torno da greve do ABC paulista, no início dos anos 1980, o qual muitos operários foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional além do artigo 5.28 da CLT. Demian conclui que

Propondo o encerramento da ditadura em 1979, deixa de fora episódios emblemáticos da luta contra a mesma, como os atentados terroristas na seção da OAB fluminense e do Rio – Centro, sem falar da campanha pelas Diretas já, em 1984<sup>95</sup>.

Ao falar da relação entre discurso e postura do governo de Castelo Branco, Carlos Fico discute uma das versões que se arrolaram e que caíram em senso comum com relação à conduta moderada e apegada aos meios legais de Castelo Branco difundida por seus biógrafos. Marcado pela criação do AI – 2, a proibição do envolvimento político de estudantes, a redação e a assinatura da Lei de Segurança Nacional, o fechamento do Congresso Nacional, além de ter decretado uma Lei de restrição que limitava os conteúdos da

---

<sup>95</sup> MELO, Demian Bezerra de. Op. Cit., p. 178 – 179.

Imprensa. Foi sob esse governo que ocorre o crescimento do grupo de militares alinhados com a “linha dura” mais adepta a práticas repressivas.

Ao tratar sobre as diversas correntes militares existentes à época do golpe, Fico argumenta em seu artigo que o tema da tortura não era senso comum nos diversos meios militares e que a relação linha dura *versus* moderados é deveras simplista. Para além dessa dicotomia, haviam aqueles que se familiarizavam com o pensamento de elevar o país à categoria de potência mundial mas, para isso, era necessário abrir mão de métodos não violentos. Os mais jovens, segundo Fico, preferiram não aderir a tal pensamento buscando ocupar-se com suas carreiras. Outros, preferiram ir para a reserva do que acobertarem atos violentos. Contudo, “*foram poucos os casos de denúncia ou oposição explícita, o que releva que a existência de uma grande quantidade de militares coniventes*<sup>96</sup>” com os atos de tortura para obtenção de informação.

Diante de tantas questões nas quais os grupos militares divergiam, o quesito repressão violenta é um dos temas relevantes a ser discutidos na historiografia. Carlos Fico defende a ideia de que a prática da tortura e a violência foram institucionalizadas e que portanto, os altos escalões do governo sabiam dessas práticas. Cai por terra, portanto, mitos nos quais se baseavam na completa ignorância por parte do governo dessas práticas punitivas as quais colocavam na conta dos subalternos o peso das acusações sobre os excessos praticados. Fica difícil de aceitar essas afirmações as quais se sustentaram principalmente nos relatos orais. Embora funcionassem segundo parâmetros diferentes, o complexo e articulado sistema de informações que integravam as forças policiais (civil e militar) e as forças armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) eram uma só ideia: o combate à subversão, ao comunismo e à corrupção.<sup>97</sup>

As razões que levam ao golpe envolvendo as ações do presidente eleito Goulart nunca foram consenso na historiografia. O cientista político, Alfred Stepan em sua tese de

<sup>96</sup> FICO, Carlos. Op. Cit. p. 34.

<sup>97</sup> FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. REVISTA Brasileira de História. São Paulo. V. 24.nº 47.p.29-60. 2004. Fico defende que desde os primeiros momentos do golpe, ou seja, no governo inicial de Castelo Branco já estava presente o ideal de combate ao comunismo, à subversão e a corrupção. Nesse aspecto, o autor entra para a corrente de autores que não compactuam com a visão de que o golpe endureceu a partir de uma contrapartida ocorrida em 1968 devido, principalmente, as investidas da luta armada. Em seu artigo, Carlos Fico destaca ainda que o SNI não pode ser visto como uma instituição homogênea ao logo do regime tendo o mesmo adquirido feições diferentes, principalmente, nos anos de 1964 e em 1967 sob o governo de Emílio Garrastazu Médice. No primeiro momento o referido órgão teria servido de produtor de informações para balizar as tomadas de decisão do governo de Castelo Branco mas, sob o governo Médice, o SNI teria trazido para si a liderança de uma rede ampla de espionagem. P. 47.

doutorado -*Os militares na política: as mudanças de padrão na vida brasileira* - em sua visão central, a concepção de Fico pensa a instituição militar não enquanto um organismo autônomo e independente, sem vinculação com o social. Ao contrário, acredita que a mesma reage e se molda diante das conjunturas políticas<sup>98</sup>. Na visão de Stepan, Goulart não teria tido sucesso em equilibrar as demandas políticas dos grupos divergentes. Nessa linha de raciocínio, os militares teriam seguido um padrão, considerado “moderado”, até 1964: o de só tomar o poder em situações pontuais cumprindo o papel de tirar um governo para em seguida devolvê-lo à sociedade civil.

Mas aí, cabe-nos uma outra questão: E por que não assumiram o poder? Segundo essa ideia, não o faziam porque não acreditavam que estariam suficientemente capazes para assumir tal tarefa. Contudo, a conjuntura anterior a 1964 teria causado uma alteração nesse padrão levando à afetiva tomada do poder e sua eventual continuidade. E o que teria encorajado os militares a levarem essa ideia adiante? Teriam percebido o caos nas instituições civis, o desmantelamento da disciplina e hierarquia militar e a descoberta do plano do governo em aplicar um golpe com o apoio dos comunistas. Além dessas razões para dar o golpe, os militares, segundo essa visão, teriam se sentido mais encorajados e preparados para assumir efetivamente o governo graças a Doutrina de Segurança Nacional gestada na Escola Superior de Guerra, levando-os a um nível de confiança jamais visto antes.

A genialidade da obra de Stepan estaria, segundo a visão de Fico, no fato daquele ter se debruçado sobre a instituição militar percebendo suas características e especificidades além de ter articulado esse organismo com a sociedade. Contudo, é preciso apreciar as ressalvas que Carlos Fico atribuiu ao autor. Vejamos:

As principais insuficiências do livro de Alfred Stepan estavam na própria análise do chamado “padrão moderador”, já que existiram interferências diretas dos militares na política brasileira antes de 1964 e é bastante problemática a visão do “subsistema militar” como “variável dependente” do sistema político global<sup>99</sup>.

Além dessas colocações, Carlos Fico considera ainda que existem outras inconsistências na obra desse autor como a fragilidade em alegar uma ideologia militar antes do golpe além de apontar que a distinção apresentada por parte de Stepan, em dividir os militares entre uma linha considerada “moderada” e “dura” não é suficiente problematizada para sustentar a tese de uma mudança de padrão de comportamento daquele grupo. Tal

<sup>98</sup> STEPAN, A. C. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova.1975. p.140. (1975), Apud FICO. Op. cit., p.42.

<sup>99</sup>FICO, Carlos. Op. Cit. p. 43.

nomenclatura não acrescenta nada de novo que não já tenha sido dito tanto pela imprensa como na academia. Já para outro cientista político – Wanderley Guilherme dos Santos<sup>100</sup> - as razões do Golpe apresentadas em Stepan não se concentram no devido ponto central da questão. Santos defende que o foco para se entender as razões do golpe passa pelo problema das disputas políticas protagonizadas no seio das diversas forças presentes no Congresso Nacional. Segundo Santos,

Em sistemas polarizados, uma crise de paralisia decisória ocorre quando os recursos de poder se dispersam entre atores radicalizados em suas posições, podendo se dar, então, um colapso do sistema político, resultante de sua cadente capacidade operacional, (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes...). (...) as propostas reformistas de Goulart requeriam complicadas alterações na Constituição de 1946, impossíveis sem a sustentação de sólida maioria parlamentar (...)<sup>101</sup>

Ou seja, na fase anterior ao golpe de 1964 a conjuntura política altamente polarizada não era fecunda para a resolução de determinadas pautas consideradas decisivas naquele momento. Isso teria causado, na visão de Santos, um emperramento no sistema político, uma crise decisória. Devido a esses impasses, o governo Goulart teria levado adiante inúmeras substituições de titulares no Congresso afim de conseguir acolhimento às suas propostas. É interessante e importante percebermos que essa abordagem, que concentra as lentes nas questões parlamentares do Congresso, casa com outras leituras as quais já enfatizavam sobre a crise e a instabilidade política vivenciadas naquele período.

De acordo com a visão de Santos, a crise política que o governo Goulart enfrentou é vista, como um momento em que Jango não conseguiu realizar manobras políticas diante do quadro de polarização de ideias que havia na composição de forças formada pelo Congresso que dentre outras questões, vetavam suas medidas como foi o caso das Reformas de Base. Esse entrave gerava um emperramento político das medidas que o governo lutava para serem aprovadas. É diante desse quadro que Santos coloca a questão da crise de paralisia decisória a qual Goulart enfrentou culminando na sua deposição.

Colocada novamente na roda de debates a cientista política Argelina Figueiredo observou de forma atenta (como vimos no início dessa discussão) a visão de Dreifuss com relação a enfática importância que esse autor atribuiu à burguesia na conspiração do golpe. Figueiredo recusa a centralidade dessa categoria por acreditar que uma conspiração não seria

---

<sup>100</sup> Esse cientista político, segundo Carlos Fico, escreveu suas considerações sobre o golpe ainda no calor dos “fatos” sendo divulgadas em 1969. Mais tarde, a obra veio a se chamar **The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and crisis of 1964**. Sendo apresentada na Universidade de Stanford (EUA) em 1979.

<sup>101</sup> FICO, Carlos. Op. Cit. p.45.

condição suficiente para o golpe. Por outro lado, a postura da autora se alinha muito mais com a leitura de Stepan sobre os últimos momentos do governo Goulart, o qual, ao radicalizar a sua postura, teria contribuído para dificultar a aceitabilidade das reformas pretendidas entre os anos de 1961 e 1964 de forma democrática<sup>102</sup>.

Saindo do campo dos cientistas políticos e partindo para análises de autores marxistas mais conhecidos sobre o golpe, temos em 1987 a publicação do livro de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, o qual tem como linha central o estudo das esquerdas e da luta armada. Sobre a crise econômica que ocorreu entre 1962 – 1965 Gorender parte do pressuposto de que, naquela altura, a burguesia industrial, já era grande e que precisou conter a crise aderindo a padrões financeiramente recomendados com o objetivo de estabilizar a situação econômica do país. Por isso, teriam aceitado arecomendações do capital financeiro internacional em passar, sobre as massas trabalhadoras, um rolo compressor esmagando suas aspirações de cunho social, político e econômico. A visão do autor sobre o golpe é a de que já no pré-64 a classe dominante se viu, de fato, ameaçada pelos movimentos das massas. Tanto que,

O núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam alternativas da “modernização conservadora”. Opção que se conjugou à conspiração golpista<sup>103</sup>.

De acordo com Gorender, com medo dessa “ameaça”, os conspiradores teriam se adiantado, adquirindo um caráter antecipatório, sentindo coragem e razões suficientes para engendrar um golpe. Era preciso agir antes das esquerdas.

(...) o período de 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século (XX). O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse<sup>104</sup>.

As razões para o golpe de 64 também receberam outro olhar como o que foi apresentado pelo historiador uruguaio René Armand Dreifuss em *1964: a conquista do*

<sup>102</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibud. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964**. São Paulo: Paz e Terra. 1993. p.25 - 30.

<sup>103</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo. Ática. 1987. p.13.

<sup>104</sup> GORENDER, Op. Cit., p.49.

*Estado. Ação política, poder e golpe de classe* publicado no Brasil em 1981<sup>105</sup>. Nessa concepção a burguesia multinacional - associada na sua busca por uma maior representação política teria concentrado forças através de um organismo empresarial o IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – e, a partir daí teria planejado a busca e percebido a necessidade de colocar em marcha um golpe de Estado. Valendo-se dos mais variados meios e recursos além de possuir uma ampla mobilização nacional o IPES articulou uma verdadeira campanha de desestabilização ao governo de Goulart, segundo apontam os estudos de Dreifuss. Essa instituição “foi capaz, através de suas campanhas, de “esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo””.<sup>106</sup>

Essa movimentação não levaria tal projeto adiante se não fosse os militares. Foi necessário construir uma rede capaz de mobilizar também os diversos segmentos e correntes das Forças Armadas com o objetivo de concretizar esse plano. Dreifuss acredita que por essa razão o golpe de 1964 não pode ser tomado como militar mas sim de caráter civil-militar na articulação entre essas forças. Para embasar sua tese o autor cita que em vários momentos os militares distribuíram cargos políticos importantes a pessoas ligadas aos empreendimentos industriais e financeiros, inclusive à pessoas ligadas ao interesse multinacional. Vemos aí que Dreifuss, diferentemente de Alfred Stepan, não defende que o protagonismo do golpe tenha sido apenas por parte dos militares. Ao contrário, sublinha e destaca a relevante participação dos empresários nesse processo.

Na mesma esteira de Dreifuss, caminha o historiador e ex-militante de esquerda Daniel Aarão Reis Filho numa obra de 1990, o qual desenvolveu um raciocínio baseado na premissa de que o golpe veio para “*reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco do poder*”<sup>107</sup>, e que isso só foi possível graças uma ampla frente de forças que se articularam para depor o presidente, formada principalmente pelas Forças Armadas, banqueiros, industriais, empresários, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e a classe média. É importante ressaltar aqui que Aarão Reis não defende que a classe média simplesmente acolheu e acatou passivamente o chamamento dos demais grupos. Segundo o autor, eles compreendiam que um desfecho radical na distribuição de renda os afetaria negativamente interferindo na perda de seus privilégios.

<sup>105</sup> DREIFUSS, Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro. Vozes. 1981.p.105.

<sup>106</sup>DREIFUSS, Op.Cit., p.107.

<sup>107</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo. Brasiliense. CNPq.1990.p.22.

Se nos bastidores, o golpe foi arquitetado na ação conjunta entre civis e militares, Carlos Fico defende que o ato principal ficou a cargo dos militares em detrimento dos civis. Não tirou o “mérito”, digamos assim, do protagonismo daquele grupo até porque no primeiro governo ditatorial foi notório o ingresso de lideranças civis ligadas ao IPES em importantes cargos. Contudo, destaca que as crises que ocorreram no período militar bem como a instalação do aparato repressivo ficou à cargo do protagonismo do regime. Muito provavelmente, Carlos Fico bebe do pensamento de Gláucio Ary Dillon Soares<sup>108</sup> o qual destaca que mesmo que os civis ligados ao IPES tenham exercido uma participação bastante efetiva na trama do golpe, ainda é dos militares a prerrogativa e os “louros” desse feito bem como a sua permanência. É com base nos depoimentos de militares que o autor teceu as suas considerações sobre essa questão. Soares afirmou que o golpe partiu da iniciativa dos militares *“com o apoio de grupos econômicos brasileiros e não uma conspiração dos grupos econômicos com o apoio dos militares, embora essa última seja uma das visões favoritas na literatura política e sociológica sobre o golpe”*<sup>109</sup>.

Partindo de ideias divergentes da que foi defendida por Dreifuss no qual o golpe teria sido o resultado do diálogo entre empresários que se articularam em torno do IPES no sentido de priorizarem a defesa do capital internacional e associado, Soares destaca que os motivos para o protagonismo do golpe partir dos militares se reuniam em alguns pontos. A saber:

- a) O caos administrativo e a desordem política;
- b) O perigo comunista e esquerdista em geral;
- c) Os ataques à hierarquia e à disciplina militar.<sup>110</sup>

Retomando o que foi dito, Santos coloca o fator político como o principal elemento que desencadeou o golpe em detrimento de algumas visões (como a de Dreifuss) que privilegiaram o aspecto econômico (principalmente na ação dos empresários que giravam em torno do IPES/IBAD e que estavam interessados na associação com o capitalismo internacional). Ainda com base nos depoimentos de militares colhidos por Soares, Fico situa que esses relatos apresentavam um caráter “disperso”<sup>111</sup> da conspiração do golpe tendo em vista que a organização, naquela altura, estava comprometida partindo de grupos diferentes e

<sup>108</sup> SOARES. Ary Dillon Soares. Golpe de 64. In: SOARES, G.A.D, D'ARAUJO, M.C. (Org.). op. cit.p.27. Apud. FICO. Op. Cit., p. 52 – 53.

<sup>109</sup> Ibid.,p. 53.

<sup>110</sup>SOARES, Op. Cit., p. 54.

<sup>111</sup> FICO. Op. Cit., p. 54

de diversos locais do país. Até mesmo, na mesma cidade, aponta Fico, grupos de militares com posicionamentos divergentes conspiravam sem conseguir muita articulação entre si.

Vale ressaltar a grande contribuição do trabalho de Soares pois, esse estudo motivou, mais adiante, pesquisas que foram levadas adiante pelo CPDOC – Centro de Pesquisas e Documentação História Contemporânea do Brasil - da Fundação Getúlio Vargas. Esse esforço resultou, em 1994, numa coletânea de entrevistas realizadas com os militares onde se pode observar que, em geral, não houve *“uma liderança destacada nos preparativos do golpe”*, mesmo assim, *“foram peças importantes na implementação e manutenção do regime”<sup>112</sup>*. É o que apontam, dentre outras questões, as entrevistas coletadas no primeiro volume da coletânea.

As pesquisas sobre esse tipo de fonte apontam, em linhas gerais, que os militares estavam insatisfeitos e preocupados com a suposta quebra da hierarquia, com o crescimento das ideias comunistas no país. Claro que o protagonismo da capacidade de abrir fogo estava nas mãos dos militares e não dos civis e isso por si só já é um fato no qual não podemos negligenciar mesmo levando em consideração a articulação (trazida por Dreifuss) de ativistas do IPES com os militares. A capacidade de movimentar tropas, de deliberar sobre as condições do armamento, de se articular com determinados “cabeças” dentro dos comandos do exército dependia unicamente dos militares. Todos esses pontos que foram discutidos acima, convergem numa ideia que se contrapõe à visão, muito recorrente, de que o golpe teria sido fruto de uma organização bem estruturada, de um plano conspiratório “amarrado”, sem deixar “pontas”, por assim dizer.

Jacob Gorender segue essa mesma linha de raciocínio, partindo do princípio de que o Golpe não se tratou de um movimento coordenado e centralizado. *“É uma ideia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão”<sup>113</sup>*. Argelina Figueiredo, é mais reticente no que diz respeito a uma conspiração forte, articulada entre as forças golpistas (civil e militar). Sustenta seu argumento destacando que *“a conspiração de fato ocorreu porém, a mesma se apresentou como uma condição necessária mas não suficiente para o sucesso do golpe”<sup>114</sup>*. Vemos aí outro passo na direção de um olhar que abrandava a união das forças de determinados segmentos da sociedade em prol do golpe. Está em questão, aqui, visões que se consolidaram por destacar e superar

---

<sup>112</sup> FICO, Op. Cit., p.54.

<sup>113</sup> Ibid., p. 55.

<sup>114</sup> FICO, Op. Cit., p. 55.

valorizar uma força militar coordenada e bem articulada na qual não existia, segundo as próprias fontes militares.

Daniel Aarão também contribuiu com esse tipo de narrativa sobre a conspiração golpista e considera que as conspirações encontravam-se, em um primeiro momento, “*dispersas e fragmentadas*” e que em um segundo momento, “*unificaram-se em uma rede complexa com certos traços de organização, mas partindo de um organismo centralizado*”<sup>115</sup>. É com base no caminho elaborado por esses autores que Carlos Fico escreve, nas linhas finais de seu artigo, *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, em 2004 (aniversário dos 40 anos do golpe), que

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do IPES e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março. Assim, creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a “desestabilização civil” foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada, com segurança e sistematicidade, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevistas<sup>116</sup>.

Recuando no tempo das análises discutidas em Carlos Fico e tomando como base algumas colocações de Daniel Aarão Filho Reis, percebemos que o falar da Guerra Fria e de sua influência no Brasil entre os anos de 1950-1960, Aarão Reis defende que, nesse contexto de acirramento internacional vivenciado pelas potências e suas influências pelo globo, não podemos nos deixar cair em versões que defendem que a “*direita brasileira era manipulada pelo joquete do imperialismo norte-americano ou que o mesmo acontecia do lado das esquerdas com relação a Moscou*”<sup>117</sup>. Partindo desse pressuposto o autor ao mesmo passo em que estabelece uma relação entre o Brasil e o quadro geral da Guerra Fria, também coloca os atores sociais brasileiros em um patamar de independência com relação às potências econômicas da época.

O pensamento de Aarão sintetiza de modo o período anterior ao golpe no qual víamos o efervescer dos movimentos sociais populares (estudantes, camponeses, trabalhadores urbanos, setores públicos de empresas estatais e graduados das forças armadas).

---

<sup>115</sup> FICO, Op. Cit., p. 55.

<sup>116</sup> Ibid., p. 55.

<sup>117</sup> REIS, Daniel Aarão. RIDENTE, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. (Orgs.). **O Golpe e a ditadura militar** – quarenta anos depois (1964 – 2004). EDUSC. São Paulo. 2004. p.34

A partir de 1961, principalmente motivados pela vitória da campanha da legalidade contra a tentativa de golpe contra o governo. O contexto em discussão era bastante atordoado, quebrando com os padrões vigentes até então na história do país: greves de cunho político e econômico, invasões de terras, manifestações e comícios. Essas movimentações eram inspiradas em um ideário que, segundo Aarão:

Desejavam, em síntese, melhorar as condições de vida e de trabalho e também os níveis até então alcançados de participação no poder político. Havia neles a percepção de que o surto desenvolvimentista dos anos 50, embora tendo promovido grande mobilidade geográfica e social, não distribuía equitativamente as benesses e os lucros auferidos, nem ampliara de forma significativa a democratização do Estado e das instituições. As demandas enfileiraram-se gradativamente num programa, o das reformas de base, porque, alegava-se, era preciso reformar as bases do sistema econômico e do regime político. Reforma das políticas públicas, em especial do estatuto dos capitais estrangeiros, que deveriam ser controlados e, no limite, em certos casos, expropriados<sup>118</sup>.

Ao longo dessa crescente ampliação de lutas movimentos reformistas foram adquirindo traços nacionalistas, antimperialistas e estadistas (devido a importância que dava a esse mecanismo como árbitro e elemento organizador da economia e da política. Ora, as próprias reformas tinham um cunho, em muitos aspectos, de rupturas consideradas revolucionárias. Aarão Rei defende e chama, a partir de 1963, de movimento reformista revolucionário pois acredita que esse foi o momento em que Jango recuperou os seus poderes presidenciais além de imobilidade, naquele momento, das elites que mesmo não satisfeitas com as demandas populares também não apresentaram, de imediato e de forma truculenta, resistências. Nesse momento havia os grupos que eram nitidamente comprometidos com o enfrentamento revolucionário (no caso: Partido Comunista do Brasil, Ação Popular, Movimento Revolucionário Tiradentes, Ligas Camponesas, Movimento Nacionalista Revolucionário, Organização Marxista Revolucionária. Forças historicamente comprometidas na atuação da luta dos trabalhadores, como era o caso do PTB e PCB, também tinham entre os seus quadros, forças e tendências radicais.

Ao falar em movimentos de esquerda, este autor defende que em 1964 era notável ver que as esquerdas estavam se radicalizando, assumindo uma postura mais ofensiva, impulsionadas não apenas pela inspiração das vitórias das revoluções internacionais mas também preocupadas com o resultado das eleições de 1962 que demonstraram o fortalecimento dos grupos de centro - direita, tornando difícil a aprovação das reformas almejadas. Discursos como o de Brizola que indicavam um desfecho inevitável sem muitas

---

<sup>118</sup> REIS. RIDENTE e MOTTA, Op. Cit., p. 35.

alternativassomaram-se ao que foi proferido em um encontro da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – “Reforma agrária na lei ou na marra” atestavam o clima político e o impasse daquele período. É sob essa afirmação que vemos o posicionamento do autor com relação ao golpe: esse foi articulado como uma resposta ao movimento de esquerda que estava se radicalizando.

Por outro lado, não podemos esquecer que a direita, após o insucesso na campanha da legalidade (1961), foi retomando o fôlego e a ousadia de outrora na forma de Partidos conservadores (UDN, PSP, PSD, que embora esse último fosse da base política de Jango, seus setores mais radicais estavam comprometidos com as conspirações e planos políticos/econômicos que giravam em torno do IBAD/IPES) nos quais, aos poucos, começaram a se movimentar e articular. Grande parcela da Igreja, no seu viés mais conservador, também apresentava resistência aos movimentos populares daquele momento. Preocupada com as “agitações” de caráter comunizante, era preciso desestimular a luta de classes e expurgar do país católico qualquer relação com o socialismo soviético de cunho ateu. Uma breve análise sobre a carta encíclica do Papa Leão XIII sobre a condição dos operários (Rerum Novarum) escrita em finais do século XIX, é interessante para percebermos que desde período longínquo até a segunda metade do século XX, a postura da Igreja (praticamente) não se alterou no que diz respeito ao comunismo.

Nesse documento é possível ver como a Igreja desestimula os seus fiéis a uma postura contrária ao que é preconizado pelo comunismo legitimando, em seu discurso, a inviolabilidade da propriedade particular. Defendem que

(...) a teoria socialista da propriedade coletiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular.<sup>119</sup>

Continuando com o seu sermão, mais adiante vemos um apelo do Papa não à luta mas a concórdia entre as classes e a completa sujeição do homem à sua condição não se deixando levar pelas ideias socialistas.

O primeiro princípio a pôr em evidência, é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É sem dúvida, isto o desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças

<sup>119</sup> Rerum Novarum. Carta encíclica de sua santidade o Papa Leão sobre a condição dos operários. São Paulo. Editora Paulinas. 15ª edição. 2015. p. 19.

tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições<sup>120</sup>.

Dito isso, operários e patrões deveriam ter obrigações uns para com os outros dentro de um conceito de paz, obediência e sujeição, não havendo chance para a de luta de classes. Na América Latina, todavia, entre as décadas de 60-70, a postura conservadora da Igreja foi abalada, dentre algumas de suas Igrejas, Latinas, por ideias progressistas, o que mais tarde veio a ser conhecida como teologia da libertação que, trazia uma mensagem de cunho religioso, político e social aproximando-se, muitas vezes, das principais ideias oriundas do marxismo. Diversas questões convergiram para a entrada da Teologia da Libertação na América Latina, dentre elas, destaca Michael Löwy<sup>121</sup>, ideias ligadas ao cristianismo social (os padres operários, a economia humanista de Padre Lebrecht); novas correntes teológicas que entraram em países como a França e Alemanha, aproximação com a filosofia e as ciências sociais; o agravamento do subdesenvolvimento acentuando ainda mais a situação da dependência entre a América Latina e as potências estrangeiras; a própria Revolução Cubana que junto com ela trouxe uma série de contestações à ordem vigente, o crescimento dos movimentos sociais, além da própria crise política causada por uma sucessão de golpes que ocorreram nesse continente.

Nesse *rol* contemos ainda com a insatisfação das Forças Armadas, que não viam com bons olhos a quebra da hierarquia e a crescente força e alcance dos movimentos sociais em andamento. Em função disso, passaram, gradativamente, a questionar a autoridade e a capacidade política do presidente, tendo essa situação se agravado nos episódios da insurreição dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963 e a dos marinheiros na sede de sua associação no Rio de Janeiro em março de 1964. Essa situação manchou ainda mais a imagem de Jango diante das Forças Armadas.

Ao continuar falando dos grupos descontentes com o governo Jango, Aarão Reis vai na mesma linha de Dreifuss e ressalta a significância das constatações feitas por aquele autor, ressaltando que o papel dos empresários é significativo para entender os atores que agiram no pré, durante e depois do golpe de 1964. A participação desse grupo na articulação do golpe

---

<sup>120</sup> Ibid., p. 20-21.

<sup>121</sup> LÖWY, Michael. Op. Cit.

se deu porque as “*reformas de base, uma vez implementadas*”, subverteriam a “*ordem os padrões habituais de domínio e taxaço de lucro*”<sup>122</sup>. O IBAD e o IPES eram, praticamente, um verdadeiro “quartel general” do empresariado que atuou na deflagração do golpe de 64. Esses institutos foram “*peças decisivas (...) no comando da grande mídia – jornais e televisões – no financiamento de projetos e de organizações e na montagem dos contatos e alianças nacionais e internacionais*”<sup>123</sup>.

A marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o desenrolar da união das diversas forças conservadoras e anti-reformistas que passaram cada vez mais a agir em prol dos valores democráticos. Essa seria a justificativa para que o golpe ocorresse: uma intervenção necessária com o intuito de salvaguardar a cristandade e a democracia da ameaça comunista, da desordem na qual se encontrava o país e também da corrupção. Por outro lado, a esquerdas com o seu discurso alicerçado nas reformas de base deixaram os meios conservadores da política e da economia, apresentando posturas cada vez mais desafiadoras, pondo em xeque a “ordem” vigente.

Uma das justificativas que Daniel Aarão coloca é a de que, embora o AI- 5 tenha difundido a ideia de que a sua criação era necessária frente as ameaças de subversão da ordem, o que realmente estava em jogo, naquele momento, era não permitir que as forças de direita se dividissem, enfraquecendo a investida do golpe. Essa questão acendeu o sinal de alerta dos militares quando do episódio de uma possível abertura de processo contra o deputado Marcio Moreira Alves, proposto por aquelas forças, recusada pela maioria dos deputados do Congresso Nacional. Esse dado apresentado pelo autor é interessante quando nos damos conta de que há muitas interpretações nas quais apresentam o AI- 5 como uma resposta às manifestações populares que ocorreram em 1968. O autor, como vimos, não prioriza esse pensamento tomando por linha mestra outra questão. Como pudemos ver, são inúmeras as interpretações que se avolumaram nesses últimos cinquenta anos. Citamos aqui apenas uma pequena parte das principais linhas de pensamento que permeiam as discussões mais gerais. Na medida em que mais arquivos são abertos e que pesquisadores se interessam pela temática novos horizontes se ampliarão abrindo espaço para novos caminhos e possibilidades de releituras.

---

<sup>122</sup> REIS, Daniel Aarão. RIDENTE, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Op. Cit., p. 38.

<sup>123</sup> REIS, RIDENTE e MOTTA, Op. Cit., p. 38.

## 4 O MOVIMENTO SINDICAL EM PERNAMBUCO E SUAS LUTAS SOB A ÓTICA DA MEMÓRIA, DOS JORNAIS E DOS ORGÃOS DE REPRESSÃO (1979 - 1985)

### 4.1 A DITADURA CHEGA EM RECIFE: O CONTEXTO LOCAL

Tradicionalmente conhecido pela herança de domínio político dos latifundiários, pela monocultura e pela exploração excessiva do homem do campo, o nordeste vinha desde a década de 1950, em face a períodos alternados de seca e o predomínio da tradição açucareira, vivenciando um clima de ampla insatisfação por parte dos trabalhadores rurais em várias regiões. A miséria, a exploração e os abusos da elite latifundiária juntamente com a inexistência de direitos constituíram fatores considerados primordiais que possibilitaram na região a organização e mobilização das massas rurais em defesa de seus interesses<sup>124</sup>. As Ligas Camponesas constituíam uma importante força de contrapeso na relação entre camponeses e latifundiários. Temidas pelas forças conservadoras que viam nesse movimento o despertar das massas pobres para a luta na busca por melhoria de vida e de trabalho, também era considerada perigosa pois, poderia levar os trabalhadores à luta por direitos trabalhistas e mesmo políticos.

Em meio ao movimento de lutas e de conquistas alcançadas pelas Ligas – destaque para a desapropriação de terras do Engenho Galileia - outra questão que deixou os setores conservadores, principalmente os residentes na área urbana do Recife, foi a eleição para a prefeitura que alçou ao cargo de prefeito da cidade o nome de Miguel Arraes em 1959. Apoiado por setores que não eram bem vistos pelas alas conservadoras, Arraes venceu com o apoio de forças amplas e diversas formadas por *estudantes, comunistas, socialistas, católicos progressistas, intelectuais e grupos da esquerda e centro – esquerda*<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Para uma melhor análise sobre a situação econômica e política do nordeste no contexto pré e pós 1964 consultar a leitura da obra de CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**. Discurso e prática do planejamento regional. São Paulo. HUCITEC-SUDENE. 1987.

<sup>125</sup> PAGE. Op. Cit. p. 73.

Na esfera de luta do trabalhadores urbanos da cidade, a década de 1950 foi um período bastante significativo de conquistas. Em nível nacional grandes mobilizações no principal centro industrial do país, São Paulo, como a greve dos 300 mil em 1953, a dos 400 mil em 1957 e a dos 700 mil em 1962. Naquele momento várias forças atuavam no movimento sindical como o PCB e o progressista PTB. Contudo, grupos mais à esquerda também faziam frente com os trabalhadores, como era o caso dos trotsquistas e da corrente Política Operária. Situando-se num plano mais conservador a Igreja Católica também constituía outra força atuante no movimento. Aqui em Pernambuco, o cenário das lutas protagonizadas pelos trabalhadores antes do golpe era de bastante atuação. Na década de 1950 houve duas importantes greves na categoria têxtil organizadas no Recife, e outras mobilizando diversos sindicatos de cidades diferentes. Essa ampla articulação se organizou em torno de pautas que reivindicavam melhores salários, o pagamento de horas extras, e criticavam os descontos indevidos pela introdução de novo maquinário que aumentava o número de teares sob a responsabilidade de um único operário<sup>126</sup>. Em 1958 houve ainda uma greve que foi “puxada” pelo PTB e no mesmo ano, Recife sediou o Primeiro Congresso de Trabalhadores de Pernambuco, que fundou o CONSINTRA (Conselho Sindical dos Trabalhadores)

Em Paulista, onde a atuação sindical era bastante forte graças a movimentação da Fábrica da Família Lundgren, na década seguinte, contramestres conseguiram assumir a diretoria do sindicato e realizaram uma greve memorável com ganhos importantes à categoria. Os exemplos expostos até aqui nos dão conta de algumas situações as quais nos revelam que foi intensa a movimentação dos trabalhadores no Estado antes de recair sobre o país o golpe de 1964, que em um primeiro momento conseguiu frear certas lutas devido à intensa repressão aos sindicatos e aos seus dirigentes, à perseguição aos Partidos de esquerda, às prisões, torturas e até mesmo assassinatos. Dominados pelos interventores, os sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho passaram a não mais incentivar a categoria nas lutas até porque, anos depois, a Lei de greve tornou esse tipo de prática quase impossível de ser realizada devido à

---

<sup>126</sup> O artigo da historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima *Trabalhadores urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de lutas* dá conta de uma série de articulações, mobilizações e de lutas que ocorrerem no Estado nesse período apontando para uma situação de luta permanente presente no seio da classe trabalhadora. O presente trabalho vem à somar forças juntamente com diversos outros títulos, que nos últimos vinte anos, se esforçam para desmistificar perspectivas que viam a classe trabalhadora como adormecida e sem iniciativa em determinados momentos da história política do país. ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Trabalhadores urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de luta** In: ROSAS, Suzana Cavani. E MELO, Patrícia Pinheiro de. (Orgs.) Poder, Sociabilidade e Ambiente. Editora Universitária. Recife. 2012.

grande burocratização. Todavia, veremos que mesmo sob essa cortina de ferro a mobilização dos trabalhadores não foi encerrada, apenas modificada e direcionada para outro tipo de ação.

Em Pernambuco, assim como em outras regiões do país, a ditadura foi sentida de forma muito forte. A repressão foi intensa aqui no Estado postura devido à trajetória de grande mobilização graças as Ligas Camponesas, aos sindicatos rurais e urbanos, grupos de esquerda, políticos, intelectuais e estudantese suas atividades procurava apoiar e responder, em parte, ao clamor das massas. Figuras como Miguel Arraes foi deposto e preso depois de um cerco dos militares do IV Exército ao Palácio; Celso Furtado viu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ser tomada pelos militares que a consideravam um centro de comunistas, sendo obrigado a renunciar do cargo de presidente do órgão em favor de um militar; Gregório Bezerra preso pelo Exército, após ser arrastado pelas ruas de Casa Forte foi entregue às forças da polícia local; Julião teve seu mandato parlamentar cassado, sendo preso posteriormente em um engenho afastado da área central de Brasília; as lideranças da Ligas Camponesas foram perseguidas pelas forças de repressão, e o prefeito do Recife, Pelópidas da Silveira, foi detido e levado em seguida para a cadeia<sup>127</sup>.

Vários órgãos do governo sofreram intervenção promovido pelas forças golpistas aqui no Estado. A sede do Serviço de Extensão Cultural (SEC) de Paulo Freire teve sua sede invadida, sendo todos os seus materiais apreendidos. Todo o trabalho do educador ia por água abaixo. O mesmo destino que atingiu o SEC também ocorreu com o MEB (Movimento de Educação de Base) o programa de alfabetização e educação de adultos. A esquerda católica com grande atuação no Estado foi fortemente afetada pelo golpe tendo parte de seus membros sido presa, ou, aos que conseguiram escapar, restaram-lhes sair de Pernambuco.

Contudo, nem tudo foi terror no Estado embora ele tenha se feito presente na maior parte do tempo enquanto a ditadura durou. Mesmo com a dura repressão sobre os principais órgãos de atuação no campo trabalhista (intervenção federal nos sindicatos, cassação de políticos, prisões a membros das Ligas Camponesas e sindicatos, da Ação Católica Operária ACO, que teve sua sede invadida no 1º de abril, além de integrantes do MEB que tinham ligações com a Igreja e não foram poupados, aos poucos, e, na medida do que era possível fazer, algumas reações de resistência foram sendo esboçadas. Entre 1965 e

---

<sup>127</sup> O brasilianista Joseph Page escreveu com detalhes sobre a instalação do governo militar em Pernambuco. Cf. PAGE. Op. Cit., p. 225 – 250.

1966 trabalhadores da Fábrica Tecidos da Macaxeira realizaram um movimento no qual protestaram contra a pressão da direção da fábrica para acabar com a estabilidade dos trabalhadores que já tinham recebido tal benefício. Outra situação ocorreu na Fábrica da Torre, onde em dezembro de 1968 um grupo de trabalhadores resolveu pichar as redondezas da fábrica como forma de protestarem pelas horas extras que não eram pagas aos domingos. Em Escada, Zona da Mata Sul, região canavieira, articulou-se um grupo de oposição sindical que se orgulhava de ter ganho 236 processos trabalhistas<sup>128</sup>.

Após o AI- 5 em 1968 e ao longo da década de 1970 a repressão agiu de forma ainda mais truculenta aumentando, consideravelmente, o número de prisões, torturas e assassinatos no país. Mesmo sob intenso cerco e pressão, em Pernambuco assim como em outros Estados, os trabalhadores passaram a se organizar dentro das fábricas atuando de forma clandestina. Criavam e difundiam jornalzinhos alertando a classe das dificuldades na fábrica, além de conscientizar a luta por melhorias de trabalho e, mais tarde, a luta a favor da democracia. Esses eram deixados em vestiários, nos refeitórios etc. com o objetivo de que circulassem entre os trabalhadores. Muitas dessas denúncias contidas nos jornaizinhos tinham acolhida por parte da classe tendo em vista que esta ao longo do regime viram seus salários defasados com relação ao custo de vida graças aos períodos de inflação; a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - significou o fim da estabilidade e uma maior exploração por parte do capital; altas taxas de desemprego e de fome atingiram as massas mais pobres. Definitivamente, os trabalhadores não foram beneficiados com “milagre” econômico.

A partir de meados da década de 1970 a população vai reagindo ao clima de paralisia e de medo. Nos bairros onde os trabalhadores residiam, ia crescendo um movimento, com o apoio de setores progressistas da Igreja, que foi aos poucos despertando a população das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia sobre as periferias ao mesmo tempo em que também oferecia instrução política; movimentos reivindicatórios nos bairros populares foram se organizando nacionalmente as lutas pela Anistia, contra a Carestia de Vida, foram ganhando corpo e junto a elas diversas lutas, movimentos e setores das diversas camadas sociais encamparam protestos contra o regime. Diferentes forças se reorganizaram e passaram a trilhar caminhos que levavam a uma tomada de consciência e de luta tendo como foco mobilizar as massas, principalmente os trabalhadores.

---

<sup>128</sup> ABREU E LIMA. Op. Cit.p. 29-30.

Mesmo enfraquecido, o Regime ainda estava de pé no início dos de 1980. Proibidos de se organizar politicamente, o PCB e o PC do B passaram a agir com diretorias já existentes nos sindicatos acreditando que mesmo sem a força de outrora, o regime ainda poderia barrar as iniciativas populares causando um verdadeiro retrocesso no movimento de abertura. Como estavam na clandestinidade, muitos partidos de esquerda atuavam por dentro da estruturas do PMDB. Alguns setores da Igreja juntamente com integrantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR<sup>129</sup>, o Movimento pela Emancipação do Proletariado - MEP e a Ação Libertadora Nacional - ALN, a Convergência Socialista<sup>130</sup> e outras entidades se uniram em torno da criação do Partido dos Trabalhadores, o PT, considerando que o mais importante naquele momento era reorganizar e fortalecer o movimento sindical.

A inflação e o desemprego geral acrescidos da queda das exportações brasileiras marcaram a década de 1980. A crise não era apenas acompanhada no setor político como também econômico. A segunda crise do petróleo ocorrida em 1979 juntamente com a imposição da nova ordem econômica impôs aos países de terceiro mundo a mudança do setor fordista ao modelo flexível, alterou os quadros industriais do país atingindo em cheio pequenas empresas e forçando-as a serem mais competitivas mediante a introdução da tecnologia em seu maquinário. Aquelas que não conseguiram se enquadrar a essas novas exigências impostas pelo capitalismo internacional tiveram que fechar suas portas e mandar à rua milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

---

<sup>129</sup> O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR, foi formado por ex-membros do PCB. Constituiu-se em abril de 1968 e teve como principais líderes Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. Defendia a luta por um governo revolucionário entre o capitalismo e a ditadura do proletariado. Posteriormente, passou-se a cogitar, dentro desse grupo, a possibilidade de realizar um trabalho de conscientização das massas. Contudo, venceu a proposta de manter a linha de defesa da luta armada de formas prolongada no campo (guerrilha rural). Em fins de 1970 o partido sofreu diversos golpes aos seus dirigentes e militantes que resultou em exílio, prisões, torturas e mortes. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op. Cit.,p.108.

<sup>130</sup> A Convergência Socialista, inicialmente denominados de Liga Operária, surgiu a partir de militantes que estavam exilados na Argentina, junto com militantes oriundos do FBT e estudantes passam a ter como referência internacional o PST da Argentina cujo o principal líder foi Nahuel Moreno. Esse grupo se reuniu em torno da Tendência Leninista-Trotskista. Passaram a atuar no trabalho nas fábricas juntos aos trabalhadores e as oposições sindicais fortalecendo-as contra as direções pelegas. Apoiou as eleições parlamentares de 1974 ao lado dos candidatos operários. Em 1977 realiza uma Conferência e passa a se chamar de Partido Socialista dos Trabalhadores no intuito de aglutinarem forças e militantes socialistas para a formação de um partido socialista no Brasil. Esse movimento recebe o nome de Convergência Socialista que mais tarde deu nome ao grupo. O grupo chegou a participar do Congresso de formação do PT e mais à frente estabeleceu apoio à CUT junto às organizações dos trabalhadores no período de redemocratização. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op. Cit.,p.184 - 190

Em meio a esse quadro de crise os trabalhadores precisavam fazer algo, e o momento era aquele aproveitando a onda de crise, protestos e agitações que animavam os diversos setores sociais do país. Pernambuco, nesse período, não passou incólume a esse “turbilhão” político e econômico. Os anos de 1980 foram de grande importância para o ressurgimento do movimento sindical em larga escala que já vinha despontando desde 1978 tendo como ponto de partida a greve da Scania em São Paulo, mais precisamente no ABC paulista. Desse movimento emergiu no meio da intelectualidade, dos militantes e de jornalistas o termo “*Novo Sindicalismo*” que despontou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em São Paulo, trazia sob sua bandeira a organização de base a partir das lutas existentes no chão-da-fábrica e apregoando um movimento autônomo afastado do peleguismo<sup>131</sup>. A partir de daí, formaram-se diversas oposições sindicais que se espalharam em todo país as quais contaram, em grande medida, com o apoio da Igreja progressista.

Aqui no Estado, em meio à crise do setor têxtil nos anos de 1980, oito mil tecelões marcharam contra o governo federal. Inúmeras greves ocorreram em Pernambuco. As reivindicações eram diversas: retorno da democracia, pagamentos de salários, contra as demissões, a fome e a carestia, denúncias de abusos cometidos pelos patrões etc. Havia um clima de efervescência acrescida de uma tomada de consciência contagiante. Professores, eletricitários, motoristas e médicos passaram a formar oposições sindicais reorganizando as suas bases, além de ajudarem outras categorias a se articularem no processo de tomada do sindicato das mãos de diretorias consideradas pelegas. Laços de solidariedade foram se intensificando entre elas ajudando a (re) compor o cenário de luta e de conscientização política na qual contavam com a presença de militantes, sindicalistas, trabalhadores e demais grupos sociais. Greves de determinada categoria era incentivada e apoiada por outros setores contrariando a ordem vigente do regime calcada na proibição das greves. Em sua obra, Rafael Ferreira sintetiza de modo concreto o quadro da época em Pernambuco

As ações grevistas ocorridas em Pernambuco não só marcaram o ressurgimento da classe trabalhadora como um importante força política, como também uma etapa decisiva na deterioração da legitimidade da ditadura. Com essas greves, os trabalhadores se incorporaram definitivamente como classe fundamental na luta pela democratização da sociedade. Nas palavras de um grevista: *“o que ninguém pode negar é que este movimento por melhores salários transformou-se na mais*

---

<sup>131</sup> O termo “pelego/peleguismo”, de tom pejorativo, é empregado nesse trabalho no sentido de caracterizar uma postura sindical marcada por práticas considerada assistencialistas, distantes das reivindicações da base e atrelada ao Estado.

*importante manifestação política da cidade, no momento*<sup>132</sup>. De uma maneira geral, podemos dizer a ação dos trabalhadores pernambucanos marcaram a história política do país, imprimindo um novo curso, primeiro, no processo de “liberalização” e em seguida, no processo de “abertura política” levada adiante pelo governo<sup>133</sup>.

É em face a todo esse clima que, em 1979, um grupo de oposição sindical formado por metalúrgicos que contavam com o apoio da Ação Católica Operária – ACO- passou a se reunir de tempos em tempos, clandestinamente, na sede do sindicato das domésticas, com o objetivo de fortalecerem o movimento sindical da categoria no Estado tomando o sindicato das mãos do pelego. A partir de então traçaram estratégias para enfraquecer a chapa da situação e com isso conseguiram notoriedade frente aos trabalhadores nos momentos de Assembleias e de Campanhas Salariais, as quais contavam com grande contingente de metalúrgicos. Aos poucos, o grupo de oposição foi tomando força e forma. Arregimentando pessoas para a luta, mas de forma ainda muito camuflada para evitar as represálias do patrão e a própria repressão da ditadura. Os membros da oposição conclamavam a categoria a lutar pelos seus direitos ora investindo em uma conversa corriqueira com alguns colegas ora deixando mosquitinhos em lugares estratégicos. Foi com base nesse conjunto articulado de ações que a oposição foi ganhando força suficiente e confiança no seio dos trabalhadores para concorrer às eleições sindicais em 1981<sup>134</sup>. A chapa do Zé Ferrugem juntamente com o seu mascote que ficava estampado nas publicações da oposição, passaram a se fazer presentes dentro a categoria dos metalúrgicos. A oposição sindical se afirmava enquanto diferencial por apresentar uma postura crítica frente às condutas do sindicato oficial e por buscar uma aproximação com a categoria nunca vista pela diretoria pelega. Estava sendo gestado todas as ferramentas para a vitória da oposição metalúrgica.

Marcadas para junho, as eleições ocorreram sem grandes problemas. Na contagem final, os votos da maioria tinham sido computados a favor do grupo de oposição restando à chapa considerada pelega a saída do cargo. A festa da posse da diretoria contou com a presença de um ícone político importante, à época, representante da luta dos trabalhadores em São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o Lula. O líder sindical e fundador do PT, à época presidente do sindicato esteve presente no dia da posse encorajando os companheiros quanto a importância da luta e da organização sindical. A partir de então, as

---

<sup>132</sup> Queixa de mestre é contra Maciel. Jornal do Commercio, Recife, p.12, 24 de junho de 1979. Apud. FERREIRA, Rafael Leite. **O “Novo Sindicalismo Urbano em Pernambuco (1979 – 1984) entre mudanças e permanências**. Ed. Universitária. Recife.2012. p. 206.

<sup>133</sup> FERREIRA, Op. Cit., p. 206.

<sup>134</sup> GT Sindical do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. **Até chegar no Zé**. Recife. Recife Gráfica Editora. 1988.

lutas do Sindicato passaram a se concentrar na busca de melhorias reais para os operários em seus próprios locais de trabalho. Mas, não se restringiram apenas aos problemas das fábricas. Os metalúrgicos estavam envolvidos nas grandes mobilizações nacionais dos anos de 1980 as quais lutavam, entre outras questões, contra o fim da ditadura e a melhoria de vida frente a crise econômica que o país atravessava. Ao longo dos difíceis anos de 1980 a oposição que ganhou as eleições do Sindicato participou de diversas lutas no Estado, além de terem se tornado uma força de constante pressão nas lutas trabalhistas contra as arbitrariedades dos patrões e contra as terríveis consequências da crise que assolou sobre a população em todo o Estado naquela altura.

## 4.2 ENTRELAÇANDO MEMÓRIAS, O DISCURSO JORNALÍSTICO E O DA REPRESSÃO: O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PERNAMBUCO 1979-1985

### 4.2.1 História e memória: algumas considerações

Cientes de que o discurso historiográfico privilegiou durante muito tempo a fala dos vencedores, este trabalho pretende, de forma modesta, recontar a história do ponto de vista da classe operária dentro do contexto da retomada das lutas vivenciadas entre o Governo de Figueiredo e o período da redemocratização. Longe de pensar que as minorias políticas não são constituídas de história e que por isso necessitam de um pesquisador “sensível” e disposto a ouvi-los,<sup>135</sup> buscamos dar pluralidade às vozes do discurso e, nesse sentido, privilegamos a fala dos operários com o objetivo de ouvir as *diversas histórias* para, a partir de então, confrontá-las sendo capazes de perceber alguns deslocamentos, convergências e/ou incongruências possíveis de nos conduzir a outras formas de análise. É o que pretende fazer o presente trabalho sem cair em discussões polarizadas do tipo Histórias de “baixo” versus História vista de “cima” o que poderia contribuir para “*diluir a relevância da História oral*”<sup>136</sup>.

Ou seja, preocupe-me em ouvir, a partir de um recorte de classe e de categoria de trabalho, diferentes vozes integrantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco na

---

<sup>135</sup> Verena Albertini desenvolve a sua linha de pensamento em torno dessa crítica. ALBERTINI, Verena. Histórias dentro da História. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. Editora Contexto. São Paulo. 2008. p. 159

<sup>136</sup> Ibid., p. 158

tentativa de buscar a multiplicidade de “*histórias dentro das histórias*”<sup>137</sup>. O presente trabalho não pretende dar conta de todas as narrativas, e nem poderia fazê-lo devido aos limites de tempo, contido nos diversos atores sociais que participaram das lutas sindicais (professores, motoristas, eletricitários, médicos, bancários e etc.) e da retomada da democracia que agitaram o Estado no recorte temporal proposto. A escolha por entrevistar essa categoria partiu do interesse de se conhecer mais sobre a retomada da luta no chão da fábrica em Pernambuco em meio aos reflexos da onda difusora e da força que foi o movimento sindical desenvolvido em São Bernardo. Não podemos negligenciar outro fator importante que é, naquela época, o crescimento da categoria no Estado acompanhando o ritmo nacional<sup>138</sup>.

A chapa vitoriosa que ganhou as eleições de 1981 era composta de dezesseis membros distribuídos entre cargos efetivos, suplentes e conselho fiscal. Nesse sentido, foram entrevistados apenas sete participantes para o desenvolvimento desse trabalho, sendo dois desses funcionários do Sindicato, quadro foram presidentes e um advogado trabalhista que atuou em algumas causas nos anos 1980. No momento da sondagem dos possíveis entrevistados foram constatados que alguns membros já haviam falecido. Em virtude do pouco tempo disponível não foi possível entrevistar uma maior quantidade de integrantes incluindo aqueles que não foram presidentes do Sindicato mas que atuaram ao lado daqueles em cargos na diretoria. Essa ausência, por si só constitui uma certa perda para o trabalho, tendo em vista que esses relatos poderiam apontar para outros caminhos ao serem contrastados com os discursos selecionados enriquecendo ainda mais a dissertação. No entanto, esses recortes fazem parte das limitações de qualquer trabalho, principalmente

---

<sup>137</sup> ALBERTINI In: PINSKY, Op. Cit., p. 166.

<sup>138</sup> De acordo com o material produzido pelo GT Sindical do Centro Josué de Castro, a quantidade de metalúrgicos em Pernambuco se distribuiu da seguinte forma: 1960 – 2.116; 1970 – 4.165; 1980 – 20.927 e em 1985 – 40.000 operários. Todavia, devemos atentar para o fato de que o referido caderno sindical não nos informa a fonte de onde foi retirada esses números. No entanto, fazemos a seguinte observação: a década de 1980 foi caracterizada por um intenso fechamento de indústrias no Estado e, como é de saber, em situações como essas o nível de emprego cai consideravelmente. Logo, é de suspeitar que em 1985, em pleno momento de crise nas indústrias, ocorra um salto na quantidade de operários entre os cinco últimos anos. Levemos em consideração ainda que o referido caderno cumpria o papel de apresentar a trajetória política e de luta dos metalúrgicos de Pernambuco sob um recorte que buscava destacar os feitos “heróicos” e “positivos” da categoria. Portanto, podemos acreditar que nessa perspectiva o caderno de formação sindical estava comprometido com a narrativa dos feitos “gloriosos” e que por isso, tinha uma preocupação em representar em números elevados a quantidade de metalúrgicos no Estado, sem se preocupar em referenciar a fonte e sem apresentar dados que pudessem expressar o número de desempregados atingidos pelo fechamento de fábricas no período crítico de 1980 à 1985.

quando se leva em consideração o fator tempo tanto por parte do entrevistador como da disponibilidade do entrevistado.

É nesse sentido que, em uma tentativa de coletar algumas amostras das múltiplas memórias dos participantes da retomada da luta sindical em Pernambuco, atentamos para

(...) o trabalho com a História oral pode mostrar como a Constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência - isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo<sup>139</sup>.

Assim, defendemos que as memórias coletadas nas entrevistas, dentro das particularidades de cada indivíduo para desenvolver esse tema são capazes de representar e de nos esclarecer mais sobre alguns traços em comum compartilhados dentro o grupo formado pelos metalúrgicos de Pernambuco. Trataremos as memórias dos entrevistados como reflexo de suas experiências não apenas em coletivo, enquanto grupo dos metalúrgicos, mas sim em uma relação entre a subjetividade individual e a relação desta com o coletivo. É nesse sentido que, baseando-nos no que disse James Fentress e Chris Wickham (1992) no trabalho de Sardenberg<sup>140</sup>, abordaremos o emprego do termo “*memória social*” por compactuarmos com a visão de que o indivíduo “*não é um autômato, obedecendo pacificamente a vontade coletiva interiorizada*”<sup>141</sup>.

Ao trazer à tona os discursos do passado devemos ter em mente que eles não ficaram ali presos no tempo de modo fixo e imutável. As falas dos entrevistados trazidas à tona durante horas e dias de sessões são fruto de uma relação constante entre passado e presente, pois as nossas memórias são frutos, elas mesmas, de novas e constantes significações ocorridas em nosso próprio tempo. Estão imersas em um “mar” de subjetividades no qual estão presentes formas particulares de ver/enxergar o mundo sobre

<sup>139</sup> ALBERTINI, Verena. Op. Cit., p. 167.

<sup>140</sup> FENTRESS, James & WICKHAM, Chris, 1992. *Social Memory*. Cambridge, Blackwell. Apud SARDENBERG, Cecília M. B. O Gênero Da Memória: Lembranças De Operários E Lembranças De Operárias. NEIM/UFBA. 1997. p. 5 – 6.

<sup>141</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 37-62, junho 2006. p.55.

os mais variados temas que permeiam a humanidade. É sob essas ressalvas que podemos conceber a memória como algo seletivo. Na medida em que o passado é descortinado não existe ali nenhum tipo de garantia de compromisso com a verdade dos fatos. A memória, por excelência, é constantemente mutável. Antonio Montenegro, ao falar de como a memória opera, resume de forma clara o que acabamos de discutir

Ora, devemos considerar que aquilo que se torna uma marca, um registro na memória resulta de operações complexas, seletivas. Desde o momento inicial da percepção de algo, desencadeia-se uma construção em que as memórias que trazemos (que são de maneira indissociável individuais e coletivas) atuam reelaborando e ressignificando aquilo que se apresenta aos sentidos. Em outros termos, não há percepção pura e não há também memória pura. Dessa maneira, o percurso que informa a apreensão, interiorização, subjetivação de uma percepção vem carregado das marcas da memória, porque esta “não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída<sup>142</sup>”.

É partindo desses pressupostos teóricos e metodológicos que o trabalho pretende tocar alguns pontos considerados relevantes para esclarecer e enriquecer o debate partindo de diferentes pontos de vistas dos atores sociais envolvidos nas lutas e na reorganização do movimento sindical em Pernambuco.

#### 4.2.2 A fala sobre a vitória

A situação dos trabalhadores, após a instalação do governo militar, não se mostrou favorável. Diversas medidas legais foram minando direitos adquiridos em outros tempos causando uma verdadeira paralisia, pelo menos inicialmente, dentre os trabalhadores e sindicato. Muitos dirigentes e militantes foram retirados de seus postos por serem considerados perigosos pelo regime e os interventores, homens de confiança do governo, assumiram as rédeas dos sindicatos. Nesse período, milhares de inquéritos policiais foram instaurados com o objetivo de reunir provas, investigar e perseguir os ex-dirigentes e militantes mais à esquerda considerados perigosos à ordem estabelecida em 1964. Em virtude dessa situação de medo e vigilância os sindicatos se esvaziaram atingindo bruscamente o contingente de associados. Basicamente, os dirigentes de confiança do regime estavam comprometidos a determinadas obrigações. Era necessário “*dar continuidade à vigilância*”, “*deslocar a atuação dos*

---

<sup>142</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. 2006. Op. Cit., p. 55.

*sindicatos do campo da reivindicação por melhores condições de trabalho para o assistencialismo” e ainda “conter as oposições sindicais quanto a mobilizações que viesse a questionar a política da ditadura e a autoridade empresarial<sup>143</sup>”.*

A pressão sobre os trabalhadores não parou por aí. Retomando algumas observações, entrou em cena a partir de 1964 a norma que impedia a negociação direta entre patrões e empregados conferindo ao governo o papel de estabelecer o salário mínimo por meio de cálculos não muito claros tornando inviável a interferência dos sindicatos nessas questões salariais. A lei antigreve de 1965, Nº 4.330, a qual deixava quase que impossível a realização de greves estabelecidas rigidamente pelo Ministério do Trabalho, funcionou como um corte incisivo e cirúrgico no meio sindical. Em 1966 a situação, que já estava difícil, somou-se a perda da estabilidade no emprego substituída pelo sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, causando ainda mais pressão, instabilidade e arrocho salarial sobre os trabalhadores que passaram a ter seus direitos serem aniquilados e os salários cada vez mais reduzidos comparados aos custos de vida.

É em face desse quadro dos anos iniciais do regime que parece se situar a fala dos dirigentes sindicais da Oposição Sindical Zé Ferrugem em Pernambuco quando se referem ao sindicato interventor comandado pelo líder sindical José Luís Calixto. No dia da posse do interventor, o mesmo afirmou que para todos os fins “*zelaremos pela fiel observância das leis do país, que acataremos todas as ordens emanadas das autoridades constituídas e nos comprometemos a cumprir fielmente os nossos estatutos*”. E continua se comprometendo a garantir “*a ordem e a disciplina, sem a qual não poderá haver a paz social<sup>144</sup>*”. Contudo, em 1967, algumas lideranças que tinham sido perseguidas por interventores e agentes da repressão, viram a possibilidade participar das eleições sindicais permitidas pelo Ministério do Trabalho. A partir dessa “brecha” muitas entidades sindicais retomaram o fôlego e passaram a coordenar a mobilização de trabalhadores. Em termos nacionais, iniciava-se a partir dessas iniciativas os embriões que formariam as oposições sindicais e as mobilizações tomando como ponto de partida os locais de trabalho a partir da formação de comissões de fábricas. Encorajados, trabalhadores e dirigentes apoiados em

---

<sup>143</sup>NEGRO, Antonio Luige. Nas origens do “Novo Sindicalismo”: maio de 59,68 e 78 na indústria automobilística. In. RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis. Editora Vozes. 1999. p. 17

<sup>144</sup> Centro Josué de Castro – GT sindical. **Até Chegar no Zé**. Caderno de apoio à formação. Recife. 1988.

grupos de esquerda, realizaram reivindicações e greves avançando para o ano seguinte que desembocou em grandes paradas localizadas principalmente em Osasco e Contagem.

Obtendo algumas vitórias, a repressão agiu fortemente sobre esses movimentos e, no ano de 1968 instalava o Ato Institucional Nº 05. A vigilância tinha se tornado intensa, mas não o suficiente para impedir os trabalhos de conscientização que ocorriam com o apoio de organizações ligadas à Igreja e nos bairros. Na fala de Marcelo Badaró, esse momento político de repressão instaurada sobre os trabalhadores e sindicatos não conseguiu

(...) calar completamente a voz dos ativistas mais combativos, nem tão pouco apagar da memória das categorias os avanços significativos do período anterior ao golpe, o que ficaria provado com a vitória eleitoral das chapas oposicionistas, tão logo novas eleições sindicais fossem convocadas<sup>145</sup>.

Obviamente que o autor se refere aqui ao momento da retomada de luta ocorridas, inicialmente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a partir de 1979, e que irradiaram incentivos por todo o país não sendo diferente aqui em Recife. A formação do Sindicato dos Metalúrgicos pelas mãos da oposição conduziu os trabalhadores para novos rumos a partir de 1981. Graças às reuniões que ocorriam de forma clandestina e às campanhas de conscientização junto à categoria alertando-a para os problemas presentes no cotidiano das fábricas a oposição do Zé Ferrugem conseguiu com isso, não apenas credibilidade, mas também estabeleceu a partir dali um marco, diferenciando-se do sindicato anterior considerado pelego por se restringir apenas a atividades de homologações, assistência médica e jurídica. Jorge César, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco nos anos de 1987 a 1990 é natural de Olinda, sendo o filho mais novo de quatro irmãos.

Jorge César<sup>146</sup> trabalhou em diversas atividades, como ajudante de pedreiro e o de produtor de salsichas, antes de ser metalúrgico na empresa Companhia Siderúrgica do

---

<sup>145</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 105 e 106.

<sup>146</sup> Jorge César Bezerra dos Santos é filho de uma mulher sertaneja nascida na cidade de Arcoverde filha de um pequeno proprietário rural da região. É interessante registrarmos aqui a dedicação de tempo que o entrevistado deu ao falar de sua genitora. Em razão disto, escreveremos de modo sucinto uma pequena biografia sobre o autor e suas origens. Devido a conduta severa de seu avó, sua gestora fugiu da propriedade casando-se escondido com um rapaz. Dessa união nasceram três meninos, irmãos de Jorge César apenas do lado materno. A união, contudo, não vingou, e, dessa separação sua mãe se viu forçada a retornar e pedir abrigo na casa de seu pai o qual negou-lhe. Sem emprego e sem muitas alternativas, se viu forçada a deixar a se separar de seus três filhos deixando-os, cada um de, em casa de parentes até que tivesse condições de buscá-los. Após essa separação, foi tentar a sorte grande no Recife como empregada doméstica. Após anos de trabalho na casa de sua patroa decide recuperar os filhos e ir morar em um quarto localizado no bairro do Amparo, em Olinda vivendo da renda da venda de tapioca sendo ampliado, posteriormente para outros gêneros. Jorge César nasceu do fruto de um relacionamento casual de sua mãe e desde muito novo teve que acompanhar sua mãe nas feiras sendo colocado, muitas vezes, em balaies, dividindo espaço com os produtos que sua mãe comercializava. Depois de muita luta pra erguer uma

Nordeste conhecida também por COSINOR. Ingressou no movimento político ligado à Igreja Católica Progressista, e depois no sindical a partir do momento em que voltou a estudar afim de concluir os estudos em uma escola localizada no bairro de Campo Grande no Recife. Através do trabalho de conscientização feito por uma professora que trabalhava nessa escola, passou a conhecer leituras marxistas e a refletir sobre sua condição de operário frente ao capital. Mais tarde, foi convidado por essa professora para compor os quadros de membros das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica<sup>147</sup> lideradas em Pernambuco pelo Arcebispo Dom Hélder Câmara. Presente na gestão desde o tempo em que era oposição, explica como se deu esse momento de retomada bem como era vista a gestão de Calixto, presidente da chapa vencida.

*(..) a chapa Zé Ferrugem ela deu um banho na chapa de oposição, e olhe que tinha um cara, era o Calixto, (...) Era o presidente da Confederação e ele botou toda uma máquina de estrutura de dinheiro, né, com o benefício do estado, né, porque o estado ele era, era a favor dos militares e a gente era contra. (...) Ele perdeu por quinhentos votos de diferença, né, no pleito de dois mil votos, né, de quinhentos votos. Então a gente teve, né. Foi um negócio assim com toda uma pressão das empresas também, né. Porque as empresas jogaram pesado, né, contra essa chapa e a gente ganhou tranquilo (...)*<sup>148</sup>.

---

casa, simples, e de resistir contra as forças policiais que derrubavam as casas consideradas de invasão, Jorge e sua família conseguiram se estabelecer. Anos depois, quando sua mãe ficou doente, os filhos assumiram, cada um, um tipo de trabalho. Jorge se encarregou de trabalhar no serviço informal e, por causa disso, não pode se dedicar aos estudos regulares voltando novamente a partir de 1974 quando trabalhou como metalúrgico na empresa Cosinor no turno da manhã. Todas as noites dedicou-se ao letramento na Escola Clóvis Beviláqua no bairro de Campo Grande, no Recife. Foi nesse contexto que Jorge César entrou em contato, por meio de uma professora, com a política.

<sup>147</sup> Historicamente as Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs, surgiram anteriormente à Teologia da Libertação disseminadas nos anos 1970. Elas então inseridas no contexto da criação de diversos movimentos sociais que passaram a atuar em 1960 e que encontraram na América Latina as condições sociais, políticas e econômicas favoráveis às suas reflexões, práticas e expansão. Esse movimento articulou e arregimentou padres, bispos, ordens religiosas e teólogos radicais ligados à Igreja além de influenciar não apenas a criação das CEBs como também de grupos religiosos laicos já existentes como Ação Católica, pastorais, organizações populares, clube de mulheres, associação de mulheres e sindicatos rurais e urbanos. Em virtude dessa capilaridade e da atuação no seio das classes mais baixas, muitos dos membros dessas organizações findaram por entrar em outros movimentos políticos e sociais surgidos nos anos 1980 tais como: criação do Partido dos Trabalhadores, o PT, a criação da nova Federação sindical a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, o Movimento dos Sem-Terra, o MST e a Confederação Nacional dos Movimentos Populares, uma espécie de entidade que coordenava trabalhos nas associações de moradores e outros movimentos locais. O trabalho desempenhado nas comunidades pobres e as tendências basistas desempenhadas pelas CEBs foram, segundo Michael Löwy, fundamentais para ajudar a fundar uma nova cultura não só em oposição ao autoritarismo como também às tradições políticas brasileiras assinaladas pelo clientelismo, populismo e o verticalismo e nesse sentido, as CEBs foram de grande penetração e relevância no movimento trabalhista de massas. Cf. LÖWY, Michael, **A guerra dos deuses** – Religião e política na América Latina. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis. 2000. p. 145-148.

<sup>148</sup> A primeira sessão dessa entrevista foi realizada no dia 03 de outubro de 2017 na Sede da CUT em Recife. As entrevistas com Jorge César Bezerra dos Santos ocorreram na CUT e na sede do PT também em Recife. No total, foram realizadas sete sessões com o entrevistado.

Jorge César continua em sua fala esclarecendo que a credibilidade da gestão anterior era mínima segundo sua visão e a da categoria.

*(...) você não tem um sindicato permanente, cotidianamente vendo os problemas dos locais de trabalho. Campanha salarial não existia, sindicato fazia... assinava acordo os trabalhadores nem sabiam, só sabiam do resultado, era um resultado píffio, que não tinha valores econômicos nenhum. Que você fosse lá falar de um problema da fábrica no Sindicato ele pegava, mesmo que você não fosse, né, dizia que você era um contestador (...). O Sindicato era uma questão meramente burocrático, certo? Uma coisa de hora extra, qualquer tipo de acordo, trabalhador nem se quer sabia, só sabia do resultado semana depois quando era afixado na empresa, no edital da empresa pela empresa do ponto de visto do seu... do, do, do conteúdo daquela coisa. (...) e quando você chegava com o jornal, outra versão “oxe, isso pode? Isso existe? Esse direito tem? Porque é que eu não tenho, e não sei o que... a hora extra é tanto, e porque ele não paga a mim?”<sup>149</sup>*

Inaldo Francisco de Oliveira, nascido em mil novecentos e cinquenta e seis no município de Camaragibe, era filho de pais operários da antiga fábrica Companhia Industrial Pernambucana localizada na mesmacidade<sup>150</sup>. Atribui seu envolvimento no movimento sindical graças ao exemplo e incentivo de seu pai, Severino Francisco de Oliveira conhecido como Biu Grande, que era ativista do Sindicato dos tecelões ligado ao Partido Comunista. Antes de se tornar vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos nas eleições de 1984, Inaldo trabalhou como metalúrgico produzindo pilhas na Fábrica da Microlite localizada no bairro do Curado na periferia do Recife. Ingressou no grupo da Oposição Sindical por influência de dois companheiros de trabalho, Carlúcio Castanha e José Alves de Siqueira, ambos já conhecidos por atuarem no meio político e operário. Sobre o presidente do sindicato anterior, Inaldo nos conta que

*(...) Era um pelego, né? Um cara que não tinha atuação nenhuma na categoria, que levava a vida a entregar os trabalhadores aos patrões, quer dizer, se os trabalhadores fizessem uma denúncia no Sindicato, ele aceitava a denúncia, tratava bem, mas mal o cara*

<sup>149</sup> Primeira sessão da entrevista com Jorge César em 03 de outubro de 2017.

<sup>150</sup> Filho de operários da Companhia Industrial Pernambucana, em Camaragibe Inaldo atualmente é secretário de saúde do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Ele nos conta que seu pai, Severino Francisco de Oliveira conhecido na região e no meio sindical por *Biu Grande* ou *Pezão*, era comunista e que fora ativista sindical. Devido a aposentadoria de seus pais, viu-se obrigado a largar os estudos e ir trabalhar para ajudar na renda familiar. Contudo, como tinha realizado um curso no SENAI conseguiu empregar-se como metalúrgico na Fábrica da Microlite, no bairro do Curado em Recife. Embora fosse filho de comunista, Inaldo nos conta que seu pai não o levava aos comícios de Miguel Arraes e que tão pouco o obrigava a tomar qualquer postura política ligada às opções de seu pai. Identificou-se com o discurso e a causa sindical a partir da visita à uma reunião da categoria. A partir de então, participou de reuniões e ingressou no grupo de Oposição Sindical Metalúrgica. Posteriormente, ajudou a formar o PT em Recife, filiando-se.

*descia a escada do Sindicato lá, ele ligava “olha, teve aqui agora fulano de tal” e quando chegava no outro dia, coitado, já tava demitido e não sabia por quê<sup>151</sup>.*

Diante das situações relatadas pelos entrevistados vemos que a chapa Zé Ferrugem promoveu uma “quebra” na tradição que havia se instalado com o golpe militar a partir da prática intervencionista nos Sindicatos. A figura do Joaquinzão, pelego do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, caberia muito bem diante da descrição acima. Sob a influência do movimento do “Novo Sindicalismo” muitas oposições tomaram fôlego para formar Oposições Sindicais com o objetivo de disputar eleições contra direções consideradas pelegas, entreguistas e que não atendiam às reivindicações da classe trabalhadora, segundo esses relatos.

Nascido em Olinda porém criado no Bairro do Ibura na Região Metropolitana do Recife, João Paulo de Lima e Silva<sup>152</sup> foi ex- presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco nos anos de 1984 a 1987, ex-deputado estadual por três vezes, ex- prefeito do Recife por duas vezes e ex-deputado federal. Antes da trajetória sindical e política, quando criança, desejava se tornar padre. De origens simples e filho de pais católicos, desde cedo frequentou missas e se engajou nas mais diversas atividades promovidas pela Igreja. Mais tarde, influenciado pelo viés marxista no modo de interpretar o Evangelho, ingressou na Juventude Operária Católica, a JOC. Como sempre gostou de estudar, conseguiu realizar alguns cursos de nível técnico e graças a isso, ingressou como metalúrgico na Socic Industrial. João Paulo, em sua fala, revela a situação do sindicato pelego mas também amplia

---

<sup>151</sup> Entrevista concedida à autora em 18 de Julho de 2017. As duas sessões realizadas com Inaldo Francisco de Oliveira ocorreram na própria Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco realizadas em duas sessões e dias distintos.

<sup>152</sup> João Paulo nasceu no dia trinta e um de outubro de mil novecentos e cinquenta e dois, em Olinda. Seu pai era alagoano e veio morar no Recife em busca de emprego. Já sua mãe, era natural de Ipojuca. Criado por pais católicos, acompanhava sua mãe às missas e durante certo tempo pensou em se dedicar à vida celibatária. Participou do grupo Legião de Maria além de prestar serviços às missas como coroinha. Quando entrou na JOC - Juventude Católica Operária – realizou a Revisão de Vida Operária – RVO - e partir de então, passou a refletir sobre sua vida e a rever determinadas posturas. O método “*Ver, julgar e agir*” tinha influências do marxismo atrelado a alguns preceitos cristãos do evangelho. Devido a vida difícil de seus pais atreladas à instabilidade no emprego buscou desde cedo dedicar-se aos estudos vendo-os como meio de fuga daquela tipo de vida. Posteriormente, abandona a ideia inicial de ser padre. Passou no vestibular para a Escola Técnica Estadual e lá se dedicou a vários cursos técnicos. Sua primeira experiência como operário foi na Fábrica da Socic. Quando já trabalhava nessa fábrica, recebeu um convite de Paulo Freire para estudar na Europa, mais precisamente em Portugal e Espanha. A finalidade desse projeto era, segundo o entrevistado, formar lideranças no movimento operário e sindical para ocuparem postos de relevância ao regressarem para o Brasil. Durante esses estudos na Europa, recebeu formação em História Mundial e participou, principalmente, de debates e discussões ligadas à política. Envolvido nessa experiência, viveu um tempo na casa de um operário espanhol que conseguiu, por meio de organização popular, urbanizar a comunidade que morava. Quando volta ao Brasil, passa a atuar no meio operário na reorganização do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco por meio do ingresso no grupo de Oposição Sindical em 1981.

as falas anteriores ao dizer que também era objeto de preocupação do grupo de oposição sindical o qual fez parte, a causa nacional do retorno da democracia. Ilustra, em seu relato que

*(...) a bandeira central era a retomada da democracia, da liberdade e da autonomia sindical, e a liberdade de condições partidárias também. Era palavra de ordem, mas quando era ordem era anistia geral, ampla e irrestrita, era liberdade de greve, liberdade de organização partidária. Então eram bandeira muito gerais assim, mobilizava, e no varejo as lutas salariais por melhores condições de trabalho, os altos índices de acidente do trabalho do Brasil<sup>153</sup>.*

Contudo, é inevitável não citar a relevância do movimento de São Bernardo para o movimento sindical em todo o país no contexto da crise política e econômica do regime a partir de 1978. São Bernardo não só influenciou os movimentos sindicais a lutarem e se articularem com os trabalhadores a partir dos problemas da fábrica, numa clara oposição à prática “pelega”, como também, na visão de Jorge César, as conquistas da oposição do grupo do ABC, abriu caminhos para a vitória do movimento operário em Pernambuco.

*(...) Então essa legitimação ela se deu pela conjuntura de São Bernardo, que nos favoreceu, né? Deu pela nossa credibilidade já que vinha construindo há cerca de quase cinco anos, de setenta e sete, setenta e oito até oitenta, né? Então isso aí ficou muito claro. Então tá maduro agora. Agora tá maduro, então vamos participar? Vamos participar e foi... deu tudo certo e ganhamos<sup>154</sup>.*

A fala da vitória é apresentada privilegiando apenas sob o ponto de vista dos “vencedores”, no caso em tela, a vitória da chapa de oposição sindical do grupo Zé Ferrugem. A equipe vitoriosa imbuída do discurso do “Novo Sindicalismo”, pelo que apresentamos em seus relatos, deixa clara traços de ruptura com relação aos antigos dirigentes taxados de trabalharem a “favor dos militares”, de apenas realizar serviços burocráticos, de “entregar” aos patrões funcionários que denunciavam abusos aos direitos dos trabalhadores e da sua ausência de mobilização frente às dificuldades encontradas no “chão da fábrica”. Ora, nos limites estabelecidos desse trabalho não pudemos dar conta de realizar pesquisas empíricas sobre o movimento dos metalúrgicos no Estado anterior à conquista pela chapa composta pela Oposição Sindical. Abre-se aí uma oportunidade para novos trabalhos que possam tratar sobre a postura desta entidade antes da tomada pela oposição em 1981<sup>155</sup>. Um

<sup>153</sup> Primeira entrevista com João Paulo de Lima e Silva foi concedida no dia 30 de Outubro de 2017. As três sessões que compõem essa entrevista ocorreram no escritório particular do entrevistado.

<sup>154</sup> 1ª sessão de entrevista com Jorge César, ocorrida em 03 de outubro de 2017.

<sup>155</sup> Sabemos, através de alguns trabalhos de dissertação, que no período de funcionamento das fábricas de tecelagem, entre 1940 e 1970, a atuação sindical se fazia pela presença de militantes do Partido Comunista e que houveram inúmeras greves a partir dos operários e sindicato com o objetivo de garantir direitos. Trabalhos que vão nessa linha de interpretação nas quais apresentam um passado combativo são fundamentais para romper com

estudo dessa natureza poderia apresentar parâmetros comparativos de um período a outro nos quais pudéssemos apontar práticas continuístas ou de ruptura como declaradamente apontava o sindicato “combatente” do Zé Ferrugem.

Todavia, sabemos por meio de estudos recentes dedicados a aproximar as lentes da história sobre casos específicos, que as lutas no seio da classe trabalhadora não deixaram de ocorrer. Mesmo não contando, em circunstâncias específicas com o apoio de seu órgão de classe, muitos dirigentes, contrariando a ordem de “cima,” buscaram se aproximar das demandas dos trabalhadores. Formas de resistência são uma marca presente no movimento trabalhista desde tempos remotos. Seja de modo explícito – greves, paralizações, passeatas, piquetes, comissões de fábrica, pleitos na Justiça do Trabalho - ou de forma tímida e menos declarada – conversas entre trabalhadores, resistência em executar alguma ordem ou serviço, entrega e difusão de mosquitinhos no local de trabalho—a classe de forma coletiva ou de forma individual não era indiferente à exploração sofrida na relação capital-trabalho. É nesse sentido que não podemos cair em generalizações e atribuir, sem a averiguação de estudos sérios, valores negativos que atribuam referente aos trabalhadores e a seus órgãos de classe em um determinado momento da história<sup>156</sup>.

---

teses generalizantes como bem apresentamos na introdução dessa dissertação. Para se aprofundar sobre as trajetórias de lutas dos trabalhadores, sobretudo os da categoria dos têxteis em Pernambuco, no pré-64 conferir trabalhos como o de:

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Trabalhadores Urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de lutas**. In: ROSAS, Suzana Cavani; PINHEIRO, Patrícia de Mello.

(Org). **Poder, Sociabilidades, Ambiente**. Recife. Editora Universitária UFPE. 2012. Cf. SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A Fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)**. Recife. Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado), 2017. Cf. VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense 1960-1964**. Recife. Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado). 2011.

<sup>156</sup> A nível nacional, destacamos alguns trabalhos que rompem com o paradigma da ausência de lutas nos anos anteriores ao “novo sindicalismo” de 1979. Mesmo sob intervenção e vários dispositivos que imobilizavam do ponto de vista legal os trabalhadores, O artigo do professor Luis Momesso, sobre as greves de trabalhadores na Volks, em Contagem e Osasco no ano de 1968. Já o trabalho de Antonio Negro, nos apresenta mobilizações operárias em 1958 e também em 1968 na fábrica da Willys em São Bernardo do Campo sendo elas organizadas e “puxadas” pelos trabalhadores. Cf. MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. In. *1968*. Revista Clio. Nº 21.6. Recife. 2008.p.155. Cf. NEGRO, Antonio Luige. Nas origens do “Novo Sindicalismo”: maio de 59,68 e 78 na indústria automobilística. In. RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo** – vinte anos depois. Petrópolis. Editora Vozes. 1999. p. 9.

### 4.2.3 Entra em cena a oposição sindical/o novo sindicalismo: o que era e o que propunha?

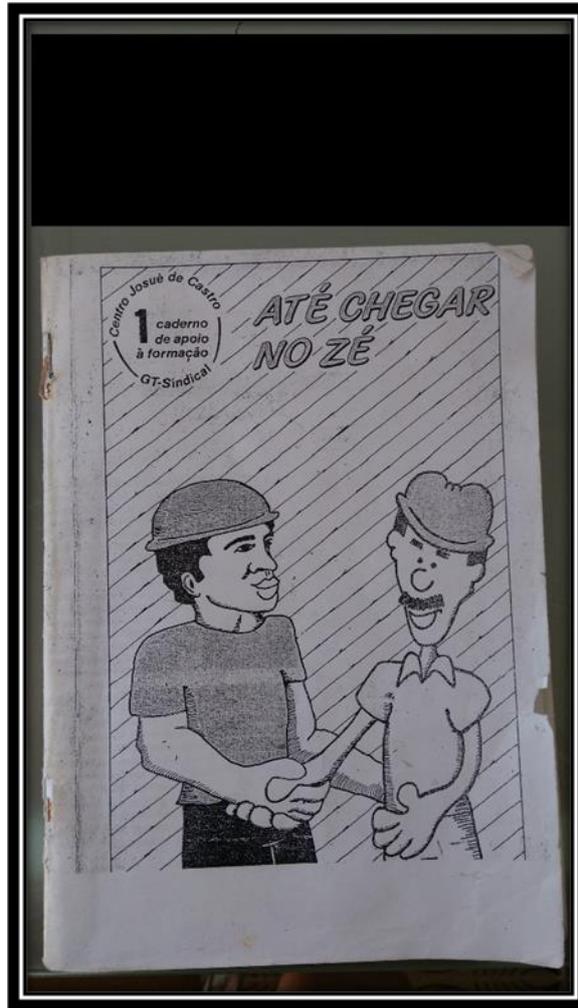
#### A) DE OPOSIÇÃO À SINDICATO

Além das documentações orais presente na fala dos ex-dirigentes dos jornais, dos arquivos policiais, dos dissídios coletivos e do material iconográfico, foi o caderno sindical intitulado “*Até chegar no Zé*” produzido pelo Centro Josué de Castro<sup>157</sup> elaborado para fins de formação sindical junto aos trabalhadores. Esse caderno, produzido e distribuído no ano de 1988, nos dá conta do percurso levado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco de forma ambientada e articulada com as conjunturas políticas, econômicas e sociais dos diversos períodos vivenciados na história sindical brasileira apontando ainda ganhos e perdas para a categoria. Elaborado de forma didática e em linguagem simples e acessível, o caderno sindical “*Até chegar no Zé*” é composto em seu editorial de ilustrações, fotografias de lutas da categoria e de sua direção em momentos chave, tabelas que em algumas situações não são bem referenciadas, personagens lúdicos dotados de fala e de expressão além de alguns relatos orais. As quinze primeiras páginas se dedicam a apresentar os primórdios da luta dos trabalhadores e o processo de sindicalização desde os tempos da incipiente indústria nacional do século XIX até o momento de crise marcado pela década de 1980.

---

<sup>157</sup> O Centro Josué de Castro foi fundado em 1979 por um grupo de pesquisadores ligados a diversas Universidades, alguns deles naquela altura, encontravam-se no exílio. O Centro tinha, e ainda tem, como principal compromisso fomentar pesquisas na área de ciências humanas voltadas para a Região Nordeste desenvolvendo ações concentradas na atuação de fóruns e debates sobre política, economia, cultura e sociedade, e na capacitação dos cidadãos para atuarem no acompanhamento e controle de políticas públicas e etc. No início da década de 1980 o Centro se dedicou a elaborar um livro com o objetivo de entender a Estrutura e a Representação Sindical no Brasil com base nas propostas do Novo Sindicalismo. Para tanto, foram coletadas entrevistas de 300 líderes sindicais de situação e de oposição. É sob esses aportes ideológicos que vemos o engajamento e o apoio do Centro Josué de Castro colaborando para a confecção e distribuição do material analisado nesse espaço. Para mais informações conferir em: <http://www.josuedecastro.org.br> Acesso em: 10/07/2019.

Figura 1 - Imagem da capa do Caderno Sindical “Até chegar no Zé”. Impresso pela Recife Gráfica Editora em 1988



Fonte: Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais/UFPE.

Trata-se, de modo geral, de um material de síntese elaborado sob a ótica do Centro Josué de Castro produzido em um momento histórico da reorganização e de retomada de luta sindical no período que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo” já discutido anteriormente. Portanto, estamos diante de uma narrativa produzida a partir da demanda de um grupo específico, a qual atinge diretamente ao grupo de metalúrgicos, tendo como elaborador e colaborador do material indivíduos comprometidos com a pauta política – ideológica de conscientização de classe. Feita essas observações inerentes ao ofício do pesquisador, (re)contaremos nas próximas páginas os caminhos trilhados pela categoria dos metalúrgicos tomando como base o caderno “*Até chegar no Zé*” na tentativa de compreendermos os momentos iniciais da experiência do grupo de oposição sindical do Zé

Ferrugem até o seu momento de consolidação e amadurecimento em 1985 no período da redemocratização.

O grupo do Zé Ferrugem antes de assumir a diretoria no dia 08 de junho de 1981<sup>158</sup> faz necessário recuar no tempo para o ano de 1978 em um momento em que ainda não tinha tomado forma. O grupo de Oposição Metalúrgica, operando na clandestinidade devido aos tempos repressivos do governo ditatorial e do jugo patronal, reunia-se frequentemente na sede do Sindicato das Empregadas Domésticas, localizado no centro do Recife, ou na sede da ACO localizada no Bairro da Boa Vista também na mesma região. As pautas giravam em torno do compartilhamento de denúncias vindas do “chão” das fábricas, das discussões sobre a conjuntura política do país e de buscar soluções para atuar nas fábricas de modo a despertarem na classe a percepção crítica de sua condição social na relação do trabalho. Recrutados das mais diversas formas, alguns oriundos das reuniões de círculos católicos ligados à Igreja Progressista, outros vindo de grupos de esquerda na clandestinidade ou cooptados na própria fábrica onde trabalhava por algum integrante da oposição sindical, foi dessa maneira que o grupo se multiplicou devido à e *em prol* do trabalho de conscientização do proletariado partindo do princípio de que *“a solução dos problemas da classe operária deve vir dos próprios operários”*<sup>159</sup>.

A ACO de Recife, local de “refúgio” para a reflexão dos operários que iam em busca de uma condição de vida melhor por meio da luta política e de classe, contou com grande apoio da figura do Padre suíço Romano, como ficou conhecido. Dedicado às causas operárias e aos mais necessitados desde dos tempos em que coordenava os grupos laicos ligados à Igreja como a JOC, a ACO e o MPF, Movimento Popular das Famílias, em Valais na Suíça, chegou ao Brasil em 1962 designado para atuar na Ação Católica em Recife. A importância da presença e contribuição de Padre Romano no círculo operário fora justificada na carta enviada a ele, antes de sua vinda ao Brasil, emitida pelo arcebispo de Olinda e Recife Dom Carlos Coelho datada de 13 de abril de 1962. Lendo um trecho da referida carta temos a

---

<sup>158</sup> Segundo o Caderno de apoio à formação sindical **Até chegar no Zé**, Marcos Pereira, João Paulo, José Alves de Siqueira, Jorge César e Gabriel Vasconcelos eram os **membros efetivos** (grifo meu). Edson Ferreira, Severino Antonio (Biu), Mário Antonio, Daniel Campelo, Pedro Alfredo Coutinho, eram os suplentes; para o conselho fiscal foram designados os companheiros José Antonio Pinheiro, Luis Antonio Neto (Alfinete), Edvaldo Inácio tendo como suplentes José Francisco Oliveira, José Joaquim de Santana e Inaldo Francisco. O mandato do grupo vencedor seria até agosto de 1984 quando seriam convocadas novas eleições.

<sup>159</sup> Ação Católica Operária. **História da classe operária no Brasil** – Amadurecimento 1945 a 1964. Rio de Janeiro. 4º caderno. 1ª edição. 1985. p.106.

impressão de que a presença do padre no Recife iria remediar a situação política e social descrita pelo arcebispo na qual relata que ficou

(...) à par do seu desejo de consagrar-se a um trabalho na América do Sul, e eventualmente no Brasil. Padre Riou, com minha autorização, escreveu à ACO de seu país, propondo a sua vinda para nossa Arquidiocese, onde as condições de abandono e de pobreza da classe operária exigem, sem demora, a presença de pioneiros cristãos que sejam fermento em seu meio. A infiltração comunista e a miséria do meio operário exigem um sacerdote que se consagre de maneira especial à evangelização desse meio. Infelizmente, a falta de sacerdote no Brasil é um problema grave. Tão grave que precisamos apelar para a ajuda de nossos irmãos de outros países mais bem providos. (...) Seu trabalho nesta Arquidiocese será o mundo operário, especificamente a ACO<sup>160</sup>.

A conduta de Dom Carlos Coelho ao convidar Padre Romano para realizar um trabalho junto à classe operária pernambucana estava de acordo a preocupação de setores da Igreja, àquela altura, em amenizar conflitos sociais oriundos da exploração do capital presente sobretudo em países de desenvolvimento tardio. Nesse sentido, a Igreja buscou se aproximar dos mais simples, geralmente operários, trabalhadores rurais, comunidades em bairros periféricos num contexto em que a América Latina vivenciava alto índice de desnutrição e analfabetismo sofrido pelos povos e a perda da fé cristã para as ideologias e práticas esquerdistas. Dentro dessa situação, o apelo do arcebispo de Olinda e Recife a Padre Romano fazia todo o sentido. Muitos membros da JOC ao tornarem-se adultos e casarem ingressavam nos quadros da ACO<sup>161</sup> que juntamente com a JOC compunham o grupo de movimentos católicos onde procuraram atuar na “*arena social*”<sup>162</sup> buscando reinterpretar o evangelho sob a crítica do marxismo, e partir de então, passando a se comprometer com as lutas populares nos mais diversos lugares, campo/cidade, e condições de vida das massas pobres. A JUC, por assumir uma conduta contrária à Igreja reinterpretando a Palavra de Deus, passou a atuar de forma autônoma criando como alternativa a Ação Popular.

De fato, Padre Romano se constituiu enquanto referência de liderança aqui em Pernambuco, compromissado com a formação de pessoas que pudessem contribuir para a causa da classe trabalhadora. Sobre isso Inaldo nos conta que

<sup>160</sup> CHAPARRARO, Manoel Carlos. **Padre Romano** – Profeta da libertação operária. São Paulo. HUCITEC. 2006. p. 50

<sup>161</sup> Segundo Silvia Manfredi a justificava para a saída da JOC após o matrimônio era de, a condição de casado agregava ao mesmo tempo cuidar da vida do casal em consonância com a militância. O dever da militância passava a ser, agora, função do casal. Cf. MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação Sindical no Brasil** – História de uma prática cultural. São Paulo. Escritura Editora. 1996. p. 100.

<sup>162</sup> LÖWYP. Michael. Op., Cit., p. 71 .

(...) *Junto com Henrique Cossart e Carlúcio Castanha, a gente levava o pessoal pra ter palestra com Padre Romano, né, que Padre Romano tinha uma experiência muito grande, certo? Então era um educador (...).*<sup>163</sup>

Outro relato nos confirma essa preocupação do Padre com a formação dos militantes e nos conta que

*Pedagogicamente, (...) ele despertava nos militantes a preocupação missionária de atingir novos companheiros, para que nas fábricas, nos outros meios de trabalho, nas organizações operárias e populares existentes, e nos bairros, fossem **Sal e Fermento** de solidariedade, de união e organização da Classe, de busca e de luta justa*<sup>164</sup>.

Um dos pilares de ação da ACO era, principalmente na segunda metade de 1975 sob o efeito e influência do movimento do “Novo Sindicalismo”, a ênfase no trabalho de base com a finalidade de formar militantes que atuassem na organização de grupos nas fábricas onde pudessem penetrar e se articular com os trabalhadores em torno dos problemas ligados ao dia-a-dia da fábrica. É nesse sentido que o grupo de oposição metalúrgica “Zé Ferrugem” encontra nas reuniões na sede da ACO campo e apoio para exporem e colocarem sob a ordem do dia estratégias com o objetivo de fortalecer a luta operária na área urbana. Para poder formar os militantes com base em conhecimentos sociais, políticos e religiosos a ACO organiza os **A História da Classe Operária no Brasil (Figura 2)** organizada em pouco mais de cem páginas destinadas contar de forma simples e direta a trajetória de luta da classe operária. Tamanha foi a contribuição da ACO no grupo de oposição do Zé Ferrugem, pois, segundo Inaldo

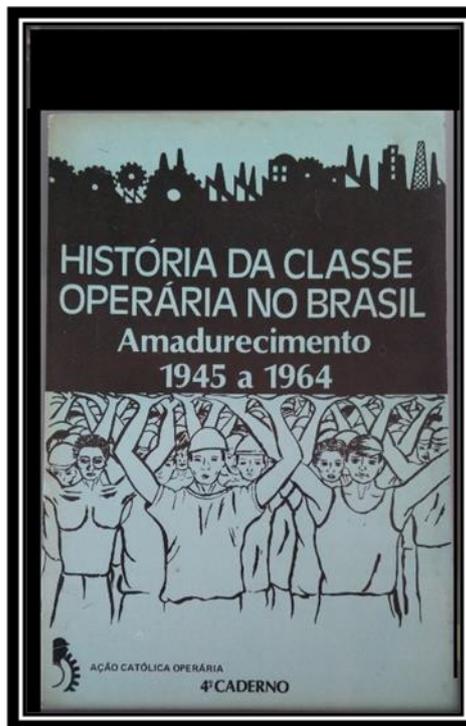
*(...) a gente tinha essa reunião, não lembro qual é o dia, na ACO (...) sempre discutindo como organizar a chapa, né, como conseguir mais confiança nas fábricas (...) Lá um grupo de pessoas ia para lá e conversava também sobre essa questão da oposição, como fortalecer a oposição. (...) a Igreja no primeiro momento formava todos nós (...).*<sup>165</sup>

<sup>163</sup> 1ª sessão entrevista com Inaldo, ocorrida em 17/07/2017.

<sup>164</sup> CHAPARRARO, Op., Cit., p. 53.

<sup>165</sup> 1ª sessão de entrevista com Inaldo ocorrida em 17/07/2017.

Figura 2: Imagem da capa do 4º Caderno de Formação Sindical da Ação Católica Operária, ACO. Rio de Janeiro. 1ª Edição. 1985.



Fonte: Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais/Nudoc/UFPE. <http://https://www.ufpe.br/nudoc>. Acessado em: 09 de Julho de 2019.

Em 1979o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco como outros, continuavam oficialmente ligados ao Ministério do Trabalho fiel aos interesses por meio da fiscalização. A nível local tínhamos a figura do presidente José Luís o qual estendera sua liderança sobre os municípios de Olinda, Paulista, Igarassu, Itamaracá, São Lourenço da Mata, Jaboatão, Moreno e Cabo um alcance razoável levando em consideração a abrangência territorial abarcada pelo sindicato. Mais uma vez recorreremos ao relato de Inaldo para indicar algumas condutas “desconformes” presentes no Sindicato oficial.

*(...) o dinheiro do imposto sindical (...) não tinha retorno nenhum pra categoria, né. Onde eles aplicavam esse dinheiro a gente não sabe. O que é que eles faziam a gente não sabe. Era impossível pra categoria porque não tinha o jornal, não tinha um carro de som, não tinha uma atividade, não tinha uma passeata, não acontecia nada, quer dizer, então o dinheiro era gasto com qualquer outra coisa (...).*

Era contra essas e outras condutas consideradas pelegas que o grupo de Oposição criticavam o Sindicato Oficial comandado por José Luis. Observavam com desprezo a falta de ação e as atitudes conciliatórias promovidas pelo sindicato consideradas incompatíveis com a postura combatente e autônomo na qual deveria ter. Essa postura é

justificada, em grande parte, pelo atrelamento do Sindicato ao Ministério do Trabalho desde a criação da CLT em 1943. Um sindicato à serviço do trabalhador, que não fosse indiferente aos problemas enfrentados no cotidiano da fábrica e que lutasse pelo cumprimento dos direitos integrantes da categoria era o que propunha a Oposição dentro da perspectiva do “Novo Sindicalismo”. De acordo com Jorge César, o sindicato deveria ser (...) *de massa, democrático e participativo*”<sup>166</sup>. Para Inaldo, contudo, o que estava em jogo não era o fato do Sindicato ter ou não relação com o governo contanto que

*(...) suas posições, suas defesas têm que ser independente do Governo, seja ele qual for. O governo de esquerda, de direita, não interessa, né? Nós temos que fazer as coisas com a nossa independência, não podemos estar atrelados a nenhum Governo.*<sup>167</sup>

João Paulo em sua fala descreve asintetiza em poucas palavras a pedra de toque do “Novo Sindicalismo” afirmando que “novo” em contraposição ao “velho”

*(...) era justamente essa visão, né? Mais voltada para o local de trabalho, para defesa dos trabalhadores, para organização e para mudança de sistema. Na verdade a gente também caminhava muito nessa linha aí*<sup>168</sup>.

Além das reuniões na ACO e no Sindicato das Empregadas Domésticas, um grupo de trabalhadores funcionários da Fábrica da Socic se articularam em encontros na Paróquia do Pina com o objetivo de se organizar dentro de fábrica tomando com ponto de partida a resolução de problemas locais como uma forma de enfrentamento não apenas ao patrão mas também colocando-se, principalmente, contra o sindicato pelego. Marcos Pereira, da Silva, criado no bairro do Pina por sua mãe que veio a falecer em meio a eleição sindical na qual o Zé Ferrugem saiu vitorioso, é integrante da cultura do candomblé e teve, graças à conclusão do curso de Edificações na Escola Técnica Federal de Pernambuco, a possibilidade de entrar na Fábrica da Socic em 1970<sup>169</sup>. Atuou ainda, em 1981 como primeiro presidente do

<sup>166</sup> 2º sessão, Jorge César realizada no dia 10 de outubro de 2017.

<sup>167</sup> 2º sessão, Inaldo ocorrida em 10 de abril de 2018.

<sup>168</sup> 2º sessão, João Paulo ocorrida em 28 de dezembro de 2017.

<sup>169</sup> Marcos Pereira da Silva nasceu em dois de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e dois no Pina, local historicamente conhecido por ter se formado a partir de colônia de pescadores. Marcos é filho de mãe separada e, ao falar dela, ao longo das três sessões que foram realizadas, o entrevistado geralmente era tomado de forte emoção chegando a comover-se em alguns momentos. Filho de uma mulher analfabeta, o metalúrgico desde cedo buscou contribuir com a renda familiar. Aos onze anos de idade trabalhou como carregador de carne para um açougue da região onde morava. Enfrentando situações financeiras difíceis, o entrevistado nos contou que chegou a usar roupas de terceiros e que, em certos momentos, passou fome alimentando-se do que era possível obter. Mesmo em meio a essas dificuldades, conseguiu concluir os estudos primários. Na adolescência, ingressou na Escola Técnica de Pernambuco formando-se no curso de edificações com especialização em cálculos estruturais. Trabalhou como ajudante de caldeireiro e como serralheiro na Fábrica da Socic. Foi a partir dessa

Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco pós gestão considerada pelega. Localizada nas proximidades do bairro de Joana Bezerra a Socic tinha, dentre o seu quadro de operários, aspectos e condutas consideradas diferenciados no meio sindical na época. Marcos nos conta que dentro dessa fábrica os trabalhadores

*(...) tinha como meta, que era trocar livros, ler Manuel do O, 100 anos de Suor e Sangue, O Biscateiro, emprestava para turma ir lendo, né? A revolução do proletário de 1817, Revolução das Máquinas, ler um pouco Engels, Stálin, enfim, conhecer um pouco essa história. Então a gente começou na fábrica. Teve um dia, primeiro de maio, que não era primeiro de maio, mas a gente comemora de forma de diferente, uma coisa que nunca foi feita, marcamos um horário, quando chegou nesse horário todo mundo se juntou e saiu em passeata de dentro do galpão da fábrica até a estátua de Edgar Costa Targino, (...) era o chefe geral, ele era meio carrasco. Isso que aconteceu até aí. Então daí para frente, a gente começou a frequentar a ACO, que era a Ação Católica Operária (...)<sup>170</sup>.*

Podemos considerar que tais condutas só foram possíveis devido aos laços de solidariedade e de conscientização articulados entre João Paulo e os demais companheiros de fábrica, como Marcos, no qual o primeiro trouxe e inseriu na Socic suas experiências oriundas principalmente de sua formação anterior enquanto jocista preocupado em identificar e solucionar os graves problemas sociais e econômicos que afetavam os trabalhadores no espaço de trabalho. Ao mesmo tempo, esse tipo de condutas e práticas tinham o poder transformador no sentido de fortalecer e empoderar o trabalhador individualmente e unificar coletivamente as relações e os laços de solidariedade entre os trabalhadores. Ou seja, uma consciência de classe se formando moldada diante da observação dos problemas vivenciados no interior da fábrica e das relações entre os trabalhadores que iam se fortalecendo a cada conversa e comentário seja relacionado ao conteúdo dos livros socializados ou às críticas que se faziam sobre o trabalho.

Antes de se formalizar o grupo da Oposição Sindical do Zé Ferrugem observamos até agora que foi fundamental as experiências realizadas com o grupo que reunia na ACO, dentre eles Jorge César, as observações e as práticas ocorridas na Socic onde

---

experiência de trabalho na Socic que Marcos contou-nos que teve início o seu envolvimento na luta política sindical. Naquele espaço, trabalhadores se solidarizavam dividindo lanches mas também conhecimento a partir da troca de livros que ocorria nos horários de intervalo. Enquanto ainda estava concluindo os estudos, Marcos tornou-se pai e informou-nos que teve que trabalhar de forma exaustiva para comprar o enxoval de seu filho. Não tinha dinheiro para a passagem tão poucas condições de comprar roupas para si. Sensibilizado com a história de Marcos, o diretor do Senai, local onde Marcos obteve sua formação técnica, o elogiou publicamente pelas suas notas mesmo diante de tantas dificuldades. Isso marcou profundamente a vida do metalúrgico, o qual contou-nos tomado de forte emoção. Na Socic, trabalhou ao lado de João Paulo que na altura dedicava-se como ajudante de Marcos. A experiência nessa fábrica foi a porta de entrada para o entrevistado adquirir consciência política da classe à qual fazia parte e das dificuldades encontradas na categoria metalúrgica. Posteriormente, passou a se reunir, clandestinamente, com o grupo que iria formar o grupo de Oposição dos Metalúrgicos.

<sup>170</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 1ª sessão realizada em 20 de abril de 2019.

trabalhavam João Paulo e Marcos Pereira, foram formando uma rede diversificada que era composta de operários de diversas fábricas e movimentos, unida em prol de uma finalidade: despertar, por meio de discussões, na categoria metalúrgica a consciência para os problemas enfrentados no trabalho. No final desse processo e ao mesmo tempo como resultado dele, tínhamos trabalhadores capazes de observar e questionar a postura de seu órgão de classe, que na época não tinha credibilidade na luta em defesa do trabalhador, colocando em seu lugar uma outra diretoria na qual se sentissem finalmente representados. Sobre o grupo da Socic, o primeiro presidente nos conta que tais reuniões foram de grande relevância pois através delas o operário passou a se valorizar. Relata que

*(...) Na hora de almoço a gente não ia se deitar, a gente se sentava e começava a montar estratégia de quando a gente... domingo seguinte a gente ia visitar quem(...)A gente ia para Imbiribeira para se reunir com os trabalhadores da Pirelli, da Meira Lins. (...) a gente visitava os bairros, que era mais fácil de conversar. E conseguimos até convencer alguns companheiros que não tinham nem um pouco de visão de seu valor com operário<sup>171</sup>.*

Aos poucos, foi se formando um conjunto de trabalhadores ligados a várias empresas que por sua vez passaram a convidar pessoas consideradas chave para esse processo de luta. Uma grande articulação estava sendo formada. Essas reuniões passaram a ser discutidas na ACO a qual deu todo apoio ao grupo. Dentre os diversos assuntos abordados constava, principalmente, o fortalecimento de lutas reivindicativas nas fábricas a partir do levantamento de seus problemas. A cada reunião o grupo de Oposição se fortalecia sendo crescente também a necessidade de compartilhar as denúncias e de levar as discussões para além dos muros da ACO atingindo a categoria. Algo dessa proporção só poderia ser alcançado com a conquistado espaço do Sindicato para que a pauta combativa fosse levada não apenas a algumas fábricas mas que pudesse ser ampliada à categoria. O grupo de Oposição viu essa ideia ser transformada em realidade a partir das eleições sindicais que ocorreram em 1978 e 1979. Após encontros, debates e reflexões o grupo de oposição percebeu a impossibilidade de lançar uma chapa de Oposição para concorrer às eleições que ocorreram nos dias 13,14 e 15 de junho de 1978. Tão pouco conseguiriam articular uma campanha de voto nulo contra o Sindicato Oficial. Mesmo assim, decidem apresentar uma carta ao Sindicato “de Zé Luís”, composta de quatrocentas assinaturas, contendo algumas reivindicações. Todavia, a comissão não foi recebida.

---

<sup>171</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 1ª sessão realizada em 20 de abril de 2019.

No ano seguinte, mais organizados e fortalecidos, decidiu agir no momento da campanha salarial de 1979. Apresentaram na Assembleia convocada pelos “pelegos” para fins de campanha salarial uma série de exigências: piso salarial, aumento para salários menores, reajuste integral entre outras exigências<sup>172</sup>. Exigiram a participação de uma comissão de salário responsável em acompanhar o Sindicato Oficial nas negociações com o patronato e que ao final das negociações o grupo tivesse direito à estabilidade por um ano. Inaldo se encontrava nessa Assembleia e nos conta

*(...) naquele momento, resolvemos tomar o microfone do presidente, né? E assumir a assembleia. Mesmo com a direção, lá, a gente assumiu. João Paulo foi lá, tomou o microfone dele, empurrou ele pra lá e começou a comandar a assembleia, né? A gente tava com a grande maioria. Não tinha como. Ele não podia nem reagir. (...) Em setenta e nove teve essa grande assembleia, que foi um dia de domingo, e a gente permitiu, não deixou que só o pelego convocasse a categoria. (...) ele foi surpreendido porque nós fizemos um material, né, Zé Ferrugem, convocando a categoria para participar ativamente da greve na assembleia pra discutir o reajuste, discutir estabilidade de emprego, discutir relação de jornada, discutir as melhores condições de trabalho (...)*<sup>173</sup>

Em sua fala, acrescenta que as exigências e ganhos adquiridos nessa Assembleia foram importantes para consolidar o caminho até chegar na eleição de 1981.

*A gente queria fazer parte de uma coisa chamada “comissão de salário” (...) de onze membros. Que foi essa comissão que originou a direção do Sindicato Zé Ferrugem. Por quê? Porque a gente conseguiu, com muita força garantir estabilidade pra essa comissão, eu acho que, no primeiro momento, foi de um ano de estabilidade e a gente foi levando até conseguir registrar a chapa, em 1981 pra disputar a eleição, né, por que como a gente tava com estabilidade na comissão, ninguém podia sair (...)*<sup>174</sup>

Ao final, entre negociações e ameaças de greve lideradas pela Oposição Sindical, um acordo foi realizado estabelecendo um aumento de setenta por cento para a categoria e a garantia de estabilidade para a comissão de negociação. Após esse episódio o grupo opositor sai fortalecido e sua visibilidade frente à categoria vai se tornando conhecida.

Henri Cossart, mas conhecido como Henrique, ordenou-se padre na França com foco na atuação jocista. Veio para o Recife com o intuito de contribuir para a luta operária como assistente de JOC. Mais tarde, empregou-se na Fábrica Cosinor, localizada no Recife Antigo. Em seu relato, no caderno *Até chegar no Zé*, Henrique revela que após a vitória da campanha salarial de 1979 o grupo tinha decidido que (...) *não ia se chamar oposição nem nada, mas viu que tinha que aparecer como uma coisa distinta da diretoria, da direção do*

<sup>172</sup> Centro Josué de Castro. **Até Chegar no Zé** – Caderno de apoio sindical. Recife. 1988.

<sup>173</sup> Entrevista com Inaldo, 2º sessão realizada em 10 de abril de 2018.

<sup>174</sup> Idem.

*Sindicato, se decidiu ter um nome especial e foi escolhido ZÉ FERRUGEM (grifo do autor). O nome, Oposição Sindical passou a ser vinculado ao grupo que contestava o Sindicato Oficial e que a partir daquela primeira conquista em 1979, sentiram a necessidade de “dar as caras” frente a categoria.*

Sobre o boneco do Zé Ferrugem, símbolo da categoria criado no momento histórico de retomada da luta metalúrgica no Estado, Marcos Pereira revela que

*Quando a gente definiu pelo boneco Zé Ferrugem, o grupo estava identificado pela própria imagem do boneco. Era um capacete, uma botina, um bigode ((risos)). E na hora que tinha uma história, estava lá aquele boneco com a vassoura, porque tinha que varrer o sistema, com a chave de uma ferramenta, que a ferramenta era o trabalho. Então você tinha um boneco que foi a identificação de uma luta, de uma história.<sup>175</sup>*

Entretanto, os ganhos conquistados neste primeiro momento pelo grupo de Oposição não foram encarados de forma positiva pelo Sindicato Oficial tão pouco pelos patrões. Marcos nos conta que alguns colegas chegaram a ser demitidos assim que os empresários descobriram o seu envolvimento com o Zé Ferrugem, nesse sentido,

*(...) havia toda uma perseguição sistemática dos patrões sobre a organização Zé Ferrugem. E a gente teve, inclusive, algumas pessoas importantes que foram demitidas antes, como foi o caso de Carlúcio Castanha, e outros, e outros<sup>176</sup>.*

Outra conquista, no ano de 1979, foi a criação do Boletim Zé Ferrugem, que em sua primeira edição não se chamava Oposição mas sim Comissão de Imprensa dos Metalúrgicos. A partir dessa iniciativa tornaram-se públicas as críticas, as denúncias contra fábricas além da divulgação do balanço referente a campanha salarial daquele ano. No ano de 1980, o grupo acompanhou de perto as movimentações do Sindicato Oficial e ainda concentrou forças para discutir e elaborar o segundo boletim Zé Ferrugem, apresentando-se agora enquanto órgão de Oposição Sindical, trazendo em seu editorial a *denúncia das péssimas condições salariais, dos altos salários pagos aos diretores e do alto preço das mensalidades<sup>177</sup>*. O boletim conclamava, por fim, os trabalhadores a participarem de uma assembleia com o objetivo de cobrar a prestação de contas por parte do Sindicato Oficial. Em sua terceira versão, o boletim colocou de forma minuciosa como eram pagos os altos salários da diretoria e as implicações dessa prática para o Sindicato. Além dos boletins o grupo, em 1980, se solidarizou com as greves e com os companheiros metalúrgicos presos nas mobilizações ocorridas em São Bernardo naquele ano. Já em agosto, o grupo

<sup>175</sup>Entrevista com Marcos Pereira, 2ª sessão realizada em 29 de abril de 2019.

<sup>176</sup>Entrevista com Marcos Pereira, 2ª sessão realizada em 29 de abril de 2019.

<sup>177</sup> Centro Josué de Castro. **Até Chegar no Zé** – Caderno de apoio sindical. Recife. 1988.

selecionou alguns companheiros para formarem uma comissão no intuito de participarem do ENTOES<sup>178</sup> (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical) ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 13 e 14 de setembro. O encontro das diversas oposições sindicais dos Estados foi de grande importância para fortalecer esse movimento de retomada de luta tendo como foco a recuperação dos sindicatos.

Segundo a avaliação de Lorenzo Zanetti o ENTOES foi marcante pelo

Processo que desencadeou e pelo conteúdo dos debates do que pelas resoluções geradas, as quais, afinal, não foram implementadas. O valor do processo de organização dos ENTOES e o resultado da articulação está no fato de que, pela primeira vez, oposições e direções sindicais se reuniram e juntos debatem nos estados, onde se realizam encontros preparatórios, e também em nível nacional. Isso contribuiu para a superação de preconceitos; discutiu-se aberta e objetivamente, identificando tanto diferenças quanto pontos de convergência<sup>179</sup>.

Os frutos do encontro das oposições no ENTOES renderam bons resultados e em 1981 o grupo de Oposição do Zé Ferrugem registra, frente aos órgãos competentes da época, achapa número 2 contra a chapa de situação. Até então o grupo de Oposição não possuía um programa definido. Para solucionar essa situação, os metalúrgicos resolveram fazer uma pesquisa de opinião junto à categoria para a partir dessas respostas, entenderem quais eram os problemas reais e as aspirações da classe com a finalidade de traçarem metas. Outro ponto crucial na organização da chapa de Oposição passava pela seleção dos indivíduos que iriam compor nesse primeiro momento. Realizada a pesquisa junto à categoria, a ideia principal do Zé Ferrugem pode ser resumida em *“uma diretoria combativa sem medo das dificuldades, que trabalhe de verdade para construir uma categoria unida e organizada e que*

<sup>178</sup> O movimento sindical, desde 1978 e antes do encontro do ENTOES em 1980, era dividido por grupos tanto no aspecto da composição de seus militantes como na forma de operar o movimento e de modo mais amplo, na maneira de combater a ditadura. O ENTOES conseguiu agregar a presença dos dois – *Unidade Sindical e Autênticos* - deixando de lado, ao menos naquele momento, as suas divergências. Em linhas gerais, o movimento era separado em dois grandes blocos: **Combativos** e **Unidade Sindical**. O primeiro era formado pelas *Oposições Sindicais* ligados ao grupo Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) aliado ao grupo dos *autênticos*, composto pelas oposições sindicais mais combativas e que se alinhavam com os metalúrgicos do ABC. Já o bloco da *Unidade Sindical* tinha como integrantes militantes mais tradicionais ligados aos sindicatos considerados pelegos, além de agregar militantes do PBC, PC do B, MR8. Grande parte do grupo *das Oposições Sindicais* se distancia dos *Autênticos* e passam a engrossar as fileiras do bloco da *Unidade Sindical*. O grupo do Zé Ferrugem se aproxima em suas práticas e concepções de luta com o grupo dos *Autênticos* que em 1983 fundam a intersindical CUT. Já a *Unidade Sindical* se concentra na criação da CONCLAT. Quanto a visão de combate à ditadura, os *autênticos* viam o sindicato como instrumento de combate contra o regime. Já a Unidade Sindical preferia ir pela via da conciliação de classe evitando confrontos diretos com a ditadura. Além disso, era possível ver outra distinção entre esses blocos: líderes de movimentos populares e agentes de pastorais da Igreja popular se identificaram e ingressam significativamente no grupo dos *Autênticos*.

<sup>179</sup> ZANETTI, Lorenzo. Rio de Janeiro. Editora Fase. **O novo no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios.** 1995. p. 58

*o Sindicato tenha uma administração competente*”<sup>180</sup>. O grupo se comprometeu em linhas gerais a

- a) Manter os serviços atuais do Sindicato como clínica, advogados, sub-sedes, auxílios e ajudas, bolsas de estudo;
- b) Abrir a administração do Sindicato: reuniões da diretoria, expediente, sindicato na porta de fábricas, fiscalização<sup>181</sup>.

O critério fundamental para compor a chapa do Zé Ferrugem foi, além de ingressar no quadro aqueles que desde do início já participavam das reuniões na sede da ACO e no Sindicato das Domésticas, identificar metalúrgicos que trabalhassem em fábricas consideradas importantes do ponto de vista da quantidade de trabalhadores, de sua relevância no setor econômico e principalmente, do perfil do patronato em relação ao tratamento e respeito ao direitos dos trabalhadores. O relato de Inaldo ilustra essa situação

*(...) Então a ideia era essa, de a gente chegar lá e dizer “porra, a Microlite, fato importante, tem cinco mil trabalhadores (...) tem que ter dirigente lá. Agora quem é de lá?”, aí tinha quatro, cinco pessoas, daqueles cinco a gente tirava dois, porque tinha outro. E aí na primeira chapa lá ficou eu, Siqueira, quem mais? Acho que só eu e Siqueira na primeira gestão foi eu e Siqueira da Microlite. A outra direção já começou aumentando e tal. E aí a gente fazia essa eleição dessa forma, a gente pegava as fábricas mais importantes, aquelas que a gente deixava que era fundamental, tanto grande, inclusive pequeno, às vezes, que as vezes a fábrica era pequena, mas o produto que ela fazia era coisa que era do Brasil inteiro, então tinha repercussão no Brasil. Era importante que a gente tivesse um dirigente ali (...)*<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> Vida e luta de Henrique Cossart – Padre, operário, educador. Direção André Gerard. Produção Francisco Cossart. Recife. 2013. 15:40. Disponível em: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=document%C3%A1rio+henrique+cossart](https://www.youtube.com/results?search_query=document%C3%A1rio+henrique+cossart). Acessado em: 10 de Setembro de 2019.

<sup>181</sup> Idem. 15:35.

<sup>182</sup> Entrevista com Inaldo, 2º sessão realizada em 10 de abril de 2018.

Figura 3: Imagem de panfleto com a imagem dos membros da chapa de Oposição Sindical do Zé Ferrugem em 1981.



Fonte: Fundo DOPS. Acervo: APEJ. Prontuário Funcional N°0045.

Importante destacar a importância do movimento de bairros, de militantes formados pela ACO e de outros indivíduos que eram comprometidos com a luta de reconquista da direção do Sindicato dos Metalúrgicos. Antes de ocorrer as eleições previstas para os dias 24, 25 e 26 de junho, a Oposição Metalúrgica do Zé Ferrugem contou com o apoio daqueles militantes na função de mesários nos dias da eleição como nos conta Marcos Pereira.

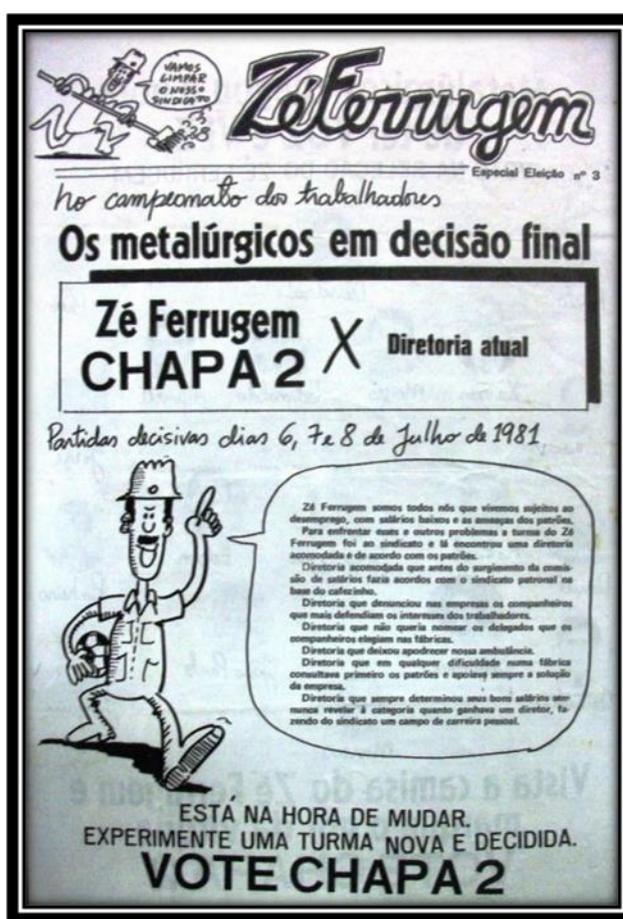
*No dia vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis de junho de mil novecentos e oitenta e um, aconteceu as eleições, aí a gente tinha mesário, a gente tinha fiscal, a gente tinha tudo que era necessário para se ter umas boas eleições (...). Nós tínhamos mesário em todas as mesas, inclusive até na urna itinerante, que era a urna para aposentados e pessoal que estava doente (...)*<sup>183</sup>.

Naquela altura, não era apenas o grupo dos metalúrgicos que estavam se organizando para reocupar o órgão de sua categoria. Outros grupos de oposição pertencentes a

<sup>183</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 2ª sessão realizada em 29 de abril de 2019.

outras categorias já haviam conseguido, ou iriam conseguir ao longo da década de 1980 em Pernambuco, a façanha de tomar de mãos pelegas o controle sobre o Sindicato. Esse foi o caso das Oposições Sindicais formadas pelos comerciários, urbanitários, segurança, professores, médicos, comunicação e da construção civil, por exemplo.

Figura 4: Imagem do panfleto da chapa de Oposição Sindical do Zé Ferrugem apontando críticas ao Sindicato “pelego” e convocando à categoria para o dia das eleições.



Fonte: Fundo DOPS. Acervo: APEJ. Prontuário Funcional N°0045.

O resultado das eleições apresentou uma diferença de 506 votos, tendo a chapa da situação recebido 1.642 votos e o grupo de Oposição 2.077 votos. A chapa vencedora comemorou a vitória e deu posse aos novos membros da diretoria no dia 13 de setembro de 1981 no SESC. A comemoração contou com a presença de líderes políticos do Estado de Pernambuco, de lideranças estudantis e de bairros, militantes da Igreja e do líder metalúrgico

de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o Lula. O primeiro objetivo tinha sido cumprido que erao de reconquistar o Sindicato. Contudo, a década de 1980 se constituiu como prova de fogo para o grupo vencedor dos metalúrgico tendo em vista o aprofundamento da crise econômica em todo o país acrescido do período de instabilidade política em torno da redemocratização em 1985. Institucionalmente, ainda havia alguns desafios a serem superados pelo grupo: Como lidar dar com os funcionários remanescentes desde os tempos do grupo pelego? Como conduzir administrativamente um Sindicato sem formação para tal? Como conquistar e efetivamente encaminhar a categoria para uma prática sindical combativa e política articulada com o discurso que fez a chapa vencer? Em quais pontos o grupo combativo do Zé Ferrugem conseguiu romper, ou não, em relação ao grupo anterior? Os desafios eram muitos e a aprendizagem foi –se constituindo ao longo do tempo e na prática. Nas palavras de Marcos Pereira

*(...) todos os passos foram desafios. Chegar no Sindicato como nós chegamos eleitos, com muita força, onde praticamente a gente derrubou pelego de muitos e muitos anos, e chegar até aí, a gente não tinha todo esse conhecimento, tanto técnico. A gente tinha posição política de tocar, mas não tinha o conhecimento técnico de administrar porque nenhum companheiro tinha conhecimento do que era uma administração. Tudo se deu na prática e na luta(...)*<sup>184</sup>

Jorge César vai no mesmo sentido da fala de Marcos, afirma que o desafio administrativo estava presente mas que além disso, a forma de vestir, o modo simples da vestimenta do grupo vencedor impactou o local de trabalho. Nos conta que

*(...) nesse contexto, eu acho que a falta de, de, de administrar, a gente aprendeu isso no cotidiano, no dia a dia com problemas porque automaticamente todo aquele corpo de funcionário tinha uma visão da gestão anterior, é natural, pra você remodelar isso, mudar isso aos poucos você leva um tempo.(...)até o modelo da gestão anterior que andava de paletó, que andava de gravata, o cara que vem andar com uma roupa simples, uma bolsa, não era uma bolsa daquela de executivo (...)Ninguém tinha curso acadêmico de administração, de contabilidade, de nada. Então essas coisas são meia.... Complica um pouco, mas esses obstáculos a gente passou, (...) saiu saltando um por um e saltou. Aí num primeiro momento a gente teve essas coisas de aprender no cotidiano.*<sup>185</sup>

Outro desafio foi conseguir mais sócios, de acordo com Marcos Pereira, dentro de uma nova proposta de Sindicato diferente da gestão anterior que era imobilizadora. A ideia era dar o retorno, segundo ele, para os sindicalizados em forma de ganhos reais para a categoria.

<sup>184</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 3ª sessão realizada em 20 de abril de 2019.

<sup>185</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada em 31 de outubro de 2017.

*(...) O que existia era uma direção que quando tinha um funcionário que ia no Sindicato reclamar, o patrão já sabia porque o pelego ia contar. Então você mudar essa história foi um ganho de luta, um desafio grande. O outro grande desafio foi ampliar o número de sócios. Tinha dois desafios grandes. A partir do momento que você aumentava o número de sócios, politicamente você se engajava na empresa, na fábrica, que o grande desafio na verdade, era aquela empresa arrecadar mensalidade sindical e devolver ao Sindicato<sup>186</sup>.*

Além do quantitativo de sócios havia outra preocupação, segundo Inaldo, a forma de cadastrar os sócios. Relembra que

*A primeira decisão nossa foi comunicar a todas as empresas que a gente não aceitava nenhum associado que fosse feito na empresa. Se ele quer ser sócio, então que ele venha no sindicato ou que encontrando a gente em algum lugar, na porta de fábrica, ele se associasse com a gente, mas jamais... nenhuma ficha que mandaram pra empresa a gente ia aceitar. (...) Mas como a empresa mandava, a gente olhava, sabia qual era a empresa, a gente voltava lá pra conversar com os trabalhadores<sup>187</sup>.*

Além da questão dos sócios, o grupo realizou outro levantamento com a finalidade de traçar estratégias futuras.

*Logo após a gente ter chegado no sindicato, a gente começou nossa atuação na categoria, levantando todos os problemas que existia, irregularidade, falta de horas extras, atraso de salário, segurança do trabalho, alimentação.<sup>188</sup> (...) Começamos a trabalhar os problemas locais de problemas de atraso de salário, de horas extra, de insalubridade, de perseguição onde tinha esse tipo de, de reivindicação dos trabalhadores a gente ia lá, a gente ia lá e automaticamente convocava os trabalhadores de manhã, fazia uma assembleia na porta de fábrica, tirava uma pauta de negociação, levantava os problemas que tinha, ia pra uma negociação com a empresa. Quando, tinha vitória, isso consolidava mais nossa posição do ponto de vista daquela visão do sindicato que os trabalhadores tinha uma participação ativa no seu cotidiano de discussão e de tentar resolver os problemas dessa... da categoria<sup>189</sup>.*

Ou seja, de modo geral, o grupo buscou fazer o levantamentos dos problemas ocorridos nas fábricas e ainda tiveram que pagar os salários atrasados dos funcionários remanescentes do Sindicato, reorganizou a forma de angariar sócios mudando também a forma de vê-los não apenas enquanto contribuintes mas também como processo ativo e fundamental de mudança para a categoria. Além dessas alterações, o apoio à formação de novos grupos de Oposição Sindical foi uma característica do grupo. Jorge César nos conta que aqueles grupos que queriam

*(...) fermentar no seio daquelas categorias que tinha algumas lideranças que nos procuravam e queria construir uma alternativa, a gente tava junto com eles, que aquela*

<sup>186</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 2ª sessão realizada em 29 de abril de 2019.

<sup>187</sup> Entrevista com Inaldo, 1ª sessão realizada em 18 de Julho de 2017.

<sup>188</sup> Entrevista com Jorge César, 5ª sessão realizada em 22 de setembro de 2018.

<sup>189</sup> Entrevista com Jorge César, 2ª sessão realizada em 10 de outubro de 2017.

*diretoria do Sindicato se dispôs a fazer aquela luta a gente tava na luta. (...) tinha uma oposição que tava precisando do nosso apoio a gente tava junto, né, com esse objetivo, não tinha a gente fazer um outra, outra forma de conversar com aquela diretoria quando ele que assumia, quando não assumia a gente ia buscar pra aquela base alguns indivíduos que tava com esse objetivo de contextualizar, de contestar aquelas injustiças, entendeu?*<sup>190</sup>

Maria de Lourdes Alves de Oliveira, mas conhecida por Lurdinha, ingressou nos quadros de funcionário da gestão vitoriosa. Advinda do movimento estudantil dos seus tempos de faculdade na Universidade Católica, ingressou no Sindicato com o intuito de fortalecer grupos de Oposição<sup>191</sup>. Em seu relato acrescenta que a luta pela tomada dos sindicatos contra os pelegos também poderia ser vista como uma forma de combate à ditadura. Afirma que essa prática fazia parte

*(...)da nossa estratégia de luta pela democracia que era também de despertar nos trabalhadores retomar seus sindicatos, né? Que a maioria estava na mão dos pelegos. Que a gente chamava pelegos, né? E tinha a Ação Católica Operária, que era quem mobilizava mais o pessoal mais das fábricas (...)*<sup>192</sup>

Em tempos de repressão por conta da ditadura que ainda era vigente no país algumas dessas mudanças, se não a maioria, chocaram com o sistema. Além das alterações do ponto de vista institucional, a equipe do Zé Ferrugem preocupava-se, de forma mais ampla, em combater o regime. Jorge César acredita afirma que

*(...) o Sindicato ele virou uma oposição política contra o regime, ao regime, ao regime da ditadura. (...) Toda aquela luta sindical a ditadura não apoiava, quando você lutava em prol de salário quando você lutava em prol de melhores condições de trabalho, quando você apoiava o movimento popular que lutava por melhoria na comunidade, tudo isso, era uma, um contexto de você lutar contra a ditadura, porque a ditadura era contra todo esse tipo de abertura onde o povo participasse, né, da sua luta cotidiana. Então na ditadura qualquer coisa que tivesse de um, um protesto era dado como subversivo. Quando você entra na luta sindical com passeatas, com greve, você tá automaticamente questionando a ditadura militar, porque ela era contra a greve, era contra essa luta.*<sup>193</sup>

<sup>190</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada em 31 de outubro de 2017.

<sup>191</sup> Maria de Lourdes nasceu em uma grande cidade do Agreste Pernambucano, Caruaru, onde viveu até os tempos de ensino médio indo morar no Recife para cursar o ensino superior na Universidade Católica. Quando era estudante do curso de psicologia participou da luta pela democratização e abertura do Diretório Acadêmico daquela instituição que havia sido fechada nos tempos da repressão. Atuou como professora da rede particular e durante esse período se vinculou ao grupo de oposição do sindicato dessa categoria chegando a mobilizar algumas greves. Participou da formação da CUT e posteriormente da articulação de fundação do PT em nível estadual. Em outro momento conquistou o cargo na diretoria do diretório estadual desse partido. Maria Lourdes ingressou, ainda, em grupos de discussão feministas que estavam iniciando suas atividades de forma incipiente no Estado. Conheceu os líderes metalúrgicos Jorge César e João Paulo por meio das reuniões e articulações de grupos de oposição e do PT. Assim como Pedro Nôe, atuava não apenas na organização burocrática da entidade mas também no apoio político como nas reuniões com a categoria, greves e formações.

<sup>192</sup> Entrevista com Maria de Lourdes, 1ª sessão realizada em 17 de maio de 2018 em sua residência no bairro das Graças em Recife.

<sup>193</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada em 31 de outubro de 2017.

## B) O MATERIAL MUDIÁTICO DO ZÉ FERRUGEM

O jornal e os boletins sendo marca registrada do grupo vitorioso da chapa nº 02 tendo seu nome alterado nas publicações para *Zé Ferrugem*, apenas, criadas a partir da posse da nova diretoria em 08 de julho de 1981. Um dos trabalhos realizados por Henrique Cossart, juntamente com a diretoria, era a elaboração do editorial do jornal do Zé Ferrugem. Antes de seguir para a gráfica o grupo do Zé Ferrugem se reunia para debater o conteúdo do material. A Ecos<sup>194</sup> ficava encarregada de realizar os serviços gráficos ao Zé Ferrugem e os demais sindicatos e grupos de oposição sindical. Tanto o jornal como os boletins tinham a finalidade de informar e fazer a categoria refletir sobre os temas das campanhas salariais, aumentos, greves, denúncias ocorridas nas fábricas além de tangenciar essas pautas com os temas econômicos e políticos de cada ocasião. Podemos considerar que o material produzido pelo Zé Ferrugem teve dois momentos, o primeiro funcionou enquanto o grupo se apresentava como Oposição, já o segundo se destaca após a situação da tomada do Sindicato pela nova diretoria. Segundo o relato de Jorge César, o material produzido nos tempos da Oposição dava certa “proteção” ao grupo, já que naquela altura a preocupação era não “dar as caras” com medo das represálias dos patrões. Foi uma das formas encontradas para não se expor de maneira direta. Assim sendo, o material produzido nos tempos da Oposição era

*(...) um veículo de comunicação que expunha o conteúdo, o pensamento político, né? Daquele projeto, daquele grupo, que era o porta voz da produção. Então ele dava uma tranquilidade maior, a pessoa pra não se expor, pra não vir a repressão, certo? não quer dizer que com isso não teve perseguição, né? Porque era uma maneira de os patrões ficar tentando descobrir as pessoas que estavam ligadas ao grupo para tentar demitir e entrar na lista negra, que era todo o local que ele chegava, constava o nome dele e ele não trabalhava mais na área metalúrgica<sup>195</sup>.*

Nos tempos da Oposição, a distribuição do material era feito de forma diferenciada para que não houvesse represálias por meio do empresariado e da repressão ditatorial. Havia certo revezamento, um companheiro jamais poderia entregar o material, de modo explícito, na porta de sua fábrica. Poderia sim se deslocar e distribuir em outra fábrica, nunca na sua fábrica de origem, como nos explica Jorge César

<sup>194</sup> ECOS - Equipe de Comunicação Sindical.

<sup>195</sup> Entrevista com Jorge César, 4ª sessão em 27 de novembro de 2017.

*Por medidas de segurança (...) Quem trabalhava, um exemplo, no Cabo, distribuía em Paulista, quem trabalhava em Paulista, distribuía no Cabo ou no Curado. Então era um rodizio de grupos que ia para essas distribuições. Por exemplo, naquela fábrica que você trabalhava, você não distribuía o jornal, certo? E os outros companheiros distribuía os jornais lá naquela fábrica. Você ficava fazendo, né? Um apanhado ocultamente, né? Da reação do chão da fábrica em relação a jornal<sup>196</sup>.*

Já no período pós-tomada do Sindicato, o jornal circulou de modo mais aberto chegando a ser cobrado por um valor simbólico.

*(...) Aí você já ia já abertamente porque aí todos que ia para a distribuição estavam dentro da direção do Sindicato, aí não tinha mais aquela preocupação de você ir para um outro local e o companheiro as vezes ir para o local que você atuava. Aí a direção se distribuía, né? Na distribuição dos jornais, toda a direção. Todos aqueles membros daquela fábrica, né? Que tinha diretor, levava o jornal. Antes ele chegava mais cedo, distribuía os jornais aí depois entrava para trabalhar, porque lá naquele setor fabril. Então aí você veja, aí não teve mais a preocupação, porque? Porque ele tinha uma estabilidade<sup>197</sup>.*

Ao lermos a trajetória do Zé Ferrugem, seja em sua fase de Oposição ou já como Sindicato Oficial, percebemos como o material midiático (jornal/boletim e etc.) se constituiu como fator relevante para difundir mensagens à categoria, informando, suscitando debates, trazendo reflexões e contribuindo para a formação política da categoria. Sem nos aprofundarmos sobre a história da imprensa sindical no Brasil, o período pós 1964, principalmente depois do AI-5, a imprensa sindical sofre com a censura tendo suas gráficas e equipamentos confiscados pela repressão. Nesse período vemos uma baixa na circulação nos materiais de cunho mais aguerrido conseguindo sobreviver aqueles de tom mais ameno. De modo geral, a imprensa sindical nesse período é escassa e irregular, algumas delas, inclusive, chegaram a mandar suas publicações para fora do país. Logo, podemos então associar que em meados de 1970, juntamente com o que se denominou de “Novo Sindicalismo”, a imprensa sindical adquire novos contornos<sup>198</sup>

---

<sup>196</sup>Entrevista com Jorge César, 4ª sessão em 27 de novembro de 2017.

<sup>197</sup>Entrevista com Jorge César, 4ª sessão em 27 de novembro de 2017.

<sup>198</sup>No trabalho de Dissertação de mestrado a autora Gabriela Torres baseou-se em uma periodização com a finalidade de melhor organizar e caracterizar os períodos da imprensa sindical no Brasil. Opera ainda, fazendo a distinção conceitual de comunicação operária, partidária e sindical acreditando que cada uma delas se veicula a um determinado momento da história. Defende que comunicação operária abrange o material produzido pelas classes subalternas como sociedade de bairros, partidos políticos e grupos culturais. O primeiro momento seria o da imprensa operária influenciada pelos imigrantes europeus do século XIX seguindo até 1930, caracterizada por uma produção elaborada pela própria classe e destinada a ela mesma utilizando-se de meios ainda muito artesanais e amadores. A autora explica ainda as características do momento da imprensa partidária, de 1930 à 1964, ligada, como o próprio nome diz, a um determinado segmento partidário; e também classifica a imprensa sindical como aquela produzida e mantida pelos sindicatos. A imprensa desse modo é fortemente influenciada pelo controle estatal conduzido por Gétúlio Vargas e, em virtude disso, a imprensa assume um tom conciliatório sem

Nesse contexto, a imprensa sindical adquiriu um tom mais combativo, valorizando em seu conteúdo mobilizações, articulações, greves e debates servindo de porta-voz de grupos que estavam empenhados em combater sindicatos considerados “paralisados” e indiferentes às necessidades reais das categorias (Figura 5). É diante desse quadro que situamos as produções midiáticas do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Sua linguagem reflete o rompimento com a estrutura sindical oficial pré-64, e com o fazer sindical desse período caracterizado por ser burocrático, assistencialista, subordinado ao Estado e descompromissado com a luta. Percebemos que o editorial do Zé Ferrugem teve um importante papel social para a categoria tendo em vista que o seu editorial é produto das informações coletadas dentro das fábricas tendo como destino final o próprio trabalhador.

---

propor lutas e situações de enfrentamento. Há uma relação forte com o momento sindical que na altura vivia forte expansão de sindicatos pelegos operando nos moldes do corporativismo sem questionar a ordem vigente. A última fase seria a imprensa sindical, iniciada a partir de 1975, tendo como exemplo desse momento a comunicação observada no material produzido pelo grupo do Zé Ferrugem nesse trabalho descrita como combativa e próxima das bases, responsável por mobilizar, convocar para greves e discutir temas relevantes para categoria. Ficou como traço desse momento a contratação de gráficas especializadas no serviço de organização do material e pela intensa circulação no meio da classe trabalhadora. Cf. TORRES, Gabriela. **Comunicação na disputa pela hegemonia** - contradições da imprensa sindical. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2006. p. 35-50.

Figura 5: Imagem de frente e verso de um jornalzinho do Zé Ferrugem convocando a categoria para comparecer à Assembleia Geral com a finalidade de discutir o reajuste salarial do ano de 1985.



Fonte: Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco – TRT 6ª Região. Caixa 29. Proc. Nº 21/86. Caixa 35 A.

Ou seja, a razão e a finalidade do jornal é a própria categoria constituindo, dessa forma, uma via de mão de dupla, uma relação entre sindicato e trabalhadores que se sentem, de alguma forma, representados e chamados à luta, à mobilização através de seu conteúdo. Há identificação por parte do leitor não sendo visto como mero espectador. Além de relatar, informar, apresentar dados, ela também é responsável por veicular ideologias e valores à categoria partindo de uma diretoria formada por sujeitos dotados de particularidades mas que se unem em prol de uma pauta específica com a ideia de difundir uma ideia uníssona. Segundo Gabriela Torres, um dos aspectos da imprensa sindical é

Promover manutenção de direitos antigos e novos, conscientizar a classe trabalhadora e sociedade para a luta de classe, motivá-las a agir coletivamente com base em ideologia e valores. (...) nesse caso, a comunicação ajuda a mobilizar a

categoria, chamando para a assembleias e atos públicos, instigando debates, propondo questões<sup>199</sup>.

Quando comparada à grande imprensa que muitas vezes não representa a categoria em seu editorial, a comunicação sindical aparece com a função de “*pluralizar as vozes no país. Ao retratar esses sujeitos e expressar-lhes voz*”, contribuindo para ser vista como “*mecanismo de atuação, manutenção e aquisição de espaço social pelo sujeito social sindicato*”<sup>200</sup>. Em outras palavras, o sindicato quando faz uso da comunicação termina por abrir um caminho no meio dos demais grupos sociais firmando ideias, debates e contestando valores. É sob essas premissas que observamos o material impresso do Sindicato, quer era um trabalho considerado prioridade para a diretoria organizadora do editorial e que através do seu amplo conteúdo o grupo vencedor conseguiu transmitir à categoria traços de sua postura político-ideológica ao apresentar mensagens de cunho combativo capazes de mobilizar e conscientizar a categoria.

---

<sup>199</sup> TORRES, Gabriela. **Comunicação na disputa pela hegemonia** - contradições da imprensa sindical. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2006. p. 26.

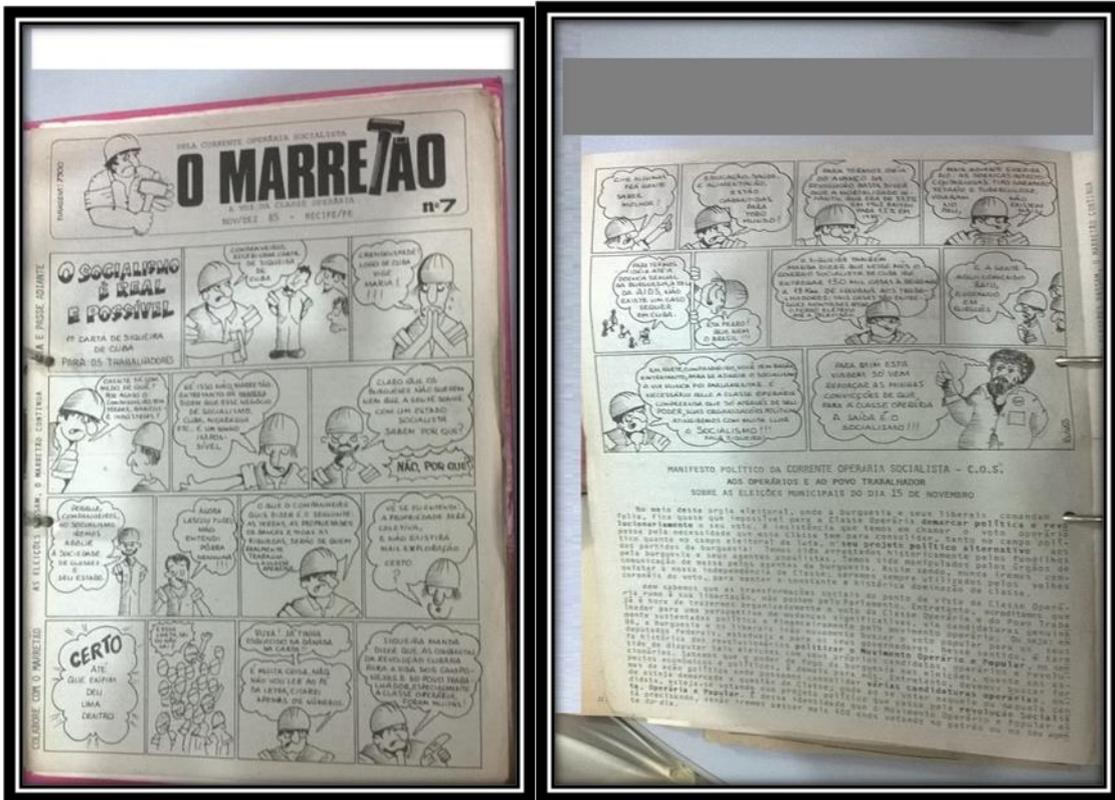
<sup>200</sup>TORRES, OP., Cit., p. 26.

Figura 6: Imagem da cópia de Panfleto do Zé Ferrugem convocando a categoria para a festa de inauguração de sua sub-sede no bairro do Curado/Recife.



Fonte: Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco – TRT 6ª Região. Caixa 29. Proc. 0386.

Figura 7: Imagem do Jornal “O Marretão” – Nº 07 - destinado à classe metalúrgica. Esse jornal constituía um editorial paralelo ao Zé Ferrugem, produzido por um dos seus diretores, o “Siqueira. Esse jornal era considerado por alguns integrantes da diretoria como de teor anarco-sindicalista<sup>201</sup>. Publicado em Recife nos meses de Novembro e Dezembro 1985 impresso em 7.500 tiragens.



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado e ex- metalúrgico Jorge César.

<sup>201</sup>Essa imagem esta disponível no Apêndice desse trabalho sendo possível visualizar de forma mais nítida o conteúdo do jornal.

### C) UMA DIRETORIA, VÁRIAS CORRENTES: RUPTURAS E CONTINUIDADES NA FALA DO “NOVO”

O ano de 1981 marcou o início da trajetória de lutas, mobilizações e articulações do grupo vitorioso do Zé Ferrugem. Podemos dizer que a partir do momento da posse da nova diretoria, o grupo vai adquirindo experiência não apenas no ponto de vista burocrático da máquina sindical mas também, o seu enraizamento no seio dos problemas da categoria vão ficando cada vez mais nítidos. A década de 1980 se apresenta, historicamente, como um período de grandes agitações e mudanças no cenário nacional: criação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e a criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983 se configuraram como medidas que impactaram e expandiram o movimento dos trabalhadores tanto em nível de organização classista quanto partidário; no campo político, a ditadura ainda caminhava rumo à abertura “lenta e gradual” marcada pela retomada da eleição presidencial contudo, organizada “pelo alto”; por fim, a década conhecida como “perdida” vivenciou forte recessão e aumento da inflação, frutos da crise do “milagre econômico”. Em 1981 o PIB caiu 3% e a inflação permaneceu no patamar de 100% até o ano seguinte. Essa recessão, iniciada em 1981 se arrastou por nove trimestres<sup>202</sup>.

O primeiro ano do mandato do grupo do Zé Ferrugem pode ser considerado como um ano agitado encarado como prova de fogo para a diretoria: em 1981 ocorre a primeira campanha salarial organizada pelo grupo, o apoio e escolha de delegados para participarem do encontro da 1ª CONCLAT, a primeira greve na Micro – Motores do Nordeste liderada pelo grupo em resultado da crise econômica da década de oitenta. Antes de falarmos do envolvimento do grupo com a 1ª CONCLAT e nas demais atividades daquele período vale a pena comentarmos sobre a relação do Zé Ferrugem com a criação do Partido dos Trabalhadores, o PT. Ao realizar as sessões com os entrevistados foi notório perceber, nos diversos discursos, a recorrente relação entre PT-CUT-Sindicato, tratada muitas vezes como algo totalmente imbricado, indissociável um do outro. Analisaremos aqui alguns desses relatos que tratam esse tipo de relação e, na medida do possível, tentaremos compreender quais motivos para esse comportamento. Na segunda sessão da entrevista com Marcos Pereira foi-lhe perguntado qual era a relação e de que forma ele contribuiu para o grupo do Zé Ferrugem? O entrevistado afirma que

---

<sup>202</sup> Fonte: <https://administradores.com.br> Acesso em: 10 de jul.2019.

*Todas que você possa imaginar. Ia desde a questão estrutural até a questão financeira, perfeito? Partido, a CUT foram fundamentais para essa luta que hoje a gente travou. (...) na visita a outros Sindicatos, na articulação, na discussão, nos seminários, nos congressos<sup>203</sup>*

Lurdinha, uma das funcionárias e apoiadora política da nova diretoria diz, sobre o PT, quais eram as preocupações do partidonaquela altura

*(...)O PT articulou esse conjunto de movimentos sociais em vários setores na área de saúde, na área de educação, operariado, né? Articulou sob lideranças que vieram para o PT no sentido de dar força, né? Aos movimentos sociais enquanto políticas públicas. De proposta de política pública e de governo, de poder, né? Muito naquela visão assim de que os trabalhadores também ... Não ficasse a reboque da classe média, né? Não... eles tinham voz também, né? Então a proposta do PT era muito isso também, né? Sair daquele ciclo fechado de lideranças políticas tradicionais, né? O mesmo de esquerda, porque também eu acho que a ditadura contribuiu muito para esse fechamento, para falta da democracia, e também a gente tem uma estrutura de sociedade muito autoritária, né?<sup>204</sup>*

João Paulo, segue a mesma linha que Maria de Lurdes, porém, acrescenta em sua fala a conexão entre CUT-PT.

*(...) a nossa visão era um Sindicato a base de construção da CUT, não é? (...)a CUT foi criada em cima de três colunas de sustentação, um sindicato organizado pela base, a partir do local de trabalho, com as comissões de fábrica, comissão de emprego, etc. é... o sindicato de massas, que pudesse aglutinar grande contingente de trabalhadores no Brasil, e até no mundo, e um sindicato de classe, que baseado na concepção de uma sociedade e o mundo socialista e de um mundo comunista. Então era as três bases que nós construímos a CUT, né? é... Então, então construímos a CUT aqui. Eu fui o primeiro presidente estadual, aí PCR<sup>205</sup>, e depois, já na CUT, e então eu tive a... a gente entendia, aí começou toda uma reflexão sobre a necessidade de um partido político, que a gente entendia os limites da luta sindical, (...) a dificuldade dos trabalhadores ter um partido, um partido que pudesse... que a gente via que muitas conquistas que a gente tinha, até financeira, mas a inflação comia logo imediatamente. Então de um projeto mais alternativo de visão, de poder mesmo. Então foi criado o PT.<sup>206</sup>*

Antes de comentarmos as falas dos entrevistados, faz-se necessário abordarmos o contexto da criação e projeto político a que se propôs o PT. O partido é fruto, ao mesmo tempo, da reforma partidária estabelecida no governo de Figueiredo na qual emergiram outras

<sup>203</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 2ª sessão realizada em 29 de abril de 2019.

<sup>204</sup> Entrevista com Maria de Lurdes, 1ª sessão realizada em 17 de maio de 2018.

<sup>205</sup> O Partido Comunista Revolucionário – PCR - formou-se a partir de militantes que saíram dos quadros do PC do B por entenderem que o Partido negligenciava a região não lhe dando a atenção devida na sua posição estratégica na luta revolucionária. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op., Cit., p.132.

<sup>206</sup> Entrevista com João Paulo, 1ª sessão realizada em 30 de outubro de 2017.

forças políticas, a reorganização do PMDB, PDS, PDT liderado por Brizola, PTB<sup>207</sup>, e do ressurgimento das lutas sociais e principalmente trabalhistas contra a carestia, a precarização de salários e de vida, o regime e a repressão a partir das mobilizações dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978. Ou seja, é associado ao contexto que originou o termo e a prática do que se configurou enquanto “Novo Sindicalismo” que surgiu o Partido dos Trabalhadores em 10 de fevereiro de 1980. Muito antes da concretização da sua fundação, o “nascimento” do partido já era cogitado por diversas entidades sociais. Setores da Igreja Progressista, trabalhadores rurais, sindicalistas, intelectuais, correntes de esquerda e lideranças populares discutiam, articularam e se engajaram na construção desse partido de classe.

Todavia, foi sob a marca do “novo” como forma de superar as “velhas práticas” de luta sindical que a criação do Partido e da CUT encontrou a força necessária para o seu surgimento. A formação da CUT foi no mesmo esteio da criação do PT, ou seja, aquela entidade também foi pensada dentro dos quadros sociais e políticos entre 1975 a 1983, com a finalidade de se tornar o órgão máximo dos trabalhadores responsável por organizar e dirigir a luta do proletariado em defesa de seus direitos e reivindicações. Ambas têm em comum não apenas o fato de surgirem a partir do fenômeno de classe mas sobretudo pelo impacto do “novo” sobre o “velho” como, inclusive, eram considerados os partidos comunistas então. Nas palavras do sociólogo José Soares, que dedicou sua obra a estudar sobre o PT e a CUT nos anos de 1990, o PT

Não se apega a modelos existentes, as forças retrogradas e conservadoras e o peleguismo, o reformismo e o sindicalismo oficial. O PT surge como partido de “novo tipo”, socialista, democrático e de massas. Essa radicalidade se expressa na organização do partido a partir das bases, com a constituição dos “núcleos de base”, das contribuições voluntárias e do exercício da democracia direta. O PT não surgiu de “baixo pra cima” na sua fase inicial de organização (...) <sup>208</sup>.

É dentro dessa proposta de partido trazida pelo autor, que percebemos certa coerência na fala de Lurdinha quando a mesma afirma que o PT surgiu em meio as discussões e articulações com os movimentos sociais no sentido de impulsionarem, via esfera partidária, as lutas da classe trabalhadora. A fala de João Paulo ao tratar da CUT e do PT organiza no ponto de vista cronológico a origem dessas entidades nos dando entender que a CUT surgiu

---

<sup>207</sup> Esse período finaliza o caráter político do bipartidarismo e instaura, em contrapartida, o pluripartidarismo. O destaque são para o agrupamento dos seguintes grupos partidários: Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB, não mais MDB, Partido Democrático Social PDS no lugar da Arena, Partido Democrático Trabalhista PDT, Partido Trabalhista Brasileiro PTB e o Partido dos Trabalhadores PT.

<sup>208</sup> SOARES, José de Lima. **O PT e a CUT nos anos 90** – Encontros e desencontros de duas trajetórias. 1ª edição. Brasília. Fortium.2005. p. 28.

primeiro que o Partido quando na verdade o que ocorreu foi o contrário. A confusão pode ser vista, talvez, com um deslize próprio da memória que já há muito tempo se encontra distante dos fatos ou pelo próprio entrelaçamento que une as duas entidades seja como fruto de um mesmo contexto político-social e pelo comprometimento com a causa trabalhadora. Sob essa relação de proximidade contextual-temporal e ideológica concordamos com José Soares quando afirma que

(...) da mesma forma que o PT iria influir na formação da CUT, em 1983. São na verdade, por suas próprias trajetórias, encontros e desencontros, dois fenômenos de massa ligados indissolivelmente um ao outro. (...) entendemos que não é possível estudar um sem o curso do outro (...).<sup>209</sup>

Marcos em seu discurso já nos apontava para essa relação entre Sindicato-PT-CUT. O Partido e a central estavam totalmente conectados com as propostas do movimento social-político-ideológico do “novo sindicalismo” na luta por um sindicato combativo, articulado com a base e com postura independente do Estado. Não é à toa que setores da Igreja progressistas, líderes comunitários e populares aliados aos sindicalistas combativos e às Oposições sindicais, em meio a rachas e divisões, findaram por se organizarem em encontros, como o do ENTOES, no intuito de apoiar as propostas de criação de um partido de classe. Todavia, é preciso atentarmos que, embora ligadas umbilicalmente, havia uma dialética entre as instituições colocando-as numa situação de limites e de complementaridade. É clara, desde o início, a preocupação do PT em se aproximar dos dirigentes sindicais no sentido de juntos construir uma linha sindical nacional capaz de organizar e orientar a militância no meio sindical. Uma das maneiras de perceber a relação entre ambas foi na forma de apoio político que a central deu ao Partido nas eleições e, do mesmo modo, o Partido apoiou grupos sindicais que desejavam tomar a diretoria das mãos dos ditos “pelegos”.

Nascida a partir do apoio de militantes do PT e dos grupos de Oposições e combativos dentre os metalúrgicos, a CUT tinha plena autonomia em relação às suas tendências políticas. Um exemplo dessa situação era o fato de que dentro da Central havia diversos sindicatos que não eram alinhados com o PT mas não no momento da fundação. O PC do B ficava com a entidade sindical. Por outro lado, foi muito comum, como ainda hoje é, encontramos sindicalistas do PT atuarem na CUT além de participarem de instâncias diretivas da CUT e do PT. Mais uma vez recorreremos às formulações de José de Lima Soares nas quais defende que o PT não utilizava e nem pressionava a Central para conseguir quadros numéricos de filiados pois o partido reconhecia que o papel principal da CUT era

---

<sup>209</sup> SOARES, Op., Cit., 31.

A organização e mobilização de milhões de assalariados e do movimento social do país contra as forças opressivas do capital e as injustiças sociais. Mas sem se confundir com a Central sindical. Daí a relação dialética entre o partido e o movimento sindical<sup>210</sup>.

Dentro das atividades nas quais o grupo estava engajado no ano de 1981, além da formação do partido de classe, destaca-se a participação no encontro da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT, que tinha como seu objetivo máximo organizar, traçar diretrizes e deliberar ações para a criação da Central Única dos Trabalhadores. O CONCLAT realizado em agosto de 1981, ocorreu em Praia Grande, litoral de São Paulo, após inúmeras reuniões terem sido marcadas e remarcadas. Finalmente, o encontro conseguiu reunir inúmeros dirigentes sindicais de todos o país, mais de 5 mil delegados, divididos, contudo, entre partidos e visões diferentes do ponto de vista da luta e da condução sindical. O grupo que recentemente havia conquistado a diretoria do Sindicato organiza e elege uma delegação composta por dez integrantes para participarem da 1ª CONCLAT. Jorge César, Severino Antonio (Biu), Marcos Pereira, José Siqueira, Ernesto, Daniel Campelo, José Francisco Oliveira, Luis Antonio Neto e Gabriel dirigiram-se ao estado de São Paulo com o objetivo de discutirem e transmitirem aos demais do grupo as medidas referentes à criação da nova estrutura sindical. Havia, no encontro da CONCLAT uma polarização de forças, de um lado, o grupo das Oposições e dos combatentes que se deslocaram para o PT enquanto a Unidade Sindical apostava suas fichas na união das oposições sob a sigla do PMDB.

Apresentadoo confronto existente entre essas duas correntes, a CONCLAT ocorreu nointuito de discutir sobre a criação de um órgão intersindical e, durante os dias de evento foram debatidos os problemas que afetavam a classe trabalhadora, tais como desemprego, arrocho salarial e organização sindical. Além dos debates, ao final, a conferência conseguiu organizar um documento contendo as linhas e diretrizes para instituir a comissão Pró-CUT. Divergências e polêmicas marcaram esse encontro no qual era nítido alguns pontos de acirramento

- a) Diferentes leituras da conjuntura nacional – marcada pela crise econômica e pela abertura política que se processava de forma “lenta, gradual e segura”;
- b) Diferentes alinhamentos partidários;
- c) Visões contraditórias quanto ao papel da classe trabalhadora e sua real capacidade de interferir na conjuntura;
- d) Diversidades na avaliação crítica da estrutura sindical oficial e da pratica dos dirigentes pelegos<sup>211</sup>.

---

<sup>210</sup> SOARES, Op., Cit., p. 53.

<sup>211</sup> ZANETTI, Op., Cit., p. 63.

Antes de ocorrer o 2º CONCLAT, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983 em São Bernardo, no qual iria estabelecer a fundação na CUT, encontros e desencontros ocorreram no dia do evento. Alegando que a realização das eleições gerais poderia prejudicar a unidade do movimento e a falta de preparação da classe trabalhadora, a comissão Pró- CUT formada em sua maioria pelo grupo da Unidade Sindical resolveu adiar o congresso previsto para ocorrer em 1982. Inconformados com essa medida, o grupo dos autênticos na reunião em novembro de 82 decide que o 2º CONCLAT seria realizado em agosto de 1983. A realização desse evento nos dias 26,27 e 28 de agosto de 1983 marcou o racha entre autênticos e Unidade Sindical. Os primeiros, fundaram no Congresso de São Bernardo, a CUT. Já os segundos, convocaram, para aquele mesmo ano só que no mês de novembro, o encontro de fundação da CONCLAT – Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras apoiada por algumas confederações, federações, sindicatos, pelo PCB, PC do B e MR-8. Frustrada a tentativa de unir em uma só instituição correntes divergentes mas que também eram próximas em certos aspectos, a união entre autênticos e Unidade Sindical só ocorreu até a 1ª CONCLAT. Entretanto, pincemos algumas semelhanças entre os grupos, ambos

(...)reconheciam a dureza dos patrões, a hostilidade do governo, a injustiça e a inadequação da legislação e das instituições, anecessidade de luta, em vários níveis, da empresa ao parlamento, por transformações, (...) exigência de mais democracia e liberdade para os sindicatos e para todas as formas de organização social e política, para os próprios partidos e para as instituições<sup>212</sup>.

Na visão de Lorenzo Zanetti os grupos divergentes não souberam conciliar os pontos de aproximação que haviam entre eles. Era óbvio que o encontro revelou muito bem as disparidades entre os grupos, contudo, também era perceptível as semelhanças entre os mesmos. Possivelmente, os grupos em destaquetinham em mente que a construção de uma central única deveria se comprometer com apenas um única visão, sem considerar a pluralidade presente na classe trabalhadora. Fica ainda outra reflexão acerca dessa divisão: será que ela era mesmo tão intransponível assim? Algumas variáveis devem ser levadas em consideração para a concretização da aliança em torno de um projeto, tais como “*as diferentes conjunturas, os diferentes critérios de avaliação, a conveniência política e a eficácia de uma ação*”. Foi em meio a essas condições que a CUT foi gestada em 1983 como fruto de divisões de grupos que não conseguiram superar suas diferenças em prol de uma entidade sindical de referência e espectros amplos. Contudo, vimos que a própria base de sustentação da CUT operava mantendo a diversidade de sindicatos nem sempre comprometidos com a mesma visão partidária.

---

<sup>212</sup> ZANETTI, Op., Cit., p. 70.

A CUT criada no 2º encontro da CONCLAT nos dias 26 à 28 de agosto de 1983 contou com uma significativa presença de líderes sindicais urbanos e rurais, associações de funcionários públicos e pré-sindicais, além de algumas federações e confederações. Estima-se um contingente de, aproximadamente, 5.000 delegados representando quase mil entidades. O evento também contou com a presença de entidades sindicais do exterior como centrais latino-americanas, europeias e norte-americanas. Parte do grupo do Zé Ferrugem participou da reunião da Pró-CUT e sobre esse momento de embates e visões conflitantes entre o grupo Unidade Sindical e autênticos e oposições sindicais algumas memórias são importantes. Para Jorge César, os “pelegos”, referindo-se ao grupo ligado ao PCB ou à Unidade Sindical, assumia a posição de não defender embates diretos com o regime e nas negociações com o patrão. Relata que o pelego

*Ele não ia para rua pedir democracia, não fazia a luta de classe com a participação dos trabalhadores. (...) o PCB tinha uma linha mais de uma luta democrática sim, (...) como se tivesse pisando em ovos, que eles iam para não quebrar os ovos aí você tem que saber como é que você caminha. Então essa composição dependendo da estruturação política de cada composição da diretoria, ela tinha uma avaliação. Nenhuma das duas concepções nem pelega nem a concepção composta de pelego com PCB, ele tinha atração pela CUT, por quê? Porque achava que a CUT era um processo que a concepção muito radical e isso podia atrapalhar na abertura política ((celular tocando)), a gente achava que não, porque? Porque quanto mais tivesse a participação popular, tivesse a pressão da sociedade contribuindo para o processo de abertura política, era importante<sup>213</sup>.*

Jorge César não mencionou mas naquele momento o PC do B e o MR-8 estavam ligados à Unidade Sindical. Sobre esse momento, as memórias de Inaldo ressaltam mais o fato dos impasses que ocorreram nas reuniões preparatórias da CUT. Além disso, há certo orgulho, por parte do entrevistado, de ter participado e ajudado desse momento de conquista e luta para categoria. Trazendo para o presente a sua fala mas também articulando-a com o passado, afirma que ainda hoje a CUT

*(...)pra nós é uma prioridade, e nós dá um tesão muito grande em falar da CUT porque foi uma coisa que a gente fez, não foi ninguém que fez, foi a gente mesmo que fez. A gente que quebrou a cabeça pra fazer e tal, enfrentou a repressão, por exemplo, quando eu falei do Congresso da CUT, não foi fácil. O problema no congresso da CUT os caras tentaram evitar que a gente conseguisse fundar a CUT, né? A polícia estava em cima, marcando cerrado e tal. E nós tínhamos no outro lado os companheiros que se concentraram na esquerda com o pessoal do PCB, por exemplo, né, que não concordava com a fundação da CUT. Eles queriam a Central Geral Sindical, né? É, que eles defendiam. Só que a Central*

---

<sup>213</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 6ª sessão realizada em 27 de dezembro de 2017. As Entrevistas com Marcos Pereira contabilizaram um total de 3 sessões sendo algumas realizadas no Café do Cais do Imperador e a última no auditório do Hospital Dos Servidores do Estado de Pernambuco.

*Geral do Sindicato tem uma ligação profunda com uma porrada de pelego no Brasil, uma pelegada.*<sup>214</sup>

É interessante percebermos que no discurso de Jorge e de Inaldo há um enfoque em destacar o caráter “pelego” do outro grupomarcando nitidamente os traços de incompatibilidade entre as forças presentes naquele encontro. O que estava em questão naquele momento de retomada de luta via sindicato e conseguir meios para avançar na luta. A análise para resolver essa questão veio através da observação da situação dos trabalhadores que desejavam melhorias imediatas e estruturais (o PT). Para tanto, era necessário buscar alianças com alguns movimentos sociais e com os sindicatos combativos. Por fim, destacamos em Inaldo a relação de proximidade do Sindicato do Zé Ferrugem com a CUT Regional de Pernambuco e a necessidade de apoiar a criação dessa entidade.

*(...) é... preciso registrar que que nós fomos um dos primeiros sindicatos a fazer o processo de construção da Central Única dos Trabalhadores. Passamos do primeiro Congresso lá em São Bernardo do Campo para a formação da CUT. Primeiro em Praia Grande, depois em São Bernardo do Campo pra poder fundar a CUT nos anos oitenta. (...) aqui em Pernambuco a primeira sede da CUT foi no Sindicato dos Metalúrgicos. (...) A gente abriu uma sala lá e colocamos a disposição e colocamos o primeiro presidente da CUT um metalúrgico, que foi João Paulo, foi o primeiro presidente da CUT aqui. É.. Então essa questão da CUT foi uma prioridade pra gente, por quê? Porque nós entendíamos de que a gente fazia luta política nas nossas categorias, mas precisava de uma entidade que pudesse unificar as nossas lutas, entendeu? Então precisava... da mesma forma que tem federação, confederação, então precisava de uma central sindical. Então a gente ficou consciente disso, de que a gente precisava ter uma central sindical que pudesse unificar as lutas e unificar as categorias(...)CUT pela base então a nossa defesa era o tempo todo de que a gente tinha que fazer o trabalho para que o Sindicato se fortalecesse na base, certo? Então tudo vinha da base e que essa estrutura que a gente vive nela aqui é uma coisa que tanto faz a ele ter ela ou ficar debaixo de um pé de pau. Se a gente estiver organizado, a gente vai continuar no sindicato na luta*<sup>215</sup>.

Um dos principais pilares da CUT era dar continuidade ao trabalho de formação com a base que já era parte integrante da rotina de muitos sindicatos. A Central criou um braço, a Secretaria Nacional de Formação - SNF, responsável em dar as orientações para as Secretarias de Formação Sindical da CUT nos Estados. A SNF tinha como principais metas:

- a) Coordenar e sistematizar o conjunto das experiências e atividades de formação comum de acordo com os princípios do Estatuto;
- b) Documentar e analisar as experiências de luta e organização dos trabalhadores no país e todos os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica;

<sup>214</sup> Entrevista com Inaldo, 2ª sessão realizada em 10 de abril de 2018.

<sup>215</sup> Entrevista com Inaldo, 2ª sessão realizada em 10 de abril de 2018.

- c) Estabelecer convenio com entidades sindicais, instituições acadêmicas e centros especializados para desenvolver a política de formação no âmbito nacional e internacional (...).<sup>216</sup>

O caderno de formação Sindical produzido pelo Centro Josué de Castro trabalhado na atividade de formação de Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco se enquadra no critério da CUT ao se preocupar em analisar e transmitir aos operários a história das lutas dos trabalhadores. No encontro de formação da CUT ficou estabelecido que a mesma seria dirigida por um grupo formado por um colegiado composto por sete membros dirigentes sindicais urbanos e rurais. Aqui em Recife, o líder metalúrgico Joao Paulo de Lima e Silva foi o primeiro presidente da entidade em nível estadual e, inicialmente, o Sindicato dos Metalúrgicos emprestou a sua estrutura para abrigar a CUT. O trabalho de formação defendido pela Central fazia parte dos princípios gerais da entidade criados na reunião de consolidação da CUT em 1981. Ficava estabelecido que o órgão seria

- 1) (...) uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores; 2) Tem como perspectiva uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica; 3) Pauta-se pela mais ampla democracia, garantindo a liberdade de expressão das correntes internas de opinião; 4) Sua tarefa é avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre classes sociais; 5) Sua atuação é orientada para fortalecer a luta e a organização da base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho; 6) sua luta pela mudança da estrutura sindical brasileira visa a conquistar a liberdade e a autonomia sindicais; um de seus objetivos é a transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizadas a partir dos locais de trabalho. Pretende construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir que sejam do interesse da classe trabalhadora; 7) a CUT será uma central democrática e de massa<sup>217</sup>.

Ao lermos esse documento percebemos, em linhas gerais, que a CUT naquele momento se preocupava tanto com questões ligadas especificamente ao trabalhador e sua relação com o sindicato como também com a conjuntura política da época explicitando suas linhas ideológicas de projeto de país democrático tendo como foco a liberdade de expressão. Inquieta com o contexto econômico-político e social do início da década de oitenta, a CUT criou um plano de lutas mais amplas, digamos assim, criticando e levantando a bandeira de pautas consideradas urgentes no plano nacional. Fim da ditadura, reforma agrária, não pagamento da dívida externa, manutenção e estabilidade no emprego, fim do arrocho salarial são alguns dos temas que a CUT se preocupa em debater e combater naquele momento. Por fim, percebemos que a Central foi gestada na divisão de grupos ideológicos formados entre autênticos e oposições sindicais em oposição à Unidade Sindical. O grupo dos metalúrgicos de Pernambuco juntamente com outros sindicatos urbanos e rurais do país, agentes de

<sup>216</sup>MANFREDI, Op., Cit., p. 147.

<sup>217</sup> Estatuto disponível em: <https://www.cut.org.br> . Acessado em: 17 de Julho de 2019.

pastorais, membros da ACO, JOC e militantes socialistas e comunistas integraram os quadros da CUT apoiando-a e trabalhando na estruturação e normatização de suas diretrizes. Os que se assumiam como socialistas e comunistas se dividiram, sendo, como já foi indicado, que o PCB, o PC do B e o MR-8 enquanto partido se mantiveram atuando no PMDB e presente na Unidade Sindical. Os comunistas que se ligaram à CUT eram do Partido Revolucionário Comunistas, uma dissidência do PC do B, assim como remanescentes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR.

#### D) CAMPANHA SALARIAL DE 1981 E 1982, GREVE E DIVERGÊNCIAS INTERNAS

Ao assumir o Sindicato dos Metalúrgicos próximo da data-base da categoria, que ocorre em setembro, o grupo numa decisão conjunta deliberou que em um curto espaço de tempo não seria possível reunir os trabalhadores com a finalidade de discutir e aprovarem pautas fazendo exigências ao patrão na busca por melhores condições de vida e trabalho. Em virtude dessa situação, em Assembleia, a categoria decidiu aceitar o acordo proposto pelo patronato. Em 1982, a situação da Campanha salarial teve outros rumos. Agora, com mais tempo para se organizarem o Zé Ferrugem realizou reuniões com a diretoria e com a categoria tratando de esquematizar e encaminhar as exigências dos trabalhadores. Estes reivindicavam Cr\$ 39.000,00 já os patrões queriam pagar apenas o piso salarial de Cr\$23.040,00. Baseando-se na “animação” e disposição dos trabalhadores nas portas das fábricas, parte da diretoria acreditava que era possível levar a diante uma greve com a finalidade de pressionar os patrões a pagarem o piso salarial exigido pela categoria. A maioria, no entanto, avaliava que uma greve poderia ser desastrosa levando em consideração o momento da acentuação da crise econômica e do grande número de fechamento de fábricas ocasionando, conseqüentemente, o aumento do desemprego. Esse impasse foi comentado nas entrevistas com os dirigentes. Selecionamos algumas para tratarmos aqui. Maria de Lourdes, mas conhecida por Lurdinha, nos fornece um indicativo de como foi o “clima” vivenciado naquela assembleia.

*(...) era um salão imenso lotado de metalúrgico (...) E aí era uma discussão bastante acalourada, né? No sentido de que as negociações começaram e aí não avançava muito do ponto de vista das reivindicações, e aí cada vez a mobilização aumentava. Tinha que mobilizar nas portas de fábrica para o pessoal vir para as assembleias, né? E a assembleia ia crescendo até que decidiu pela greve, né? E dessa assembleia para decidir pela greve foi*

*inclusive uma assembleia bastante tumultuada, no sentido que tinha gente que não queria, mas terminou a maioria... não foi uma maioria esmagadora, mas a maioria... foi difícil, que era a primeira vez que ia ter uma greve sem comunismo, mais acirrado em termos de reivindicação, e de enfrentamento com o patronato*<sup>218</sup>.

Vejamos a opinião de João Paulo sobre a divisão.

*A diretoria, a gente tinha um pouco de centralismo democrático que ninguém poderia divergir das decisões da categoria. (...). Você não podia explicitar se você estivesse contra a posição da maioria. Então nós fomos para uma assembleia onde aí, aí, é uma avaliação minha, né? A gente ficou dividido, um campo que estava querendo fazer a greve, mesmo que a gente tivesse que parar depois, mas tinha que fazer a greve, e uma banda que queria negociar logo. Então foi majoritária a posição do acordo logo, que lutava contra, por que eu achava que pelo que nós preparamos da categoria, a gente teria que fazer a greve. Mas aí foi quando houve o racha. De um lado ficou o Jorge César, Siqueira, Marcos Pereira, Padre Henrique, Maria (...). O medo que faziam na peãozada “você sabe o que é greve? Vai ter demissão. Vai ter não sei o quê, não sei o que lá” e a gente tinha preparado para a greve, entendeu? Então, se era para fazer medo, tinha dito logo na hora da preparação e não depois que está todo mundo preparado para a greve, começar a fazer medo. (...) o sangue poderia dar no meio da canela, mas se eles decidissem greve a gente ia para a greve. Então eu fui numa posição à parte do conjunto*<sup>219</sup>.

Na visão de Jorge César, a conjuntura econômica de recessão e a recém-chegada do grupo na diretoria exigia cautela, em sua opinião.

*(...) surgiu uma determinada divergência na direção de fazer a greve, certo, pela pauta que foi apresentada, o que isso quer dizer? Ou os patrões dão isso, ou a gente não aceita, se é que você tá entendendo, e surgiu uma outra posição (...) Meu pensamento era que a gente tava numa recessão econômica, entrando na categoria, o valor da negociação que a gente pediu e a contraproposta do que foi proposto, não era o valor da negociação, mas era uma proposta mais ou menos dentro do contexto econômico da recessão, então o qual nesse raciocínio, eu achei e defendi e fui vitorioso na assembleia que aquele momento da recessão era importante a gente aceitar aquela pauta de reivindicação, contraproposta e tinha tido alguns avanços mediante acumulando força pra um futuro porque a minha visão era de continuidade, de luta, não era uma questão do hoje ou nada, era uma questão que ali vinha ampliando os dois espaços(...) A minha preocupação naquele momento era você fazer uma paralisação dentro de uma categoria, você tá chegando com um ano de gestão, né, faz uma dimensão de uma greve geral, não é uma greve por empresa, porque a gente fizemos muitas greve por empresa, dentro daquela categoria uma greve de uma proporção maior e uma correlação de força desfavorável do ponto de vista da recessão*<sup>220</sup>.

Essa divisão foi sentida pela categoria na Assembleia realizada para discutir os rumos de uma possível greve. Ao final, depois de debates tensos, a posição majoritária foi a de não levar a greve adiante e aceitar o acordo com o patrão firmado no valor de Cr\$

<sup>218</sup> Entrevista com Maria de Lourdes, 1ª sessão realizada em

<sup>219</sup> Entrevista com João Paulo, 2ª sessão realizada em 28 de dezembro de 2017.

<sup>220</sup> Entrevista com Jorge César, 1ª sessão realizada em 03 de outubro de 2017.

26.000,00<sup>221</sup>. As divisões e os debates estavam presentes na diretoria do Zé Ferrugem, a começar pela trajetória de vida dos diretores, passando pelo posicionamento político partidário até chegar nos temas específicos da categoria. A diretoria que tomou posse no dia oito de julho de 1981 era formada por dezesseis membros oficiais sem contar com os demais trabalhadores que lhe prestavam apoio político e/ou material sempre que necessário. Obviamente que uma entidade de classe formada por tão distintos membros seria marcada por diversos conflitos inerentes a qualquer grupo. Indivíduos com trajetórias de vida e política distintascoexistiam sob o mesmo teto do Sindicato e que, dada a conjuntura política e econômica do país (a retomada do movimento de redemocratização), resolveram unir forças em prol de um mesmo objetivo: a reorganização da luta sindical. Naturalmenteque as dissensões iriam aparecer sob o nome e a ideia de unidade contida no grupo Zé Ferrugem.

Não apenas na questão da campanha salarial, de 1982, mas também em outros temas, ocorreram discrepâncias entre os membros da diretoria. Diante da experiência de vida dos ex-dirigentes e de tantos outros militantes que ingressaram no grupo desde os tempos de Oposição Metalúrgica foi que pudemos ter a noção do complexo de ideias e trajetórias pessoais que se uniram e se entrelaçaram para retomar de forma aguerrida a luta sindical na década de 1980. As divergências variavam de acordo como tema a ser discutido. Por exemplo, Inaldo aponta que a questão da atuação no meio rural era um ponto central discutido nas bases antes mesmo do grupo de oposição tomar do sindicato das mãos dos pelegos. Comenta que

*(...) os companheiros ligado a Partido Comunista é que tinha uma participação muito forte no movimento sindical naquela época. Aí tinha, como eu falei, o meu caso que eu era do PRC, que era um agrupamento de companheiros e companheiras, é... que estava dentro do Partido dos Trabalhadores, né? Mas que se organizava de forma paralela pra poder pensar, é... uma forma diferente, inclusive, de como organizar a luta política e tal, priorizar a questão do campo da cidade, que sempre foi uma defesa nossa, de que a gente não conseguia dar passos concretos se a gente não tivesse aliança camponesa, ou seja, os trabalhadores da área urbana com os trabalhadores da área rural, né? Então a gente tinha nosso agrupamento. O que eu participava, por exemplo, discutia essa questão, né?*<sup>222</sup>

A criação nacional do Partido dos Trabalhadores, o PT, em 1980, contou com intenso debate entre o grupo dito combatente representado pelas Oposições Sindicais e entre a Unidade Sindical vinculado geralmente ao PCB considerado pelos combativos de terem postura conciliadora, pelega e sem envolvimento com a base<sup>223</sup>. Esses embates de ideias

<sup>221</sup> Caderno de apoio à formação sindical do Centro Josué de Castro. **Até chegar no Zé.**

<sup>222</sup> Entrevista com Inaldo, 2ª sessão realizada em 10 de abril de 2018.

<sup>223</sup> SANTANA. Op., Cit., p. 136.

eram sentidos também aqui em Pernambuco dentre o grupo que formou a oposição metalúrgica aqui no Estado. Inaldo mais uma vez nos conta que

*(...) já havia dentro do PT naquela época um certo racha<sup>224</sup>. As pessoas que tinham ligação, por exemplo, com a Igreja, né? Tinham um... determinadas posições sobre alguns temas que não interessava muito a um outro lado. Quer dizer alguém achava que devia pensar na revolução, a ideia que, é... num país capitalista, como o nosso, a gente jamais conseguiria fazer as reformas que a gente queria, a luta que a gente queria fazer porque é... pensava em ser feito de uma forma de enfrentamento, né? E tinha outros que achava que devia prezar mais a negociação, mais a conversa e tal. E aí no PRC<sup>225</sup> a gente via isso, a gente estava sempre traçando a perspectiva de que um dia a gente pudesse conscientizar a classe trabalhadora de que ela devia ir para o enfrentamento para transformar a sociedade, em primeiro momento, socialista, e futuramente chegar a sociedade comunista. Então essa era uma meta nossa, mas não era uma meta não era coisa muito fácil. E a gente não tinha consenso isso na direção do sindicato. Nem todo mundo pensava assim. Nem todo mundo pensava assim. A gente trabalhou muito essa questão. (...) tinha companheiros também que se colocava como independente (...) dentro não concordava nem com um, nem com o outro, mas tinha a sua visão<sup>226</sup>.*

Interessante percebermos que esses embates de opiniões por vezes extravasavam os limites das conversas internas, entre dirigentes, para ganhar espaço nas Assembleias.

*(...) Isso fazia com que a gente geralmente tinha um embate muito grande nas assembleias porque nas assembleias cada um que se inscrevia para falar, defender a determinada proposta<sup>227</sup>.*

Para João Paulo, a unidade possível na formação das Oposições Sindicais girava em torno de alguns pontos centrais e de comum acordo como

*“(...) na essência, tinha aquela unidade em torno da luta dos trabalhadores, na frente contra a exploração, por melhores condições de trabalho etc.etc.etc. Então, foi um pouco que inspirou e norteou esse debate<sup>228</sup>.*

O resultado de um acúmulo de discrepâncias no grupo, segundo João Paulo, teria levado o Sindicato a

*(...) divergências maiores que se deram depois de um processo, mais de disputa interna do aparato do sindicato, do aparelho de estrutura do sindicato, ou, do ponto de vista da condução em relação a alguns momentos de tensionamento da luta. Então, tivemos algumas divergências com relação a esse processo de condução. (...) A divisão era mais*

<sup>224</sup> Na verdade, o PT desde seu início comportava um serie de tendências políticas que, no plano mais geral, construíram seu programa. Para entender melhor essa questão cf. SILVA, Antonio Ozai. Op., Cit., parte II – As organizações e o PT.

<sup>225</sup> PCR era a sigla para o Partido de orientação marxista que atuou no Brasil entre 1984 à 1989. Partido Comunista Revolucionário.

<sup>226</sup> Entrevista com Inaldo, 2ª sessão realizada em 10 de abril de 2018.

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizada em 25 de janeiro de 2018.

*perigosa do que a polícia contra nós. Nós tivemos um momento, a meu ver, de enfraquecimento pelas disputas internas onde se quebra um pouco a verdadeira unidade dos trabalhadores onde as disputas pelos aparelhos eles se dão de forma mais evidente, né, com rachas e etc. depois as disputadas dentro dos próprios sindicatos e, por último, a meu ver, a proliferação dos sindicatos e das centrais sindicais. Mas eu acho que foi um momento muito rico, do ponto de vista político, do ponto de vista das lutas*<sup>229</sup>.

É evidente que naquele momento de consolidação da luta operária havia determinadas pautas que eram consideradas primordiais e de comum acordo por um número considerável de integrantes do Sindicato. Porém a longo prazo, as divergências ficaram mais nítidas e em certos tempos, se faziam mais latentes. Um desses momentos ocorreu em 1987, no final da gestão de João Paulo, de 1984 a 1987, quando a diretoria do Zé Ferrugem se deparou com a greve de funcionários do Sindicato. Pedro Noé foi um dos que encabeçou essa movimentação<sup>230</sup>. Conta em seu depoimento, que, em nível nacional, já existia naquele momento movimentações de grupos de associações que militavam dentro dos sindicatos reivindicando direitos para os funcionários. Afirma a necessidade de criar essas associações e comenta como foi a reação do grupo do Zé Ferrugem ao se deparar com a greve.

*(...) você tem no Brasil como o todo a esquerda tomando os Sindicatos, as esquerdas é... dando direção ao seu próprio destino dentro da luta dos trabalhadores, não é? Onde questionavam o patronato. Evidentemente que os de esquerda achavam que já cumpriam com todos os direitos, não é? Então, ser questionado... quem questionava os patrões, quem defendia o direito dos trabalhadores, hoje ser questionado, né? Sobre a sua atuação junto aos trabalhadores da entidade que está presidindo, isso é um problema sério. (...) Associação dos Funcionários e Entidades Sindicais de Pernambuco. (...) eu vim para cá com o objetivo*

<sup>229</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizada em 25 de janeiro de 2018.

<sup>230</sup> Neto de um comerciante português do bairro da Torre, Manoel Moreira da Silva, Pedro Noé é filho do relacionamento de uma mulher branca com um homem negro. A contragosto do pai, casou com um homem simples deixando para trás uma vida confortável para viver em uma casa de capim e barro, segundo nos contou o entrevistado. Da parte paterna, as origens de Pedro Noé estão ligadas ao avô que era caboclo e a avó que era indígena. Seu pai trabalhou por mais de trinta anos na empresa Telégrafo Frances Brasileiro e, mesmo trabalhando em um empreendimento estrangeiro, seu salário era modesto. Pedro Noé nasceu em Casa Amarela e passou grande parte de sua vida nos morros e córregos do Alto do Eucalipto, no bairro do Vasco da Gama. Sua mãe não pode continuar os estudos interrompendo-o ainda no curso primário. Teve dezenove filhos mas apenas oito sobreviveram. Mesmo com toda essa dificuldade para criar uma família numerosa, os pais sempre incentivaram os filhos aos estudos, segundo Pedro. Sempre estudando em escolas públicas. Em casa, as lições eram retomadas pela mãe que os auxiliava. Pedro acredita que sua inclinação, digamos assim, para a esquerda se deu através do contato com seu tio, esposo de sua tia, José Bartolomeu, que era militante do PC do B e que participava do Sindicato dos Estivadores do Recife. Influenciado pela religião de seus pais, Pedro participou de algumas atividades ligadas à Igreja Católica como a Cruzada do Sagrado Coração de Jesus além da JOC. O entrevistado nos contou ainda que graças as reuniões da JOC começou a participar de debates sobre política mas que, dentro de sua casa, esses assuntos não eram comentados e tão pouco discutidos em família. Posteriormente, Pedro ingressou no PC do B através de algumas pessoas que veio a conhecer. Trabalhou durante muitos anos no trabalho informal, chegando a vender *gelada* – suco – com sanduiches nas ruas do Recife. Em seguida, conseguiu se empregar de carteira assinada em um escritório de corretagem no ofício de contínuo. No período da ditadura, Pedro chegou a realizar algumas ações como distribuir panfletos de oposição ao golpe além de participar de reuniões com grupos clandestinos. Entrou no Sindicato dos metalúrgicos em 1982, um ano após a tomada do grupo de oposição. Além de auxiliar no ponto de vista burocrático da organização da Entidade também prestou apoio político.

*de implantar essa associação aqui em Recife. Então essa associação aqui foi um divisor. Coloco um divisor(...) nos sindicatos pelegos e nos sindicatos de esquerda. (...) tivemos problemas sérios nos metalúrgicos, né? Porque a gente lutava para garantir os direitos que a categoria dava para os trabalhadores. Diga-se de passagem que a direção tentava fazer isso, né? Para nível percentuais, os percentuais de reajuste, o que saía a categoria era repassado para nós. Depois ele começou a desempenhar uma luta de vale refeição, vale transporte e algumas categorias, algumas fábricas davam e a gente começou pleiteando isso junto ao sindicato e aí começou haver algumas arestas em relação a isso. Foi meio difícil porque a própria direção se dividiu. Você tinha o pessoal que apoiava a associação e pessoas que não apoiavam a associação. Achavam até da possibilidade de associação estar a serviço da direita, né? Então era negócio sério. Não era negócio meio... como é que pode, né? E no caso específico dos metalúrgicos nós tivemos, fizemos uma greve. Foi em 1987 a greve. Porque como é que foi Sindicato dos Metalúrgicos estava sendo questionado pelos trabalhadores<sup>231</sup>.*

Em seu depoimento é possível percebermos que Pedro coloca um elemento contraditório na postura de parte do Sindicato. Ora, um sindicato que se apresentou enquanto oposição a um grupo que não levava adiante a luta da classe metalúrgica estava, diante dessa situação, entrando em contradição. Discurso e prática não estavam alinhados, pelo menos para alguns membros da diretoria. Sobre o posicionamento frente à greve dos funcionários do sindicato, João Paulo tentou explicar que o pensamento, por parte de um grupo da diretoria, era de que os funcionários que se engajassem na Associação dos Funcionários e Entidades Sindicais não estavam estabelecidos

*(...)na relação entre capital e trabalho. Então, não pode ter o tratamento que um trabalhador normal tem. (...) isso era um pensamento de parte da diretoria, de como estava estabelecido o processo de luta de classe<sup>232</sup>.*

Esse tipo de justificativa não permite perceber e ampliar, para as diversas categorias, a luta classe e de interesses nas mais diversas esferas do poder e das relações. Trabalhando em um sindicato considerado “combativo” e vivenciando de perto as conquistas dos metalúrgicos por meio da relação sindicato-categoria, era mais que natural ter consciência e cobrar os seus direitos frente ao patrão, que na situação descrita aqui, estava representado na figura da diretoria vitoriosa. A fala de Marcos Pereira sobre esse momento reflete um outro olhar, talvez influenciado pela lucidez do tempo presente, para no final minimizar a greve caracterizando-a como uma “parada de advertência”. Sobre isso, inicia sua fala comentado

*Eu disse aqui no início dessa conversa, que a gente não era tão perfeito. A gente trabalhou muito e tal, mas na hora da perfeição a gente teve alguns vacilo (...)Então veja bem, então eles viam a gente fazer tanta luta, conseguir tanta coisa para os trabalhadores, mas na hora do Sindicato não era bem assim, mas tudo que se conseguia para os trabalhadores lá fora, o mesmo dissídio era aplicado inclusive para os trabalhadores do*

<sup>231</sup> Entrevista com Pedro Noé, realizada no dia 18 de junho de 2018.

<sup>232</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizada em 25 de janeiro de 2018.

*Sindicato interno, mas nós, numa avaliação assim muito por alto, a gente não sabia também que eles também se reuniam fora com outros tipos de segmentos, que é o que aconteceu. Então, aquela questão foi subindo, subindo, chegou a um ponto deles questionarem a direção do Sindicato, por que não? Decidiram inclusive se juntar e queriam contar aquilo como greve, que na verdade não foi greve, aquilo foi uma parada de advertência para chamar a atenção da diretoria, e que foi bom, e que foi bom. Primeiro deu maturidade para que a gente pudesse ver mais na frente. Aí foi quando a gente começou a trazer gente nossa para dentro, entendeu?*<sup>233</sup>

O corpo de funcionários do Sindicato era formado por alguns que eram remanescentes deste dos tempos dos “pelegos” e por outros que foram indicados para os quadros burocráticos da instituição devido ao seu comprometimento com a luta do trabalhador, ou seja, devido ao engajamento em determinados grupos políticos e movimentos sociais convergentes com a ideologia política e sindical da nova gestão. Os dois funcionários entrevistados para esse trabalho, Maria de Lourdes e Pedro Noé, por exemplo, revelam as trajetórias políticas e tendências existentes no quadro de novos funcionários do Zé Ferrugem. Maria de Lourdes participou de movimento estudantil, atuou como professora, se empenhou na Oposição sindical dessa categoria, ingressou nos quadros do PT e ainda participou dos primeiros grupos de discussão feminista aqui em Recife. Já Pedro Noé foi integrante de JOC e mais tarde militou pelo PCB.

Médicos, dentistas, advogados, auxiliares de limpeza e contábeis faziam parte dos quadros de funcionários da nova gestão. Além do trabalho burocrático, muitos prestavam serviços de apoio político e de organização de eventos, como os de formação e assembleias, realizados pelo Sindicato. Como bem nos conta Lurdinha, o trabalho burocrático se imbricava com o político.

*(...) todos os militantes entraram para a parte administrativa, que a gente tinha uma função, que a gente tinha que cumprir do ponto de vista da burocracia do Sindicato. Então a gente... eu me lembro que a gente tinha na área essa articulação do sócio, da formação de sócio do Sindicato, que era a que eu estava. Então eu tinha que fazer carteirinha lá também, fazer o controle dessa parte toda, né? E também ir de organizar as assembleias, contribuir com as atas, que tinha que ter toda a burocracia de Sindicato nessa história. Mas também ia para porta de fábrica, cinco horas da manhã durante a campanha salarial, para fazer mobilização. Na mobilização política era ((risos)), mais ampla, né? Assim, participação de reuniões de articulação, indo para porta de fábrica, né? E discutir um panfleto, né? Não na estrutura formal do panfleto, porque aí não é minha área*<sup>234</sup>.

O perfil político, digamos assim, dos “novos” funcionários se coadunava com a luta dos trabalhadores em seu sentido mais amplo, e, conseqüentemente, com a visão da nova

<sup>233</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 3ª sessão realizada em 20 de abril de 2019.

<sup>234</sup> Entrevista com Maria de Lourdes, realizada no dia 17 de maio de 2018.

direção do Sindicato. Lurdinha justificou a sua motivação no ingresso na direção do grupo Zé Ferrugem apontando como uma de suas influências a mobilização do grupo metalúrgico do ABC paulista. Familiarizada com o pensamento mais à esquerda, acreditava que

*(...) o movimento operário era chave. (...)além disso tinha toda a mobilização, né? Nos metalúrgicos a nível nacional, principalmente a partir do ABC. Então, eu acho que agregou essa minha história que já vinha muito politicamente articulada, né? E com um conceito também de ampliar no sentido de que era democracia você não só faz com representantes de determinado setores. (...) E tinha uma articulação grande entre os professores e o conjunto das oposições sindicais, e aí junta o MEP nessa história também, né? Então quando a minha ida para o Sindicato foi por uma questão pessoal mesmo de que precisava trabalhar porque tinha saído de casa e estava... tinha deixado de ser professora, então precisava de um trabalho também para me sustentar e luta política no sentido de contribuir de uma forma mais específica com essa categoria. Foi uma confluência<sup>235</sup>.*

Um dos primeiros desafios da diretoria do Zé Ferrugem, como já citamos nesse trabalho, foi conseguir pagar os salários dos funcionários antigos do sindicato, alegando que a gestão anterior havia esvaziado os cofres da instituição. Pedro Nóe, enquanto funcionário que ingressou na nova gestão, conta que havia certo clima de receio e desconfiança com relação aos funcionários mais antigos. Ao falar do perfil político do grupo mais antigo, relata que

*(...)não consigo detectar os funcionários que estavam lá que já estavam a algum tempo que fossem de esquerda, propriamente dito na época. Você tem um ou outro que tinha uma postura, né? Que talvez fosse de encontro a gestão, mas mesmo assim era calado, não fazia. Então continuaram-se vários funcionários continuaram no Sindicato. Então você tinha todo esse pessoal. E no início do trabalho, da atuação, tinha que ser ter um extremo cuidado, porque? Controlar para que esses funcionários não continuassem fazendo a política da gestão anterior, da direita anterior. Ter cuidado para que esses funcionários não fossem informante da direita, das ações que estavam acontecendo no Sindicato.<sup>236</sup>.*

Como pudemos ver, a Oposição Sindical unida inicialmente com as propostas do “Novo Sindicalismo” de ruptura com o peleguismo indiferente às lutas do chão da fábrica da categoria, apresentava, em seu interior, variações nas sintonias ideológicas de seus integrantes apresentando, a depender da situação, condutas de proximidades ou de distanciamentos. Continuando a nossa análise sobre a postura do Sindicato frente as ideias do que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo”, tentaremos discutir em que aspectos foi possível perceber que o grupo do Zé Ferrugem apresentou rupturas e/ou continuidades no período entre 1981 a 1985.

<sup>235</sup> O MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado era uma dissidência da Ala Vermelha, o ALA, do PC do B. Cf. SILVA, Antonio Ozai da. Op., Cit., p. 132

<sup>236</sup> Entrevista com Pedro Noé realizada no dia 18 de junho de 2018.

## E) RUPTURAS E/OU CONTINUIDADES

As entrevistas cedidas pelos ex-dirigentes e funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco juntamente com as demais fontes documentais utilizadas nesse trabalho nos permitiram mapear, em certo modo, os (in)fluxos do grupo ao longo de 1981 a 1985. Partimos do princípio, nesse trabalho, de que a historiografia recente, das últimas décadas, se empenhou em buscar superar o dilema entre o “velho” e o “novo sindicalismo”. Acreditamos que trabalhos comprometidos com análises e estudos de caso auxiliam o pesquisador a romper visões tradicionais engessadas que se fizeram presentes e influenciaram diversas gerações de intelectuais e de trabalhadores ao se debruçaram sobre os trabalhadores e seus órgãos de representação. Mas afinal, ao falarmos de Novo Sindicalismo a que estamos nos referindo? Corresponde a um período cronologicamente estabelecido e que surgiu entre 1978 a 1984 ou a uma mudança no modo de entender e de agir no meio sindical, assumindo uma postura combativa e insubmissa frente a alguns sindicatos desse período? Pode ser vista como uma categoria de análise? Quando começa e termina? Ocorreu no mesmo momento e da mesma forma em todas as regiões e sindicatos do país? Há interpretações que apontam e estabelecem como marco do Novo Sindicalismo o recorte temporal de 1977-78 no qual o movimento sindical iniciou-se com a *“luta por reposição salarial (1977) e, sobretudo, pela explosão das greves (1978) que, a partir da fábrica da Scania de São Bernardo espalharam-se pelo país”*<sup>237</sup>.

Outros escritos preferem trabalhar na perspectiva de uma mudança na forma de conceber e de agir do meio sindical. *“Autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada à base, ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores e posicionamento contrário aos “setores classificados como reformistas e/ou pelegos” geralmente solidários a um “sindicalismo de colaboração de classes”*<sup>238</sup>. Coadunamos, nesse trabalho, com a perspectiva apresentada pelo segundo autor, porém

---

<sup>237</sup> ZANETTI, Op., Cit., p. 15.

<sup>238</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Política E História em Disputa: O “Novo Sindicalismo” e a ideia de ruptura com o Passado. In RODRIGUES, Iran Jácome. **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis. Editora Vozes. 1999. p. 134.

ambas interpretações merecem ser analisadas sob algumas ressalvas. A primeira nos faz realmente questionar se o “Novo Sindicalismo”, de 1977-78, pode irradiar e tocar ao mesmo tempo todos os sindicatos das diversas regiões do país. Possivelmente não, tendo em vista que muitos sindicatos, nesse recorte proposto pelo autor, ainda permaneciam sob a direção de figuras consideradas pelegas vinculadas a posturas burocráticas e assistencialistas. Outro ponto a ser levado em conta na interpretação de Santana é que deve ser acrescentado às características do “Novo Sindicalismo” a postura combativa em relação à política ditatorial, ao modelo sindicalista adotado no regime autoritário e às medidas econômicas, como o desemprego e o arrocho salarial que em nada dignificavam o trabalhador. Rafael Ferreira ao escrever sobre os limites e possibilidades do “Novo Sindicalismo” em Pernambuco defende que esse processo, iniciado em 1977-1978 no epicentro do ABC paulista, *“irradiou-se de forma desigual pelo território brasileiro e ganhou formas e características particulares de acordo com a estrutura econômica e com o estágio de organização dos trabalhadores de cada região do país”*<sup>239</sup>. Ao apontarmos limites, interessante ressaltarmos que, não quer dizer que não houvessem semelhanças.

Balizando-se sob esse ponto de vista, o autor acredita que o “Novo Sindicalismo” em Pernambuco adquiriu características próprias e singulares comparada com o do ABC paulista. Considera que em nosso Estado, até 1981, todas as greves deflagradas pelas categorias urbanas ocorreram à revelia da direção de seus sindicatos, não encontrando apoio entre eles como ocorreu em São Bernardo; e que essas atividades grevistas não foram iniciadas pelo setores de ponta da economia, ligadas ao setor industrial, mas sim aos trabalhadores da área social da administração atrelados à rede de ensino e da saúde<sup>240</sup>. É por esse caminho que entendemos que o “Novo Sindicalismo” em Pernambuco não agiu como reprodução fiel ao que ocorreu em São Bernardo. O “despontar”, por assim dizer, do grupo metalúrgico do Zé Ferrugem sofreu influência não apenas do sindicalismo do ABC em 1978, mas muito antes desse período já vinha sendo gestado nas reuniões com o apoio da ACO e no interior das fábricas graças a ideias e condutas que iam amadurecendo no seio da categoria esperando as condições históricas serem mais favoráveis ao seu surgimento. João Paulo, quando trabalhava na SOCIC, afirma que nessa fábrica em 1974

Surgiu um grupo de metalúrgicos que se reunia na hora do almoço para discutir suas preocupações e problemas. Não só conversava mas tentava buscar alternativas. Organizamos a caixinha de ajuda mútua. A partir daí conseguimos criar biblioteca,

<sup>239</sup> FERREIRA, Op. Cit. p.194.

<sup>240</sup> Ibid., p. 195.

compramos livros dentro da fábrica. Foi desse jeito que, pela primeira vez, conseguimos paralisar a empresa por causa do arrocho salarial que todo mundo vivia<sup>241</sup>.

As informações apresentadas por João Paulo recuam no tempo quando comparamos com a periodização estabelecida por Zanetti para o “Novo Sindicalismo” - 1977-78-. Elas chamam atenção pelo fato de ocorrerem, desde muito tempo, pequenas ações dirigidas nos próprios locais de trabalho realizadas pelos e para os próprios trabalhadores como forma de buscar soluções que mudassem ou amenizassem a exploração. O trabalho desempenhado pelo grupo que compartilhava livros e que se reunia nos intervalos de almoço nos oferecem um indicativo de que aquela classe estava se organizando, adquirindo e transmitindo saberes e experiências, (re) criando formas de resistência, resignificando a sua experiência. Nesse sentido, acreditamos que naquele contexto apresentado na fala de João Paulo, havia uma consciência de classe no sentido de que a mesma é produto de um fenômeno que se delinea

Segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no inteiro do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural<sup>242</sup>.

Diante do que expusemos até aqui sobre a perspectiva do “Novo Sindicalismo” e, fazendo o uso crítico desse conceito histórico apontando suas limitações e possibilidades, apresentaremos adiante questões consideradas chaves para compreender as condutas realizadas pela diretoria do Sindicato destacando, sempre que possível, rupturas e/ou continuidades dentro da proposta adotada pelo grupo enquanto ruptura com a gestão anterior. Como pudemos observar por meio da leitura das fontes orais, o grupo dos metalúrgicos do Zé Ferrugem, desde os tempos da Oposição Sindical, se colocaram como diferenciados e apontavam a gestão de José Luis, presidente do Sindicato antes de 1981, como “pelega”, assistencialista, colaboradora com o regime e com os patrões e totalmente alheia às denúncias e problemas enfrentados pela categoria metalúrgica. Frente a esse diagnóstico e às pesquisas feitas junto aos trabalhadores nas fábricas, o grupo elaborou um Programa na qual traçou as diretrizes a serem tomadas pela Oposição, e caso vencesse as eleições marcadas para o mês de junho de 1981.

Ao ganhar as eleições e o voto de confiança dos metalúrgicos, que acompanhavam as atividades e a conduta do grupo muito antes do ano da eleição, a diretoria

<sup>241</sup> Caderno de apoio à formação sindical do Centro Josué de Castro. **Até chegar no Zé.**

<sup>242</sup> THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** (Org). NEGRO, Antonio Luige e SILVA, Sergio. Campinas. Editora Unicamp. 2ª reimpressão. 2007. p. 277.

vitoriosasecomprometeu a manter os serviços assistencialistas aos associados, a democratizar e tornar acessível o ingresso do trabalhador nas assembleias, reuniões e demais atividades proporcionadas pelo Sindicato, além de apoiar outros grupos de oposição sindical, ampliar o número de sub-sedes e continuar o trabalho de formação sindical com a base. A partir dos pontos apresentados por essa linha geral da diretoria do Zé Ferrugem discutiremos alguns temas que se fazem importantes para uma melhor avaliação sobre o grupo dentro do que propuseram em seu programa em consonância com o que se convencionou chamar na época de “Novo Sindicalismo”. O grupo do Zé Ferrugem continuou, ao assumir o Sindicato em 1981, algumas práticas assistencialistas, dentre elas destacou-se a permanência do imposto sindical e a manutenção da clínica médica e da assessoria jurídica trabalhista. Parece-nos contraditória a manutenção dessas práticas tendo em vista a proposta do grupo e do “Novo Sindicalismo” os quais defendiam o fim desses recursos, principalmente o imposto sindical, visto como uma prática pelega que atrelava o sindicato ao Estado. Inaldo assume a existência de contradição presente no Sindicato tentando justificar o imposto como forma de contrapartida para a manutenção da clínica existente até os dias de hoje. Desde o tempo da Oposição Sindical o grupo era

*(...) contra o imposto sindical e até hoje fazemos discurso que somos contra e continuamos com o imposto sindical, né? Essa é uma contradição terrível pra nós. Eu tenho que dizer isso com muita clareza, terrível pra nós. Se a gente hoje tomar a decisão, por exemplo, de fechar a nossa clínica, que agora tá aqui, devia ter quarenta anos isso aqui, fechar essa clínica eu acho que no outro... num mês mais ou menos, a gente tá com quase a metade dos sócios saindo do Sindicato, né, porque a gente não conseguiu evoluir pra que os trabalhadores pudessem compreender que a gente precisa lutar para que o SUS é que possa atender a gente. A gente não conseguiu chegar a esse patamar ainda. Por outro lado também, do ponto de vista financeiro, né, a gente não consegue fazer o que a gente faz hoje nesse momento sem ter imposto sindical<sup>243</sup>.*

É interessante ver no discurso de Inaldo a consciência da contradição justificada pela incapacidade conjuntural de mobilizar os trabalhadores para a luta maior que seria de um sistema de saúde de boa qualidade para todos. Pedro Noé segue essa mesma perspectiva que Inaldo

*(...) tanto na sub-sede em Abreu e Lima como aqui em Recife, nós tínhamos uma clínica médica, que nós enquanto de esquerda condenávamos isso. A assistência médica quem tem que dar é o Governo, tem que brigar para que o Governo dê uma saúde de qualidade ao povo. E já brigávamos naquela época, mas herdamos essa estrutura. Essa estrutura não podia ser quebrada, de repente desmancha tudo, né? Então permaneceu<sup>244</sup>.*

<sup>243</sup> Entrevista com Inaldo, 1ª sessão realizada em 18 de julho de 2017.

<sup>244</sup> Entrevista com Pedro Noé, realizada no dia 18 de junho de 2018.

Marcos concorda que o imposto era um grande entrave à ideologia do “Novo Sindicalismo”, contudo, alega que a manutenção do mesmo ocorreu devido a uma ausência de movimentação mais aguerrida que sustentasse até o fim esse projeto. Pela sua fala, dá-nos a entender que a pauta ficou de lado. Muito recentemente, essa questão do imposto sindical veio à tona junto com a Reforma Trabalhista implementada em 2017/2018. A Lei 13.467/2017 estipulou o fim do imposto obrigatório acrescentando-o um caráter facultativo. Sobre o imposto, Marcos coloca que quando o grupo chegou ao Sindicato

*(...) existia uma luta a nível nacional de acabar com imposto sindical voluntariamente porque o governo não queria pagar o imposto sindical, porque a federação, as confederações levavam parte desse dinheiro. E a gente começou a discutir na prática como é que a gente ia fazer, pessoal ia decidir em assembleia que ia continuar descontando, as empresas iam querer descontar o imposto sindical e devolver para a gente, porque a forma na verdade era depositar num banco oficial, que era Caixa Econômica ou Banco do Brasil e lá era feito o desmembramento dessa grana. A Confederação nossa, dos trabalhadores na indústria ela era contra, radicalmente contra acabar o imposto sindical porque ela tinha não sei quantos por cento e tinha as federações estaduais, não eram poucas. E tinha Sindicatos pelegos, que na verdade se instrumentalizavam com esse dinheiro, o dinheiro dos trabalhadores. A CUT levantou a bandeira do fim do imposto sindical, mas o congresso nunca aprovou, então a gente foi obrigado, inclusive a se ter<sup>245</sup>.*

Jorge César defende que a discussão sobre o fim do imposto não ia adiante devido aos dirigentes pelegos que preferiam ficar “acomodados” e continuarem recebendo o imposto cobrada de forma obrigatória pelos trabalhadores.

*(...) a diretoria em si, para a nossa concepção política nós éramos contra o imposto sindical, era contra, agora pra você acabar com o imposto sindical você tem que reconstruir alguma alternativa, né, a gente entra pela sindicalização, que é o caminho mais adequado pra as pessoas manter a sua entidade de classe, que é o sindicato, mas infelizmente dentro do panorama nacional, né, essa discussão não ia, não seguia (...) além da gente ser contra, as outras concepções sindicais que não era, que era pelega eles não... nunca defenderam fim do imposto sindical, porque? Porque como eles são acomodados, né, então pra eles era continuidade, continuidade e tal, continuidade daquilo<sup>246</sup>.*

Mesmo não concordando com o imposto sindical, havia o reconhecimento da importância do mesmo para a manutenção de serviços considerados fundamentais para levar adiante o trabalho junto à categoria. Inaldo acrescenta que o tributo era usado de forma consciente pelo grupo.

*A gente tem a certa consciência que usava bem, porquê? A gente tinha carro de som, né, (...), tinha carro de som que era que incomodava os empresários porque nosso grande diferencial era nossa fala, né? A gente tinha jornal, né, como tem até hoje, sempre*

<sup>245</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 3ª sessão realizada em 20 de abril de 2019.

<sup>246</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada no dia 31 de outubro de 2017.

*informando a categoria das coisas que acontecia no Brasil, algumas coisas até do mundo, mas no Brasil e aqui em Pernambuco. A gente tinha vários cursos para os trabalhadores. A gente manteve assistência médica para os trabalhadores. A gente melhorou o departamento jurídico, né, tiramos tudo que era advogado sem valor que tem aqui, que fazia acordo com as empresas sem a gente saber, a gente tirou todos, substituiu e botou novos advogados, e esses novos a gente teve que pagar um pouco mais. Enfim, e isso que você vê aqui também é fruto também de imposto sindical (...) investia nisso. Formação, muita formação, mandava muitos companheiros pra outro estado pra conhecer as outras realidades, conhecer os outros, sabe como e que os outros trabalham, como é a atividade sindical em outros estados. Então a gente fica muito tranquilo. Não fica totalmente tranquilo porque é uma coisa que é imposta. Isso deixa a gente incomodado, uma coisa imposta, tem que dar, tem que dar, é complicado<sup>247</sup>.*

Da mesma forma que o imposto sindical permaneceu, as clínicas também continuaram fazendo parte dos “serviços” prestados pelo Sindicato. Segundo Jorge César, o grupo se deparou com um dilema: o de tirar do trabalhador a opção de conseguir ter atendimento a um serviço minimamente decente em oposição ao sistema de saúde da época.

*O cara vai pra um...pra o INSS pra ficar de quatro horas da manhã numa fila? E o Sindicato tem uma clinicazinha, organizadinha, com médico bom que dá um aconchego. Ninguém... os trabalhadores sempre mantiveram toda a pesquisa que a gente fazia pra saber qual era a opinião na base da categoria pra acabar, a grande maioria dizia não. Porque é o que tem de melhor dentro desse contexto geral. As multinacionais não se envolviam porque os caras “não, eu já tenho o meu aqui, o meu planozinho”, mas mesmo assim é o plano lá e o Sindicato também, eles vinham pra o Sindicato, né?<sup>248</sup>*

Com base nesses relatos vemos que houve certo consenso da diretoria em manter o assistencialismo tendo em vista os diversos motivos alegados acima. Nesse sentido, percebemos que a luta nacional pelo combate ao imposto sindical não foi levada adiante pelos sindicatos e pela própria CUT permanecendo, por mais que alguns sindicatos considerados mais combativos utilizassem de forma consciente o imposto investindo na luta em prol do trabalhador, mas, ainda sim, a entidade de classe não se mostrou, de modo geral, disposta a abrir mão desse recurso. As palavras de Andreia Galvão sintetizam bem essa acomodação ao imposto sindical enquanto modelo histórico integrante da política do sindicato oficial tradicional apontando, contudo, que o “Novo Sindicalismo” conseguiu inovar e avançar em outras questões. Conclui que

Apesar da atuação do “novo sindicalismo” não ter efetivado o desmonte da estrutura sindical, o movimento assumiu, nos anos 80, uma postura crítica em relação as negociações fragmentadas impostas pelo caráter corporativo da estrutura e por sua

<sup>247</sup> Entrevista com Inaldo, 1ª sessão realizada em 18 de julho de 2017.

<sup>248</sup> Entrevista com Jorge César, 1ª sessão Jorge César 03 de outubro de 2017.

concepção de categoria legal, priorizando formas de negociação conjuntas, que tivessem um alcance o mais amplo possível<sup>249</sup>.

Continuando com a nossa análise sobre as práticas continuístas e/ou inovadoras no Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, percebemos que o grupo vitorioso dedicou bastante atenção para a formação de Comissões de Fábrica voltada, de modo geral, para pontuar, discutir e atender aos problemas ocorridos no chão da fábrica apresentado pelos trabalhadores da empresa. O próprio “Novo Sindicalismo” preconizava dentre as suas inovações, a organização no seio das fábricas de modo que surgisse ali algo de espontâneo e democrático onde a voz do trabalhador tivesse vez no jogo de forças com o patronato. Nas palavras de Iram Jácome Rodrigues, o “Novo Sindicalismo” dentre suas preocupações empenhou-se em diferenciar-se com o “velho” possibilitando “*um padrão de ação mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho e com sua organização a partir das empresas*”<sup>250</sup>. A organização no local de trabalho não surgiu em meados de 1970/80 ela é fruto de um processo contínuo que existiu muito antes dos sindicatos seja por meio de iniciativas dos próprios empregados, do patrão ou do Estado. O Decreto-Lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944 que dispunha sobre a Lei do Acidente de Trabalho já preconizava, no art. 82, a possibilidade de aglutinação de trabalhadores, o formado de Comissões Internas em empresas com mais de cem empregados, com o intuito de alertar, conscientizar, criar alternativas e fiscalizar as medidas de proteção ao trabalho. Estava previsto ainda a promoção e participação de cursos e palestras que pudessem reforçar e instruir o empregado na prevenção de acidentes. Anos mais tarde, em 1967, a Constituição no seu art. 158, inciso V abriu possibilidades do trabalhador se “*integrar na vida e no desenvolvimento da empresa com participação nos lucros*”<sup>251</sup>, e, a depender das condições estabelecidas pela empresa, o direito na gestão.

Acreditando na perspectiva de que não houve um ruptura brusca entre o “Novo” e o “Velho” Sindicalismo brasileiro, uma gama de trabalhos se dedicaram a apresentar a presença de comissões de fábrica desde tempos remotos<sup>252</sup>. É preciso atentarmos que a classe

<sup>249</sup> GALVÃO, Andreia. **Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do “Novo Sindicalismo” metalúrgico nos anos de 90**. In. RODRIGUES, Op. Cit., p. 114.

<sup>250</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. **A trajetória do Novo Sindicalismo**. In. RODRIGUES, Iram Jácome. Op. Cit., p. 78.

<sup>251</sup> ARAUJO, Wanessa Mendes de. **A representação dos trabalhadores na empresa e suas imbricações no âmbito da luta coletiva**. Artigo. Revista do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região. Belo Horizonte. Edição Especial. 2017. p. 155. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br>. Acessado em: 15 de Julho de 2019.

<sup>252</sup> Para saber mais sobre algumas conquistas alcançadas graças a criação de Comissões de fábrica, verificar o trabalho de Magda Almeida Neves e Marina Monica de Freitas na qual as autoras apresentam os impasses e

trabalhadora ao longo de sua trajetória de lutas, fez das organizações por locais de trabalho, - comissão de salários, de fábrica, conselhos sindicais, comissão paritária - um eixo fundamental de sua ação coletiva. Essas formas de atuação ocorreram independentemente de categorias e da natureza da fábrica imprimindo um traço atemporal na trajetória da classe trabalhadora brasileira. O movimento de 1978 em São Bernardo se deu “fora” do sindicato e de forma independente com relação ao Estado. As greves adquiriram um caráter espontâneo e aconteceram a partir de reuniões e discussões que surgiram nas comissões de fábrica. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo incentivava a criação de comissões de fábrica com atuação no interior das empresas conduzidas pelos próprios trabalhadores. Nas palavras de Iran Jácome, as greves que fervilharam em São Bernardo e que se espalharam pelo Estado, formadas a partir de comissão de fábrica, tomaram um caráter de

grande sindicato, descentralizado, democrático, independente frente ao estado e grandemente representativo. Foram o primeiro protesto vivo, espontâneo dos trabalhadores; não só contra os baixos salários, mas também contra um sindicato que não os representava, contra o cupulismo sindical, contra o atrelamento, colocando na prática a ideia da representação direta dos trabalhadores e da negociação direta com os patrões<sup>253</sup>.

As comissões de fábrica se caracterizam como uma forma de atuação, no chão da fábrica, que pode agregar setores de diferentes ou não, departamento ou fábrica e se constituem por surgir da união de trabalhadores frente às opressões e dominação do capital garantindo ao trabalhador reunir-se para discutir e debater melhores condições no local de trabalho envolvendo assuntos como aumento de salário, segurança e redução de jornada de trabalho. Aqui em Pernambuco o Sindicato dos Metalúrgicos a partir da “nova” gestão que tomou posse em 1981 incentivou a criação da primeira Comissão de Fábrica do Norte -

---

vitorias obtidas pela criação da “Comissão Paritária” instalada com o apoio e participação de membros do Sindicato Metalúrgico de João Monlevade, em Minas Gerais, no ano de 1972. NEVES, Magda Almeida. FREITAS, Marina Monica. A agenda sindical mineira nas últimas décadas. In. RODRIGUES, Op. Cit. 185. O trabalho de Antonio Negro sobre a fábrica da Willys em São Bernardo também apresenta outra referência sobre a atuação da comissão da fábrica na qual foi capaz de articular, sem iniciativa de sindicato, uma greve em 1968 não sendo possível essa mobilização possível sem a trajetória anterior da Comissão de Relação de Trabalho criada em 1957. Cf. NEGRO, Antonio Luige. *A “Via Willyana”. Industrialização e Trabalhadores do Setor Automobilístico*. Artigo. Revista Tempo. Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos>. Acessado em: 15 de Julho de 2019. Já em Josué Medeiros, o autor escreveu em seu artigo sobre a comissão de fábrica da Fábrica paulista ASAMA apresentando o contexto da criação dessa comissão como reflexo do pós - 1979 discutindo sua relevância para os trabalhadores daquela fábrica. MEDEIROS, Josué. **As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA**. Revista Mosaico. Volume 4. Número 6. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br> Acessado em: 18 de Julho de 2019.

<sup>253</sup>RODRIGUES, Iran Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In. JR. Armando Boito. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo. Paz e Terra. 1991. p. 148.

Nordeste, em 1984. Formada por 11 membros e 11 suplentes, sendo alguns também integrantes da diretoria do Sindicato, a criação da comissão ocorreu devido a um acordo firmado entre trabalhadores e a empresa. O pioneirismo da fábrica Cosinor em abrigar a primeira comissão de fábrica do Norte-Nordeste se deu por algumas razões. A primeira seria devido ao volume de trabalhadores e a significância dessa fábrica para o setor metalúrgico no Estado; a segunda esteve relacionada à atuação dos trabalhadores no local de trabalho graças a posturas consideradas combatentes onde ocorria um intenso nível de conscientização. Basta lembramos que Henrique Cossart e Jorge César, ambos ex-integrantes da ACO, trabalhavam nessa fábrica e defendiam formas de organização dentro de fábrica. Aos poucos, a comissão conseguiu ganhar espaço dentre os trabalhadores, apresentando soluções, discutindo problemas e alcançando objetivos concretos: redução de jornada de 48 para 46 horas semanais, conquistou o melhor reajuste da categoria em 1985, a melhora antecipação trimestral em dezembro daquele mesmo ano, além de readmitir trabalhadores de volta aos postos de trabalho<sup>254</sup>.

Segundo Jorge César nos conta, as condições para a criação da Comissão de Fábrica na Cosinor foram bastante peculiares. Já havia dentro da fábrica uma “comissão” não oficializada na qual já era realizado um trabalho de conscientização e discussões sobre os problemas existentes na fábrica levadas adiante por alguns membros da diretoria do Sindicato e de uma comissão de salário. Ou seja, diferente de outras experiências que apontaram para a criação de comissões a partir de trabalhadores sem a presença de sindicatos, na Cosinor percebemos a atuação e relação entre comissão e Sindicato<sup>255</sup>. Havia, nas palavras de Jorge César uma relação próxima entre comissão e Sindicato, porém, com certas limitações. A primeira se restringia às ações do cotidiano da fábrica, mas também prestava apoio às causas mais amplas defendida pelo segundo. Com a palavra, afirma que a Cosinor

*(...) discutiu os problemas dentro do local de trabalho sem a presença do Sindicato, porque eles já faziam o papel da discussão interna, e o Sindicato ficava mais nas causas gerais, que era comissão das companhas salariais, anual que tinha, e outras lutas que fosse necessário ser implementado dentro da fábrica e que precisasse da mobilização junto com os companheiros da fábrica, (...) com uma certa autonomia deles do ponto de vista da perspectiva da discussão interna da Cosinor, dos problemas da Cosinor, e junto a gente ia consolidar a solidariedade e o apoio do sindicato, numa luta mais geral lá dentro da Cosinor. Então essa coisa foi a primeira comissão de fábrica que foi criada aqui no*

<sup>254</sup> Caderno de apoio à formação sindical do Centro Josué de Castro. **Até chegar no Zé.**

<sup>255</sup> Essa proximidade parece bastante com o caso mineiro da Comissão de Fábrica que foi organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade. Cf. NEVES, Magda Almeida. FREITAS, Marina Monica. **A agenda sindical mineira nas últimas décadas.** In. RODRIGUES. Op. Cit.185.

*Nordeste, no Norte-Nordeste, que tem assim uma ênfase muito boa do ponto de vista da relação de discutir os problemas locais da fábrica e os problemas das campanhas salariais também*<sup>256</sup>.

Marcos Pereira confirma essa relação entre Sindicato e comissão chamando a atenção para o fato de que os trabalhadores se beneficiavam com essa instituição pois passavam a ter mais consciência de seus direitos. Havia um salto na qualidade da discussão e na criticidade daqueles operários. Vejamos

*Já que no interior da fábrica o Sindicato não estava, mas a partir do momento que você tinha comissão de fábrica naquela empresa, era o Sindicato instalado ali, porque os membros, todos eles eram militantes do Sindicato e começavam a discutir sentimentos, a descoberta do sentimento, por exemplo, você discutir a importância da tua fábrica na tua vida é uma coisa, mas você descobrir o que a fábrica te explorava é outra. O quanto a fábrica te explorava é outra coisa completamente diferente. Então tu passas daqui para cá, porque aquilo não lhe cabe mais. Você está simplesmente só na linha de produção sem questionar aquela linha de produção, sem questionar o porquê, para quê, tanto volume, o que é que chegava aquilo, é outra história*<sup>257</sup>.

É dentro dessa perspectiva de trabalhar junto aos empregados da fábrica, ouvindo, discutindo e apresentando um contrapeso frente a relação hierárquica do patrão ou diretor da fábrica que enxergamos a relevância de compreender e de estudar as comissões de fábrica. Analisando-as é possível perceber as formas de resistência criadas pelos trabalhadores e o nível de pressão exercido pelo patrão sobre a classe. Ao mesmo tempo em que a comissão foi o canal institucionalizado entre trabalhadores e patrões, vemos que o patrão também a usou como forma de antecipar e amortecer os conflitos evitando empates com o sindicato. Nesse sentido, acreditamos na tese defendida por Iran Jácome quando afirma que as comissões dos anos 80 surgiram como

Uma expressão organizada da resistência dos trabalhadores frente `organização capitalista do processo de trabalho; são nesse sentido organizamos de defesa dos empregados frente ao despotismo fabril. Ao mesmo tempo representa a forma institucionalizada de fazer expressar suas reivindicações, e significa uma real diminuição do poder gerencial, aumentando o poder de controle dos assalariados sobre as condições de trabalho, para os empregadores, no entanto, a representação trabalhista significa, principalmente, a tentativa de antecipação e controle dos conflitos no cotidiano da produção. Essa tensão e ambiguidade, em larga medida, caracterizam as experiências de comissões de empresa em nosso país, nos anos 80 (...) <sup>258</sup>.

As comissões podem ser vistas como um espaço democrático de participação do trabalhador criado para atender suas reivindicações e combater a repressão do patrão sobre o

<sup>256</sup> Entrevista com Jorge César, 7ª sessão realizada em 11 de janeiro de 2018.

<sup>257</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 3ª sessão realizada em 20 de abril de 2019.

<sup>258</sup> RODRIGUES, Iran Jácome. 1991. Op., Cit., p158.

empregado. Nesse sentido, ela também pode ser vista com um espaço no qual o trabalhador tenta se impor enquanto cidadão, lutando por melhores condições de trabalho ao exigirem boa alimentação, aumento de salários, melhores instalações e maquinário, fim de horas extras etc. Ou seja, em linhas gerais, podemos defender que funcionaram como local de participação presente e constante na fábrica na tentativa de intervir nas determinações e decisões advindas do patronado não as aceitando de modo pacífico.

Outro ponto de grande preocupação e atuação do Sindicato diz respeito às CIPAS, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes criadas, historicamente, desde a Revolução Industrial em virtude do grande número de acidentes ocorridos com os trabalhadores ao operarem máquinas. Regulamentada pela Organização Internacional do Trabalho, OIT, em 1921. No Brasil, foi implementada por meio do artigo 82 do Decreto-Lei 7.036, de 10 de novembro de 1944 na intenção de diminuir, por meio de cursos de capacitação e eleições dentre os funcionários da empresa, a incidência de acidentes de trabalho nas fábricas privadas estatais. O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco buscou se aproximar dos *cipeiros* nas fábricas como forma não apenas de orientá-los quanto à prevenção de acidentes, mas também como canal de relação com o sindicato como objetivo de atuarem em outras lutas. Muitos *cipeiros*, dentro dessa perspectiva, tiveram uma educação voltada para a formação sindical junto aos quadros e cursos oferecidos pelo Sindicato. Sabendo que sua estabilidade valia por dois anos dentro da empresa, o Sindicato buscou instrumentalizar e ampliar a atuação dos *cipeiros* nas fábricas de modo que eles agissem como “braço” do órgão de representação dentro do local de trabalho fiscalizando as irregularidades da empresa e trabalhando ao lado do operariado fazendo-o refletir sobre os problemas de classe. Trazer a CIPA para junto do Sindicato foi uma vitória nas palavras de Inaldo, pois ela conseguiu gerar

*companheiros combativos, dispostos a brigar, a perder o emprego, mas defender os interesses do pessoal, que extrapolava a questão da segurança, mas eles entravam. Campanhas salariais eles participavam ativamente, levavam gente pra assembleia e tal*<sup>259</sup>.

Marcos Pereira vai no mesmo sentido que o discurso acima acrescentando, contudo, que os *cipeiros*, mesmo fazendo uso da estabilidade à qual tinham direito, tinham uma relação difícil com o patrão. Possivelmente, essa relação extrapolava uma simples fiscalização e orientação por parte da função do *cipeiro*. Como vimos, o Sindicato estabelecia intenso contato com esse trabalhador capacitando-o e orientando-o quanto as mais diversas ações dos trabalhadores e do Sindicato. Por outro lado, o *cipeiro* realizava mais do que sua função na

---

<sup>259</sup> Entrevista com Inaldo, 1ª sessão realizada em 18 de julho de 2017.

prevenção de acidentes, funcionava como uma “extensão” do Sindicato na própria fábrica fiscalizado e denunciando as atitudes do patrão/dirigente e se constituindo enquanto referência para os trabalhadores. Com a palavra Marcos

*Primeiro que na CIPA o patrão indica parte e os trabalhadores indicam outra parte, e na CIPA, nem essa parte dos trabalhadores chega a ser o ponto de partida da luta pela organização interna nessa situação. Porque a partir do momento que esse trabalhador se reunia com os patrões, ele tinha alguns receios, e os choque ele sabia que não era fácil, e a partir do momento inclusive que ele participava como membro da CIPA, que tinha estabilidade, aí era que ele ficava mais temeroso. Primeiro denunciar as coisas da fábrica, isso é um problema. (...) a gente também orientava quando ia ter eleições de CIPA nós íamos até para portas das fábricas para dizer em que chapa a gente apoiava. Então havia uma coisa também muito ligada, organizadamente ligada por conta da questão dos trabalhadores, mas a gente tinha plena consciência quem era quem nesse processo, porque você imagina você tem uma CIPA dentro da sua empresa, vamos dizer que essa CIPA seja dez pessoas, dez membros, aí o patrão tem cinco, você tem cinco, aí quando der chega na hora de discutir aí o patrão diz “tu vai comer banana podre hoje”, se você fosse uma pessoa disposta “vou ficar com fome”, mas se a sua circunstância estrutural não lhe desse essa condição, você “é, tá certo, tá bom”, mesmo “enguiando” comia a banana podre. (Metaforicamente falando).*

Até o presente momento, ao falarmos de imposto sindical, comissões de fábrica e CIPAS, percebemos que, tirando a questão do imposto, as duas últimas estabeleceram enquanto práticas continuadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, levando em consideração que ambas instituições foram historicamente estabelecidas e que mesmo nos tempos do sindicalismo pelego, oficial, burocrático e no contexto da repressão, pesquisas apontaram para a existência de atuantes comissões de fábrica. A luta do imposto sindical, não conseguiu se impor enquanto ruptura ao sindicalismo corporativista naquele momento, como havia prometido. Nesse sentido, embora tenha apresentado avanços no ponto de vista da luta do trabalhador pela via sindical, a CUT, enquanto entidade maior que “geria” as normativas e diretrizes dos sindicatos a ela filiados, não conseguiu debater, mobilizar suficientemente e levar adiante ao ponto o rompimento com aquela estrutura tradicional e “velha” a qual se opunha ferrenhamente. Mesmo sendo utilizado de forma racional e retornando ao trabalhador em forma de jornais e boletins semanais, carros de som, manutenção do serviço médico e jurídico e investimento na formação de base, ainda assim o trabalhador não havia outra alternativa a não ser pagar o imposto. Possivelmente, em outras situações, muitos sindicatos acomodaram-se a esse imposto deixando de cumprir o seu papel frente aos trabalhadores. Atualmente, em meio ao contexto neoliberal em que vivemos desde de fins dos anos 80-90, à reforma trabalhista criada em de 2017 aliada à aprovação da Reforma Previdenciária, a qual estamos vivenciando, observamos que ao longo do tempo houve um enfraquecimento de

algumas entidades sindicais e sindicatos que passaram a incorporar posturas de acomodação em suas condutas frente ao avanço do capital.

Mesmo em face dessa atual situação, analisamos que o empenho realizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos comprometido em ampliar a participação e a luta dos trabalhadores nas fábricas por meio de Comissão de Fábrica da Cosinor, das CIPAS e do trabalho de Formação Sindical somaram esforços positivos, ao longo dos anos de 1980, capazes de avançar na busca de direitos não só ligados ao trabalho como também na prática da cidadania. O Sindicato não ficou indiferente às práticas repressoras do regime. Afinal de contas, a conquista por direitos passava pela luta contra um Estado que reprimia as greves tratando-as como caso de polícia e de agitação, que diminuía salários e o poder de compra do trabalhador reduzindo-o a situações de miséria, e de uma justiça na qual julgava as greves como ilegais ignorando os demais pontos levantados pelos trabalhadores na ação. Em face de todo esse quadro, vemos que o grupo vitorioso do Zé Ferrugem conseguiu imprimir uma marca de resistência e de apoio aos trabalhadores na década de 1980 em Pernambuco, firmando alianças com outros Sindicatos, Oposições, Estudantes e demais movimentos sociais, como os que ocorriam nos Bairros, articulando-se com a CUT e com outros Partidos, como o PT, foi tomando corpo, ganhando volume e expressão não apenas entre a categoria dos metalúrgicos mas também frente a uma gama de grupos sociais que existiam. Fazia parte dessa luta investir na formação sindical, não apenas do dirigente, do cipeiro ou do membro da comissão de fábrica, mas principalmente da categoria. Nesse sentido, foram despendidos esforços no sentido de capacitar o pessoal tanto para a luta dos direitos cotidianos na fábrica como a questão mais ampla, politicamente falando. Cursos, ampliação das sub-sedes nos bairros onde haviam grande contingente de fábricas e próximo às moradias dos trabalhadores, assembleias e Congressos, como o que ocorreu em 1986<sup>260</sup> foram levados adiante, e com certa regularidade, pelo grupo do Zé Ferrugem.

Presentes desde muito tempo na trajetória sindical brasileira, a formação sindical adquiriu características diversas variando conforme o governo e o tipo de atuação

---

<sup>260</sup> Após cinquenta anos de fundação da entidade, o Zé Ferrugem organizou o seu 1º Congresso Estadual em 1986. Nesse encontro houve a presença de 138 delegados da categoria na qual discutiu sobre os temas do salário, desemprego, custo de vida, atividade sindical, vida política Nacional e Internacional. Esse Congresso deixou claro as intenções do Sindicato: formar politicamente o trabalhador, oferecendo-lhes informação para refletir sobre a situação do local de trabalho até sobre as questões mais amplas como política e economia. O Encontro também deixou transparecer a linha político-ideológica na qual o grupo defendia, pelo menos uma parte dela nas palavras do dirigente sindical Siqueira. Cf. Caderno de apoio à formação sindical do Centro Josué de Castro. *Até chegar no Zé.*

político-ideológica maneira de conduzir a classe. Caracterizamos como formação sindical a mesma ideia apresentada pela autora Sílvia Manfredi que a conceitua como sistemáticas, “*intencionalmente programadas, como por exemplo, congressos de trabalhadores, cursos, seminários e palestras*”<sup>261</sup> desenvolvidas por entidades de classe com a finalidade de divulgar os projetos e propostas político-sindicais além de formar quadros para sua base. Em 1975-79 iniciativas, como cursos e seminários, (re) começam a despontar no seio da categoria sindical nas quais era comum formarem líderes e militantes envolvendo-os nos temas de econômico, política salarial e práticas sindicais. 1980 se configura como período bastante profícuo na educação sindical, influenciado pela retomada da luta sindical do período, no qual se verificou uma variedade nos tipos de formação vinculadas às mais diversas visões político-sindicais<sup>262</sup>. No Sindicato do grupo Zé Ferrugem não foi diferente. A ideia de realizar formação esteve presente na diretoria desde os tempos de Oposição. É interessante lembramos ainda que a atividade de formação também era comum nos movimentos ligados à Igreja Progressista, como a JOC e a ACO. Enquanto representante da categoria dos metalúrgicos em Pernambuco havia no Sindicato, na fala de seu ex-dirigente

*A gente tinha formação cotidianamente porque já a nossas reuniões era uma formação. A metodologia, né, onde cada um tinha direito de falar, de ouvir, de tentar entender aquela discussão, era uma formação. Fora isso, tinha a formação, né, do Sindicato em módulos (...) que era uma formação que era feito pra diretoria, era feito pra o pessoal de base, cipeiro, era feito pra comissão de negociação, então não tem uma escola formal, mas tinha, né, uma discussão da perspectiva da formação... Política naqueles indivíduos que tavam dentro daquela, ideal da proposta. Todos aqueles que se aproximavam do Sindicato tinham oportunidade de participar, a não ser que não queira, não quisesse, você tá entendendo? Era divulgado, né, era o máximo que você puder fazer*<sup>263</sup>.

Além de ser destinado a esse público, Jorge informa quais os assuntos e temas mais discutidos nessas ocasiões:

*Como eu acho que ali no Sindicato você pegava vários aspectos das discussões políticas, um exemplo, você tinha um pouco de economia, né, base, tô falando coisas base, né, você tinha economia, você tinha história. Quando é que você tinha economia? Quando você ia discutir no seminário com os economistas a modelagem, né, como funciona, né, o sistema, né, como você ia sentar pra ver, analisar com os economistas a campanha salarial, dentro dessa base tem a matemática, tem a questão histórica do contexto, da luta de classe, da formação da classe operária, do processo da industrialização que surgiu a classe operária, então, né, isso, um pouco do ponto de vista da metodologia, da organização, da discussão,*

---

<sup>261</sup> MANFREDI, Op., Cit., p. 23.

<sup>262</sup> Idem. p. 115.

<sup>263</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada no dia 31 de outubro de 2017.

*um pouco da psicologia de massa, né, quer dizer tudo o básico nesse, nesse, nesse contexto de formação (...)*<sup>264</sup>.

João Paulo acrescenta a essa lista de temas abordados na formação aspectos da história política e cita que nessas reuniões discutiam-se sobre várias questões:

*(...) lá se aprendia o que era mais-valia, o que era a questão da revolução das máquinas, porque se deu. A questão do movimento inclusive internacional mundial, como o caso inclusive da China, do apoio a Gregório Bezerra, Mao Tsé-Tung, a questão de Lênin, como é que comportava, como ver a questão de Stalin. Se estudava essas coisas. Então isso acontecia, porque na verdade o Sindicato dos Metalúrgicos, com a posição que tinha, se não tivesse esse momento de formação, a gente não seria o Sindicato dos metalúrgicos(...)*<sup>265</sup>.

Fazia parte da estrutura física e ideológica do Sindicato a descentralização de sua sede deste os tempos da direção do grupo pelego. Quando ganha as eleições em 1981, o grupo do Zé Ferrugem inicia a expansão dessas sub-sedes em bairros estratégicos do ponto de vista da proximidade das fábricas, consideradas importantes pelo quantitativo de empregados e pela relevância econômica, e da moradia dos trabalhadores. Nesses locais ocorriam reuniões frequentes onde se buscava um canal democrático e interativo entre direção –trabalhadores na tentativa de facilitar, devido à proximidade de sua fábrica ou moradia, a participação dos empregados nas reuniões. Era uma forma do trabalhador não apenas ficar ciente sobre o que acontecia com a categoria, mas também havia a possibilidade de naquele espaço participar de um curso de formação, denunciar práticas abusivas do patrão ou ainda, encontrar naquele lugar, um ambiente aberto à discussão e reflexão. Foi dentro desse princípio que na segunda gestão de João Paulo, o mesmo buscou dar continuidade à expansão das sub-sedes criando a sub-sede do bairro do Curado (**ver Figura 6**) e do Cabo, ambos considerados distritos industriais com grande concentração de fábricas e localizados próximo a bairros onde residiam alguns de seus operários. Outras sub-sedes que já existiam desde a primeira gestão e sob o mesmo princípio de se localizar próximo à conglomerados industriais era a que ficava na cidade de Abreu e Lima e a de Paulista. Além das sub-sedes, a relação e o apoio ao movimento de bairros e associações continuou sendo uma das bandeiras do Sindicato desde os tempos na época da Oposição Sindical. No final de 1970 e início dos anos 80 ressurgiu, nos bairros de periferia pobre do Recife, associações de moradores aliada a movimentos sociais que tinham como foco o trabalho nesses locais contra a ditadura e toda a situação de descaso político frente a ausência de projetos eficazes que viessem a proporcionar melhores condições de moradia, saneamento, lazer e transporte público à população. O trabalho de dissertação

<sup>264</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada no dia 31 de outubro de 2017.

<sup>265</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizado no dia 25 de janeiro de 2018.

realizado por Allan de Luna apresentado ao Departamento de Pós-Graduação em História da UFPE descreve, ao se referir ao ressurgimento dos movimentos de bairro, o contexto vivenciado pelos moradores naquela altura. Explana que viviam

Dentro de um quadro de espoliação urbana, de um modelo de desenvolvimento econômico acelerado e concentrador de renda, responsável por criar imensas desigualdades sociais e regionais no interior das urbes, a periferia desponta a contrapelo como o local da festa da organização popular. Moradores de diversas localidades iniciam um processo de aglutinação, marcado pela elaboração e pela projeção de valores em torno da superação de diversas questões, tais como: a ausência de bens e equipamentos de uso coletivo em seus precários cotidianos, como habitação, transportes, redes de saneamento básico, escolas ou postos de saúde; os direitos das mulheres; lutas ecológicas; a participação política; a democracia ou mesmo a constituinte<sup>266</sup>.

Mais à frente, apresenta que a ditadura militar aprofundou mediante sua política de habitação essa situação de abandono e descaso com a população da periferia.

A intensificação dessa situação de pobreza nas periferias dos grandes e médios centros urbanos, das desigualdades na ocupação do espaço urbano, do repartimento das cidades, dos guetos, são implicações de um projeto econômico elaborado durante a ditadura. Vale ressaltar ainda que tal situação de vulnerabilidade socioeconômica da periferia, ao longo do final dos anos 70 e, sobretudo, durante a década de 80, será aprofundada pela presença constante e crescente da inflação e pela crise econômica enfrentada em nível internacional, que irá, por exemplo, obrigar o governo brasileiro a declarar-se falido e a decretar moratória em 1983<sup>267</sup>.

Naquele momento, o PCdoB e a Igreja por meio de sua ala mais progressista enviaram militantes para apoiarem e ingressarem nos quadros dos movimentos populares nas associações de bairros. As Comunidade Eclesiais de Base, dentre os diversos campos de atuação buscaram se aproximar da luta urbana junto aos moradores das periferias pobres por entenderem que essa situação de miséria e descaso estava diretamente relacionada ao contexto maior de um país subdesenvolvido, imposto pelo regime das classes dominantes, marcado pelo crescimento desordenado das cidades habitadas por muitos migrantes vítimas do êxodo rural e da ausência de políticas habitacionais efetivas e geradoras de condições dignas de vida. Aliado a esse grupo, os dirigentes do Sindicato adotam como conduta, após a vitória conquistada na eleição de 1981, apoiar o movimento nos bairros oferecendo, por exemplo, o carro de som do Sindicato para ações que ocorriam nos bairros. Por outro lado, as lideranças de bairros e de outros movimentos populares apoiaram o sindicato desde o momento da

---

<sup>266</sup> LUNA, Allan Cavalcante. **O discreto charme da democracia: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2014. p. 29.

<sup>267</sup> LUNA, Op., Cit., p. 61.

tomada do órgão das mãos dos pelegos, ao participar como mesários e fiscais das urnas no dia da eleição, como também engrossaram fileiras nas mais diversas mobilizações que ocorreram na década de 80 contra o desemprego, o fechamento de fábricas e o regime ditatorial. O trecho abaixo é extenso mas revela essa relação da qual estamos falando.

*Que é importante a luta sindical e a luta popular, porquê? Porque a luta popular ela tá ligada a comunidade aonde os trabalhadores moram, lá tinha problema de asfalto, era queda de barreira, falta d'água, muriçoca e etecetera. E a gente brigava no movimento sindical por melhores condições de trabalho, segurança, salário, e etecetera, isso não tá dissociado, tá separado, porque naquele bairro onde mora essa classe que a gente tá brigando na fábrica e naquele bairro aquela classe que tá brigando lá por outro motivo porque a gente tá desassociado disso. Então a gente chamou o movimento popular pra fazer uma junção de lutas. Quando tinha luta do movimento popular, a gente tava lá presente, e quando tinha luta do movimento sindical, a gente levava as lideranças, tudo das comunidades, adoro a sua solidariedade de tá junto conosco, por quê? Porque uma coisa tá associada a outra, o bairro que ele mora e o trabalho. Então, era a união do movimento popular da nossa época com o movimento sindical, essa era a nossa concepção, por isso que quando a gente ia fazer nossas campanhas salariais, a gente não só ia pra porta de fábrica, a gente ia pra porta de fábrica, sábado e domingo onde aqueles trabalhadores trabalhavam de segunda a sexta compensando o sábado, estava lá, a gente ia pra lá fazer interlocução com ele pra divulgar a campanha salarial. No bairro, com carro de som passava. No Curado, mais metalúrgicos, né, Casa Amarela, passava os carros de som colocando pra um pouco da assembleia, falando das reivindicações, falando de uma possível greve que não fosse aceita, a nossa pauta de reivindicações (...) Então esse intercâmbio bairro-sindical tinha esse o objetivo (...).<sup>268</sup>*

É inegável reconhecer a existência de uma convergência de forças, que ocorre nesse contexto vivenciado pelos bairros entre meados de 1975 e início dos anos 1980, entre a política traçada pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos formados pelo Zé Ferrugem e as associações de bairros. Desde os tempos da Oposição os dirigentes conseguiram apoio de militantes que atuavam no movimento popular para tomar o sindicato das mãos dos pelegos. Em contrapartida, o grupo de Oposição, e posteriormente enquanto dirigentes oficiais do órgão representativo, empreendeu esforços para apoiar os bairros nas suas diversas formas de luta. É preciso registrar aqui ainda que, tanto os integrantes do grupo do Zé Ferrugem quanto os movimentos populares e associações estavam naquele momento unindo forças contra o regime ditatorial. Assim, o movimento de tomada do Sindicato pelego encontrou forças, desde o início de sua jornada rumo à direção, no movimento de bairro na convergência de algumas pautas consideradas de primeira ordem por ambas. Formava-se desse modo uma rede de reciprocidade entre esses atores sociais. Professando a formação de base junto à categoria como meio de conscientização social e política da classe trabalhadora, era inevitável não levar

---

<sup>268</sup>Entrevista com Inaldo, 2ª sessão realizada 10 de abril de 2018.

nas assembleias e reuniões do Sindicato denúncias e discussões sobre o que ocorria nos bairros onde moravam os metalúrgicos. As pautas por melhores condições de trabalho também passavam pela questão da moradia digna com acesso aos meios básicos de sobrevivência. Era quase (se não) inevitável não as relacionar. Outra demonstração de relação entre Sindicato e associações de bairro é que, ao colhermos os relatos de alguns ex-dirigentes para esse trabalho percebemos que dentre eles saíram quadros para concorrer ou apoiar eleições nos bairros. Foi o que ocorreu no Ibura, no Pina e em Camaragibe, que contou com o envolvimento de João Paulo, Marcos Pereira e Inaldo, respectivamente. Esse último finalizou sua fala reiterando que

*(...)rapaz, não adianta a gente estar aqui na fábrica, a gente ter um refeitório bom, uma comida gostosa, não sei o quê, né? Ter tudo saneado dentro da fábrica, ter banheiro, isso, não sei o quê, quando chega em casa aí você não tem água potável, né?”. Água encanada naquela época, tinha muita gente sem água encanada. Você não tem água encanada, você não tem transporte, você não tem calçamento, você não tem posto de saúde. Não adianta lutar pelo trabalhador no chão da fábrica, quando chega lá em casa, aí não tem energia (...).<sup>269</sup>.*

Assim como o movimento sociais nos bairros, alguns estudantes, por meio de iniciativa ou vinculados a partidos clandestinos, se comprometeram com a pauta do retorno da democracia também apoiada pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos. Esses estudantes, para além de suas lutas no campo estudantil, se engajaram no rol dos grupos que retomaram a luta nos pós 1975. Nesse sentido, aqui em Pernambuco, alguns forneceram apoio as mais diversas atividades propostas pelo grupo do Sindicato, dentre elas, panfletagem nas portas de fábrica, realização de pedágios em prol dos trabalhadores desempregados e organização estrutural de alguns eventos da categoria. Além de unir forças em prol do fim da ditadura, Jorge César acredita que alguns estudantes também militavam e acreditavam no caminho de luta via fortalecimento da classe trabalhadora. Em sua visão os estudantes se aproximaram do Sindicato por saber

*(...) que a gente estava com o mesmo objetivo, a nossa união de luta em prol dos trabalhadores da classe operária e com isso eles não se negava, ia pra porta de fábrica como a gente, agora o controle e a discussão política era nossa, ele tinha um papel, mas era um papel de auxiliar em alguns momentos a nossa luta e construir junto conosco. Era uma questão individual ou de agrupamento através dos DCE's, né, dos DA's, e vinham espontaneamente, não era uma questão de instituição pra instituição, era uma questão voluntária e todos aqueles que tinham esse pensamento, mesmo sendo de Partidos que... na qual a gente não comungava politicamente, a gente aceitava, não tinha nada... exclusivo era que eu era do PT, a minha visão pessoal e diversos companheiro do PCdoB ou do PC, na época, ou da Convergência Socialista. Todos aqueles que vinham, né, automaticamente e*

---

<sup>269</sup> Entrevista com Inaldo, 2ª sessão realizada 10 de abril de 2018.

*queriam contribuir, ele tinha todo o direito de contribuir, agora num determinado espaço que era o espaço que eles tinham, não de ser liderança*<sup>270</sup>.

Vale salientar que muitos quadros estudantis durante a ditadura encontraram nos partidos clandestinos formas diferenciadas, ideologicamente falando, de resistir e enfrentar o regime<sup>271</sup>. A Ação Popular foi um dos partidos clandestinos que recebeu grande contingente de estudantes em seus quadros de militantes. Alguns estudantes vinculados a grupos de esquerda engrossaram as fileiras da luta contra o regime de forma mais ampla e com a participação de grupos diversos, apenas por encontrarem afinidade no quesito derrubada à ditadura. Outros, além de lutarem contra a ditadura também se envolveram nas lutas sindicais por acreditarem na importância da tomada do poder com a participação/direção do proletariado. Foi apontando essas questões de proximidades teóricas que Jorge César acredita que foi possível contar com o apoio de estudantes para a causa metalúrgica deixando claro, em sua fala, os limites da atuação daquela categoria enquanto agregadora de forças.

## F) MULHERES NA INDÚSTRIA E NA DIRETORIA

Ao falarmos da categoria dos metalúrgicos em Pernambuco especificamente, não podemos negligenciar o trabalho realizado pelas mulheres seja dentro da fábrica, participando

<sup>270</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada no dia 31 de outubro de 2017.

<sup>271</sup> Jacob Gorender em sua obra **Combate nas trevas** de 1987, explana de forma complexa as diversas formas de compreender e vivenciar a política dentre os partidos de esquerda no período do regime militar. De modo sucinto a Concepção do PCB se centrou na luta pelas reformas de estrutura na crença de que o capitalismo mais amadurecido viesse a se aproximar da etapa da revolução nacional e democrática, rompendo com o imperialismo. Uma corrente dissidente se formou dentro do PCB por considerar sua postura conciliadora ao relacionar-se com burguesia nacional por isso, buscou se aproximar das forças populares. Dessa dissidência surge o PC do B no qual defendia um governo popular revolucionário e rejeitava as reformas de base defendidas pelo PCB. O POR (T) aderiu a concepção do nacionalismo pequeno-burguês para o estado operário. Inspirado em Trotsky a POLOP se especializou na crítica ao reformismo e ao nacionalismo defendia uma frente de esquerda formada apenas por representantes da classe média. Oriunda do meio Católico, a AP, recusou a terceira posição entre capitalismo e socialismo e buscou seguir essa última não pelo viés marxista mas sim “humanista” no qual encontrou apoio teórico em pensadores católicos. Grupos guerrilheiros seguiram alinhado ao pensamento de que a revolução emergiria do campo inspirada na experiência Cubana, na guerra do Vietnã e Revolução Cultural Chinesa. Inspiradas em Trotsky e em Rosa de Luxemburgo – VAR Palmares, VPR, MR-8, PRT e POC - entendiam que os países, dentro da perspectiva da teoria da dependência, tinham a partir dessa condição a possibilidade de realizar o socialismo. Cf. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo. Brasil contemporâneo. Série Temas. Vol 3. 1987. p. 24 – 40.

de greves, mobilizações, piquetes etc, como também de sua atuação no meio sindical. Nos debruçaremos nas próximas linhas a discutir sobre como se deu a participação das mesmas no mercado de trabalho, com especial enfoque na área metalúrgica. Contudo, não queremos aqui abordar e entender gênero como sinônimo de mulheres, como fez/faz erroneamente alguns estudos, tampouco o encaramos o estudo das mulheres desbloqueado do estudo sobre os homens. Acreditamos que o gênero se constitui, por excelência, nas relações sociais entre os indivíduos baseadas nas diferenças entre os sexos<sup>272</sup>. E, já agora, vale ressaltarmos que o estudo de gênero também não se pauta na oposição binária entre homem e mulher, num jogo no qual se busca relatar o que essa última não pode ou deixa de fazer em relação ao primeiro. É preciso ir além dessa descrição simplista e avançar no sentido de enxergar o gênero de uma forma mais ampla atrelada a um determinado contexto de possibilidades. Segundo Michele Perrot, durante muito tempo as mulheres ficaram de fora da narrativa histórica, destinadas “à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal<sup>273</sup>”. Foi a partir de 1960, devido a uma convergência de fatores, que os estudos sobre as mulheres avançaram na área das ciências humanas. Cientificamente, ocorreu um deslocamento no campo teórico, que em outrora privilegiava o marxismo e o estruturalismo, rumo à subjetividade. A história passou a dialogar com a demografia e a antropologia e caminhou na direção de novos temas como família, mulher, infância e sexualidade, só para citar alguns exemplos. Por outro lado, o meio acadêmico estava nos anos 70 recebendo uma grande quantidade de estudantes e professoras atingindo números nunca vistos até aquele momento. Por fim, há de se levar em consideração que nos anos de 1970 surgiu um movimento de mulheres intelectuais, muitas delas leitoras de Simone de Beauvoir, as quais se comprometeram, dentre outras questões, em desconstruir saberes que priorizavam o masculino apresentando em seu lugar outras narrativas.

Politicamente falando, nesse mesmo período aqui no Brasil, vimos ressurgir com força e efervescência a resistência e luta das classes trabalhadoras acompanhando o fluxo dos movimentos sociais que despontaram, sobretudo, na segunda metade da década de 70. Em 1975 os membros da Organização das Nações Unidas, a ONU, estabeleceram o recorte de 1975-1985 considerando-a como a Década Internacional da Mulher em resposta às pressões do movimento de mulheres, imbuídas do pensamento feminista, na crítica às políticas de

---

<sup>272</sup> SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade. Vol.15.Nº2. Jul/Dez. 1990. p. 86.

<sup>273</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela Correa. São Paulo. Editora Contexto.2007. p. 16.

desenvolvimento. Durante essa conferência, os países se comprometeram a criar um plano de ação cujas as metas giraram em torno da inclusão das mulheres no processo de desenvolvimento. Naquele mesmo ano, foi aprovado pela ONU, em assembleia, uma “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher” devendo vigorar a partir de setembro de 1981. Na prática essa reunião conseguiu elaborar, em nível internacional, um instrumento jurídico capaz de combateras diversas formas de discriminação sobre as mulheres. Nas palavras de Cecília Sardenberg

Tais políticas resultaram de uma longa história de lutas das mulheres trabalhadoras, no sentido de conquistar maior espaço para suas demandas específicas, bem como maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no movimento sindical<sup>274</sup>.

Nessa mesa conjuntura, 1970 houve um aumento na força feminina de trabalho impulsionado devido ao avanço do setor eletroeletrônicos. Exigindo apenas habilidades manuais esses setores permitiram a possibilidade de entrada de uma mão-de-obra não qualificada e que ao mesmo tempo foi vítima da situação econômica na qual a instabilidade no emprego, o arrocho salarial e a inflação pressionaramos trabalhadores (as) a buscarem outras formas de sustentar ou complementar renda familiar. Mas, antes de nos atermos à entrada das mulheres na metalurgia desse período, é preciso voltarmos um pouco no tempo no intuito de abordarmos historicamente, mesmo que de forma breve, a situação das trabalhadoras em épocas mais longínquas. Durante muito tempo, o espaço feminino ficou restrito à esfera do privado. O recato, a complacência, a docilidade eram atributos que aliadas aos afazeres domésticos, o cuidado com o marido e os filhos constituíam o papel social esperado com relação às mulheres. Em casa, o trabalho feminino não era valorizado e nem tampouco emancipava a mulher financeira e socialmente falando, ao contrário, a engessava no patriarcado visto aqui como uma forma de ditar na relação de “*poder entre os sexos*”, organizadas na família sob o comando do pai e, tendo como sua “*expressão particular na divisão sexual do trabalho e na apropriação do serviço doméstico pelo homem*”<sup>275</sup>. Ao homem, o espaço público, os negócios, a política, as relações sociais e consequente tomadas de decisão. A princípio, elas foram, em sua maioria, excluídas desse processo. Nesse sentido, acreditamos que a partir do momento em que as mulheres passaram a ingressar e ocupar o

---

<sup>274</sup> SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. (Org.). FERREIRA, Sílvia Lúcia. COSTA Ana Alice Alcantara. **A Face Feminina do Complexo Metal-Mecânico: Mulheres Metalúrgicas no Norte e Nordeste**. Salvador/São Paulo. Confederação Nacional de Metalúrgicos - CNM/CUT. 2004. p. 20.

<sup>275</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras - presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981. p. 75. A autora não trabalha com a ideia de que o patriarcado como meio de produção, porém, defende que aquele o sobredetermina.

mercado de trabalho esse processo foi capaz de lhes assegurar “*autonomia financeira que lhe permitiu, dentre outras coisas, rebelar-se contra algumas formas de submissão impostas por uma cultura notadamente masculina*”<sup>276</sup>.” Esse processo foi capaz de libertar a mulher dos grilhões que historicamente a aprisionavam no espaço doméstico numa relação de jugo e dependência seja do pai ou do marido.

No período das guerras mundiais do século XX as mulheres ofereceram sua mão-de-obra barata para suprir os centros de guerra, no lugar do trabalho masculino, nas mais diversas atividades econômicas alterando profundamente o quadro de dominação e jugo que sofriam, geralmente pobres e moradoras das cidades. Contudo, o trabalho doméstico não foi reduzido ou anulado. Veio junto com esse processo para essas mulheres a segunda jornada de trabalho que passou a fazer parte da rotina de milhões de trabalhadoras. Ingressar no mundo do trabalho não foi tarefa fácil. Além de quebrar com uma suposta ideia de “fragilidade” as mulheres tiveram que desempenhar grandes esforços, por meio da dedicação exclusiva, para provar que tinham condições de fazer parte do processo produtivo. Por isso, para além de uma conquista e emancipação financeira, ingressar no mercado de trabalho representou o ingresso da mulher na esfera pública, adquirindo também uma existência social a partir das novas relações que iam se formando, constituindo assim importante valor no aspecto da socialização<sup>277</sup>. No Brasil, desde os primeiros surtos industriais, ocorrido em meados do século XIX e estendendo-se com mais força ao longo do século XX, a presença feminina se fez crescente nos meios industriais. A presença feminina nas fábricas era menor quando comparada o contingente de homens que se ocuparam nessa tarefa, mas isso dependia do setor. O recenseamento de São Paulo de 1872 mostrou que dos 10.256 operários da indústria do algodão, 9.514 eram mulheres<sup>278</sup>. Desde a década de 1920 e acentuando-se no decênio posterior, sob a luz da política desenvolvimentista voltada para a substituição de importações engajada com a ideia de atender ao mercado externo, a mão de obra feminina foi empregada principalmente no ramo da indústria têxtil, como mostra a tabela abaixo.

---

<sup>276</sup> REIS, Suzete da Silva. COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Trabalho, educação e gênero**. Desafios e perspectivas da inserção da mulher no mercado de trabalho. Curitiba. Multideia. 2014. p. 22.

<sup>277</sup> REIS, Suzete da Silva. COSTA, Marli Marlene Moraes da. Op. Cit., p. 27.

<sup>278</sup> PENA, Op., Cit., p. 91.

Tabela 2: Participação do Emprego Feminino em Ramos Industriais – 1920

RAMOS	TOTAL DE OPERÁRIOS	Nº DE MULHERES	%
TEXTIL	112.195	57.706	51
ALIMENTAÇÃO	51.871	15.027	28
VESTUÁRIO E TOUCADOR	28.248	11.412	40
CERÂMICA	18.883	1.769	9
PRODUTOS QUÍMICOS	15.350	4.866	31
METALURGIA	12.161	107	8
MOBILIÁRIO	7.944	692	8
CONSTRUÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	5.118	150	2
COURO E PELES	4.605	143	3
EDIFICAÇÃO	3.600	31	8

Fonte: Recenseamento do Brasil realizado em 1920.<sup>279</sup>

Essa participação se altera, em alguns setores como iremos verificar na próxima tabela, nas décadas de 1940 e 1950. Contudo, o setor têxtil continua liderando dentre as opções de mercado de trabalho para as mulheres.

---

<sup>279</sup> PENA, Op., Cit., p. 92.

Tabela 3: Participação do trabalho feminino em alguns ramos de atividades 1940 – 1950.

RAMOS INDUSTRIAIS	PARTICIPAÇÃO DE MULHERES (%)	
	1940	1950
TEXTIL	53	57
VESTUÁRIO, CALÇADO E TOUCADOR	31	37
QUÍMICA	32	33
ALIMENTO	11	13
METALURGIA	5	8
MECÂNICA	4	1
PAPEL E PAPELÃO	33	11
BEBIDA	33	11

F  
 onte:  
 Cálculo do censo industrial de 1940 e 1950.<sup>280</sup>  
 N  
 a primeiratabela, o

setor da metalurgia que é o foco do nosso trabalho, apresentou em 1920 a sexta posição dentre o ramo com participação feminina (107 operárias). Já nos períodos de 1940 e 1950, como resultado do impulso industrial vivido na época, a quantidade de postos de trabalho aumentou e o que antes ocupava a sexta posição subiu para a quinta dentre os ramos indústrias da época. O que levou a esse quadro de estagnação no número de trabalhadoras metalúrgicas em 1940 e 1950? Era exigido algum tipo de habilidade mínima com o maquinário para poder ocupar os postos de trabalho desse setor? Podemos dizer que havia uma “cultura” de priorizar ocupações na área têxtil considerada como uma “atividade feminina”? Havia uma maior “identificação” com o trabalho têxtil em virtude da grande presença feminina em seus quadros? Infelizmente, não podemos apontar certamente o que ocorreu com o setor metalúrgico para empregar poucas mulheres num período considerado fundamental para o desenvolvimento do setor no país. Contudo, a presença feminina na metalurgia permanece inalterado em 1920 e 1950. Por

<sup>280</sup> PENA, Op.cit., p. 141.

outro lado, o setor têxtil, dentre todos os anos apresentados, foi o ramo que mais absorveu o trabalho feminino. Isso não significa dizer que aí as condições de trabalho das operarias eram benéficas. Extensas horas de trabalho, podendo chegar entre 10 a 14 horas por dia, trabalhos aos domingos, baixos salários, péssimas condições no local de trabalho, pouca ou nenhuma garantia trabalhista além da duplicidade e exaustiva jornada do trabalho dentro de suas casas. A questão da maternidade e mesmo a responsabilidade em relação aos filhos, é que levava a se pensar que as mulheres poderiam faltar muito no trabalho. Além da ideia de que sua capacidade de trabalho era inferior, que ela não tinha qualificação etc. O trabalho de dissertação de mestrado apresentado na UFPE por Luciana Varejão apresentou de forma detalhada, em gráficos e documentos trabalhistas, a participação da mulher na indústria têxtil em Pernambuco na década de 1960 apontando o número de ações trabalhistas que foram movidas pelo proletário feminino<sup>281</sup>.

Além de entrarem na justiça, movendo causas individuais ou coletivas para exigirem demandas consideradas gerais, como salários atrasados, férias e 13º não recebidos, demissão ou suspensão consideradas injustas, não recebimento de salários em fins de semana e feriados, para citar alguns, demissões com o objetivo de pagar uma baixa indenização ou por motivo de afastamento em virtude de gravidez foram alguns dos motivos de demissões específicas da demanda feminina que a autora encontrou em suas pesquisas nos documentos da Justiça trabalhista<sup>282</sup>. Esse tipo de estudo nos dá indícios de uma “tomada de consciência”<sup>283</sup> na medida em que, de modo individual ou coletivamente, trabalhadores e trabalhadoras da área têxtil em Pernambuco passam a mover ações, em 1960-1964, contra os abusos do patronado como forma de resistência. Contudo, ao recuarmos no tempo observaremos que a luta das mulheres por melhores condições de trabalho remontam a tempos longínquos no Mundo e no

---

<sup>281</sup> VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense – 1960-1964. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2011.

<sup>282</sup> A autora realizou um quadro bem detalhado, que por razões de limites sobre o tema não apresentaremos nesse trabalho, apresentando objetos da reclamação trabalhista por sexo, sendo possível visualizarmos quais pedidos e ações eram mais frequentes entre operários e operárias. Cf. VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. Op. Cit., p. 79. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br>. Acessado em: 19 de Julho de 2019

<sup>283</sup> Assim como Thompson entendemos que a classe acontece no momento em que nas relações entre os indivíduos ocorre a troca de experiências, herdadas ou partilhadas, nas quais aqueles se dão conta de que suas experiências e interesses são opostos. Já a consciência de classe ocorre a depender da forma com que as relações de produção vão se dar: dentro de um sistema de valores, herdadas na tradição, nas ideias ou formas institucionais. Nas relações ente patrões e empregados num contexto de repressão e privação de direitos, a fábrica constitui como uma espécie de “celeiro” na qual ideias e valores tendem a se convergir tonando favorável o surgimento da consciência de classe. Cf. THOMPSON, E.P. A TOMPHSOM. E.P. *Formação da Classe Operária Inglesa* - Árvore da liberdade. Rio de Janeiro. Vol. 1. 4ª edição. Paz e Terra. 2004.p. 10.

Brasil. Michelle Perrot fez um raio X nas movimentações operárias a partir da segunda metade do século XVIII e revelou, dentre outras coisas, expressivos envolvimento de mulheres em greves, mistas ou não, dentre as quais protestaram contra salários – sempre ameaçados –, paralizações por causa de assédios e redução de horas de trabalho<sup>284</sup>. Os estudos de Perrot indicam que muitas dessas agitações, tendo as mulheres como participantes, apresentaram problemas ocorrendo em certas situações a intervenção da polícia. Todavia, aponta para uma baixa sindicalização entre as mulheres atribuindo um caráter predominantemente espontâneo na condução das greves<sup>285</sup>.

Desde o início do século XX em virtude das inúmeras dificuldades e exploração enfrentadas nos locais de trabalho na ordem da classe e do gênero, destacou-se a primeira greve geral de trabalhadores da indústria têxtil no Brasil a partir das tecelãs cariocas que iniciaram o movimento em 1903. Em São Paulo e na Bahia nos anos de 1917 e 1918, respectivamente, as mulheres também ingressaram nas fileiras das greves. Na Bahia, em 1919 é interessante destacarmos a greve que ocorreu no setor têxtil daquele Estado. Um grupo de operárias da Fábrica de Tecidos da Penha invadiram as oficinas da Companhia de Navegação Baiana para conclamar os trabalhadores a aderirem à greve. Ao atenderem à convocação das colegas operárias, foi iniciado um intenso processo de mobilização a qual resultou na criação da Associação Profissional dos Trabalhadores Metalúrgicos da Cidade de Salvador, fundada em 1919 na qual se tornou o embrião do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia. Voltando a Pernambuco, os trabalhadores do setor têxtil em 1963 parou cerca de 15 mil trabalhadores nas fábricas que ficavam localizadas nas cidades de Recife, Camaragibe, Cabo e Timbaúba na luta por aumento salarial e melhores condições de trabalho<sup>286</sup>. Frente a descrição e análise dessas lutas e mobilizações, fruto da iniciativa de estudos que são herdeiros de uma época na qual se criticou literaturas internacionais e brasileiras que invisibilizaram as mulheres concebendo a classe trabalhadora como *homogênea, branca, masculina, assexuada, sem distinção de idade e cor como se todos os operários estivesse expostos de igual forma às relações de produção*<sup>287</sup>. Durante muito tempo as ciências sociais agiram dessa maneira corroborando

<sup>284</sup> Segundo a pesquisa realizada por Michelle Perrot, na França do século XIX grande parte das mulheres estavam empregadas na indústria alimentícia, de tabacos, química e têxtil. PERROT, *Michelle*. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo. Editora Contexto. 2006. p. 120.

<sup>285</sup> PERROT, Op. Cit., p.155 – 170.

<sup>286</sup> VAREJÃO, Op., Cit., p. 102.

<sup>287</sup> COSTA. Ana Alice Alcântara. As mulheres no sindicato. In. SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (org.). FERREIRA, Sílvia Lúcia. COSTA Ana Alice Alcântara. *A Face Feminina do Complexo Metal-Mecânico:*

para difundir entre a sociedade mitos de que as mulheres não participavam da política, dos centros de decisão ou dos sindicatos. Mas, mesmo antes de 1964 elas já atuavam organizadamente em vários sindicatos, embora no geral, não compusessem suas direções<sup>288</sup>. Como já vimos, a década de 1970 passou por mudanças transformadoras nas quais contribuíram para, aos poucos, “quebrar” esses blocos de pensamento. Sob a luz dos estudos feministas, novos trabalhos e ideias passaram a perceber a mulher enquanto sujeito histórico tendo como eixos norteadores

- a) desconstruir o mito da não participação feminina;
- b) dar visibilidade a atuação feminina a partir de uma redefinição do conceito de participação política<sup>3</sup> e da sua recuperação histórica;
- c) transformar as práticas sexistas e excludentes dominantes nas estruturas de participação política;
- d) criar mecanismos de incorporação feminina às esferas de decisão na sociedade<sup>289</sup>.

Esse movimento teórico transpôs barreiras e muros acadêmicos e reverberou na sociedade. Os sindicatos não ficaram indiferentes a essa situação basta lembrarmos que eles atuam na sociedade enquanto representante de uma coletividade que gera demandas e que mobiliza anseios de uma categoria agindo como negociador junto aos demais atores sociais. Ou seja, essa instituição não está alheia às demandas, impasses e problemas sociais. Aliado a essa perspectiva transformadora houve o crescimento significativo da força de trabalho feminino na indústria mecânica e de eletroeletrônicos a partir dos anos 70. Encontrando um caminho favorável junto ao setor da metalurgia, que não exigia capacitação específica e elaborada o PNDA, Plano Nacional de Desenvolvimento por Amostragem de 1988 apontou que entre 1970 e 1978 houve o crescimento da participação sindical feminina na ordem de 176% enquanto que a participação masculina cresceu em 87%<sup>290</sup>. Como sabemos, após o impacto do regime que reprimiu as diversas formas de mobilização e organização da sociedade, além das instituições civis, o sindicalismo juntamente com outros movimentos sociais despontou no cenário nacional reivindicando o fim da ditadura e exigindo para si o direito de volta à cena política na luta em prol dos trabalhadores. É sob essa efervescência social e de aparecimento das Oposições Sindicais que ocorrem as primeiras mobilizações de mulheres trabalhadoras. As primeiras a “puxarem”, digamos

---

**Mulheres Metalúrgicas no Norte e Nordeste. Salvador/São Paulo.** Confederação Nacional de Metalúrgicos - CNM/CUT. 2004.p. 110.

<sup>288</sup> Sobre isso consultar ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Tecendo lutas, abrindo espaços –mulheres no movimento sociais dos anos 50. Recife. 8 de Março.2003.

<sup>289</sup> Idem. p. 110.

<sup>290</sup> Idem. p. 111.

assim, esse movimento foram as mulheres metalúrgicas de São Bernardo e Diadema que em 1978, realizaram o seu Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica e, um ano depois, foi a vez de São Paulo sediar o Primeiro Congresso de Mulheres Metalúrgicas (**Figura 8 à 11**).

Figura 8: Imagem da capa da Ficha de inscrição do 1º Congresso de Mulheres Metalúrgicas de em São Paulo.



Fonte: <http://www.ufpe.br/ditaduracivilmilitar>. Acervo: NuDoc – Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes. Acessado em: 15 de Julho de 2019.

Figura 9: Imagem das páginas seguintes da ficha de filiação do 1º Congresso de Mulheres Metalúrgicas em São Paulo (Folha 1).



Fonte: <http://www.ufpe.br/ditaduracivilmilitar>. Acervo: NuDoc – Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes. Acessado em: 15 de Julho de 2019.

Figura 10: Imagem da ficha de filiação do 1º Congresso de Mulheres Metalúrgicas em São Paulo (Folha 2).



Fonte: <http://www.ufpe.br/ditaduracivilmilitar>. Acervo: NuDoc – Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes. Acessado em: 15 de Julho de 2019.

Figura 11: Imagem da ficha de filiação do 1º Congresso de Mulheres Metalúrgicas em São Paulo (folha 3).

**VOCÊ NÃO TERÁ NENHUMA DESCULPA PARA NÃO PARTICIPAR DO PRIMEIRO CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA DE SÃO PAULO**

1.º) Porque todas as participantes são suas companheiras, são trabalhadoras como você.

2.º) Porque será dia 31 de agosto, (sexta-feira), à noite, e dias 1 e 2 de setembro, durante o dia. Você não vai perder nenhum dia de serviço.

3.º) Porque haverá uma creche para você deixar as crianças de casa (com mamadeira, berço e gente de confiança para cuidar)

4.º) Porque a condução é fácil e o caminho do Sindicato você conhece.

5.º) Porque haverá almoço de graça para todas as participantes, no sábado e no domingo.

6.º) A ficha de inscrição está na sua mão. É só preencher e pronto.

Produção: Oboré - 854-4029  
Criação: Angeli, Lierro, Glauco, Henfil, Cox, Svirjão

**PRIMEIRO CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA DE SÃO PAULO**  
31 de agosto, 1 e 2 de setembro de 1979

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Nome ..... Matr. n.º .....

endereço residencial: rua ..... n.º .....

bairro ..... CEP .....

Nome da firma: .....

endereço: rua ..... n.º ..... bairro ..... CEP .....

Cargo ou função na firma: .....

Salário-hora: Cr\$ ..... Há quanto tempo está nesse emprego? .....

Idade ..... Estado Civil ..... Número de filhos .....

Fonte: <http://www.ufpe.br/ditaduracivilmilitar>. Acervo: NuDoc – Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes. Acessado em: 15 de Julho de 2019.

O Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo ocorreu em janeiro de 1978 na Sede dos Metalúrgicos de São Paulo dando início a uma série de discussões e pautas que giravam em torno de reivindicações femininas com o objetivo maior de integrá-las na vida sindical da categoria. Cerca de 800 trabalhadoras se inscreveram para participar do evento, porém, 350 conseguiram efetivamente comparecer, sob fortes ameaças de demissão. A partir desse encontro, foram denunciadas diversas situações, até então desconhecidas pelas lideranças e demais trabalhadoras presentes. Diversos assuntos foram debatidos nesse Congresso: diferença salarial entre homens e mulheres e consequentemente baixos salários; tratamento discriminatório por parte das chefias; assédio;

exigências vexatórias por parte das empresas no uso do banheiro, inadequação ou falta de creches e de vestiários, inexistência de locais para refeição dentre outras questões<sup>291</sup>. Um ano depois, era a vez do Congresso de Mulheres Metalúrgicas de São Paulo o qual, não diferiu muito das pautas apresentadas pelas companheiras no ano anterior no Congresso do ABC paulista. Segundo a convocatória cujas as imagens apresentamos acima, o Congresso tentou facilitar a presença das mulheres a participarem nos três dias de atividades anunciando a distribuição de almoço gratuito e de creches para cuidarem dos filhos das operárias. Juntas, segundo o folheto de inscrição, as mulheres encontrariam um espaço o qual poderiam discutir sobre os problemas do cotidiano da fábrica na tentativa de encontrar soluções para os problemas mais urgentes. Em linguagem simples, bem-humorada e ilustrada por tirinhas o material ilustrou uma série de situações nas quais revelavam o descumprimento de leis básicas aos trabalhadores e específicas às mulheres operárias. Crítica à desigualdade de salários entre homens e mulheres desempenhando a mesma função; situações de desrespeito quanto ao credo, pensamento político diferença entre os sexos; exigência na criação de creches em fábricas com mais de 30 trabalhadoras; alerta para a proibição do trabalho noturno e hora-extra apenas em situações excepcionais; foram algumas situações relatadas nesse material. Em sua última folha, havia o formulário de inscrição o qual solicitava as informações pessoais das trabalhadoras, nome, local de trabalho e de residência, o valor percebido do salário, cargo e/ou função da mulher na empresa.

Analisando esse material percebemos que as pautas ali apresentadas revelaram uma ideia, por parte do editorial, de solidariedade entre mulheres em prol de causas em comum. Além disso, as pautas dão conta de assuntos ligados não apenas as questões de trabalho mais amplo – pagamento de indenização - como também havia dados específicos sobre as mulheres – creche, horas – extras e trabalho noturno, discriminações dentre elas por sexo – revelando uma relação entre problemas nos direitos do trabalho e nas questões de gênero. Como estratégia de convencimento, o material convoca as mulheres utilizando palavras de efeito como vemos na última folha a seguinte frase “*Você não terá nenhuma desculpa para não participar do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, porque todas as participantes são suas companheiras, são trabalhadoras como você.*” o que nos remete a descrição de um ambiente estritamente feminino e por isso, propício a deixar as mulheres mais à vontade, afinal de contas, estariam entre companheiras, entre mulheres. Já a

---

<sup>291</sup> Site Central única dos Trabalhadores - CUT. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/ha-32-anos-acontecia-o-1-congresso-da-mulher-metalurgica-do-abc-f715>, Acessado em: 23 de Julho de 2019.

frase que se encontra na primeira folha (**Figura 6**) do material sindical utiliza palavras fortes de exaltação e que parecem remeter à realidade de algumas, se não todas, trabalhadoras enquanto mulheres que viviam/em um ambiente de trabalho e socialmente marcado por discursos e práticas machistas. Vejamos: *“chegou a hora da mulher falar sobre sua vida, dos seus problemas, das suas ideias. Chegou a hora de falar e ser ouvida. Chegou a hora.”* Ali, entre mulheres companheiras umas das outras, era o lugar para se sentirem dispostas e sem amarras para denunciarem situações de opressão no trabalho e no contexto social do qual faziam parte. Ao pesquisar e ouvir as entrevistas dos ex-dirigentes, me deparei em alguns momentos, ouvindo na fala desses homens, relatos de greves com participação feminina além de mobilizações em fábricas lideradas por trabalhadoras. Contudo, um nome saltou entre tantas trabalhadoras dos tempos áureos da retomada de luta dos anos de 1980: Lindalva, ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, única mulher que compôs os quadros da diretoria naquela década.

Lindalva não participou da primeira gestão, ingressando nos quadros como secretária apenas na segunda gestão do Sindicato em 1984. O que sabemos dela foi através do relato de seus companheiros pois, ao iniciarmos as pesquisas para as possíveis entrevistas ainda no início desse projeto, descobrimos que a mesma havia falecido. Dito isso e em face de toda as lutas, conquistas e percalços – ainda longe de acabarem - que foram expostas nessa seção sobre as mulheres, tentaremos nas próximas linhas apresentar e discutir algumas situações que as envolvem e tangem, conseqüentemente, a própria Lindalva. Temos ciência das limitações desse trabalho ao recorrermos como fonte apenas os relatos dos sindicalistas para discutir essa problemática. Nos deparamos com dificuldades para encontrarmos no DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que é o órgão que elabora pesquisa sindical por excelência, dados que apontassem a sindicalização de mulheres em períodos anteriores a 1990. A mesma coisa ocorreu quando fomos procurar bibliografia sobre o tema de mulheres metalúrgicas no período de nosso estudo. Coletânea de artigos e alguns trabalhos aqui e acolá, mas nenhuma base mais sólida e diversificada sobre o tema encontramos. Isso nos leva a crer que ainda precisamos avançar em determinados temas sobre as mulheres no sentido de ampliarmos os caminhos que já foram abertos pelas que deixaram sua contribuição intelectual e militante no passado. É preciso investigar, pesquisar, discutir e mobilizar pessoas e meios em prol dessa luta pelo não esquecimento de nossa história.

Esse esboço pode se colocar como um ponto inicial para que possa instigar e abrir possibilidades de análises e pesquisas mais avançadas e sistemáticas sobre o tema das

mulheres metalúrgicas no Brasil e em Pernambuco dentro do (s) universo (s) do trabalho. Segundo o relato dos ex-dirigentes, a participação das mulheres em algumas greves e fábricas era uma situação comum, que ocorria com certa frequência no âmbito sindical. Philips, Altronic, Ipan, Alpargatas, Monor e Volnor foram algumas das fábricas que, puxando pela memória dos entrevistados, citaram a forte presença e atuação de mulheres nas mais diversas formas de atuação da categoria. Pelas informações coletadas, as greves com a presença feminina ocorreram em maior volume quando estas tinham um caráter misto, ou seja, eram formadas por homens e mulheres. Em sua fala, Jorge César comenta sobre a “disposição” das mulheres para a luta comparando-as com o mesmo sentimento aguerrido presente nos homens quando envolvidos nessas mesmas circunstâncias. Descreve ainda quais reivindicações eram características da luta feminina e quais eram de cunho geral quando comparado à categoria, porém, ressalta que havia poucas mulheres no Sindicato. Acompanhemos.

*(...) A participação das mulheres ela não tinha diferença muitos homens, porquê quando elas estavam convencidas do ponto de vista da nossa luta...Aí automaticamente a greve, por exemplo, fiz muitas greves na Monor e na Volnor, com a grande maioria mulher, E muito mais firme nessa luta cotidiana. A gente teve pouca participação da mulher na direção do Sindicato, mas na luta cotidiana, ela aonde tinha fábrica com a participação das mulheres, ela tinha o mesmo objetivo e o mesmo interesse, mesma disposição de luta dos homens. Não, ela era igual por mais dependendo das suas reivindicações. As reivindicações era basicamente as mesmas, né? A econômica, alimentação, horas extras, atraso de salário, irregularidades cotidianas (...) da campanha salarial a gente tentava ver a questão do período pós-parto, a gravidez que... creche, exemplo, creche nas fábricas, porque? Porque ela trazia o seu filho a voltar, né? Do final do período da gravidez, e ali ela ter o espaço de amamentar, entendeu? Então as reivindicações praticamente na luta cotidiana não tinham, mas tinha na luta anual que era ver aquelas coisas que tocava referente a mulher<sup>292</sup>.*

Inaldo caminha no mesmo sentido que Jorge César, o de apresentar que havia participação de mulheres nas lutas, mas não no Sindicato. Sendo o único, dentre os entrevistados, que ainda continua atuando na via sindical dos metalúrgicos na função de dirigente, estabelece uma relação entre as ações no passado e as do presente para relatar que a situação era a seguinte:

*Olhe, a categoria sempre teve mulher, como tem até hoje, mas participação sempre foi zero (No Sindicato). Agora que a gente está conseguindo mexer com isso. A gente está com, salvo engano, quatro dirigentes no sindicato hoje mulher. Então botamos essas mulheres pra participar ativamente da vida política nacional. Então a gente agora criou a Secretaria da Mulher, que não tinha no Sindicato, nós criamos agora, né, porque nós estamos idealizando isso. Estamos estabelecendo que vai ter que ter cota no Sindicato pra poder formar a chapa, né, aí os homens tem que se virar porque a gente não pode abrir mão da cota, que é uma coisa que a gente está defendendo, entendeu? Mas não tinha participação de*

<sup>292</sup> Entrevista com Jorge César, 6ª sessão realizada em 27 de Dezembro de 2017.

*mulheres não, era muito difícil. Agora a gente participando de uma greve, que não foi categoria da gente, por exemplo, a gente foi que deu todo apoio, João Paulo tava a frente disso, foi a Alpargatas, lá em prazeres. Quase que noventa por cento das mulheres, de que a gente se viu, aquelas mulheres serviram (...) dar muito discurso em porta de fábrica. (...) os piquetes foram feitos pelas mulheres. Mas que o segundo dia, foi o segundo dia, quase não entrou homem nenhum, né? Teve homem que levou empurrão de mulher. As mulheres ficaram de um jeito que... a gente aí naquela época não tinha esse negócio de gravar, de filmar, se tivesse né?*<sup>293</sup>

Mais uma vez, podemos observar, em outra fala, a colocação de que era pouca a participação de mulheres em cargos efetivos na diretoria naquela altura dos anos 80 no Sindicato. No próximo relato, o de João Paulo, vemos mais uma vez a presença de elementos, discussões e preocupações que são mais latentes nos dias de hoje presentes no discurso ao se referir ao passado. Essa fala, é influência dos “novos” ventos que desde as últimas décadas temse engajado na luta para atingir e envolver partes consideráveis da sociedade convidando-a a refletir sobre a situação das minorias politicamente organizadas, como negros, LGBTQ’s, grupos com necessidades especiais e mulheres, dando-lhes mais visibilidade nas conquistas de direitos, nas políticas públicas e em algumas iniciativas particulares como ONG’s e Fundações. Sobre a participação das mulheres nas greves e na direção do Sindicato, João Paulo faz um *mea culpa* ao afirmar que naquele momento, criar meios para incluir a participação política de outras mulheres no Sindicato não era uma preocupação maior.

*(...) recordo, quando se deram as participações mais importantes de mulheres era na Ipan, que tinha um número de mulher. (...)Tinha um caso assim específico, uma Volnor, tinha Lindalva...Mas era muito difícil a participação da mulher, muito, e eu acho que a gente também nunca... mesmo colocando que tinha preocupação, mas nunca conseguiu desenvolver uma política para mulher. Não era uma preocupação maior, naquela época, no mínimo, entendeu? Eu até de vez em quando lembrava porque no movimento de Igreja, na JOC, é cinquenta por cento, já naquela época já. (...)As mulheres tinham uma participação em alguns lugares até surpreendente, eu achava, entendeu? Pela determinação, pela coragem (...)*<sup>294</sup>.

Ao voltarmos para a entrevista de Inaldo, verificamos que a mesma se complementa com que apresentamos em João Paulo sobre a participação de um quantitativo maior de mulheres no Sindicato. Ao falar sobre Lindalva, conta que

*(...) Ela foi uma companheira importante na... ((celular tocando)), nunca conseguiu, pra você ver, tinha uma mulher mas não conseguia juntar mulher. Ela juntava muitos homens. Ela trazia companheiros pra chapa (...). Mas foi importante Lindalva participar da chapa com a gente. (...)ela participava de tudo, ela era muito ativa em tudo quanto é reunião,*

<sup>293</sup> Entrevista com Inaldo, 1ª sessão realizada em 18 de julho de 2017.

<sup>294</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizada em 25 de janeiro de 2018.

*tudo que é seminário, tudo era quanto greve. Tudo Lindalva estava presente. (...) ela levava as filhas pras assembleias, então os filhos dela também participavam, e o marido dela*<sup>295</sup>.

Há alguns pontos a serem discutidos sobre esses relatos. Primeiro, Lindalva, segundo relatos, ingressou no Sindicato na segunda gestão, em 1984 durante a presidência de João Paulo atuando com secretária. Morava na região do Município de Abreu e Lima e ao que tudo indica, trabalhava em alguma Fábrica naquela localidade. Devido a sua postura, discurso e engajamento político nas reuniões que ocorriam na Sub-sede do Sindicato de Abreu e Lima, foi incorporada aos quadros da diretoria na segunda gestão na função de secretária. No último relato nos é revelado que a mesma levava suas filhas para as assembleias por que, possivelmente dividia-se na dupla jornada de trabalho e na situação de atuar em diversos papéis: trabalhadora, dirigente sindical, mãe e dona de casa. Pesava ainda a questão da localidade pois, morava em Abreu e Lima e cotidianamente tinha que se dirigir ao Sindicato que ficava no centro do Recife. Cerca de trinta quilômetros é o total da distância entre essas duas cidades a qual deveria ser realizada utilizando o transporte público da época que, se comparado com a ineficiência de hoje, o daquela época não deveria ser muito diferente. Todo esse empenho dispendido em prol da luta sindical, naquela época, nem todas as mulheres se encontravam na mesma situação. Mas o que teria levado Lindalva a ingressar no meio Sindical e não outras mulheres? Talvez não tenhamos a resposta pronta para essa pergunta, contudo, o que podemos sugerir é um conjunto de fatores, políticos e sociais, que contribuíram/em para pensarmos o que teria causado o tímido engajamento das mulheres metalúrgicas no Sindicato tendo em vista que muitas delas, segundo os relatos, participavam das greves de forma aguerrida.

Valendo-nos do trabalho de Ana Alice Costa que escreveu sobre a participação de mulheres no meio sindical, podemos levar em consideração alguns pontos que nos dão indícios da baixa presença de trabalhadoras nesses órgãos de classe. Há de se levar em consideração os fatores condicionantes presentes na cultura e na sociedade nesse tipo de abordagem. Criadas, na maioria das vezes e a depender do recorte social de classe, para atuarem nos espaços privados do lar ao lado do marido e dos filhos muitas mulheres não viam, podemos acreditar, o Sindicato como um espaço para o feminino e por isso distante de seu interesse. Mesmo para aquelas que ingressaram no mercado de trabalho, para complementar a renda familiar junto à do marido ou as que sustentavam toda a família, e que eram conhecedoras das injustiças, dos abusos e da repressão do patrão não conseguiam encontrar

---

<sup>295</sup> Entrevista com Inaldo, 1ª sessão realizada em 18 de julho de 2017

energia e tempos suficientes que a fizessem ingressar nos quadros sindicais e até mesmo, em outras organizações políticas da sociedade civil. A dupla jornada de trabalho, a submissão psicológica e a dependência emocional ligada à figura do marido, a pressão social da maternidade e do que se espera ao tornar-se mãe, a baixa escolaridade, a distância geográfica entre moradia-trabalho-sindicato e a ausência de políticassindicais que na prática engajassem de fato a mulher, convidando-a a se apropriar do espaço institucional podem ser apontados como alguns dos fatores que contribuíram para o baixoenvolvimento das mulheres no Sindicato.

Segundo Ana Alice Costa poucos foram os Sindicatos que, na sua prática cotidiana “desenvolvem ações voltadas para as mulheres” e, nos locais que conseguiram desempenhar alguma espécie de atividade não proporcionaram cursos ou outras práticas que pudessem atraí-las e conscientizá-las politicamente falando. Os esforços nesse sentido eram muito mais voltados às questões vistas como “femininas”, “tratadas como de pouco interesse e relegadas a um segundo plano, não são vistas e planejadas como atividade política que necessita recursos financeiros e pessoal capacitado<sup>296</sup>”. Quando observamos a postura isolada de Lindalva no esforço que desempenhou para participar e contribuir na luta sindical e quando analisamos os relatos dos ex-dirigentes sobre a baixa participação de mulheres no Sindicato, percebemos que além dos fatores culturais - do que se convencionou historicamente sobre qual seria o papel da mulher a ser desempenhado na sociedade - essa entidade enquanto representante de uma categoria considerada de ponta e de grande relevância econômica, e, formada por contingentes femininos e masculinos, poderia ter desempenhado mais protagonismo ao criar ações que viessem a facilitar a empoderamento das mulheres e a politização das companheiras. Em Recife, naquele mesmo momento, surgiram discussões feministas nas quais a própria Lurdinha, que trabalhava como funcionária do Sindicato, contribuiu para aquelas reuniões e debates. Embora tenhamos avançado em muitas conquistas do ponto de vista político, econômico e sindical nos últimos anos, ainda permanecem grandes barreiras a serem superadas tanto nos locais de trabalho quanto fora desses locais: discriminação de gênero, assédio, dificuldades em conseguir promoções e a dificuldade de conciliar a jornada dentro e fora do trabalho por persistir a ideia de que as tarefas domésticas são incumbências femininas.

Faz-se necessário, então, criar, nos diversos espaços, e oportunizar a igualdade entre homens e mulheres no ponto de vista do direito promovendo dentro dessa igualdade a garantia às especificidades que são atreladas às mulheres do ponto de vista biológico – questões

---

<sup>296</sup> COSTA. Ana Alice Alcântara. **As mulheres no sindicato**. Op., Cit., p. 120.

ligadas à saúde e a gestação, por exemplo. E isso passa por todas as esferas da atuação social dos indivíduos no mundo em que vivem, ou seja, promover a inclusão das mulheres é papel de todas as instituições sociais. O Sindicato enquanto espaço de luta do (a) trabalhador (a) contra a exploração do capital não deve se excluir do compromisso de promover programas junto às operárias conhecendo de perto as suas necessidades e interesses, investir e capacitar na formação de lideranças femininas nas fábricas, fomentar Congressos e cursos com mais variados temas que possam atrair as mulheres para o pensamento crítico sobre a política e sua situação enquanto mulher, além de capacitar os (as) funcionários (as) do Sindicato e os (as) trabalhadores (as) das fábricas por meio de pessoal especializado, comprometido com a participação da mulher enquanto protagonista de sua vida e do local onde trabalha, para que possam refletir sobre as práticas machistas socialmente estabelecidas no sentido de desconstruí-las ao incorporar – não imediatamente – novas condutas. Essas são algumas das iniciativas que esperamos poder contribuir para que avancemos nas lutas por espaços que valorizem as ações das mulheres nos seus mais diversos aspectos.

#### G) CRISE, LUTAS E MOBILIZAÇÕES DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PERNAMBUCO SOB AS LINHAS DO DIÁRIO PERNAMBUCO DE 1982-1985

Nesta seção dedicaremos nossas atenções para algumas das mobilizações e lutas (assembleias, greves, passeatas- movimentos paredistas, piquetes) que o grupo sindical do Zé Ferrugem desempenhou ao longo do difícil momento econômico do país aliado às profundas transformações no mundo do trabalho internacional atingindo, conseqüentemente, a economia nacional na década de 1980. O recorte de 1982 a 1985 é fruto do levantamento realizado no Arquivo Estadual João Emerciano, APEJE, durante o primeiro semestre de 2018, no qual priorizou-se percorrer os caminhos do Sindicato dos Metalúrgicos relacionados ao tema das mobilizações que foram presentes nesse momento em nosso país. Em 1984 vivenciamos o período chamando de redemocratização marcado pelo fim de vinte e um anos de regime militar. No ano seguinte o comando do executivo do país iniciou sob o mandato de um presidente civil que prometia retomar e encaminhar as pautas democráticas exigidas pelos diversos grupos civis empenhando em levar adiante algumas reformas reunidas na Constituinte de 1988. Escolhemos 1985 como ano-limite desse texto no intuito de observar se,

como “novo” governo federal afetou de que forma, ou não, as lutas que já vinham sendo levadas pelo grupo dos metalúrgicos desde 1981 aqui no Estado, compreendendo desde o momento da tomada do Sindicato das mãos dos pelegos até o início de um período de acentuação da crise econômica, reflexo do “milagre econômico” e das altas do Petróleo que ocorrerem na década de 1970 afetando principalmente os países dependentes desse recurso.

É nessa conjuntura e a partir dessas considerações que privilegiamos a pesquisa realizada no *Diário de Pernambuco* por se constituir um outro de tipo de fonte capaz de não apenas complementar as narrativas presentes nas entrevistas, mas também confrontá-las na medida que a memória está sendo sempre reconstituída e por se encontrar numa distância temporal significativa diante dos fatos. Ademais, é interessante analisarmos como foi construído o (s)discurso (s)produzidos pelos Jornal; como se dirigiam aos metalúrgicos? Que linguagem e tom utilizavam ao se referirem a grupo? Privilegiaram outros atores como materiais ligados ao sindicato patronal? Apresentou insatisfações da categoria metalúrgica contra o seu órgão de representação de classe? É possível percebermos nos editoriais do Jornal uma constante em determinados temas ligados ao grupo? Se sim, sobre o que mais falaram? Levando em conta esses questionamentos, consideramos que só esse tipo de fonte pode nos “socorrer” para ampliar o olhar e a compreensão sobre o nosso sujeito de estudo. Ainda faz – se necessário esclarecer, sobre o tema da imprensa, o porquê de priorizarmos os editoriais do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Comércio*. Ao pesquisarmos nos jornais utilizando o filtro dia-mês-ano de ambos, percebemos que muitas notícias que foram apresentadas em um determinado periódico não foram, sequer, mencionadas no outro, mesmo se tratando de informações que tinham ocorrido em um mesmo dia. Nos deparamos com essa situação em vários momentos: determinada ação dos metalúrgicos, ligados ao seu Sindicato, não foram noticiadas no *Jornal do Comércio* entre o período de 1981 a 1985, salvo raras exceções.

Os jornais não constituem, como todas as fontes, neutralidade. Eles estão atrelados ao contexto histórico, aos interesses e posicionamento de seus editores e colaboradores buscando atender a um determinado nicho social e/ou econômico. De 1964 a 1968, o *Diário de Pernambuco* acompanhou as principais notícias dos governos militares sem apresentá-lhes críticas e resistências. Personalidades políticas e religiosas contrárias ao regime, como Miguel Arraes e Dom Helder Câmara, foram evitadas de serem comentadas em seus editoriais para não entrarem em confronto direto com a repressão. Após o endurecimento do AI-5, a censura se instaurou nos jornais na forma de equipes de prontidão do DOPS que ficavam instalados nas dependências do jornal, “de olho” no que seria veiculado, ou no índice fixava os

temas que deveriam ser evitados. Essa vigilância ocorreu até a revogação do Ato nº 05 em 1978 por Geisel. A partir desse momento, muitos editoriais, como no próprio *Diário de Pernambuco* passam a cobrir temas como as movimentações pelas Diretas Já e o retorno das eleições estaduais, mas ainda num tom discreto e sem inclinações no sentido de evitar problemas com o regime que ainda se fazia no poder, embora enfraquecido<sup>297</sup>. Frente a essas considerações podemos entender que o *Jornal do Commercio* entre 1982 – 1985 optou por uma postura menos “aguerrida” no sentido de acompanhar de longe as lutas, greves e paralisações travadas pelos trabalhadores mais especificamente o caso dos metalúrgicos nos tempos da já fragilizada ditadura. Receio de contrariar o regime ou de ir de encontro aos interesses de grupos político-econômico de inclinações menos “populares” o *Jornal do Commercio*, em meio à “festa do povo” preferiu manter a cautela, ao menos é o que nos parece. Em face a isto, inclinamos o nosso olhar crítico sobre o *Diário de Pernambuco* com o intuito de acompanharmos os caminhos e descaminhos do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco no momento de grande recessão econômica e desemprego que marcou os anos 80, também conhecida como a “década perdida”<sup>298</sup>, ao menos no sentido econômico-financeiro.

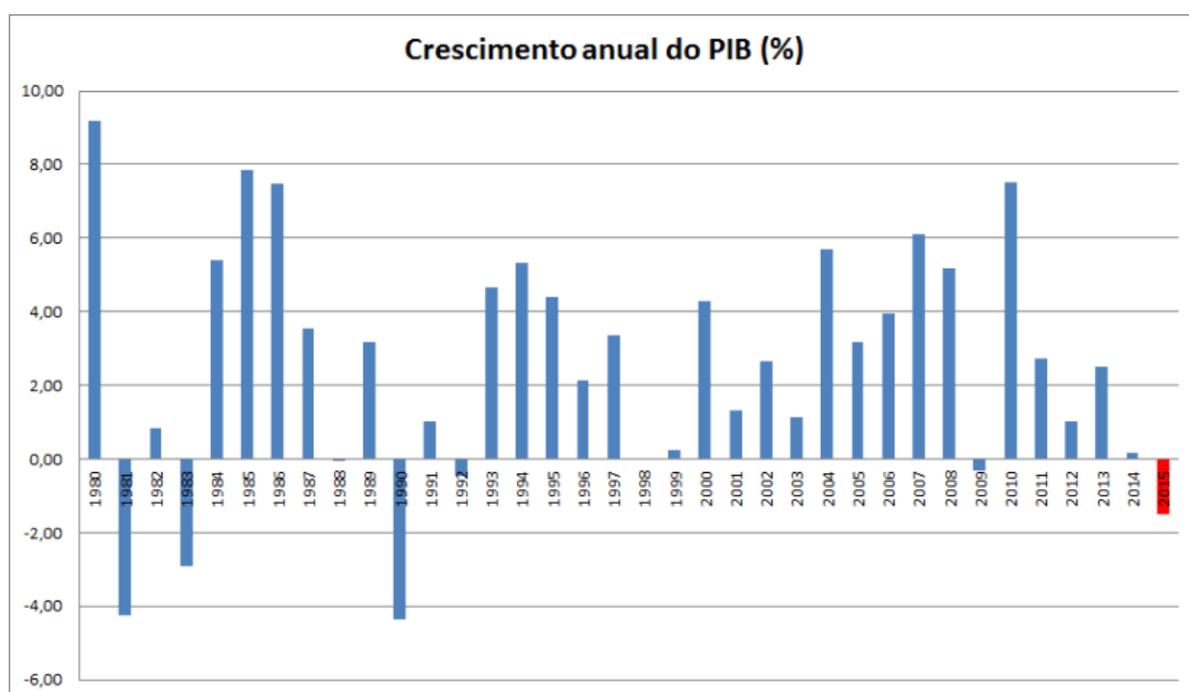
Ao longo dos volumes analisados, entre 1982-1985, percebemos que o *Diário de Pernambuco*, D.P., acompanhou de perto o Sindicato dos Metalúrgicos dando visibilidade às suas assembleias, campanhas salariais, greves, passeatas, mobilizações nas frentes de fábricas em virtude de seu fechamento ou dando voz às denúncias do trabalhador frente aos abusos dos patrões. Observamos ainda que até 1984 o D.P. escreveu extensas matérias, muitas delas geradas a partir de entrevistas com economistas, políticos ou líderes do sindicais, cobrindo a crise vivida no período. Números e estatísticas foram apresentados para ressaltar e conscientizar a população da grave situação econômica do país. Obviamente que temas ligados à política local e internacional também foram discutidas nas linhas editoriais. Não era para menos. As medidas políticas aplicadas para reversão dessa situação só vieram a surtir certo efeito em 1985, mesmo assim de modo bastante tímido não sendo capaz de recuperar, a

<sup>297</sup> O site da Fundação Getúlio Vargas dedicou uma página para explicar a trajetória histórica do Diário de Pernambuco ao longo do tempo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acessado em: 25 de Julho de 2019.

<sup>298</sup> Alguns estudiosos acreditam que a década de 1980 foi considerada perdida em face a sua pouca expressividade de crescimento da economia com relação ao PIB. Essa década foi marcada por oscilações: recessão entre 1981/83, recuperação/retomada do crescimento entre 1984/86 e estagnação entre 1987/89. Cf. VARGAS, J.; FELIPE, E. S. *Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país*. Artigo. Revista de Economia. Vol. 41. N.03. Ano 39. 2015. p. 131.

curto prazo, as baixas sofridas nos índices do emprego e do Produto Interno Bruto, por exemplo. O gráfico abaixo ilustra o crescimento anual do PIB ao longo dos anos 1980 até 2015.

GRÁFICO 1: Crescimento anual do PIB 1980 - 2015



Fonte: GALA, Paulo. Gráfico elaborado pelo Professor Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – FGV . Disponível: [www.paulogala.com.br](http://www.paulogala.com.br). Acesso em: 24/07/2019.

1981 e 1983 foram períodos considerados críticos naquele momento. O primeiro ano da crise registrou uma taxa negativa de -4,28% e em 1983 -2,92 no PIB, para ser mais preciso<sup>299</sup>. Crise, inflação galopante<sup>300</sup>, desemprego e consequente instabilidade no trabalho, arrocho salarial e aumento das relações informais de trabalho atingiram a população brasileira afetando em cheio o trabalhador e seu poder de compra. Os índices de desemprego desse período podem ser vistos na Tabela 4 abaixo.

<sup>299</sup> VARGAS, J. e FELIPE, E. S. Op., Cit., p. 131.

<sup>300</sup> Segundo os dados de VARGAS, J. e FELIPE, E. S os índices de inflação de 1981 a 1985 apresentaram as seguintes cifras: 1980 – 110,2; 1981 – 95,2; 1982 – 99,7; 1983 – 211,0; 1984 – 223,8; 1985 – 235,1. Cf. VARGAS, J. e FELIPE, E. S. Op., Cit., p. 132.

Tabela 4: Taxa de desemprego (%) - Brasil (1981-1986)

ANO	DESEMPREGO
1981	7,9
1982	6,3
1983	6,7
1984	7,1
1985	5,3
1986	3,6

Fonte: IBGE/PNAD, 2016. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Elaboração feita pela própria autora.

Todos esses fatores acarretaram em medidas restritivas e severas do ponto de vista das políticas econômicas. A entrada do Fundo Monetário Internacional, o FMI, como tentativa de estabilizar a economia foi um exemplo, junto com o aumento do endividamento da dívida externa, do agravo dessa situação. Contudo, o dinheiro do FMI foi canalizado para atender, em especial, aos *setores formais da economia como aqueles integrados aos mercados internos e externos nos quais eram mais dependentes da linha de crédito regular*<sup>301</sup>. Nesse sentido, em 1981 e 1983 as pequenas e médias empresas, nesse conjunto de recessivo, apresentaram elevada taxa de desemprego e de falência colocando milhares de trabalhadores na rua, atingindo negativamente, os índices da População Economicamente Ativa, PEA, como podemos ver na tabela seguinte.

<sup>301</sup>ARANDIGO, Alejandro Kuajara. **O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos planos de estabilização**. Artigo.p. 149 – 150. Disponível: [www.revistas.fee.tche.br](http://www.revistas.fee.tche.br). Acesso em: 12/07/2019.

Tabela 5: Valores absolutos e porcentagem relacionados ao número de estabelecimentos, produtividade e pessoal empregado em 1970,1980 e 1990.

ESTABELECIMENTO						PRODUTIVIDADE						PESSOAL EMPREGADO					
1970		1980		1985		1970		1980		1985		1970		1980		1985	
V.Ab.	%	V.Ab.	%	V.Ab.	%	V.Ab.	%	V.Ab.	%	V.Ab.	%	V.Ab.	%	V.Ab.	%	V.Ab.	%
248	4,1	473	6,6	656	7,8	50.478	5,9	22.004	11,2	2.180.226	10,3	4.504	5,1	9.299	6,1	8.888	5,9

\*V.Ab. – Valores Absolutos

Fonte: Anuário do IBGE. Disponível: [www.biblioteca.ibge.gov.br](http://www.biblioteca.ibge.gov.br). Tabela elaborado pela própria da autora.

A situação interna do país aliou-se ao quadro de mudança no mundo do trabalho sentido à nível internacional. Essa alteração significou a passagem do modelo fordista para o de flexibilização da produção passando a operar, principalmente, mediante os ajustes e necessidade do mercado, conhecido como *just in time*<sup>302</sup>. Na prática, isso colocou a economia brasileira diante de um dilema: os mecanismos de regulação do capital empregados até aquele momento na economia do país, apresentou choque diante da nova tendência globalizante: investimentos tecnológicos, maior desestruturação do mundo do trabalho ocasionando, por exemplo, o aumento da informalidade devido à insegurança do emprego. Em Pernambuco, segundo o líder metalúrgico Siqueira em entrevista à imprensa<sup>303</sup>, os reflexos dessa recessão econômica foram sentidos pelos trabalhadores que tiveram os seus postos de emprego reduzidos a 30% entre 1981-1984, período em que 86 fábricas fecharam. Numa tentativa de estabelecer um balanço entre o ano de 1980 e 1981 o D.P. de 18/07/1981 apresentou em uma matéria extensaalguns detalhes, mas amena e sem apresentar alardes em seu discurso sobre a

<sup>302</sup> Segundo Adriano Botelho, o *just in time* consiste numa prática na qual busca administrar a produção industrial e de seus materiais buscando a redução dos estoques de matéria prima e de peças intermediárias utilizadas apenas, quando necessárias e na medida exata. A ideia nesse modelo é chegar a um estoque zero. Cf. BOTELHO, Adriano. **Do Fordismo à produção flexível** – O espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo. Anna Blume. 1ª edição. 2008. p .62.

<sup>303</sup> O trecho dessa entrevista se encontra no Caderno Sindical – *Até chegar no Zé*.

economia nordestina naqueles dois anos. Nas primeiras linhas, apresentou que a região em 1981 não teve nem perdas nem ganhos comparada à economia nacional, segundo os dados do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Buscou exaltar que em relação ao ano anterior o Nordeste apresentou taxas positivas na exportação contribuindo para manter a balança comercial favorável; que essa região decresceu apenas 2,8% em comparação com a queda da indústria nacional de 8,4%; finalmente, enaltece a performance positiva no quesito arrecadação regional sobre os impostos que incidiam sobre o comércio, o ICM e o IPI. Depois de uma apresentação amena, afirma que a agricultura foi “arruinada” após dois anos consecutivos de seca e a indústria de transformação cresceu menos que a da construção civil. Mais uma vez, sem querer gerar grandes burburinhos, o jornal em 1982<sup>304</sup> baseado nos dados da Delegacia Regional do Trabalho - DRT – apresentou que o desemprego era “setorial” ou seja, o setor têxtil e do açúcar lideraram o desemprego ficando a metalurgia apenas em terceiro lugar. A rotatividade da mão de obra por demissão foi denunciada na mesma matéria responsabilizando os patrões que demitiam os trabalhadores que ganhavam mais para poder contra novos pagando-lhes o mínimo. Até 1985 percebemos, de modo geral, que o D.P empenhou-se em apresentar discussões e dados sobre a crise, ano a ano, dosando o tom e a forma de expressar essas informações à sociedade que nessa altura já devia sofrer bastante com a dura realidade da demissão ou de sua possível concretização.

Baseado nas matérias do D.P. sobre o Sindicato dos Metalúrgicos mapeadas durante os anos de 1981 á 1985 realizamos duas tabelas uma contendo greves e paralizações (**Quadro 1**) da categoria no ano mencionado e outra relatando assembleias e mobilizações (**Quadro 2** no Apêndice). Entendemos como mobilizações notas oficiais, denúncias na imprensa, passeatas, reuniões e etc. Nessa organização de informações, percebemos que ao longo dos cinco anos estudados a quantidade do que denominamos de mobilizações formalizaram-se em 58 atos passando da quantidade de greves e paralizações propriamente ditas que foram de aproximadamente de 23.

---

<sup>304</sup> Diário de Pernambuco, matéria do dia 11/03/1982.

QUADRO 1: Greves e paralizações na categoria metalúrgica

<b>Data</b>	<b>Fábrica</b>	<b>Pauta</b>
10/11/1981	Microlite do Nordeste	Extinção de hora extra
12/03/1982	Ipam, Omesa e Renda Priori entre outras	Anotação ilegal de atestados médicos na carteira de trabalho
14/05/1982	Reciferal, Polimetal e Mono-motor e a Codecipe (grevistas em passeata para o Palácio das Princesas e acampamento na Praça da República)	Auxílio-desemprego, cesta-básica, passes gratuitos de ônibus e pagamento imediato das folhas salariais
15/05/1982	Menor Micro-motor (atividades paralisadas há mais de há 45 dias. Diante dos insucessos na negociação, sindicato resolver recorrer a DRT)	Não pagamento de salários
19/05/1982	Produsa e Himeca	Salários atrasados, não recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias e hora-extra retida
07/07/1982	Teneger	Enquadramento da empresa como metalúrgica
22/07/1983	Diversas empresas (Microlite, IPAM, Cosinor e Codestil entre outras)	Medidas econômicas do Governo Federal. 34 pessoas foram presas, dentre elas dirigentes do SINDMETAL, o que gerou diversas mobilizações contrárias à prisão.
14/12/1983	Microlite (funcionários do setor de mecânica)	Atitudes agressivas e arbitrarias praticadas pelo gerente Pietro Calábria contra funcionários
14/03/1984	Wolnor	Saldo de salário e de férias atrasados
31/05/1984	Microlite	Demissões de mais de 150 funcionários nos últimos dois meses
02/03/1985	COSINOR	Falta de segurança no trabalho, participação na CIPA, fim de hora extra, reintegração de funcionários demitidos e participação na comissão de inquérito que investigava a morte de um electricista na fábrica e indenização à família do falecido
15/03/1985	Renda Priori	Pagamento do salário mínimo
26/03/1985	SINDMETAL PE e patronato	Acordo mediado pela justiça do trabalho encerra greve
03/07/1985	SINDMETAL e operários da Springer	Equiparação salarial com os operários do Rio Grande do Sul

<b>Data</b>	<b>Fábrica</b>	<b>Pauta</b>
04/07/1985	SINDMETAL PE e parte dos operários da Leon Heimer	Piquetes na frente da fábrica reivindicando a extinção de trabalhos aos sábados
06/07/1985	SINDMETAL PE e operários da Springer	Passeata no centro do Recife para reivindicar maior flexibilidade por parte da direção da empresa no atendimento às exigências dos operários
10/07/1985	SINDMETAL PE	Presidente denuncia na imprensa local as pressões sofridas pelos trabalhadores da Leon Heimer para assinar acordo pelo fim da greve no TRT, os relatos narram o uso pela direção da fábrica da polícia militar de Pernambuco, em especial a divisão da Rádio Patrulha, na coação de trabalhadores que muitos casos foram tirados de casa pelos policiais e levados na viatura para a fábrica
14/07/1985	SINDMETAL PE	Assembleia para deflagrar campanha salarial
24/07/1985	SINDMETAL PE	Sindicato encaminha documento ao DRT contendo inúmeras reivindicações e solicita do órgão mediação com o patronato
28/07/1985	SINDMETAL PE	Metalúrgicos denunciam na imprensa que patrões fazem manobras para retardar o início das negociações
06/08/1985	SINDMETAL PE e empresários do setor metalúrgico	Com mediação do DRT negociações são iniciadas para deliberação acerca dos pleitos apresentados na campanha salarial
21/08/1985	SINDMETAL PE e empresários do setor metalúrgico	Após dias de ameaça de greve e apreciação de contrapropostas, chega-se a um acordo
20/08/1985	SINDMETAL PE e operários do setor de montagem e manutenção de elevadores	Assembleia para deliberar acerca de quais ações seriam realizadas para viabilizar o pleito pela reposição salarial

FONTE: Acervo do APEJE. Quadro 1 organizado pela autora a partir dos resumos das matérias do jornal do Diário de Pernambuco entre 1981 à 1985.

Algumas causas podem ser levadas em consideração para tentar explicar essa diferença entre greves e paralizações quando comparadas às mobilizações. A greve tem um caráter de expressão máxima da luta do trabalhador como forma de pressionar o patrão, geralmente realizada quando todas as chances de negociação se mostram frustradas. Diante do desemprego galopante, da instabilidade marcada nos cinco primeiros anos da década de 80 e do impasse ocorrido entre a diretoria, na campanha salarial de 1982, a qual ficou dividida entre a realização ou não de uma greve para exigir aumento na categoria, é possível acreditarmos que o grupo se manteve cauteloso em incitar e manter greves nas quais os riscos de demissão eram grandes. Sobre esse momento, Jorge César mostrou, em sua entrevista na segunda sessão, uma noção bastante coerente em relação à conjuntura política da época informando que a prioridade do grupo, naquele momento, era manter o nível de emprego.

*O Brasil tava vindo do milagre econômico, do período da ditadura militar, e quando entrou nos anos oitenta (...) o país começou a entrar num processo de recessão. Então a gente já tava com uma base na categoria, consolidada do ponto de vista da nossa atuação e aí você começou um processo de recessão, demissões em massa, fechamento de fábrica, redução, muitas vezes as fábricas queriam fazer redução do horário de trabalho, né, com redução de salário, então aí essa direção já começou a fazer uma intervenção não só nos problemas só econômico, né, mas também combater, né, um pouco ou tentar desviar um pouco essa carga, essa recessão em cima da categoria. Então aí a gente já começou a se preocupar mais na garantia do emprego, né, por quê? Começou a trabalhar nas campanhas salariais, nas reduções das fábricas que fazia reduções do quadro de garantir cláusulas que mantinha sempre a garantia de emprego (...)<sup>305</sup>.*

Obviamente que dentro desse grupo a homogeneidade girava em torno de algumas pautas para garantir um mínimo de unidade a fim de que ocorresse o funcionamento de pautas e ações voltadas para a categoria. Sem esse mínimo de coerência os trabalhos ficariam inviáveis frente a um contexto de crise e demissões que exigiam firmeza e segurança por parte da diretoria frente ao sindicalizados. Havia ali, como já apresentamos, tendências políticas, ideológicas e trajetórias pessoais divergentes as quais consideramos que, na medida do possível, conseguiram tocar de forma aguerrida não só as reivindicações dos metalúrgicos como também agregar forças junto a outros movimentos sociais na luta contra o regime e pelo retorno da democracia. Outro importante fator que pode ter contribuído para um número menor de greves e paralizações de 1981 a 1984 é o fato da vigência da Lei de Greve,<sup>306</sup> que na

<sup>305</sup> Entrevista com Jorge César, 2ª sessão realizada no dia 10 de outubro de 2017.

<sup>306</sup> A Lei nº 4.330, conhecida como Lei Antigreve, foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo general presidente Castelo Branco em 1964 tornando praticamente impossíveis as paralisações de trabalhadores devido as altas exigências previstas no texto, dentre elas versava que uma paralisação teria de ser aprovada pelo voto secreto de dois terços da categoria em dois turnos, com intervalo de um mês entre eles.

prática inviabilizava a realização dessas ações tornando-as ilegal. As forças policiais e a própria Justiça do Trabalho contribuíram para que as greves adquirissem esse tom de ilegalidade mesmo quando as reivindicações pareciam legais.

Além disso, é preciso levar em consideração a motivação não apenas da diretoria do sindicato, capaz de mobilizar a categoria, mas também que os trabalhadores deveriam concordar e atender ou não o apelo à greve. Considerando que algumas práticas permanecem mesmo depois de serem consideradas ilegais, de que maneira os (as) juízes (as) interpretaram as greves após a extinção da Lei de greve? Ou seja, logo após o fim dessa Lei, todas as decisões foram favoráveis à greve ou restou nessas decisões resquícios da proibição. Continuaram fazendo alusões a essa Lei? Se sim, de forma direta ou indireta, nas entrelinhas do discurso? E o Sindicato, percebeu ou não e de que forma a mudança de postura por parte dos magistrados? São questões que não conseguiremos desenvolver nesse trabalho, porém, fica assinalado: até que ponto, com o retorno da democracia, os (as) agentes que atuam nas instituições nesse momento, ligados não apenas à justiça, continuaram realizando práticas antidemocráticas que lesionavam os direitos do (a) cidadão (a)? Podemos demonstrar que o aumento na realização de greves se deu ao fato de que em 1985 o país já estava sob a guarda da “mão amiga” da democracia? Jorge César em seu relato sobre os tempos de crise afirma que a prioridade do grupo era a manutenção do emprego. Fato que nos leva a pensar que diante daquele contexto, as mobilizações tenham sido maiores do que as greves, pelo menos num primeiro momento.

Durante o período de recessão econômica e de altos índices de desemprego aliado ao fechamento de fábricas, como temos assinalado com base nas tabelas, estatísticas e nas matérias do D.P., o Sindicato apresentou inúmeras campanhas com a finalidade de amenizar os problemas dos trabalhadores desempregados. Essas atitudes, mesmo que apresentem um cunho paliativo, estavam aliadas a outras frentes de luta como assembleias, discussões em portas de fábricas, publicações no jornal do Zé Ferrugem, passeatas que partiam da antiga sede do órgão localizada na praça Maciel Pinheiro, no Centro do Recife, em direção ao Palácio das Princesas, sede do executivo estadual. Jorge César é quem mais uma vez nos conta sobre essas iniciativas.

*Aqueles que estavam desempregados a gente canalizava naquele momento a concentração na praça Maciel Pinheiro, automaticamente quando esse pessoal chegava a gente saía passeata pela Rua da Imperatriz até o Palácio do Governo, lá a pauta pra esses trabalhadores desempregados era alimentação, era cesta básica, era coisas do ponto de vista de uma certa manutenção daquela família daqueles trabalhadores. Com o Palácio do Governo a gente conseguiu a questão também assistencial, mas também com cunho político de mostrar*

*que o Estado tem uma responsabilidade pela, pela classe trabalhadora, era isso que cobrar do Estado a manutenção da sua família, cesta básica, assistência médica, outras coisas que você dava um determinado período assistencial pelo trabalhador até em busca de ele tentar conseguir um novo emprego*<sup>307</sup>.

Percebemos, mediante a leitura do D.P., que foi bastante frequente as passeatas e caminhadas com destino ao Palácio, bem como os pedidos, frente às autoridades competentes, de cesta básica, passagem para que os trabalhadores pudessem se locomover em busca de trabalho e em alguns casos, o Sindicato chegou a pleitear um pagamento mínimo da conta de luz daqueles que estavam sem emprego. Eram práticas assistencialista? Talvez. Mas, foi um dos meios que o grupo encontrou para poder oferecer um mínimo de manutenção de vida frente à miséria que assolou os trabalhadores e trabalhadoras daqueles anos 80. Além do mais, segundo a fala de Jorge, as pressões que o Sindicato realizou junto aos trabalhadores no sentido de cobrar que as autoridades apresentassem algo coloca um aspecto a ser considerado: apontavam a responsabilidade da governança sobre os desempregados e criava na categoria, além do estreitamento dos laços e de credibilidade com o Sindicato, uma prática cidadã no sentido de mobilizar a categoria para a luta de seus direitos fiscalizando o cobrando as lideranças. Sobre as práticas de realizar pedágios como meio de auxílio aos desempregados, Jorge afirma que mesmo sendo uma prática assistencialista elas foram importantes pois,

*Os pedágios eram uma coisa paliativa, é uma coisa assistencialista, mas tinha um cunho político de divulgar com a sociedade o que é a recessão, o que é o desemprego, o que é a manutenção da família, o que é a solidariedade, então era um pouco o assistencialismo, mas com cunho de politização dentro da sociedade pra ver que dentro do capitalismo mesmo os trabalhadores estando do ponto de vista sem um determinado emprego formal, mas eles estão lutando pelo... pela sobrevivência da sua família e divulgando os males do sistema capitalista, que é o desemprego, é o arrocho salarial, é todo a raiz (...) do sistema.*<sup>308</sup>.

A seguir, pontuaremos algumas mobilizações e greves que consideramos importantes ente 1982 – 1985 relacionadas as variadas formas de atuações que o grupo do Zé Ferrugem realizou. Não trataremos aqui, por questões de tempo, de todas as greves, mobilizações e atos realizados pela categoria. Para complementar a análise acerca dessas lutas e termos uma noção do conjunto foi que elaboramos o **Quadro 1** e o **Quadro 2** sobre todas as mobilizações localizada no **Apêndice** desse trabalho. Antes de nos debruçarmos sobre essa temática, é importante registrar que assim como os metalúrgicos tantas outras categorias estavam naquele

<sup>307</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada no dia 10 de outubro de 2017.

<sup>308</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada no dia 10 de outubro de 2017.

período realizando outros tipos de ações voltadas tanto para suas questões específicas como também ligadas ao retorno da democracia. Entre 1979 e 1984 médicos – residentes, professores da rede particular e da rede oficial, motoristas e cobradores de ônibus, caminhoneiros, eletricitários da CHESF e CELPE e Professores universitários da UFPE e UFRPE<sup>309</sup> saíram em protestos ao longo desses anos exigindo salários, melhores condições de trabalho e posicionando-se contra a ditadura, de modo geral. Como vimos, o ano de 1982 foi marcado, em Pernambuco, pela baixa no setor metalúrgico que de acordo com os dados apresentados pela Delegacia Regional do Trabalho foi o que setor ocupou o terceiro lugar no fechamento de fábricas, perdendo apenas para o setor têxtil e do açúcar<sup>310</sup>. Nesse contexto amplo de demissões destacamos o caso da fábrica Reciferal, que ficava localizada na BR-101, especializada em realizar carrocerias de ônibus. Em dezembro alguns trabalhadores dessa empresa foram demitidos sem receber suas indenizações. Ao saber dessa situação o Sindicato resolveu tomar uma atitude bastante audaciosa na tentativa de conduzir os desempregados até o Palácio do Campo das Princesas como forma de exigir que o governo tomasse alguma medida junto à diretoria da empresa. Vejamos a linguagem que o D.P.<sup>311</sup> usou ao se referir a esse episódio.

Cem operários demitidos da indústria Reciferal (...) invadiram, ontem, o pátio interno da empresa e apoderaram-se de um ônibus com o propósito de conduzi-lo até o Palácio das Princesas, aonde promoveriam manifestações, exigindo do Governo providências para forçar os patrões a pagarem suas indenizações. No entanto, o coletivo estava sem bateria e os operários permaneceram no veículo até as 09 horas, quando os diretores da empresa os convocou para uma reunião conciliatória (...) <sup>312</sup>.

Importante vemos nesse trecho a forma na qual o jornal se refere à situação. “Invadiram”, “Apoderaram-se” são palavras que chocam a quem lê pela primeira vez, carregadas de sentidos negativos abordados logo nas primeiras linhas da informação. Esse tipo de linguagem tem o “poder”, digamos assim, de convencer o leitor de que se trata de um ato condenável pelos padrões da sociedade colaborando para que parcela da opinião pública, ao reprovar essa postura, se volte contra os trabalhadores desempregados. Outro fato duvidoso nessa afirmação é a quantidade aludida de “invasores”. Realmente eram cem? Todos os “cem” participaram? Não conseguimos encontrar outras fontes que colaborasse para afirmar ou não esse quantitativo. Porém, os dirigentes falaram um pouco sobre esse

<sup>309</sup> FERREIRA, Op. Cit., P .31. O autor realizou uma tabela na qual sintetizou as greves dessas categorias que tiveram duração de, aproximadamente, 24 horas.

<sup>310</sup> Diário de Pernambuco, matéria do dia 11/03/1982.

<sup>311</sup> Diário de Pernambuco do dia 06/05/1982. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>312</sup> Idem.

episódio. Independente da não concretização do ato, a ideia apresentava coerência pois o principal era pressionar e chocar as autoridades chamando atenção para o desemprego que afetava os trabalhadores. No entendimento de Jorge César

*A gente teve a tomada, trazer um ônibus. Na época era o... governador era Roberto Magalhães. Até o Palácio como protesto. Esse era o objetivo, né? De trazer esse ônibus até o Palácio, chegar na frente do Palácio para deixar lá o ônibus, cheio de peão, e forçar o Palácio do Governo, que é o Governador tem responsabilidade também com a economia do estado, para encontra junto com a empresa uma solução ((celular tocando)) para posicionar as demissões daqueles companheiros. Essa era a ideia<sup>313</sup>.*

Na fala de João Paulo, há um elemento no qual o jornal não falou, silenciando-se por razões as quais desconhecemos.

*(..) lá foi o seguinte, (...) a gente combinou. A ideia era sequestrar um ônibus que eles tinham na porta, e levar para o Palácio do Governo, está certo? A ideia, o projeto era esse. E nós chegamos lá, Marcos Pereira entrou no carro, nós empurramos o carro da rampa que ele ficava em frente a empresa. Isso é porque o carro não tinha bateria, ele ficou atravessado na BR, e aí chegou a polícia com 12, com bala. Aí foi quando uma turma da convergência socialista correu, e a gente ficou lá (...) De levar o ônibus até o Palácio do Governo, foi frustrado, mas a iniciativa foi muito importante, muito corajosa, por sinal<sup>314</sup>.*

Naquele momento, movimentações como paralizações e protestos eram tratados como caso de polícia e, por isso não era incomum a participação intimidatória dos agentes policiais. Além do *Diário* não ter mencionado sobre a presença da polícia também não deu voz aos metalúrgicos para explicarem sobre esse ato. Em diversos momentos vimos que o jornal foi porta-voz do Sindicato, entrevistando os dirigentes em várias situações, contudo, nesse episódio do ônibus da Reciferal o meio de comunicação não oportunizou ao grupo explicar a importância dessa atitude atrelado ao contexto de crise da época. O desfecho dessa situação foi que os padrões se comprometeram a pagar as indenizações atrasadas aos empregados coube ao sindicato, mediante assembleia com a categoria, discutir sobre o valor proposto. Em 1983 a situação econômica no país se agravou em relação aos anos anteriores (**Gráfico 1 e Tabela 4**). O PIB despencou atingindo cifras negativas de -2,92 já a taxa de desemprego foi para 6,7 com relação ao ano anterior que tinha ficado na faixa de 6,3. Pernambuco também enfrentou um quadro bastante difícil nesse ano juntamente com Sindicato que se envolveu em diversas atividades dentre elas greves e mobilizações. Logo no primeiromês do ano os trabalhadores receberam a notícia vinda do Palácio do Governo

<sup>313</sup> Entrevista com Jorge César, 4ª sessão realizada no dia 27 de novembro de 2017.

<sup>314</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizada no dia 25 de janeiro de 2018.

Federalo qual decretou a Lei 2.011 de 1983, que retirou de quem recebia até três salários mínimos 10% em cima do INPS.

Essa medida vista como “salvadora” da economia brasileira na manutenção de investimentos e geração de empregos pelo governo foi recebida com bastante revolta e indignação não apenas pelo Sindicato dos Metalúrgicos como também de outras entidades como bancários, comerciários e da construção civil. Estimou-se que essa medida afetaria mais de 93% daqueles que ganhassem até três salários mínimos comprometendo o poder de compra do trabalhador. Como forma de demonstrar revolta com a Lei federal os sindicatos se uniram e marcaram reuniões com suas respectivas categorias. Naquele mesmo ano, em tons mais alarmantes o Diário de Pernambuco noticiou em fevereiro que “*Agrava-se a crise do setor metalúrgico: 1 mês 800 demissões*”<sup>315</sup>. Essa matéria teve a colaboração de Marcos Pereira o qual informou que naquele ano mais de 800 operários foram demitidos, setor esse que em 1980 empregou mais de 100 mil pessoas em todo o Estado. Oito pequenas empresas encerraram as atividades naquele momento e as de grande porte continuaram com a prática de demissão sem pagar as indenizações devidas aos trabalhadores. O desfecho da matéria é marcado por crítica e pressão ao governo sobre as demissões e fechamento de fábricas pequenas por parte do Sindicato dos Metalúrgicos, nas palavras do líder metalúrgico ao governo, Marcos afirmou que

O Sindicato faz denúncias, pede providências, apresenta sugestões para minimizar a crise e, no final o governo estadual e federal não toma nenhuma providência apenas quando a indústria paralisa suas atividades é que liberam verba e, assim mesmo, para os grupos fortes, com proteção política e influência na área econômica<sup>316</sup>.

A situação de tensão que se instalou no Estado devido as demissões em 1983 foi alvo de críticas dentre as autoridades da época. O vereador do Recife na altura, Pedro Eurico do PMDB, ocupou a Tribuna da Câmara do Recife para alertar as autoridades de que caso as indústrias continuassem demitindo em grandes volumes os seus funcionários e, se novos postos de trabalho não fossem criados para absorver a mão de obra desempregada, a Cidade poderia ser acometida por ondas de “*saques tendo em vista a situação de fome e miséria que põem em risco a estabilidade social*”<sup>317</sup>. O tom forte vindo de uma autoridade do legislativo deve ter alarmado a população e as demais autoridades. Boatos como esse de que uma possível “onda de saques” praticados por “miseráveis” já tinham sido comum desde os anos

<sup>315</sup> Diário de Pernambuco do dia 18/03/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>316</sup> Diário de Pernambuco do dia 18/03/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

<sup>317</sup> Diário de Pernambuco no dia 05/12/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

1950 em virtude da seca quando circulou no Recife uma possível invasão dos “flagelados famintos”. Dá-nos a entender que em momentos de crise econômica e de perturbação social esse tipo de memória é resgatada para reforçar argumentos de que a situação é grave. Continua, o vereador, em seu discurso afirmando que caso ocorresse uma onda de saques na Cidade

As autoridades sequer poderão dizer que a população está roubando alimentos. A própria Lei exclui esse delito para os casos onde as populações encontram-se em estado de necessidade e ninguém tem dúvida de que povo desempregado e faminto encontra-se enquadrado neste caso. Não estou defendendo os saques, mas é preciso que se reconheça uma realidade que é amarga e difícil, e que exige soluções fortes<sup>318</sup>.

O pemedebista encerrou sua fala criticando, ainda, a falta de ação do prefeito Joaquim Francisco por não ter tomado, segundo aquele vereador, medidas para combater e minimizar o desemprego vivenciado na época. O quadro relatado pelo vereador não foi exagero. De fato, a situação econômica era grave mesmo que não chegasse às *vias de fato* como mencionou na tribuna o político. Se a situação descrita por Pedro Eurico não foi suficiente para assustar a população e pressionar as autoridades na busca por soluções contra o desemprego, a “Passeata da Fome” causou burburinhos pela cidade do Recife naquele mesmo ano no mês de maio. No intuito de protestar contra as demissões o Sindicato dos Metalúrgicos encabeçou esse ato culpando o governo pelo número elevado de desempregados muitos deles sendo trabalhadores qualificados. Sob forte operação de vigilância consentida pelo governador Roberto Magalhães, os manifestantes não puderam circular pelas ruas da cidade sendo obrigados a permanecerem concentrados na Praça Maciel Pinheiro onde as lideranças presentes reversaram o discurso no microfone dirigindo-se aos presentes. Sobre esse forte aparato policial, Jorge César na terceira sessão de sua entrevista colocou que

*(...) o choque, ele cercou... a gente lá na Praça fazendo a passeata da fome, pra ir para o palácio do Governo. Ele bloqueou todas as entradas da Maciel Pinheiro, se você vê tem as entradas na praça eles fizeram um cinturão ali, né, em oitenta e dois, com burucutu, é um carro blindado, isso é um carro blindado de grandes confrontos, né, aqueles carros que veio com aqueles jatos de água, aquelas coisas, e a gente lá na assembleia pra depois sair em caminhada<sup>319</sup>.*

A situação descrita por Jorge nos dá indício do nível de animosidade instalada pela Polícia refletindo que o regime podia estar enfraquecendo no ponto de vista político em meio aos pedidos de diretas já, mas a repressão contra as formas de expressão, como as passeatas, eram tratadas como caso de polícia e não como uma reação frente aos problemas econômicos.

---

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada em 31 de outubro de 2017.

Jorge César também falou como foi a recepção da comissão que representava o governo por parte dos manifestantes. A comissão trouxe a mensagem de desaprovação do governo no que diz respeito à livre circulação do movimento pelas ruas da cidade. Sobre esse momento Jorge nos contou que

*Eles vieram como mensageiro disse “olha, o Governador não vai admitir que saia ninguém. (...) há milícias armadas dentro das lojas, disse a gente. Quer dizer, tinham as informações. “Tudo armado de 12, se vocês saírem, vai ter um quebra-quebra, vai ser uma carnificina, né?” O choque, o comandante não vai abrir mão de passar ninguém fora desse cinturão, a não ser individual, mas no coletivo, nada. Então, diante desse impasse, a proposta que trouxeram, que eu acho que... estou dizendo o que eu acho que deve ter sido combinado lá, discutido deles com o governo. O governo propôs pra eles, pra eles virem conversarem com a gente. A gente deveria sair numa comissão de negociação, certo? Para o Palácio, e a assembleia ficava ali, o ato do protesto ficaria ali, essa comissão ia para essa negociação<sup>320</sup>.*

Houve certo tumulto e inquietação com relação ao ato. Muitos acreditavam e divulgavam um suposto “quebra – quebra<sup>321</sup>. Contudo, entre rumores e boatos o ato encaminhou-se de forma tranquila sem embates e confrontos com a polícia que se encontrava fortemente armada e instalada no local da passeata. Mesmo sob vigilância, os sindicatos conseguiram marcar presença, ganhar visibilidade frente à sociedade e às autoridades políticas, mobilizar suas bases, firmar alianças e apoios com outros sindicatos e movimentos sociais que se fizeram presente no ato.

No mês janeiro o Sindicato dos metalúrgicos foram surpreendidos com a notícia da chegada de robôs em algumas indústrias metalúrgicas. Notícias sobre uma suposta compra de “robôs” na fábrica da Philips no Bairro do Curado fez com que o sindicato convocasse a categoria para discutir sobre essa situação ganhando também destaque nas páginas do Diário de Pernambuco em 1983. A informação colocou a categoria numa situação bastante delicada pois, acreditou-se que as máquinas iriam substituir a mão – de – obra humana já tão prejudicada com as demissões em massa. O D.P acompanhou por longas páginas e dias esse debate entre Sindicato e os donos das empresas Philips e a Ford, em Jaboatão dos Guararapes, que tentaram justificar a compra dessas máquinas. Segundo a declaração de Marcos Pereira ao D.P os dois robôs da Philips realizavam o serviço de 32 homens<sup>322</sup>. Devido a essa situação os metalúrgicos procuraram o Delegado Regional do Trabalho para impedir tal medida, contudo,

<sup>320</sup> Entrevista com Jorge César, 4ª sessão, Jorge César, 27 de novembro de 2017.

<sup>321</sup> Diário de Pernambuco no dia 19/05/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>322</sup> Diário de Pernambuco no dia 21/01/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

o mesmo informou que a legislação não impedia a aquisição de máquinas sofisticadas para o serviço. Já o gerente da Philips informou que

Os robôs não causarão desemprego porque a atividade exercida por ele é de alto risco, impraticável para o trabalhador. A indústria não demitiu ninguém por causa da utilização dos robôs, ao contrário, admitiu esse mês cerca de 100 operários. O que existe não são robôs mais sim duas máquinas sofisticadas semelhantes a outras em operação cuja a tarefa é lidar com a fabricação de luminárias<sup>323</sup>.

No mesmo dia o jornal o lançou uma matéria explicando sobre o processo de “evolução tecnológica”. O tom era de total reprovação à preocupação dos metalúrgicos encarada como uma batalhaja perdida indo de encontro ao “futuro que chegava”. O D.P. reiterou esse discurso informando que

(...) quem tapar os ouvidos a esse apelo, cairá no caminho”. (...) a robotização pode, aparentemente, desempregar e se revestir da pele de lobo mau do operário. Masserá sempre um erro de perspectiva. Desaparecem tipos de atividades, surgem outras, novas e revolucionárias<sup>324</sup>.

A preocupação do Sindicato era justificada no sentido de tentar manter o nível de emprego diante da grave recessão que o país enfrentava naquele momento. Segundo Jorge a luta não era

*(...) contra a tecnologia. A nossa luta era contra a tecnologia viesse tirar o emprego dos trabalhadores. A gente concordava que a tecnologia ela vinha para facilitar, né? O bem-estar do trabalhador sem ter uma represália de demissão, ela é importante. Mas que ela vinha com o objetivo de diminuir a mão de obra, (...) Então, a nossa luta não era contra o robô em si, mas o efeito que o robô poderia fazer no sentido das demissões do quadro funcional da Philips<sup>325</sup>.*

O jornal ao emitir sua opinião trazendo a matéria sobre o avanço e defesa da tecnologia abordou a temática apenas pela perspectiva do aumento da produção/otimização do empregado não percebendo que o trabalhador, dadas as circunstâncias de desemprego que afetavam aquela época, não tinha condições de se qualificar e nem de se manter economicamente. Além disso, frente ao contexto de crise, falar de robôs que estavam sendo trazidos para as empresas naturalmente deixaram os trabalhadores preocupados com a garantia de seus empregos. Temer pela manutenção de seu trabalho não implica necessariamente uma postura hostil contra as máquinas como quis dizer o jornal Diário de Pernambuco.

<sup>323</sup> Diário de Pernambuco no dia 21/01/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>324</sup> Diário de Pernambuco no dia 21/01/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>325</sup> Entrevista com Jorge César, 6ª sessão realizada no dia 27 de dezembro de 2017.

O ano de 1983 se configurou como um período de grande agitação não apenas pelo cenário econômico como também pelas mobilizações promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. No mês de julho ocorreu uma paralização nacional denominada Dia Nacional de Protesto marcada com meses de antecedência e organizada pela Pró-Cut. A ideia foi mostrar ao governo federal a insatisfação da classe trabalhadora contra os pacotes econômicos criado pelo executivo, exigindo também o fim da intervenção nos Sindicatos da Bahia e em São Paulo, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a criação de empregos, a volta da estabilidade, a reforma agrária, a exclusão do FMI, a redução da jornada de trabalho e a diminuição no índice de reajuste do BNH<sup>326</sup> além da exigência da demissão de Delfim Neto, Carlos Langoni e Ernani Galvêas todos Ministros do Trabalho. Em Pernambuco o ato contou com o apoio de um quantitativo considerável e diversificado de participantes: desempregados, Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco que estavam liderando o movimento aqui no Estado, o movimento estudantil, a Federação de Mulheres de Pernambuco, Associações de Bairros, grupos ligados à Igreja Católica e integrantes de Partidos Políticos como o PMDB e o PT marcaram presença e apoio no ato nacional marcado no dia 21 de julho<sup>327</sup>. Às 24 horas do dia 21 de julho o Sindicato montou um esquema organizado dividido entre os dirigentes e colaboradores ligados aos movimentos sociais. Buscaram, através de comissões formadas por membros da direção da diretoria, percorrer as diversas fábricas na tentativa de conscientizar os trabalhadores para o movimento paretista. Nesse sentido, o grupo do Zé Ferrugem se organizou da seguinte forma: criou-se algumas comissões como a de piquete, divulgação, mobilização e transporte. Essas comissões se concentraram nas fábricas metalúrgicas da Região Metropolitana do Recife no sentido de convidar os trabalhadores a cruzarem os braços no dia 21/07. Além do trabalho nas fábricas, o grupo também se preocupou em distribuir panfletos, um dia antes da paralização, instruindo a população de como proceder no dia do ato. Não ir ao trabalho, escolas, não realizar compras e fazer pagamentos com antecedência, não utilizarem o transporte público ou privado e fechar todos os tipos de comércio foram algumas das recomendações listadas no material distribuído pelo grupo.

Assim como o Sindicato dos metalúrgicos estava organizado com antecedência para o ato do dia 21, as autorizadas, de dentro de seus palácios, também se organizaram contra o movimento em forma de notas de protesto desestimulando a população à aderir ao movimento

---

<sup>326</sup> Diário de Pernambuco no dia 21/07/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>327</sup> FERREIRA, Op. Cit., p. 330 e 332.

ameaçando agir com violência, como foi o caso do discurso do General do IV Exército Heitor Arnizaut de Matos declarando que *“quem fizesse piquete se daria mal”*<sup>328</sup>. De Brasília, o presidente afirmou que iria tratar o ato “dentro da lei e da ordem”, em reunião com presidente da Confederação Nacional da Indústria o empresário afirmou o seu receio com relação ao protesto nacional no sentido de que a mesma fosse afetada. O presidente alertou que o movimento deveria respeitar a propriedade privada e também advertiu que os movimentos deveriam se situar dentro da lei. O empresário Mário Gerneiro realizou um apelo aos dirigentes sindicais solicitando que *“no lugar da greve, todos os trabalhadores dirijam-se normalmente ao trabalho e doem seu dia de salário às vítimas da enchente no Sul do país, garantindo que a indústria contribuirá da mesma forma”*<sup>329</sup>. À noite, em um pronunciamento em rede nacional o presidente lembrou aos trabalhadores de que *“o Brasil vive um quadro de grandes dificuldades, em que o nosso endividamento, especialmente o endividamento externo, a inflação, o desemprego, atingiram níveis que exigem do governo e da sociedade brasileira medidas firmes e eficazes”*<sup>330</sup>.

Em um tom cauteloso Delegado do Trabalho de Pernambuco Alexandre Krause advertiu os trabalhadores que a legislação vigente não garantia nenhuma proteção caso os trabalhadores resolvessem aderir ao movimento paredista podendo levar ao aumento do número de desempregados além de prejudicar a economia que já caminhava em grave situação. Embora tenha apresentado grande apoio por parte dos movimentos já citados, dos desempregados, de lideranças políticas, alguns setores da sociedade não apoiaram o ato dos trabalhadores como podemos ver no relato de alguns comerciantes que alegaram ter perdido lucros devido à realização do movimento. O D.P relatou que os comerciantes, no dia ato, vivenciaram momentos de “muita tensão” com o anúncio da realização do movimento grevista. Muitos, segundo a nota, preferiram fechar as vitrines temendo agitações e quebra-quebras (**Figura 12**). Os que abriram, informaram que os clientes não apareceram contribuindo para que ruas conhecidas por sua intensa movimentação varejista ficassem vazias. Um comerciante informou que *“quem saiu na esperança de faturar, não de seu bem”*<sup>331</sup>. Já no final da matéria chamou-nos atenção o relato de Severina Tavares de Barros, gerente de uma loja do Recife, protestou contra o movimento e defendeu que

<sup>328</sup> Jornal do Commercio citado no trabalho de Ferreira. Cf. FERREIRA, Rafael Leite.

<sup>329</sup> Diário de Pernambuco 20/07/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>330</sup> Diário de Pernambuco 20/07/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>331</sup> Diário de Pernambuco 22/07/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

O momento é de se trabalhar para evitar o desemprego. Esses problemas só geram falta de produção pois, o cliente, com medo de vir para o centro, nos prejudicou muito. Na verdade, todos demonstram tensão. É preciso que se tenha condições de superar a crise. Mas o melhor meio não é esse, com movimentos desse tipo, influenciando a paralisação e outras coisas, no geral, todos tivemos muitos prejuízos, pois, consumimos água, energia e usamos material de expediente. O movimento registrado ontem não deu para suprir as perdas de ontem. Se querem combater o desemprego não devem induzir os funcionários a faltarem o trabalho<sup>332</sup>.

A fala de dona Severina Tavares é a de quem se sentiu prejudicada com a perda do movimento frente ao grave momento econômico que tocou a todos naquele momento. Porém, em um trecho a comerciante diz que “*o melhor meio não era aquele*”. E qual seria o melhor meio? A comerciante não explicou. A ausência dessa resposta nos dá margem para pensarmos que a mesma defendeu em parte o movimento, porém não achava justo que o mesmo se utilizasse das ferramentas que utilizou: não comparecer ao trabalho, não comprar nada, não utilizar o transporte público e privado. Sob alertas, críticas, avisos e recomendações os metalúrgicos, desempregados, estudantes, líderes comunitários, militantes de organizações da Igreja Católica etc. marcharam pelas ruas do Recife com cartazes exibindo as pautas do movimento. Estima-se a participação de 3.000 pessoas nesse ato (**Figura 13 e 14**). A Avenida Conde da Boa Vista, principal via arterial da cidade e Rua do Riachuelo foram ocupadas pelos manifestantes que a todo momento eram escoltados e vigiados de perto pelo aparato policial

---

<sup>332</sup> Idem.

Figura 12: Imagem de um comércio fechado devido a paralisação.



Fonte: Acervo do APEJE. Jornal Diário de Pernambuco 22/07/1983

Figura 13: – Imagem do Dia Nacional de protesto. Manifestantes exibem faixa do MR-8. Legenda da fotografia: “Em meio as manifestações grevistas, um grupo de ativistas do MR8 conduziu sua bandeira atraindo a atenção dos



Fonte: Acervo do APEJE. Jornal Diário de Pernambuco 22/07/1983

Figura 14: Imagem de Manifestantes exibindo faixas na Rua 7 de Setembro, no Recife.



Fonte: Acervo do APEJE. Jornal Diário de Pernambuco 22/07/1983

Ocorrida sem nenhuma interrupção nas ruas, a polícia realizou um cerco de forma ofensiva conforme havia avisado o Gal. Do IV Exército, nas primeiras horas da manhã nas portas das fábricas onde estavam ocorrendo os piquetes, sendo acionado um aparato policial formado de 6 mil homens preparados para impedir qualquer tipo de protesto. Os piquetes resultaram na prisão de 34 pessoas no total sendo que desses nove eram diretores do Sindicato dos Metalúrgicos<sup>333</sup>. A prisão dos metalúrgicos foi destaque nos meios de comunicação da época. A greve conseguiu fechar 14 fábricas e em virtude dessas ações o Sindicato dos Metalúrgicos ficou na mira de uma possível intervenção de acordo com o D.P de 22/07/1983. A OAB realizou uma nota de protesto contra a prisão considerada arbitrária fruto de um governo autoritário. Outros grupos também se mobilizaram em solidariedade a favor dos companheiros presos como foi o caso dos esforços da Intersindical de Pernambuco, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, do Sindicato dos Eletricistas, do Sindicato dos metalúrgicos, a União dos Servidores Públicos e o Sindicato dos Professores realizaram protestos na rua contra a prisão dos companheiros. Denunciaram o governo afirmando que os colegas foram presos “*por um regime repressivo que tem medo da manifestação livre e democrática dos trabalhadores e dos seus sindicatos*”<sup>334</sup>. Inaldo foi um dos poucos que não foi preso junto ao grupo dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos. Sobre o dia da prisão ele comentou o que ocorreu nas demais empresas mobilizadas pelos metalúrgicos. Descreveu que

*(...) a gente era muito pego de surpresa. Os caras estavam sendo presos do lado da gente e a gente não sabia que a polícia estava chegando pra prender a gente também. (...) Aí, foi gente preso na IPAN, gente preso na Vonor, gente preso na, na Aço Norte, preso na Philips, em todo lugar. Em todas as empresas tinha prisão. Lá na Microlite, onde eu trabalhava, né? E esse pessoal todo só ficou dois dirigentes que não foram presos (...) Foi todo mundo para a praça Maciel Pinheiro. Gente que só, o dia todo e tal. Aí organizamos logo um ato para o final da tarde em solidariedade aos companheiros e pedindo a soltura dos companheiros. (...) eu, Paulo Rubem que me ajudou, Humberto, pessoas de outras categorias vieram pra lá pra ajudar. É... Padre Henrique. Henrique não foi preso, Henrique não era dirigente, também não foi preso. Era da Cosinor, ajudou. Enfim, a gente está lá sentado programado, aí daqui a pouco chegou o comentário “os caras vão meter bala se for fazer o ato”, aí vamos agora ter outra reunião pra decidir, a gente faz, não faz, tal. Aí decidimos, vamos fazer, independente de ter bala ou não, a gente não vai abrir mão, vamos fazer o ato.*

<sup>333</sup> Marcos Pereira, Jorge César, João Paulo, José Alves de Siqueira, “Biu”, Jaime, “Alfinete”, Cicero e Pinheiro foram presos nas portas de fábrica no dia dos protestos.

<sup>334</sup> Diário de Pernambuco 22/07/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

*Vamos fazer o ato. Aí vamos fazer, pegar as mulheres dos companheiros, né, pra levar todo mundo pra o ato, alguns pra dar entrevista. Pegamos o número da mulher de Siqueira pra dar entrevista. Tudo isso pra sair a imprensa pra poder a gente fazer o carnaval*<sup>335</sup>.

Devido a essa situação Inaldo se viu junto aos demais apoiadores do Sindicato a necessidade de tocar o movimento de protesto contra a prisão de seus colegas. Solicitou dispensa do trabalho na Microlite com o objetivo de articular o apoio ao grupo preso e ainda fazer frente à categoria tocando as atividades do Sindicato ligadas à burocracia e outras questões internas. Contudo, ao termos acesso ao Prontuário Funcional do Sindicato localizado no DOPS percebemos que os agentes da informação e vigilância se empenhavam em coletar documentos sobre o grupo e, o pedido de afastamento de Inaldo no qual acabamos de citar, consta dentre uma variedade de documentos que foram produzidos e anexados ao Prontuário do Zé Ferrugem<sup>336</sup>. A seguir, iremos analisar, por meio de alguns documentos do DOPS/PE especificamente o Prontuário Funcional do Zé Ferrugem para verificarmos de que forma os agentes repressivos acompanharam as movimentações e produziram materiais e discursos sobre o grupo metalúrgico desde o momento em que formaram a Oposição Sindical até a etapa que discutimos sobre a prisão dos diretores da equipe do Zé Ferrugem em julho de 1983.

## H) O SINDICATO DOS METALÚRGICOS SOB A MIRA DA REPRESSÃO

A preocupação com a segurança interna fazia parte da Doutrina de Segurança Nacional formulada pela Escola Superior de Guerra durante 1950 e 1960. Naquele tempo, as informações constituíam uma fonte privilegiada aqueles considerados inimigos da nação acreditando que poderiam prejudicar o desenvolvimento econômico e a democracia no país. Informações foram produzidas por pessoas que trabalhavam em órgãos instituídos pelo regime e que tinham o objetivo de formular materiais sobre atividades consideradas subversivas e que ameaçavam a ordem. Nesse sentido, atividades de espionagem, monitoramento foram desenvolvidas como objetivo de identificar, acompanhar, neutralizar e eliminar pessoas, grupos e locais considerados suspeitos por se enquadrarem no “perfil” apontado como perigoso pelo regime. As informações deveriam circular em uma rede de

<sup>335</sup> Entrevista realizada com Inaldo, 2ª sessão no dia 10 de abril de 2018.

<sup>336</sup> Declaração de pedido de afastamento do emprego solicitado no dia 21 de julho de 1983. Fundo: SSP/DOPS. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

órgãos os quais trabalhariam em articulação e cooperação em prol de um objetivo comum: produzir, coletar, analisar, monitorar e difundir informações sobre os indivíduos e grupos vistos como suspeitos de subversão. O Serviço Nacional de Informação foi responsável, desde de sua criação através da Lei nº 4.341 de 13 de julho de 1964 como órgão responsável por coordenar os diversos destacamentos designados a coletar e analisar as informações de interesse nacional. Ou seja, o SNI funcionava uma espécie de “polvo” subordinado ao presidente da República, mas responsável por assessorar os seus “tentáculos” responsáveis por captar informações em nível nacional. Esses “tentáculos” eram as Divisões de Segurança e Informações (DSI) que atuavam nos Ministérios, as Assessorias de Segurança e Informações agiam nas empresas públicas; à nível militar tínhamos o Centro de Informações do Exército (CIE), o Sistema de Informações e Segurança da Aeronáutica (SISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) responsáveis por não só gerar informações mas também interrogar e prender aqueles considerados suspeitos; a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) criada desde as primeiras décadas do século XX responsável por atuar enquanto “*políciapolítico*” controle ideológico” ou seja, o crime baseado na “*perversão de idéias consideradas permissivas e perigosas*”<sup>337</sup>. Segundo Marcília Gamada Silva, o SNI tinha a função de

Controle ideológico, e como tal tem em sua tutela a sociedade como um todo. Na realidade o SNI detém o conhecimento de informações capaz de subordinar, apagar ou destruir qualquer liderança oposta aos interesses estabelecidos pelo Estado. É responsável em primeira mão por repassar as informações estratégicas à presidência da República<sup>338</sup>.

Engana-se, como bem pontuou Demian Bezerra de Melo quando em seu trabalho criticou, autores que defendem que entre 1979 e 1988 não havia nem democracia nem ditadura<sup>339</sup>. Ao longo do regime percebemos que monitorar, espionar e vigiar estava presente em todos os governos desde Castelo Branco a Figueiredo. Durante esse momento os órgãos encarregados de gerar informações através de seus agentes oficiais ou voluntários, não pararam suas atividades atuando sobre aqueles que consideravam passíveis de serem investigados. Por produzirem diversos tipos de materiais como *fichas, informes, dossiês, fotografias, cartas pessoais desviadas, relatórios de investigadores recortes de jornais,*

<sup>337</sup> SILVA, Marcília Gama da. Op., Cit., p.62.

<sup>338</sup> Ibid., p. 101

<sup>339</sup> MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. Op. Cit., p. 179.

revistas<sup>340</sup> e panfletos hoje é possível contemplarmos alguns desses documentos produzidos pelos órgãos de espionagem em alguns arquivos do país. Ao longo das entrevistas percebemos que os próprios ex-dirigentes informaram que percebiam a vigilância sobre o grupo em vários momentos diferentes. Segundo Inaldo, os dirigentes foram acompanhados em diversas situações por um agente que atendia por nome de Djalma. Sobre essa situação Inaldo contou que

*Quando a gente ganhou a eleição em oitenta e um, então regime militar estava em curso ainda, né? Então não era fácil. Para você ter uma idéia, as nossas assembleias, a gente descobriu rapidamente, era acompanhada pela polícia, quer dizer, tinha uma pessoa da polícia, que por incrível que pareça, o cara era da minha cidade, de Camaragibe, Djalma, policial civil, que foi delegado pelo DOPS para que acompanhasse todos os passos da gente, assembleias, reunião, viagem. A gente chegava no aeroporto para ir para algum lugar, quando a gente estava lá, ele estava de longe observando a gente. Era o tempo todo seguindo a gente de carro. Teve até o momento que ele procurou meu pai, como ele conhecia meu pai há alguns anos, e disse a meu pai “Biu Grande, olha, eu queria falar com você porque teu filho está correndo um risco muito grande, né, eu acho que você devia aconselhar ele porque eu fui designado para acompanhar a direção e ele é um dos que estou acompanhando e todo dia tenho que fazer um relatório e tenho que colocar o nome dele, o nome de todos, e inclusive o dele. Estou lhe avisando, tal”, aí eu não estava no momento, né, mas segundo meu pai deu a resposta pra ele e disse “olha, ele é de maior e a mesma coisa, ele sabe o que é que faz, né, e eu acho que você devia procurar outra coisa para fazer”. Aí ficaram inimigos daí por diante. Nunca mais se falaram. É... mas era assim, em assembleia, reunião, os caras tudo acompanhavam<sup>341</sup>.*

De fato, os agentes eram responsáveis pela produção de informações sobre os indivíduos ou grupos considerados suspeitos construindo a imagem do subversivo deslocando-o da denominação de cidadão para elemento perigoso. Segundo o relato de Inaldo, Djalma pertencia aos quadros da Polícia Civil e estava designado a acompanhar o grupo dos metalúrgicos. Nos documentos observados não conseguimos identificar nenhum agente com esse nome indicando, talvez, que o mesmo possuía uma numeração que o representava, como era comum entre os agentes de informação, dentre os seus superiores ou o mesmo teria assumido um codinome. De toda forma, as Polícias Militar e Civil atuaram como suporte de apoio à rede de informação e segurança. A fala de Marcos Pereira converge com o relato de Inaldo sobre a constante vigilância em relação ao grupo. Aquele entrevistado registrou que

*(...) você se sentia, se você percebia e via que você era vigiado. (...) No documento do DOPS tem até assembleia, reunião de assembleia da diretoria junto com os metalúrgicos*

<sup>340</sup> FERREIRA, Rafael Leite. Sindicalismo vigiado – a espionagem do regime militar sobre a diretoria Zé Ferrugem do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. (Artigo). Temporalidade. Revista Discente do Programa de Pós-/graduação em História da UFMG. V.6. Nº3.Set/Dez.2014. 10.

<sup>341</sup> Entrevista com Inaldo, 1ª sessão realizada no dia 18 de julho de 2017.

*que a gente fazia a cada quinze dias, o pessoal sentado lá em cima, em outra sala, né? Então era muito vigiado. (...) nós não fomos para o pau de arara, mas psicologicamente a gente foi além disso. Porque a pressão era muito forte, era muito grande, e foi assim. A gente quando começou naquela grande luta, participando das lutas, era Marco Maciel governador, indicado pela repressão. Aí ele sai, entrou Roberto Magalhães, aí Gustavo Krause, e outros, e outros, e outros, e outros, certo?*<sup>342</sup>

O Arquivo Público de Pernambuco, APEJE, guarda desde 1990 o arquivo do DOPS divididos entre Prontuários Individuais e Funcionais. Aqui nesse trabalho, para tratarmos da prisão de alguns membros da diretoria dos metalúrgicos em 1983, destacamos alguns documentos nos quais consideramos pertinente tratarmos aqui nesse curto espaço de tempo. Nos debruçamos sobre o Prontuário Funcional do Sindicato dos Metalúrgicos N°0045 e observamos que em meio aos diversos documentos presentes os agentes da repressão acompanharam de perto a diretoria metalúrgica desde muito antes de sua posse em 1981. Vimos nesse conjunto de informes, relatórios, fichas de registro de empregados da empresa Microlite e de termos de declaração que as informações foram produzidas a partir de 1979 a 1984. Concordamos com o autor Rafael Ferreira quando se dedicou a analisar esses documentos e escreveu em seu artigo que o período vigiado pelo Sindicato teve total relação com as atividades realizadas pelo grupo em Pernambuco pois nesse momento

o monitoramento da vida dos líderes sindicais e a espionagem das atividades do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco se intensificaram enormemente a partir de 1979, mais precisamente, a partir de 1981, quando essa entidade sindical passou a assumir uma posição combativa, de confronto com o patronato e o governo, incitando e organizando sua categoria a entrar em greve<sup>343</sup>.

Dito isso, iremos agora comentar alguns documentos que chamaram a nossa atenção para um ou outro aspecto relacionado às atividades e ações desempenhadas pelo grupo do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco sob o olhar das fontes produzidas pela comunidade de informação. Como apresentamos nesse trabalho, os líderes do Sindicato antes de tomá-lo das mãos do grupo considerado “pelego” reuniam-se na ACO e em outros locais como objetivo de fortalecer as lutas a partir das necessidades sentidas no chão da fábrica. Observamos solicitações enviadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos pedindo a dispensa de alguns trabalhadores, como foi o caso de Siqueira e de Inaldo ambos empregados da Microlite, para participarem de reuniões “pertinente à categoria”. A análise dessas

<sup>342</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 3ª sessão realizada no dia 20 de abril de 2019.

<sup>343</sup> FERREIRA, Op., Cit., p. 14.

solicitações podem revelar algumas questões. Vejamos. Primeiro: como a comunidade de informação conseguiu esses documentos? Foram cedidos, inicialmente pelos pelegos? Ou pelo departamento pessoal da Microlite? Por que só consta o pedido de afastamento desses dirigentes sindicais? Por que não encontramos o mesmo documento destinado a liberar os dirigentes de outras fábricas? Por que a Microlite? Os pedidos de afastamento das funções do trabalho solicitando que não houvesse perdas salariais foram emitidos em tempos diferentes. Só Siqueira recebeu um total de 8 pedidos de afastamento entre 1979 a 1981. Até fevereiro de 1981 foram assinados por José Luiz de Melo presidente do Sindicato “pelego”. Depois desse momento, suas dispensas passaram a ser assinadas pelo presidente Marcos Pereira. Já os pedidos de dispensa de Inaldo ocorreram a partir de seu envolvimento na diretoria do Zé Ferrugem como suplente do Conselho Fiscal a partir de 1981. De modo geral, podemos pensar que esses documentos nos leva a crer que os pedidos eram fruto e ao mesmo tempo prova de que esses indivíduos estavam envolvidos politicamente com as atividades sindicais de modo “suspeito” aos olhos dos agentes. De fato, Siqueira, que entrou desde o primeiro momento na diretoria combativa deveria como estratégia de luta já acompanhar o Sindicato pelego de perto. Lembremos ainda que em 1979 o grupo de Oposição formou uma comissão que acompanhou de perto os passos dos pelegos durante o período de um ano. Isso justificaria os pedidos de dispensa de Siqueira solicitados e assinados pelo presidente da época que era José Luís. Segundo Marcos Pereira, antes mesmo de conquistar o Sindicato das mãos de José Luís, o metalúrgico já conhecia de perto a realidade do grupo pelego:

*(...) Quando a gente decidiu que nós iríamos fazer parte da chapa do pelego, e o cara que mais tinha acesso ao Sindicato era eu porque eu frequentava o Sindicato como ninguém. Não tinha uma reunião, um negócio que eu não tivesse lá por orientação desse grupo: Padre Henrique, Peggy, eu, João Paulo, Jorge, Dogival Lira, que trabalhava na Pirelli, Cícero Lisboa. (...)<sup>344</sup>*

A cópia da convenção de trabalho do Sindicato ainda na gestão de José Luís como presidente 1980/1981 consta na relação de documentos no Prontuário Nº 0045. Na última folha da convenção vemos o nome de Jorge, Henrique Cossart, Marcos Pereira, João Paulo, Siqueira e outros como membros que participaram da comissão de salário na convenção do trabalho de 1980 com vigência até o ano seguinte. Como já discutimos, o grupo ingressou nessa comissão com o objetivo de conseguir estabilidade, de ganhar força e de se fazer reconhecido dentro a categoria. A estratégia de ingressar na comissão de negociação da campanha salarial de 1980 foi decisiva para o grupo conseguir se organizar e se fortalecer

---

<sup>344</sup> Entrevista com Jorge César, 1ª sessão realizada no dia 20 de abril de 2019.

para voltar à tona no ano seguinte já sob a forma de chapa oficial de Oposição nas eleições sindicais. Quando relacionamos essas informações ao documento encontrado no Prontuário Funcional percebemos o suposto motivo da repressão guardar a cópia da convenção de trabalho de 1980. O grupo já estava mostrando uma postura combativa e de questionamento nas assembleias que ocorreram para mobilizar a categoria na campanha salarial daquele ano. Possivelmente, essa atitude chamou atenção de algum agente disfarçado que acompanhava as reuniões da categoria. Um indício de que o Sindicato passou a ser vigiado com mais frequência a partir de 1980 pode ser observado devido as posturas mais combativas que estavam se tornando frequentes no Sindicato destoando com a conduta do grupo pelego de José Luís.

Dentro do Prontuário Funcional Nº 0045 há também um Prontuário Individual pertencente a José Alves de Siqueira, conhecido no meio sindical por “Siqueira”. Nele é possível vermos que os órgãos de informação por meio de seus espões cercavam não apenas as atividades sindicais do grupo mas também passaram a observar e coletar informações relacionadas a vida privada dos envolvidos com a Oposição Sindical. Mais uma vez, Siqueira foi observado de perto pelos agentes que relataram, em caráter sigiloso, em 29 de junho de 1980 que houve

reunião na casa do líder de Oposição Sindical José Alves de Siqueira com a presença de Pe. Bruno Claudius Bibolet da capela do Totó, Maria das Graças Farias de Oliveira, esposa de Cajá e mais quatro elementos desconhecidos. (...) outra reunião tem acontecido contando com as mesmas pessoas além de outras estranhas a localidade (...); quando da greve dos metalúrgicos de São Paulo Siqueira arrecadou dinheiro na vizinhança para o fundo da greve. Ultimamente Siqueira vem criticando abertamente o governo, taxando os agentes de segurança como “babacas do governo”. É ele que faz também o policiamento nas reuniões do PT, reuniões do seu Sindicato e reuniões da Capela do Totó, onde alicia operários que para ali se dirigem<sup>345</sup>.

Segundo o boletim do GT – Sindical a Oposição do Zé Ferrugem o grupo de oposição lançou uma nota na imprensa em solidariedade à prisão dos companheiros metalúrgicos presos em 1980 no ABC paulista.

“nós da oposição trabalhadores da Oposição Metalúrgica do Recife queremos manifestar publicamente o nosso apoio solidariedade aos companheiros metalúrgicos do ABC e outras cidades de São Paulo, que se encontram em greve a mais de uma semana...a luta dos metalúrgicos também é nossa luta”<sup>346</sup>.

<sup>345</sup>Informe Nº 414 do Serviço de Informação do Departamento da Polícia Federal. Fundo: SSP/DOPS/ Acervo: APEJE. Prontuário funcional nº 0045. Difundido para o IV Exército, II COMAR, ARE/SNI; CI/SSP/PE E PMPE.

<sup>346</sup> GT – Sindical. Centro Josué de Castro. Até chegar no Zé.

A conduta de Siqueira estava alinhada com a conduta do grupo em apoiar e contribuir para a greve dos metalúrgicos do ABC. Contudo, sua atitude aumentou ainda mais a vigilância sobre o dirigente e conseqüente sobre a Oposição Sindical de Recife. Os panfletos (**Figuras 3 e 4**) criados pelo grupo de oposição para divulgar a imagem, os nomes dos integrantes, o número da chapa de Oposição e os dias das eleições foram guardados pela comunidade de informação e constam dentro do prontuário. Até mesmo o documento elaborado pelo Ministério do Trabalho foi anexado ao prontuário. Ao adquirirem esse documento elaborado pelo Ministério os agentes tiveram acesso à relação das pessoas que apoiaram e os locais onde ocorreram as mesas coletoras de votação nas eleições sindicais de junho de 1980. Através delas soubemos que no dia da eleição 09 urnas de votação estavam espalhadas nos diversos bairros da cidade levando em consideração, possivelmente, a proximidade com as indústrias e os bairros onde residiam os operários.

A posse da diretoria foi acompanhada por um agente espião que a tudo observou e relatou produzindo o Informe N° 153/81 e que seguiu para o IV Exército, ARE/SNI, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e o Departamento da Polícia Federal (DPF) entre outros órgãos de informação. É possível ver no documento o selo da 2ª Seção da Polícia Militar em caráter Confidencial nos dando indícios de que fora esse órgão o responsável pela produção do informe. Segundo esse documento, a festa comemorativa da posse da diretoria ocorrida no Ginásio de Esportes do Sesc contou com apoio de “representantes sindicais, entidades estudantis, associações de moradores de bairros e líderes políticos” dentre eles o destaque foi a presença de Luiz Inácio da Silva, o Lula que discursou para os presentes. Segundo o agente o sindicalista falou que

(...) os trabalhadores são a solução mão de obra e solução para o desenvolvimento da nação e que todos devem ter consciência do verdadeiro papel que desempenham atualmente no cenário socioeconômico e políticos do país. Argumentou a necessidade da classe trabalhadora debater os seus problemas não apenas no sindicatos como também nos lugares onde existem trabalhadores reunidos. E que os representantes das classes, não devem preocupar-se com sua segurança, e sim com o coletivo pois só assim conseguiram sair desse buraco que durante 17 anos vem perseguindo os trabalhadores no país. Essa exploração patrão-empregado deve acabar (...)<sup>347</sup>

A partir desse documento percebemos que a fala de Lula se alinhava com as características do que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo” no qual apregoava,

<sup>347</sup> Informe produzido pela PMPE 29/09/81 POSSE DA NOVA diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, anexo: jornal desatrelar e panfleto desatrelar. Fundo: SSP/DOPS/Acervo - APEJE. Prontuário funcional n° 0045.

dentre outras questões, o fim do regime autoritário em seu âmbito mais amplo. Nesse sentido, relatar o discurso de Lula o colocava em pé de igualdade juntamente com os demais presentes no enquadramento de pessoas e de organizações consideradas “perigosas” para o sistema. A partir daquele dia, os órgãos de informação confirmaram as suas suspeitas (se é que já não as tinha confirmado há tempos) sobre quem era a rede de apoio da Oposição ou a que passariam a ser dali em diante. Nesse contexto da chegada do grupo à conquista da diretoria em 1981 seguimos para Cópia da convenção de trabalho fruto do resultado da campanha salarial de 1982 presente no Prontuário Funcional. Lembremos que a campanha salarial de 1982 deixou transparecer a divisão que se instalou na diretoria sobre a deflagração de uma possível greve. A vigilância esteve atenta a esse impasse e acompanhou os primeiros passos do Sindicato do Zé Ferrugem na sua trajetória ainda recente naquele momento.

Em 1983, mais precisamente em julho daquele ano, vimos que grande parte da diretoria do Zé Ferrugem foi presa junto aos demais manifestantes que foram convocados pela Pro-Cut contra as medidas do governo que atingiram o salário dos trabalhadores. Os órgãos de repressão além de terem elaborado e registrado em uma lista os nomes das pessoas presas no dia 21 de julho de 1983<sup>348</sup> recolheram os depoimentos de outros manifestantes, dentre eles Siqueira e José Pinheiro dirigentes sindicais presos na fábrica da Microlite ao se esforçarem para conseguir a adesão dos trabalhadores junto à paralisação nacional. Essa documentação é uma das mais volumosas no Prontuário Funcional dos Metalúrgicos contendo 41 páginas as quais possui em sua maioria Termos de Declaração dos envolvidos (policiais que prenderam os dirigentes, o grupo de manifestantes num total de sete incluindo aí Siqueira e José Pinheiro, os vigilantes e seguranças da Microlite). Segundo Marcília Gama esse documento “era o procedimento mais completo e temido por parte do suspeito”, uma vez enquadrados nessa tipologia documental o grau de comprometimento dos envolvidos ficava ainda mais evidenciado, era a “*prova da confissão e conseqüente crime*”<sup>349</sup>. De fato, ao final do Inquérito Policialo diretor do DOPS, órgão cujo o grupo foi levado para prestar depoimentos, responsabilizou o grupo criminalmente por, segundo sua interpretação, incitarem e impedirem os trabalhadores de ingressar na fábrica. O grupo preso era formado por sete integrantes: José Pinheiro - diretor do Sindicato dos Metalúrgicos; Edmilson Medeiros engenheiro civil e

---

<sup>348</sup> Essa lista é dos documentos que compõe o prontuário funcional nº 0045 do Sindicato do Zé Ferrugem. Nela é possível saber o nome, profissão e destaca principalmente a trajetória e o envolvimento político desses indivíduos ligados a movimentos ou Partidos. Especificam quais as reuniões, assembleias e congressos que tinham participado. Fundo: SSP/DOPS/ Acervo - APEJE. Prontuário funcional nº 0045.

<sup>349</sup> SILVA, Marcília Gama. Op. Cit., p. 70.

integrante do Sindicato dos Engenheiros; Carlos Henrique Fialho de Brito, estudante de História; Rita de Cássia Cavalcanti Guilherme, estudante; Sérgio Santa Lima Junior: estudante, José Alves de Siqueira diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e Zuleide de Andrade industriária desempregada.

Todos se dirigiram no dia 21 de julho, nas primeiras horas da manhã para a porta da fábrica da Microlite munidos de faixas, panfletos e carros de som no intuito de mobilizar os operários a não trabalharem aderindo ao movimento paredista nacional em prol de salários melhores. A polícia foi acionada e levou os manifestantes que foram conduzidos ao DOPS. Seis dias depois do ocorrido, o grupo prestou depoimento no dia 27 de julho de 1983 como consta nos Termos de Declaração de todos os envolvidos. É possível ver na maioria dos depoimentos que o grupo respondeu às perguntas feitas pelo delegado de modo vago e disperso. Alguns alegaram que não sabiam informar o que havia escrito nos cartazes, diziam que não tinham conhecimento sobre os panfletos distribuídos e que não utilizaram carro de som. Outros chegaram a alegar que não conheciam alguns dos manifestantes e que só passaram na Microlite para ver o que estava ocorrendo. Nenhuma das alegações do grupo mostraram coerência entre os depoimentos. Contudo, foi unânime na fala dos policiais e dos seguranças da fábrica a participação do grupo no piquete na empresa localizada do Curado. Alguns, inclusive, reconheceram Siqueira e o estudante Carlos Henrique como os que estavam desde cedo no local, organizando o ato. Diante dos fatos e relatos presentes no Inquérito o Bel. Márcio Falcão Ferraz diretor do DOPS realizou um relatório no qual tratou de qualificar o ato como uma desobediência pois os envolvidos não levaram em consideração a

(...) determinação do Ministério do Trabalho que viu o movimento como ilegal. Como se tratava de um ato desobediente, fez-se necessário, “em termos de segurança, a mobilização da nossa briosa Polícia Militar que implantou um redobrado policiamento ostensivo.”. “Diante do exposto, evidencia-se a responsabilidade criminal dos indiciados”<sup>350</sup>.

A ironia está presente na interpretação do delegado ao descrever a situação. Com base em seu relatório afirmou que

“(...) não estavam no portão da fábrica distribuindo rosas e rogando que aumentassem a produtividade da empresa. Continua, “Em certos trechos”, dos depoimentos, “chegam a ser de uma inocência angelical”. (...) “os sete instigaram e forçaram a paralização das atividades normais da indústria Microlite (...)”

<sup>350</sup> DOPS/Relatório. Fls. I, V e VI. Fundo: SSP/DOPS/ Acervo: APEJE. Prontuário funcional nº 0045

conclamando os operários à greve, enquadrando-se, por tanto, dentro das penas capituladas no artigo 197, da Lei Substantiva Penal em vigor<sup>351</sup>.

Interessante percebemos que para além de saber quem estava com a verdade ou não, as forças da repressão se empenharam em produzir provas que comprometessem os manifestantes. Uma série de pessoas foram chamadas para depor: os policiais envolvidos na operação e os segurança e vigilantes da fábrica também foram acompanhados e ouvidos. Temendo as represálias da polícia repressora é natural que os depoimentos do grupo dos sete criassem artifícios para não gerarem provas contra si justificando desse modo as respostas vagas e gerais que relataram nos depoimentos. Naqueles tempos, não muito diferentes de hoje, os movimentos sociais eram tratados como caso de polícia e o grupo constituiu, aos olhos da repressão, uma “ameaça” à ordem ao incitarem trabalhadores a não cumprirem com a sua função alegando que tal ação prejudicava a economia já bastante comprometida naquela época. Mais tarde, após sua soltura, Siqueira lançou nota no D.P denunciando que “os depoimentos foram uma bagunça (...) teve gente que assinou o depoimento do outro”<sup>352</sup>. A declaração de Siqueira no jornal nos leva a crer que o órgão de repressão esteve empenhado em produzir, a qualquer custo, informações e provas que pudessem incriminar e enquadrar o grupo no crime de subversão. O relato dos vigilantes e dos segurança se alinharam ao discurso oficial disseminado pelo regime ao esquadrinhar o “perfil” do inimigo da nação representado na figura do subversivo. Ora, em nenhum momento os vigilantes e segurança se sentiram solidários à causa do grupo que, assim como eles, eram trabalhadores e estavam naquele momento lutando por melhores condições de vida. O depoimento dos vigilantes e segurança nos dão conta de que, nesse sentido, o regime conseguiu de certo modo, consolidar entre a população o medo e a vigilância sobre aqueles considerados pelo sistema como “perigosos” aos interesses da nação, inimigos da democracia ao se alinharem ao comunismo ou à subversão. Assim, condutas consideradas subversivas, durante a ditadura eram vistas como perigosas à ordem e deveriam ser evitadas e combativas de forma eficaz. Segundo Jorge César relatou

*(...) na ditadura qualquer coisa que tivesse de um, um protesto era dado como subversivo. Quando você entra na luta sindical com passeatas, com greve, você tá automaticamente questionando a ditadura militar, porque ela era contra a greve. (...) a grande maioria dos dirigentes sindicais fomos presos no DOPS. Passamos doze horas*

<sup>351</sup> DOPS/Relatório. Fls. I, V e VI. Fundo: SSP/DOPS/ Acervo: APEJE. Prontuário funcional nº 0045.

<sup>352</sup> Diário de Pernambuco do dia 26 de julho de 1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

*presos. (...) foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, né? Respondendo a Justiça Federal*<sup>353</sup>.

A repercussão da prisão dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos alcançou dimensões consideráveis na época envolvendo lideranças de renome conforme observamos no relato de Marcos Pereira

*Dom Ivo Lorscheiter era o presidente da CNBB, quando o pessoal aqui foi preso, foi uma repercussão nacional. Dom Ivo estava no Ceará, aí ele ligou para o governo de Pernambuco que gostaria... se ainda mantinha o pessoal preso, o pessoal estivesse realmente no xadrez na cidade do Recife, se não, devolvesse o pessoal na sua luta. Aí todas as Igrejas. A gente foi para as Igrejas, nos homenagearam, falar no altar, falar numa esfera dessa, no altar, de uma missa. Padre Reginaldo, Padre Jaime, que era um americano, estava no Pina, e outros e outros padres abriu sermão e falar dessa luta dos metalúrgicos*<sup>354</sup>.

O desfecho do movimento de paralisação nacional não acabou com apelo dos movimentos sociais, sindicatos e lideranças políticas e religiosas exigindo a volta dos dirigentes presos. Para alguns trabalhadores a paralisação ainda estava vigente pois, como forma de represália os patrões demitiram cerca de 30 operários. Na tentativa de amenizar a situação dos demitidos e de criticar essa atitude dos patrões, o Sindicato dos Metalúrgicos nas palavras do dirigente sindical Siqueira, afirmou que “os patrões aproveitam qualquer pretexto para reduzir o número de empregados (...)”.<sup>355</sup> Pretexto ou não, os trabalhadores demitidos engrossaram as fileiras dos desempregados no ano de 1983 ingressando na estatística da crise. No mesmo ano, meses após a prisão das lideranças do Sindicato, o grupo levou adiante uma mobilização contra o diretor da Microlite, localizada no Bairro do Curado, denunciado pelos funcionários da própria fábrica. Casos de agressão e truculência por parte dos patrões, infelizmente, ocorreram com frequência como foi o caso da paralisação dos funcionários dessa empresa que em solidariedade parou suas atividades em um de seus setores contra a atitude violenta do dirigente Pietro Calábria. A situação ocorreu porque um operário que havia confeccionado uma peça defeituosa foi penalizado com uma suspensão considerada abusiva pelos trabalhadores. Inconformados com a penalidade o grupo tentou negociar com o dirigente que, aos gritos, descartou qualquer possibilidade de voltar atrás em sua decisão. Após essa situação, agredido pelo dirigente da fábrica o funcionário José

<sup>353</sup> Entrevista com Jorge César, 3ª sessão realizada no dia 31 de outubro de 2017. A lei de Segurança Nacional era respaldada na lógica policial-militar construída para agir junto à sociedade no combate as forças identificadas por ela como ameaças à segurança do país. SILVA. Marcília Gama. Op. Cit., p.34.

<sup>354</sup> Entrevista com Marcos Pereira, 1ª sessão realizada no dia 20 de abril de 2019.

<sup>355</sup> Diário de Pernambuco do dia 26 de julho de 1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Leôncio da Silva levando os trabalhadores entraram em greve solicitando o retorno de seu colega suspenso e exigindo a demissão de Pietro Calábria que era praticamente o dono da Empresa. Inaldo vivenciou de perto esse episódio narrou que

*O companheiro (...) era um, um fresador, é um mecânico um fresador de muitos anos lá, muito bom. Pela primeira vez na vida cometeu um erro numa peça. Cometeu erro lá, que a gente chama 'matou a peça', a peça não prestou, certo? Teria que fazer outra. (...) Quando a gente chegou pra trabalhar, Moisés estava suspenso. A gente entrou "cadê Moisés?", "não, foi suspenso", "suspenso, foi?", três dias suspenso. (...) na hora tinha um negócio lá de madeira grande que a gente ficava numa espécie de um palco, que era pra o encarregado ficar observando a gente tudinho. Aí eu subi, cheguei lá dei um assobio, veio todo mundo. Aí a proposta, "pessoal é o seguinte: todo mundo conhece aqui, companheiro histórico da gente aqui, foi suspenso pela aquela peça que ele errou ontem e a gente não vai admitir isso não. A oficina tá em greve a partir de agora." Cento e sessenta mecânicos. Parou todo mundo<sup>356</sup>.*

Os trabalhadores levaram a greve por alguns dias exigindo, em contrapartida de voltarem ao trabalho, a demissão de Calábria. Todas as tentativas de negociação foram frustradas. Os trabalhadores estavam irredutíveis e dispostos a continuar o pedido de demissão do dirigente alegando que não se sentiam seguros na empresa enquanto o diretor trabalhasse na fábrica. O caso foi parar na Justiça do Trabalho numa ação movida pela empresa solicitando que greve dos 150 funcionários fosse julgada como ilegal. Na primeira tentativa de conciliação perante o Juíz o mesmopropôs que o dirigente da fábrica fosse afastado para que os trabalhadores voltassem às suas atividades, contudo, os advogados da empresa não aceitaram a proposta alegando que não eram verdadeiras as acusações dos trabalhadores. Encaminhada em forma de dissídio e em caráter de urgência ao Tribunal Regional do Trabalho o caso foi visto como ilegal pelo TRT por sete votos contra dois. Apenas dois juízes decidiram pela legalidade da greve os demais, em sua maioria, elaboraram um voto de apelo solicitando que a empresa assumisse uma *"postura mais humana, acolhendo a volta ao trabalho todos os funcionários que participaram do movimento"*<sup>357</sup>. A atitude da maioria dos juízes corrobora para pensarmos em algumas questões: tomaram essa decisão por levarem em consideração as condições de crise econômica nas quais levariam a perdas consideráveis por parte da fábrica que já estava parada a mais de uma semana? Viam a greve como ilegal, desnecessária e em certa medida radical, minorando dessa forma a tensão entre patrões e trabalhadores? Ou defendiam uma visão clássica de que o papel da Justiça era o de suprimir os choques entre trabalhadores e patrões promovendo a conciliação entre ambas<sup>358</sup> valor

<sup>356</sup> Entrevista com Inaldo 2ª sessão, realidade em 10 de abril de 2018.

<sup>357</sup> Diário de Pernambuco 14/12/1983. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

<sup>358</sup> MUNAKATA, Kasumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 1985. p. 76.

esse presente quando foram criadas em 1932 as antigas Juntas de Conciliação e Julgamento que funcionaram até os anos de 1980. Como já mencionamos, por motivos de tempo não abordaremos sistematicamente e extensivamente sobre a relação dos trabalhadores/Sindicato com a Justiça do Trabalho, contudo, iremos fazer algumas considerações históricas pertinentes e que tem relação com o caso da Microlite. Na primeira sessão da entrevista de Jorge César, lhe foi perguntado como o mesmo percebia, na conjuntura das lutas impetradas pelo Sindicato, a Justiça do Trabalho, o mesmo nos informou que

*(...) a gente tinha uma análise de que a Justiça ela não foi feita pra contribuir muito com os trabalhadores. Era um pouco uma injustiça, né, porque era uma Justiça, né que foi feito nos anos trinta, a legislação, da justiça do trabalho como as instituições foram criadas nos anos trinta (...)ela foi criada numa legislação fascista, né, que é a Carta Del Lavoro. Como é que ela se dava? É um tribunal que tem um juiz (togado), um juiz classista obreiro, e um juiz classista. (...) raramente, poucos votavam em benefício dos trabalhadores. (...) fazer uma greve, uma lei, na lei de greve da ditadura anterior, você pra fazer uma greve era uma verdadeira penitência. Você fazia não sei quantas reuniões, o número de quórum. Era um negócio que você não conseguia nunca viabilizar. Por mais vontade política, por mais, né, era uma burocracia que você nunca chegava, você nadava, nadava, quando tava chegando na beira da praia você morria. Você fazer uma greve aí o cara pedia não sei o quê, as atas, quando chegava lá o juiz olhava “ilegal”, ele não avaliava um centímetro, um milímetro do que você tava discutindo na mesa de negociação do ponto de vista das reivindicações. Ele olhava burocracia. Então você... aí dava ilegal. Desconto os dias parados, não sei o quê... aí vinha as punições. Aí vinha todo um rosado de maldade.<sup>359</sup>*

Munakata defendeu em sua obra que a Justiça de Trabalho, enquanto um dos mecanismos que foi constituído pela Carta Constitucional de 1937 inspirada na fascista italiana, ao mesmo que ampliou e sistematizou sua organização, ações e limites por meio da Juntas de Conciliação e Julgamento, agiu de modo a transformar uma *questão política de correlação de forças entre o trabalhador e o patrão, numa questão jurídica e técnica, com suas regras e normas só acessíveis aos especialistas (...)*<sup>360</sup>.

Ou seja, sob a vigência da Constituição ditatorial de Vargas em 1937 além dos sindicatos que já estavam sob o controle e vigilância do Estado, o Ministério do Trabalho passa também a exercer domínio e influência sobre as associações profissionais. O Ministério passa a ter o total controle financeiro das entidades além de praticamente administrá-las. É nesse sentido que a Carta de 1934 passa a instrumentalizar os aspectos ligados aos trabalhadores, seus sindicatos, impostose à Justiça todas elas ligadas e subordinadas aos ditames do Ministério do Trabalho órgão imbuído da ideologia do Estado comprometido, de

<sup>359</sup> Entrevista com Jorge César, 1ª sessão realizada no dia 03 de outubro de 2017.

<sup>360</sup> MUNAKATA, Op., Cit. p. 107.

modo geral, em esvaziar as lutas de classe dando-lhe um caráter normativo, técnico, burocrático e conciliatório. A ditadura militar de 1964 herdou e ampliou mecanismos de pressão e vigilância sobre os trabalhadores e seus Sindicatos. Interdição aos sindicatos, perseguição, exílio, prisão, tortura, morte e instauração de inquéritos policiais foram alguns dos instrumentos da repressão que foram usados contra alguns líderes sindicais principalmente aqueles ligados a PCB e às ideias progressistas. Era preciso, de acordo com a visão da repressão, “limpar” o país dos grupos considerados herdeiros do “populismo” responsáveis pela corrupção e agitações vistas como subversivas e que estavam presentes no país muito antes de 1964. A Lei de Greve nº 4.330 de 01 de junho de 1964, designada por Castelo Branco tornou esse instrumento de luta praticamente inviável contribuindo para reduzir drasticamente o número de greves no país, passou a ser motivo de preocupação delideranças sindicais e de advogados que moverem ações na Justiça do Trabalho. Ao longo do regime, e principalmente durante o período de distensão política nos anos 1980, percebemos que os processos trabalhistas levados adiante pelo Sindicato dos Metalúrgicos, segundo a fala dos entrevistados, revelam dois aspectos: o primeiro nos mostra que mesmo em tempos de repressão e sem confiar totalmente nas decisões da Justiça, os trabalhadores buscaram pressionar os patrões recorrendo às greves na luta por direitos. Por outro lado, os patrões tentaram brechas e estratégias legais para aniquilar essa ação recorrendo à Lei de Greve para deslegitimá-las e punir o trabalhador.

O levantamento realizado por Larissa Corrêa nos processos do Tribunal Superior do Trabalho revelou que durante a ditadura militar houve um aumento considerável de ações trabalhistas<sup>361</sup>. A justificativa para esse aumento mesmo em tempos de forte repressão aos trabalhadores justificou-se no fato de que, em parte, os tribunais representaram um dos poucos canais onde os trabalhadores recorriam para buscar solução frente aos direitos negligenciados pelos patrões<sup>362</sup>. É dentro desse contexto e dessas perspectivas históricas e analíticas apresentadas por Munakata e Corrêa que podemos ter uma noção do funcionamento da Justiça do Trabalho no momento em que os dirigentes da Microlite entraram com uma ação contra os seus empregados quando do episódio de Pietro Calábria. A natureza da ação, ou seja, a anulação da greve dos trabalhadores solicitada pela fábrica e acatada pela maioria dos juízes, pode ser vista dentro da perspectiva que apresentamos com base naqueles aliado ao

---

<sup>361</sup> Segundo a coleta da autora o número das ações foi verificado da seguinte forma: 1961-1965: 1.316.566; 1966-1970: 2.356.958; 1971-1975: 2.042.441 e 1976-1980: 3.037.948. CORRÊA, Larissa R. (Artigo). Revista de **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, Maio-ago. 2016. p. 511.

<sup>362</sup> CORRÊA, Larissa R. Op. Cit., p. 506.

contexto de recessão econômica no sentido de evitar-se prejuízos à fábrica. Apenas dois juízes entenderam que a paralização era legítima. A própria decisão da maioria dos juízes solicitando uma, *“postura mais humana, acolhendo a volta ao trabalho todos os funcionários que participaram do movimento*, mostrou certo desdém da Justiça ao banalizar e minimizar um caso de agressão causada por um dirigente contra o seu empregado. Nessa relação de forças, o entendimento da maioria prevaleceu, o que não significa dizer que em todas as vezes e em todos os casos a Justiça se opôs ao trabalhador. Porém, enquanto vigou o regime ditatorial militar a Lei de Greve e o suposto direito à greve defendido pelos trabalhadores, foram observados de perto pelos magistrados permanecendo atentos aos que descumpriram àquela primeira determinação.

Outro caso de truculência por parte do empregador foi denunciado na Fábrica Açomóveis, localizada no Bairro de Prazeres na Cidade de Jabotão dos Guararapesa qual o sindicato solicitou a instauração de um Inquérito Policial contra o dirigente acusado de realizar *agressões e violências contra os operários, além de pressões de todos os tipos contra os diretores do Sindicato que para ele trabalham. Cartas de advertências, suspensões injustas, transferência de setor, redução de salários e aplicação incorreta dos reajustessalariais*<sup>363</sup>, foram algumas das denúncias que pesaram contra Reinaldo Muniz empresário da Açomóveis. Nessa mesma empresa João Paulo relevou situações de mortes e de funcionários que dormiam na própria fábrica à noite.

*Houve uma morte de acidente de... teve um trabalhador lá que o tacho de aço derretido caiu por cima dele. Diversas mortes lá. E a gente também escolheu como uma empresa estratégica para fazer paralisação, mesmo sem ter uma organização interna dentro. Muito difícil também de ter uma penetração lá. Eles lá montavam um esquema de madrugada, deixava um pessoal lá, comprava colchão para os trabalhadores ficarem lá. João Paulo*<sup>364</sup>

Observamos, através do que ocorreu na Microlite e na Açomóveis, que naquele momento o Sindicato atuou fortemente frente as denúncias de arbitrariedade e desrespeito dos patrões remetendo à praticas senhoriais dos tempos coloniais negligenciando completamente os direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo vemos que, em um passado não muito remoto havia, e ainda existem, situações degradantes nas quais os trabalhadores estavam (ão) submetidos. O ano de 1984 continuava dando indícios de que a crise se agravava. O D.P desse ano trouxe uma matéria na qual o ministro e economista Galveas afirmou que aquele ano seria

<sup>363</sup> Diário de Pernambuco 03/06/1984. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>364</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizada no dia 25 de janeiro de 2018.

(...) *o mais difícil do que os anos anteriores*<sup>365</sup>. Naquele ano o Brasil registrou o menor salário da América Latina; a inflação continuou galopante; o PIB apresentou baixo crescimento e o alto custo de vida contribuiu para a miserabilidade da população. A Pesquisa elaborada pelo DIEESE afirmou que em março de 1983 o salário mínimo era de Cr\$ 23.368 quando na verdade deveria ser de Cr\$ 103.602,00 para cobrir as necessidades básicas dos trabalhadores<sup>366</sup>. Nesse mesmo momento uma das maiores indústrias metalúrgicas de Pernambuco ameaçou fechar as portas por razões econômicas o que poderia causar milhares de trabalhadores nas ruas em um contexto que a cada ano só piorava. O Sindicato dos Metalúrgicos mobilizou uma série de esforços no sentido de impedir o fechamento dessa fábrica pressionando o poder público e exigindo injeção de recursos oriundos do Banco do Nordeste. O D.P.<sup>367</sup> lançou uma extensa nota na qual Marcos Pereira e Henrique Cossart trataram em detalhes a situação daquela indústria articulada ao quadro de recessão econômica e de desemprego na área metalúrgica em Pernambuco.

A situação descrita por aquelas lideranças metalúrgicas foi a seguinte: 80 indústrias metalúrgicas de pequeno e médio porte fecharam suas portas deixando cerca de 12 mil operários no desemprego. Apontaram como razões para o fechamento dessas fábricas a especulação do mercado financeiro com o desvio de recursos das empresas para atividades não industriais; a importação de tecnologia do exterior por conta de um sistema tecnológico internacional altamente egoísta; a dificuldade na obtenção de matéria prima e também o despreparo para responsabilidades empresariais. A Situação de crise financeira que acometeu a Cosinor se arrastou por anos. A manutenção máxima do emprego para evitar mais tensão social, foram as condições do controle acionário do BNDS para a transferência de dinheiro para ajudar a empresa a superar a sua crise. Com todo esse problema a fábrica manteve em 1984, 1.040 trabalhadores. A Cosinor produzia matérias voltadas para indústria açucareira gerando tributação e arrecadação consideráveis para o Estado, segundo os metalúrgicos. Afirmaram ainda que essa indústria recebeu encomendas suficientes para manter até 1985, como exportações para Argélia e para o mercado nacional. Os dirigentes afirmam que devido às dívidas da Cosinor, o capital empregado para a compra da matéria prima ficou comprometido e com isso, as encomendas correram risco de não serem cumpridas. Por isso, solicitavam na matéria do D.P. mais injeção de recursos para salvar a mesma. Em

---

<sup>365</sup> Diário de Pernambuco do dia 22/01/1984. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Diário de Pernambuco do dia 22/01/1984. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

1983 o BNDS, maior acionista da empresa, queria fecha-la, mas, graças a luta dos metalúrgicos isso não ocorreu. Solicitaram a urgência de recursos e de medidas que pudessem instaurar a normalidade na empresa. Diversas assembleias foram realizadas junto aos trabalhadores com o objetivo de criarem soluções e de mobilizarem a opinião pública alertando a situação dessa gigante da metalurgia em Pernambuco. Nessa mesma fábrica, além do estado de crise que lhe acometeu várias vezes ao longo dos anos de 1980, chamou-nos a atenção para duas situações no qual a liderança sindical do Zé Ferrugem esteve presente: a morte de um operário e a criação da primeira Comissão de Fábrica no Norte-Nordeste.

Além dos problemas financeiros da Cosinor o Sindicato dos Metalúrgicos denunciou a falta de segurança na empresa. O eletricitista Josué Luís de Albuquerque morreu esmagado por uma ponte volante que não foi desligada para fins de manutenção. Revoltados com a situação ao menos mil trabalhadores paralisaram as atividades da fábrica (**Figura 14**) exigindo, junto à direção do Sindicato, a participação na CIPA, fim das horas extras, reintegração de três membros da Comissão de Fábrica que haviam sido demitidos, participação da Comissão de Fábrica no inquérito sobre a morte do eletricitista, indenização para sua família e complementação de pensão devida à viúva já que o eletricitista era pago como ajudante, embora não realizasse essa a função. O Sindicato denunciou que diante dessas exigências a Cosinor passou a ameaçar a viúva do eletricitista advertindo que se ela continuasse comparecendo à fábrica para cobrar o que lhe era devido, não receberia o salário de seu marido, nem os benefícios do INPS. Diante do contexto de insegurança no local de trabalho o grupo afirmou que

A Cosinor continua pondo em risco a vida dos seus operários, tratando-os da pior forma, como não tratam nem a maquinaria que recebe lubrificação regular, enquanto nós trabalhamos sem parar. Somos considerados como peça de fácil reposição, uma vez que há milhares de desempregados formando um exército de industrial de reserva<sup>368</sup>.

---

<sup>368</sup> Diário de Pernambuco do dia 09/03/1985.

Figura 15: Imagem de funcionários da Cosinor realizando paralisação por falta de segurança.



Fonte: APEJE/Diário de Pernambuco 09/03/1985.

A situação não era favorável ao trabalhador no período do governo militar. A partir de 1964 Castelo Branco assumiu como metade governo atrair o capital internacional para o país criando o Plano Econômico conhecido como PAEG, comprometido fundamentalmente com três pilares: reduzir o déficit do governamental, criar uma política de redução dos salários e restringir a política de crédito ao setor privado. A lei de Greve nº 4.330 de 1964 corroborou para impedir e/ou dificultar a realização de greves deixando o trabalhador sem muitas possibilidades de reivindicar melhores salários ou a redução de horas de trabalho prática que se tornou comum a partir daquele ano. Se reivindicasse, corria o risco de ser demitido em um momento no qual o desemprego e a inflação galopante ameaçavam o poder de compra e a sobrevivência do trabalhador. Nesse período os salários foram reduzidos drasticamente sendo

aumentados anualmente de acordo com o índice estabelecido pelo governo levando em consideração a média dos salários dos dois últimos anos. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS em 1966, também contribuiu para a precarização do trabalhador que, perdendo sua instabilidade ficou mais vulnerável às demissões e à rotatividade de emprego. Essa combinação de fatores, arrocho salarial e o fim da estabilidade, disponibilizou

(...) um imenso contingente de força de trabalho barata, instável, necessitada de trabalhar para garantir sua sobrevivência e forçadamente disciplinada e dócil. Além do efeito desmobilizador, a rotatividade crescente dos trabalhadores mantinha os salários cada vez mais baixos, pois sempre que um trabalhador era readmitido em outra empresa, ele começava no nível salarial mais baixo<sup>369</sup>.

Essa situação trouxe benefícios apenas aos empresários que viram nesse contexto a possibilidade de maximizar seus lucros e sua produção sem ter que contratar mais empregados pagando-lhes um salário de baixo valor. Por sua vez, o trabalhador, sem poder recorrer à luta por meio da greve sentiu-se obrigado a permanecer nas empresas realizando horas-extras para não perder o emprego. Em virtude dessa situação houve o aumento considerável de acidentes de trabalho devido à super-exploração da mão-de-obra por parte dos empregados. As horas extras eram praticamente exigidas pelos patrões. Alguns trabalhadores viram-se refém dessa exigência com medo de perder seu emprego, outros se submeteram por verem nesse meio a chance de aumentarem a sua renda tão precária. Mesmo com a regulamentação do Decreto – Lei nº 389 de 1968, que versava sobre o pagamento de adicionais como o da periculosidade e insalubridade, muitos trabalhadores não os perceberam devido ao descumprimento dos padrões. A década de 1970 foi considerada recorde mundial em acidentes de trabalho<sup>370</sup>. O ano de 1982 registrou 1.178.472 números de acidente de trabalho no Brasil<sup>371</sup>. O caso do eletricitista morto na Cosinor nos faz pensar dentro da perspectiva da super-exploração por parte do capital ao vermos que a máquina não foi parada para que o trabalhador puder realizar os reparos necessários. Nesse sentido, é de grande coerência a crítica realizada pelo Sindicato em uma nota do D.P ao denunciarem que os trabalhadores eram “*considerados como peça de fácil reposição, uma vez que há milhares de desempregados formando um exército de industrial de reserva*”. A leitura feita pelo grupo do

<sup>369</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”**: controle social, exploração e prevenicionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira (Artigo) Revista Mundos do Trabalho. Vol. 7. Nº. 13. Janeiro/junho.2015. p. 156.

<sup>370</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Op. Cit., . 164.

<sup>371</sup> A autora em seu artigo apresentou os seguintes números para os anos de **1980**: 1.464.211

**1981**: 1.270.465 e em **1982**: 1.178.472 todos relacionados a acidentes de trabalho só no Brasil. Cf. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Op., Cit., p. 166.

Zé Ferrugem coadunava com contexto apresentado acima: a pressão sobre o trabalhador era cruel e desumana fazendo-o trabalhar sob condições de exaustão, cansaço e de periculosidade em troca de um salário insuficiente o qual não cobria as suas despesas mais básicas. O fantasma da demissão e da instabilidade eram reais e ameaçavam o trabalhador submetendo-o a essas situações frente a uma reserva de mão-de-obra que aguardava sedenta um por emprego diante do crescente desemprego. Nesse mesmo ano registramos nas páginas do D.P. uma nota na qual falava da vitória da reeleição da Chapa do Zé Ferrugem marcadas para junho daquele ano<sup>372</sup>. Obtendo 76,8% dos votos da preferência os metalúrgicos desbancaram o grupo oposicionista. A festa da posse ocorreu no dia 15 de julho no Sesi e contou com a presença de associados e de seus familiares. A nova diretoria teve mudança em seus quadros: João Paulo assumiu a presidência do Sindicato, Inaldo tornou-se o vice-presidente, Jorge César o secretário - geral, Gabriel como secretário de finanças e Marcos Pereira como adjunto financeiro. João Paulo falou em sua entrevista sobre como se deu a organização da composição da chapa nessa segunda eleição. Afirmou que

*(...) a gente tinha mantido um certo consenso já. Já tinha um reconhecimento pela categoria. Não teve nem chapa de oposição. Eu acho que na minha gestão não teve nem chapa de oposição. Nós ganhamos com muita tranquilidade. Então o período que eu passei no Sindicato, mais difícil da eleição foi a tomada do Sindicato, mas depois disso eu acho que a gente nunca teve dificuldade não. Tinha o reconhecimento grande da categoria, da nossa luta, na nossa capacidade de luta. (...) Não, isso foi fruto de discussões no coletivo, o grupo (...)*<sup>373</sup>.

Percebe-se o grupo, diferentemente da primeira eleição em 1981, acreditava que tinha conseguido o respeito e a consolidação frente à categoria, percepção essa que não faria sentido ser percebida pelo entrevistado caso o Sindicato não tivesse desempenhado seu papel de luta junto aos trabalhadores naqueles últimos anos. Essa avaliação é bastante pertinente quando vemos o quantitativo de mobilizações, greves, paradas e assembleias realizadas pelo grupo desde 1981 (consultar **Quadro 2** no apêndice). De fato, o Zé Ferrugem conseguiu se firmar como uma categoria de destaque dotada de capacidade mobilizadora e trato para conseguir circular bem entre a categoria, os movimentos sociais e os patrões nas negociações que desempenhou. Entre rupturas e continuidades, avanços e recuos, divisões internas e a ausência de experiênciano primeiro momento conquistada dia após dia, percebemos que o Sindicato desempenhou um forte papel de destaque no meio político e sindical em Pernambuco nos anos de 1981 a 1985. A vitória da chapa do Zé Ferrugem em 1984

<sup>372</sup> Diário de Pernambuco no dia 28/06/1984. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>373</sup> Entrevista com João Paulo, 3ª sessão realizada no dia 25 de janeiro de 2018.

confirmou a consolidação desse árduo trabalho levado à sério e com garra pelo grupo junto aos trabalhadores metalúrgicos do Estado. A meta ao ganharem novamente a eleição de 1984 e o voto de confiança da categoria era: “*continuar com a luta contra o desemprego, o arrocho salarial e a recessão*”<sup>374</sup>. Em meio a vitória do grupo Zé Ferrugem um personagem político saiu da cena brasileira: o governo de Figueiredo em março de 1985. Encerrava-se um período de vinte e um anos e chegava junto ao “novo” momento anseios dos mais variados vindo de diversos grupos sociais e políticos. O Estado democrático foi (re) tomando forma e fôlego a começar pelo arranjo presidencial numa tentativa, amarga para alguns, de conciliar a indicação do presidente José Sarney.

O Sindicato dos Metalúrgicos em março de 1985 conseguiu um feito inédito até então: parar 11 fábricas e milhares de trabalhadores causando impactos não só econômicos, mas também revelando com esse feito a sua maturidade e habilidade em mobilizar e reunir a categoria em número de indústrias e de empregados até não nunca visto no Estado. Em sete dias de greve, entre negociações e reuniões com os trabalhadores, sindicato, patrões e o delegado regional do trabalho, estavam paradas três fábricas: Renda Priori, Açomóveis e Ferro – alumínio. Tratava-se de cerca de 600 trabalhadores parados. Ao longo dos dias outras empresas adeririam ao movimento na busca por um piso salarial de Cr\$343.900, aplicação integral do INPC para quem ganhava até 5 salários mínimos, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fim das horas extras e estabilidade de um ano para os integrantes do movimento. A exigência pelo estabelecimento do piso salarial na categoria surgiu porque percebeu-se que cada trabalhador vinha tendo uma perda salarial de Cr\$ 34,00 por mês valor esse que perdido de forma mensal ao longo de um ano fazia falta ao trabalhador em meio ao cenário de recessão e crise econômica que mesmo apresentado certa melhora, no dia-a-dia os seus efeitos não eram sentidos na prática. Por isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco realizaram mobilizações junto aos trabalhadores nas portas das fábricas com a finalidade de conscientizá-los e incitá-los à greve na busca do piso salarial. O movimento foi ganhando volume e em poucos dias, o que iniciou com três empresas foi para nove representando cerca de 1.000 metalúrgicos parados causando um prejuízo na ordem de 2,5 bilhões de cruzeiros, segundo o presidente patronal. Tentativas de piquete ocorreram em algumas fábricas como forma de fazer com que outras indústrias aderissem ao movimento, contudo, a polícia foi acionada dispersando o ato. A Microlite maior das empresas que aderiu ao movimento passou a operar com apenas 40% de seus empregados. A Renda Priori, a

<sup>374</sup> Diário de Pernambuco no dia 28/06/1984. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Altronic, a Ferroalumínio, a Silmar, a Noraço, a Aço Móveis e mais duas empresas ficaram completamente paradas. No 5º dia de greve o número de indústrias paradas subiu para um total de 11 contabilizando 5.300 operários de braços cruzados. Um dissídio foi instalado pelas empresas e as expectativas giraram em torno da legalidade ou não da greve. João Paulo em entrevista ao D.P. em 23 de março de 1985 esperava que o resultado do dissídio fosse positivo aos trabalhadores no sentido de que o Tribunal julgasse *“dentro do espírito social e humano que norteia a “Nova República”*, abolindo os métodos antitrabalhistas implantados pelo regime militar de 64<sup>375</sup>”, ao levarem em consideração que o movimento tinha o objetivo de reduzir os efeitos da fome e da exploração patronal.

Esse grande movimento grevista contou com o apoio de Partidos como o PDT e o PT além de outros movimentos como sindicatos, associações de bairros, de Docentes da Universidade, A Convergência Socialista, a UNE de Pernambuco e outras endossaramo discurso a favor do piso salarial contra o piso que os patrões queriam pagar no qual se mostrava insuficiente. Os apoiadores do movimento fizeram uma denúncia, ainda na mesma matéria, denunciando que os empresários agiam intransigente e radical porque *“confiavam na legislação repressiva para coagir os trabalhadores e continuar a explorá-los”*<sup>376</sup>. A situação da parada das 14 fábricas foi encarada com gravidade pelas autoridades que cogitaram a possibilidade de intervir no Sindicato. Não bastasse a prisão de parte da diretoria em julho de 1983, o Sindicato sofreu ameaça de intervenção pelo Ministério do Trabalho devido ao seu *“ato de rebeldia e insubordinação”*<sup>377</sup> no ato nacional. A intervenção dependeria, segundo o D.P. do relatório produzido pela Secretaria de Segurança Pública a ser encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho. Nessa nota vemos o Delegado do Trabalho expor que a situação já estava normalizada tendo as 14 indústrias voltado as suas atividades. Felizmente, no dia 26 de março após quinze dias de greve o movimento chegou ao fim graças ao acordo entre patrões e Sindicatopresidido pelo Juíz José Gondin Filho. O acordo foi firmado em audiência de Conciliação e Julgamento tendo os patrões aceitado pagar o piso salarial exigido pelos manifestantes a partir do mês de abril. Sobre os dias parados de greve, os patrões rejeitaram pagar pelos dias não trabalhados por considerarem ilegal a paralização. Após alguns embates entre o Sindicato e os empresários os primeiros aceitaram compensar os dias parados exercendo atividades extras num período de seis meses além de terem garantido o

---

<sup>375</sup> Diário de Pernambuco no dia 23/03/1985. Acervo: APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>376</sup> Idem.

<sup>377</sup> Idem.

direito de não serem punidos por participarem do movimento. Como a matéria não seguiu para apreciação no julgamento no Tribunal Regional do Trabalho o pedido dos patrões sobre a legalidade ou não da greve não foi levado a diante. Mesmo não sendo apreciado a natureza legal ou não da greve, como desejavam os patrões, percebemos nesse movimento que havia uma expectativa, por parte dos metalúrgicos de que, caso apreciado, os juízes agissem de forma a beneficiar o trabalhador inspirado nos aires da “Nova República”. Ou seja, João Paulo ao fazer referência a esse clima de redemocratização tinha esperanças de que a partir daquele momento a Justiça do Trabalho não faria mais referência à Lei de Greve, dispositivo legal característico dos tempos opressores, como forma de punir os trabalhadores na luta por seus direitos. Essa afirmação reflete a aspiração social de muitos cidadãos e cidadãs naquele momento no que diz respeito a condução do processo de desprendimento da ditadura com o restabelecimento do estado de direito. Expectativas com relação não apenas ao governo que assumia, mas também às instituições, principalmente públicas, que passariam a adquirir novas feições a partir de então.

A Justiça do Trabalho era um desses órgãos que os trabalhadores e os seus órgãos de classe esperavam que mudasse frente à redemocratização. Foi desse modo que o grupo dos metalúrgicos celebraram a “Nova República”: persistindo na luta junto aos trabalhadores por melhores condições de vida combatendo condutas patronais abusivas e criticando os diversos dispositivos repressivos criados no regime militar. As Diretas Já e a redemocratização se constituíram enquanto bandeiras de luta reivindicadas pelo Sindicato desde os tempos de Oposição Sindical e de reuniões clandestinas dentro e fora das fábricas, como pudemos ver ao longo desse trabalho. Acreditamos que por toda essa trajetória de reconquista do Sindicato das mãos dos “pelegos”, da adoção de novas e a continuação de velhas práticas sindicais aliado ao trabalho de base e junto aos demais movimentos sociais e sindicais atuantes nos anos de 1980, o grupo do Zé Ferrugem foi um importante órgão de classe que contribuiu para que a categoria, naquela época, encontrasse um meio de ter suas reivindicações ouvidas e atendidas pelo seu órgão de representação. Nesse sentido as formações sindicais e políticas, os Congressos de Metalúrgicos, as Assembleias, a ampliação das Sub-sedes, a Comissão de Fábricas e a preocupação de formar quadros para atuarem em fábricas consideradas estratégicas para a luta foram algumas das medidas democratizantes que o Sindicato adotou marcando de forma ímpar a trajetória histórica da categoria aqui em Pernambuco ao longo da década de 1980 a 1985.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rafael Ferreira Leite ao escrever sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco comenta que atividade combativa do grupo foi esquecida<sup>378</sup>, possivelmente referindo-se a historiografia oficial que, assim como outros temas, negligenciou e silenciou grupos sociais de suma relevância para a história local articulada ao contexto nacional mais amplo. O grupo do Zé Ferrugem somou forças junto aos demais movimentos sociais de 1979 a 1984 ocorridos nos diversos cantos do país que lutaram não apenas por melhorias específicas, e no caso aqui em destaque atrelado aos interesses dos trabalhadores, mas também pelo retorno do estado de direito seja realizando greves como forma de enfrentamento à sua expressa proibição naqueles tempos, de forma clara apresentada em forma de cartazes, no apoio aos demais grupos e movimentos que também se opunham ao regime ou por meio dos discursos que pudemos perceber ao longo desse trabalho. Contrariando as “recomendações” da letra da canção *Comportamento Geral* de 1972 do compositor brasileiro Gonzaguinha escrita em pleno vigor do AI-5, os metalúrgicos de Pernambuco foram às ruas protestar pelos mais variadas razões ajudando a “engrossar o caldo” dos movimentos sociais que desde 1979 estavam vivenciando momentos de revigoramento. Nesse sentido, o grupo configurou-se como relevante referencial local (para trabalhadores e para a população no geral) em termos de combate e resistência às arbitrariedades dos patrões, à crise dos anos 80 e à ditadura.

Os relatos orais, coletados por meio das entrevistas, nos permitiu cruzar informações com outros tipos de fontes (jornais e a dos agentes da repressão) tornando possível o aprofundamento sobre os diversos aspectos políticos, ideológicos, sociais e institucionais presentes no grupo dos metalúrgicos nos levando para além de análises generalizantes. Longe de defendermos a visão de que o pesquisador “estende seu braço para salvar e dar voz” aos grupos que invisibilizados que esperam por “salvação”<sup>379</sup> acreditamos que é partir da pluralidade de discursos que os diversos grupos sociais podem (re)contar a (s) sua (s) história (s) em um contexto historicamente marcado pela fala dos vencedores e por certos grupos intelectuais que privilegiam trabalhos concentrados no eixo regional sul-sedente. O Novo Sindicalismo em Pernambuco, como vimos, tomou rumos diferentes do que ocorreu em São Paulo. O protagonismo dos metalúrgicos junto às demais categorias urbanas

---

<sup>378</sup> FERREIRA, Rafael Leite. 2014. Revista Temporalidades. Op., Cit., p.32.

<sup>379</sup> ALBERTI, Op., Cit., p.157.

(professores universitários, da rede particular e Oficial, médicos, eletricitários, motoristas e cobradores, urbanitários etc.) a partir de 1979 nas greves e mobilizações no Estado contribuem para atrelar a esse movimento traços de singularidade se comparado às agitações ocorridas no ABC paulista iniciadas em 1978. Nesse sentido, reforçamos que a atuação da categoria metalúrgica (uma das maiores do Estado) junto aos demais trabalhadores inspirados no despertar dos movimentos sociais de fins dos anos 70 ressignificaram suas lutas de acordo com as especificidades das categorias e das circunstâncias locais revelando-nos através de estudos que aconteceu em São Bernardo não pode ser tomado como um processo universalizante.

Por limitações de tempo não conseguimos nos aprofundar nas fontes e discussões sobre o tema da Justiça do Trabalho relacionada ao grupo dos metalúrgicos. Nos faltou profundidade empírica para nos debruçarmos sobre os Dissídios Coletivos os quais poderiam ser capazes de mostrar de que forma atuavam os magistrados sob a influência da Lei de Greve, em que consistiam os seus discursos e análises para tomarem decisões, como os advogados do Sindicato dos trabalhadores conseguiu (ou não) apresentar formas de resistência contra essa Lei etc. Esperamos que outros trabalhos possam dar continuidade e aprofundar essa temática tão cara à historiografia como meio de mostrar outra vertente de luta dos trabalhadores. Do mesmo modo, nos faltou oportunidade para esmiuçarmos sobre a participação feminina na direção do Sindicato e na categoria de modo geral. A pouca atuação das mulheres nos cargos da diretoria foi percebido apenas no Sindmetal ou também ocorreu em outras categorias naquele momento em Pernambuco? Como se deu a participação das mulheres nas greves? Quais indústrias metalúrgicas eram conhecidas por ter maioria feminina em seus quadros de trabalhadores? O que dizem os jornais sobre as greves em fábricas de maioria feminina? Quais eram as reclamações mais frequentes? O que revela os processos trabalhistas sobre a demanda das metalúrgicas? Houve Congressos, mobilizações ou articulações com outros movimentos de mulheres com as metalúrgicas em Pernambuco? São algumas das questões que poderão servir de base para a formulações de novos trabalhos que caminhem nessa direção.

Por fim, esperamos que o trabalho tenha contribuído para entendermos que mesmo sob a unidade do grupo da diretoria por trás havia tendências e forças políticas que por vezes se chocavam mas que isso não impediu a coesão nos momentos decisivos da categoria principalmente no momento de crise que enfrentaram a partir dos anos de 1980. Apesar das rupturas propostas pelo grupo sob à luz do que se convencionou chamar de Novo

Sindicalismo vimos também que não foi possível romper totalmente com os aspectos considerados “velhos” ou que estavam atribuídos a antiga gestão pelega. A manutenção do imposto sindical, da clínica e a ampliação das sub-sedes para outros bairros são alguns exemplos que citamos nesse trabalho como forma de indicar algumas continuidades. No campo da ruptura vimos que o jornal do Zé Ferrugem ajudou a formar a identidade do grupo funcionando como veículo de formação, de combate e de mobilização dos trabalhadores em torno de assuntos de seus interesses. A própria postura combativa, de atuar na vida do trabalhador de forma ampla desde a comunidade (conscientizando-o para a luta por melhores condições de moradia) onde ele residia até à formação sindical realizada na sede do Sindicato, revelaram que o grupo do Zé Ferrugem democratizou o espaço do sindicato proporcionando oportunidades aos trabalhadores jamais vistas antes. É sob essas considerações que esperamos ter contribuído, junto à outros trabalhos, para a rica trajetória política desse grupo marcada nos anos de 1979 a 1985.

## REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Trabalhadores urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de luta* In: ROSAS, Suzana Cavani. E MELO Patrícia Pinheiro de. (Orgs.) Poder, Sociabilidade e Ambiente. Editora Universitária. Recife. 2012.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos e Projetos*. Recife. Editora Universitária. 2012.
- ARANDIGO, Alejandro Kuajara. *O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos planos de estabilização*. Artigo. p. 149 – 150. Disponível: [www.revistas.fee.tche.br](http://www.revistas.fee.tche.br)
- Ação Católica Operária. *História da classe operária no Brasil – Amadurecimento 1945 a 1964*. Rio de Janeiro. 4º caderno. 1ª Edição.1985.
- ALBERTINI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. Editora Contexto. São Paulo. 2008
- ARAÚJO, Wanessa Mendes de. *A representação dos trabalhadores na empresa e suas imbricações no âmbito da luta coletiva*. Artigo. Revista do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região. Belo Horizonte. Edição Especial. 2017. p. 155. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br>. Acesso em: 15/07/2019.
- BOTELHO, Adriano. *Do Fordismo à produção flexível – O espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital*. São Paulo. Anna Blume. 1ª edição. 2008.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança nacional e os governos militares In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo. Editora Contexto. 3º reimpressão. 2016
- CHAPARRARO, Manoel Carlos. *Padre Romano – Profeta da libertação operária*. São Paulo. HUCITEC.2006.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o Regime Autoritário. Discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo. HUCITEC-SUDENE.1987.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia política brasileira - Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo*. Artigo Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Disponível em: [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf). Acesso em: 03 jun.2019
- COSTA. Ana Alice Alcântara. *As mulheres no sindicato*. In: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (org.). *A Face Feminina do Complexo Metal-Mecânico: Mulheres Metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Salvador/São Paulo. Confederação Nacional de Metalúrgicos - CNM/CUT. 2004
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981

- FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luige. *Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. Vol. II. 2003.
- FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco 1979-1984): entre mudanças e permanências*. Recife. Editora universitária UFPE. 2012.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris, 1992. *Social Memory*. Cambridge, Blackwell. Apud SARDENBERG, Cecília M. B.O Gênero Da Memória: Lembranças De Operários E Lembranças De Operárias. NEIM/UFBA. 1997
- FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961 – 1964. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3º ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005
- GALVÃO, Andreia. *Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do “Novo Sindicalismo” metalúrgico nos anos de 90*. In: RODRIGUES, Iran Jácome. *O Novo Sindicalismo – Vinte anos depois*. Petrópolis. Editora Vozes. 1999.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo. Ática. 1987
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1968.
- LUCA de, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes históricas*. 2º ed. São Paulo. Editora Contexto. 2008
- LUNA, Allan Cavalcante. *O discreto charme da democracia: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)* Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2014
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses – Religião e política na América Latina*. Editora Vozes. Petrópolis. 2000
- MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.). *Greve e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945 – 1964*. Rio de Janeiro. Aperj/Faperj.2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo. Expressão Popular. 2009
- MOMESSO, Luiz. *Lutas e Organizações Sindicais em 68, apesar da Ditadura*. In: Revista Clio. Nº 26.1. Editora Universitária. Recife.2008
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio T. RODEGHERO, Carla S. e ARAUJO, Maria Paula. (Org.) *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife. Editora Universitária. 2012
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 37-62, junho 2006.
- MEDEIROS, Josué. *As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA*. Revista Mosaico. Volume 4. Número 6. 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br>

- MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. (Org). Rio de Janeiro. Consequência. 2014
- MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. In. *1968*. Revista Clio. Nº 21.6. Recife. 2008
- MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação Sindical no Brasil – História de uma prática cultural*. São Paulo. Escritura Editora.1996
- MUNAKATA, Kasumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo. Brasiliense. 1985.
- NAPOLITANO, Marcos. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo. Editora Contexto. 2014
- NEVES, Magda Almeida. FREITAS, Marina Monica. A agenda sindical mineira nas últimas décadas. In: RODRIGUES, Iran Jácome. *O Novo Sindicalismo – Vinte anos depois*. Petrópolis. Editora Vozes. 1999
- NEGRO, Antonio Luige. Nas origens do “Novo Sindicalismo”: maio de 59,68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, Iran Jácome. *O Novo Sindicalismo – vinte anos depois*. Petrópolis. Editora Vozes. 1999.
- NEGRO, Antonio Luige. *A “Via Willyana”*. *Industrialização e Trabalhadores do Setor Automobilístico*. Artigo. Revista Tempo. Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos>
- PAULA, Christiane Jalles de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Acesso>: 08 ago.2019
- PARKER, Phyllis R. O papel do Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Apud MELO, Demian Bezerra de.
- PENA, Maria Valeria Junho. *Mulheres e trabalhadoras - presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela Correa. São Paulo. Editora Contexto.2007
- REIS, Daniel Aarão. O Colapso do Colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2001
- REIS, Daniel Aarão. RIDENTE, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. (Orgs.). *O Golpe e a ditadura militar – quarenta anos depois (1964 – 2004)*. EDUSC. São Paulo. 2004
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. CNPq.1990
- REIS, Suzete da Silva. COSTA, Marli Marlene Moraes da. *Trabalho, educação e gênero. Desafios e perspectivas da inserção da mulher no mercado de trabalho*. Curitiba.Multideia.2014
- RODRIGUES, Iran Jácome. *A trajetória do Novo Sindicalismo*. In: RODRIGUES, Iran Jácome. *O Novo Sindicalismo – Vinte anos depois*. Petrópolis. Editora Vozes.1999
- Rerum Novarum*. Carta Encíclica de sua santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Tradução Manuel Alves da Silva, S.J. 15ª Edição. Paulinas. 2005

- SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.
- SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil – Origens, cisões e propostas*. 2ª Ed. São Paulo. (Ano não informado).
- SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife. UFPE.201
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho” : controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira* (Artigo) Revista Mundos do Trabalho. Vol. 7. Nº. 13. Janeiro/junho.2015.
- SOARES, José de Lima. *O PT e a CUT nos anos 90 – Encontros e desencontros de duas trajetórias*. 1ª edição. Brasília. Fortium.2005
- SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1999.Vol. 14.Nº 41.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura*. São Paulo. Boitempo. 2010
- SANTANA, Marco Aurélio. ‘Novo Sindicalismo’ e a ideia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jacomé. (Org.). *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. Vozes. Petrópolis. 1999
- SANTANA, Marco Aurélio. *Política E História em Disputa: O “Novo Sindicalismo” e a ideia de ruptura com o Passado*. In: RODRIGUES, Iran Jácome. *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis. Editora Vozes. 1999
- SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. *A Fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)*. Recife. Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado), 2017.
- STEPAN, A. C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.1975
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade. Vol.15.Nº2. Jul/Dez. 1990.
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (org.). FERREIRA, Sílvia Lúcia. COSTA Ana Alice Alcantara. *A Face Feminina do Complexo Metal-Mecânico: Mulheres Metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Salvador/São Paulo. Confederação Nacional de Metalúrgicos - CNM/CUT. 2004
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964, o golpe contra as reformas e a democracia In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *O Golpe e a ditadura militar – 40 anos depois*. Bauru, SP: Edusc, 2004
- THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Org). NEGRO, Antonio Luige e SILVA, Sergio. Campinas. Editora Unicamp. 2ª reimpressão. 2007
- THOMPSON. E.P.*Formação da Classe Operária Inglesa - Árvore da liberdade*. Rio de Janeiro. Vol. 1. 4ª edição. Paz e Terra. 2004
- VIANNA. Luiz Werneck. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O regime militar brasileiro e sua política externa In: FILHO, José Roberto Martins (Org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Paulo. EduFSCar.2006

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. *Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense 1960-1964*. Recife. Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado). 2011.

VARGAS, J.; FELIPE, E. S. *Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país*.Artigo. Revista de Economia. Vol. 41. N.03. Ano 39. 2015

WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e Política*. 1971. p. I.2 e I.3. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1980

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo. Boitempo. 2006

**APÊNDICE A – QUADRO 2: ASSEMBLÉIAS E MOBILIZAÇÕES DOS METALÚRGICOS 1981 - 1985**

QUADRO 1: Assembleias e mobilizações dos metalúrgicos 1981 – 1985.

<b>Data</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Ação</b>
14/11/1981	SINDMETAL PE	Nota para imprensa
28/11/1981	SINDMETAL PE	Assembleia para mobilizar o Departamento Jurídico e agilizar processos pendentes de julgamento na justiça do trabalho
08/01/1982	SINDMETAL PE	Denúncia ao DRT da firma Polimetal por não ter pago de 13ª salário
04/03/1982	SINDMETAL PE	Reunião para promover acordo entre as partes após a demissão de 90 trabalhadores pela empresa Reciferal
07/03/1982	SIMMEPE PE, RN, PB e AL	Defesa da manutenção de uma Usina em SUAPE promovida pelos presidentes dos sindicatos
17/03/1982	SINDMETAL PE	Presidente denuncia na imprensa que empresas forjam crises para pressionar o governo a liberar recursos prejudicando os operários
02/05/1982	Trabalhadores demitidos da Reciferal e SINDMETAL PE	Passeata para o Palácio das Princesas com o objetivo de solicitar a intervenção do governo no impasse entre operário e a empresa
05/05/1982	SINDMETAL PE	Providenciar a desfiliação da Federação (FTI PE)
06/05/1982	Trabalhadores demitidos da Reciferal e SINDMETAL PE	Funcionários demitidos invadem a empresa e forçam uma reunião com os patrões. Na sequência, o Sindicato se reúne em assembleia para deliberar se aceitam ou não as propostas
19/05/1982	Operários das indústrias Produsa e Himeca	Ameaça de greve diante do não pagamento de salários
08/07/1982	SINDMETAL PE	Assembleia para decidir o que ai ser feito para coibir a retirada de bens da Reciferal e campanha salarial da classe em 1982
26/05/1982	SINDMETAL PE	Assembleia para discutir quais providencias seriam

<b>Data</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Ação</b>
		tomadas para evitar descontos indevidos nos proventos de aposentadoria
11/07/1982	Funcionário demitidos da Reciferal	Carta aberta à imprensa local expondo os problemas enfrentados pelos operários com a Reciferal
18/07/1982	SINDMETAL PE	Assembleia geral para manter as exigências do piso salarial no patamar de Cr\$ 40 mil cruzeiros
18/07/1982	Empregados demitidos da Reciferal	Enviaram carta ao presidente do SESI cobrando os empregos prometidos, bem como denunciando o não pagamento das verbas rescisórias e as exigências das empresas para a ocupação de novas vagas
18/07/1982	Empregados da Caio Norte e SINDMETAL PE	Assembleia para reivindicar melhorias na alimentação fornecida aos trabalhadores
21/07/1982	SINDMETAL PE	Campanha salarial requerendo piso profissional de Cr\$ 39 mil mensais, taxa de produtividade escalonada de 10% para quem ganha até 3 salários mínimos e redução na jornada de trabalho para 40 horas semanais
29/07/1982	SINDMETAL PE	Campanha salarial requerendo piso profissional de Cr\$ 39 mil mensais e redução na jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais
31/07/1982	SINDMETAL PE	Assembleia para decidir se aceitam ou não a contraproposta do patronato
05/09/1982	Funcionários demitidos da Reciferal e SINDMETAL PE	Passeata partindo da Praça Maciel Pinheiro em direção ao Palácio das Princesas e acampamento na Praça da República, em frente ao Palácio das Princesas, para exigir a liberação do auxílio-desemprego e a manutenção do fornecimento semanal de uma feira, suspensa sem explicação na semana anterior
11/09/1982	SINDMETAL PE	Denúncia da coação contra operários perpetradas pela empresa CIPER pelo constrangendo imposto aos seus funcionários mais antigos para aceitarem um acordo que visava os demitir pagando 40% a menos das verbas rescisórias a que tinha direito.

Data	Sindicato	Ação
09/11/1982	Funcionários da fábrica Diamar	A denúncia ainda relatava as ameaças sofridas pelos trabalhadores que não aceitavam o acordo e desejavam recorrer ao judiciário, os quais eram afrontados por declarações da empresa no sentido de que a CIPER iria recorrer das decisões e que o recurso no tribunal em 5 anos o pagamento das indenizações
11/11/1982	SINDMETAL PE	Ameaça de greve por parte dos operários motivado pelo descumprimento do dissídio coletivo por parte da empresa, o que incluía o pagamento do reajuste trimestral, fornecimento de equipamento de proteção recolhimento de FGTS, alimentação de qualidade, entre outras coisas.
11/11/1982	SINDMETAL PE e funcionários da Diamar	Sindicato denuncia a DRT ameaças de demissão por parte da empresa Aço Norte e outras a trabalhadores que participaram da campanha salarial. A denúncia também relatava a pressão sob os empregados para que estes se desvinculassem do sindicato, bem como exigia uma maior fiscalização no setor para que as empresas recolhessem o FGTS dos empregados
21/01/1983	SINDMETAL PE e funcionários da Philips	Assembleia para deliberar acerca da deflagração ou não da greve
21/01/1983	SINDMETAL PE	Assembleia para discutir a chegada de robôs e outros maquinários sofisticados na indústria metalúrgica em Pernambuco
23/01/1983	SINDMETAL PE	Reunião do presidente do sindicato com o presidente do TRT para discutir o emprego de robôs e outros maquinários sofisticados na indústria metalúrgica em Pernambuco
26/01/1983	MUVI	Inspeção na fábrica Philips para verificar a utilização dos robôs e instruir posterior deliberação em assembleia
		Reunião extraordinária no sindicato dos motoristas para discutir a suspensão dos 10%, além do INPC, para quem ganha até três salários

		mínimos.
<b>Data</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Ação</b>
26/01/1983	SINDMETAL PE	Presidente do sindicato recebe denúncia de associados a respeito de robôs da Ford e mantém contato com a direção da empresa.
03/02/1983	SINDMETAL PE	O presidente do sindicato denuncia nos veículos de imprensa local a falta de ações por parte do governo para enfrentamento do desemprego e da crise no setor metalúrgico
06/02/1983	SINDMETAL PE	Sindicato lança apelo às autoridades e cobram a adoção de medidas urgentes para evitar o colapso da indústria metalúrgica em Pernambuco que só nos últimos 30 dias já havia demitido mais de 300 empregados
18/02/1983	SINDMETAL PE	Sindicato recorre a imprensa e denuncia o agravamento da crise no setor metalúrgico, que na ocasião contabilizava mais de 800 demissões somente nos últimos 30 dias e que diversas dessas demissões ocorreram sem pagamento de verbas rescisórias. Por fim, a denúncia o sindicato acusava o governo de só tomar alguma atitude quando a empresa paralisava as atividades e que ainda sim essa ajuda era destinada tão somente a grupo fortes, com proteção política e influência na economia.
22/02/1983	SINDMETAL PE	Presidente do sindicato recorre ao BANDEPE, ao DIPOR, a Secretaria da Indústria e Comércio e a Delegacia do Trabalho para cobrar providências uma vez que a MONOR estava com as atividades paralisadas e sem pagar salários atrasados há quatro meses.
26/07/1983	SINDMETAL PE	Moção de protesto em repúdio a demissão de aproximadamente trinta operários após adesão a mobilização nacional em protesto contra a política econômica do governo
22/02/1984	SINDMETAL PE e comissão	Denúncia na imprensa relatando as manobras do

	de operários da COSINOR	governo para adiar reuniões sobre a COSINOR. Na ocasião um grupo de trabalho foi criado pelo governo para juntos com os trabalhadores e dirigentes da empresa, mais SUDENE, BNB, BANDEPE e BNDS, apresentar uma solução definitiva para os problemas da COSINOR
<b>Data</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Ação</b>
13/03/1984	SINDMETAL PE e funcionários da Inox-Wolnor	Assembleia para discutir os problemas da empresa, na iminência de encerrar as atividades, e elaboração de relatório para a Delegacia do Trabalho com denúncias de férias coletivas, salários atrasados entre outras irregularidades.
17/03/1984	SINDMETAL PE e comissão de operários da COSINOR	Reunião com representantes do governo para discutir a viabilidade econômica da empresa e a manutenção do seu funcionamento
12/04/1984	SINDMETAL PE e funcionários da Inox-Wolnor	Reunião com grupo de trabalho instalado pelo governo para pressionar a liberação de recursos prometidos para a empresa atualizar o pagamento de salários. Observação: há dois meses os trabalhadores estão sem pagamento
20/05/1984	Operários da Microlite	Lançaram nota de repúdio denunciando as demissões ocorridas na empresa e a omissão do SINDMETAL PE frente aos problemas enfrentados por eles naquela ocasião
18/10/1984	Funcionários demitidos da Inox-Wolnor	Montaram acampamento na frente da fábrica para pressionar o pagamento das verbas rescisórias prometido e não honrado pela empresa
03/06/1984	SINDMETAL PE	Denúncia protocolada na Delegacia Regional do Trabalho relatando agressões e violências, bem como pressões aos dirigentes do sindicato, perpetrados pelo industrial Rinaldo Muniz, empresário da Açomóveis Indústria e Comércio S/A
12/06/1984	SINDMETAL PE	Diretoria do sindicato entrega documento ao secretário de Trabalho e Ação Social do Estado contendo uma lista de

		90 empresas fechadas desde 1982 e informando ao governo que somente com a reativação dessas empresas é que o desemprego seria contido em Pernambuco
<b>Data</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Ação</b>
02/09/1984	Funcionários da Wolnor	Liderados por Luís Marques Xavier, vão a imprensa denunciar o que chamam de ações anti-trabalhistas do SINDMETAL PE e acusam seus dirigentes de serem movidos em suas ações por interesses pessoais e político-partidários
16/09/1984	SINDMETAL PE	Sindicato denuncia na imprensa que a Wolnor não liberou o FGTS dos mais de 100 trabalhadores demitidos e ainda relatam abusos dos patrões no uso de verbas especiais para patrocinar publicidade contra o órgão classista
18/10/1984	SINDMETAL PE	Diretoria se reúne com o secretário de Trabalho e Ação Social do Estado para relatar que as empresas Wolnor, CIPER e ABC passavam por sérias dificuldades econômicas e estavam atrasando salários, se recusando a pagar o aumento resultante do dissídio de março e demitindo e retendo o recolhimento das obrigações sociais
17/11/1984	SINDMETAL PE	Sindicato protesta contra a demissão por justa causa de 25 operários da Aço Norte, denunciado que a ação não passava de manobra para não pagamento das verbas rescisórias devidas, além de vícios no processo de apuração dos fatos que levaram a referida dispensa
01/12/1984	SINDMETAL PE	Denúncia de retenção de salários imposta pela direção da MONOR
15/03/1985	SINDMETAL PE	Assembleia para discutir a deflagração ou não da Greve Geral para pressionar os empregadores a aceitarem as reivindicações relativas ao reajuste salarial dos operários
19/03/1985	Renda Priori, Ferro Alumínio e Açomóveis	Exigência de pagamento do piso salarial de Cr\$ 343.900
20/03/1985	Diversas trabalhadores de	Exigência de pagamento do

<b>Data</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Ação</b>
	várias outras empresas da indústria metalúrgica passam a aderir à greve	piso salarial de acordo com os respectivos contratos coletivos de trabalho
23/03/1985	Mais trabalhadores da indústria metalúrgica passam a aderir à greve, totalizando 11 fábricas ao longo da região metropolitana	Exigência de pagamento do piso salarial
03/05/1985	Aço Norte	Readmissão de 250 operários demitidos
21/05/1985	SINDMETAL PE	Campanha salarial visando reajuste salarial e redução da jornada de trabalho
04/06/1985	Funcionários da MONOR e DRT	Reunião conciliatória entre empregadores e empregados, mediado pela DRT, com vistas à atualização salarial
14/06/1985	Funcionários da MONOR e diretoria do SINDMETAL PE	Passeata reivindicando a abertura da fábrica em sistema de cogestão e denunciando o deputado Geraldo Melo (PMDB) pelos desvios, uma vez que parlamentar teria recebido os recursos para reativar a fábrica e não aplicou a respectiva a verba
20/06/1985	Metalnorte	Concessão do abono de 30%, classificação funcional nas carteiras, estabilidade provisória de 120 dias e pagamento das horas paradas
22/06/1985	SINDMETAL PE	Articulação do sindicato no sentido de paralisar todas as atividades nas fábricas que não concederam a antecipação salarial
02/07/1985	SINDMETAL PE	Assembleia discute paralisação das atividades na Leon Heimer, Springer e na GMK em razão da não equiparação salarial com operários do sul do país, não antecipação de 40%, pela ajuda no vale transporte, bolsa para estudantes secundaristas matriculados em escolas particulares e em razão da perseguição de trabalhadores que atuam na luta sindical

Fonte: tabela elaborada pela autora tendo como base as notícias oriundas do jornal Diário de Pernambuco entre 1981 a 1985 localizadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE.

**SIGLAS UTILIZADAS NO QUADRO 2**

**BANDEPE** – Banco do Estado de Pernambuco

**COSINOR** – Companhia Siderúrgica do Nordeste

**DRT** - Delegacia Regional do Trabalho

**FTI PE** – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Pernambuco

**MONOR** – Monomotores do Nordeste

**MUVI** – Movimento de União Sindical

**SINDMETAL PE** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Pernambuco

**SIMMEPE PE, RN, PB e AL** - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico do Estado de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas

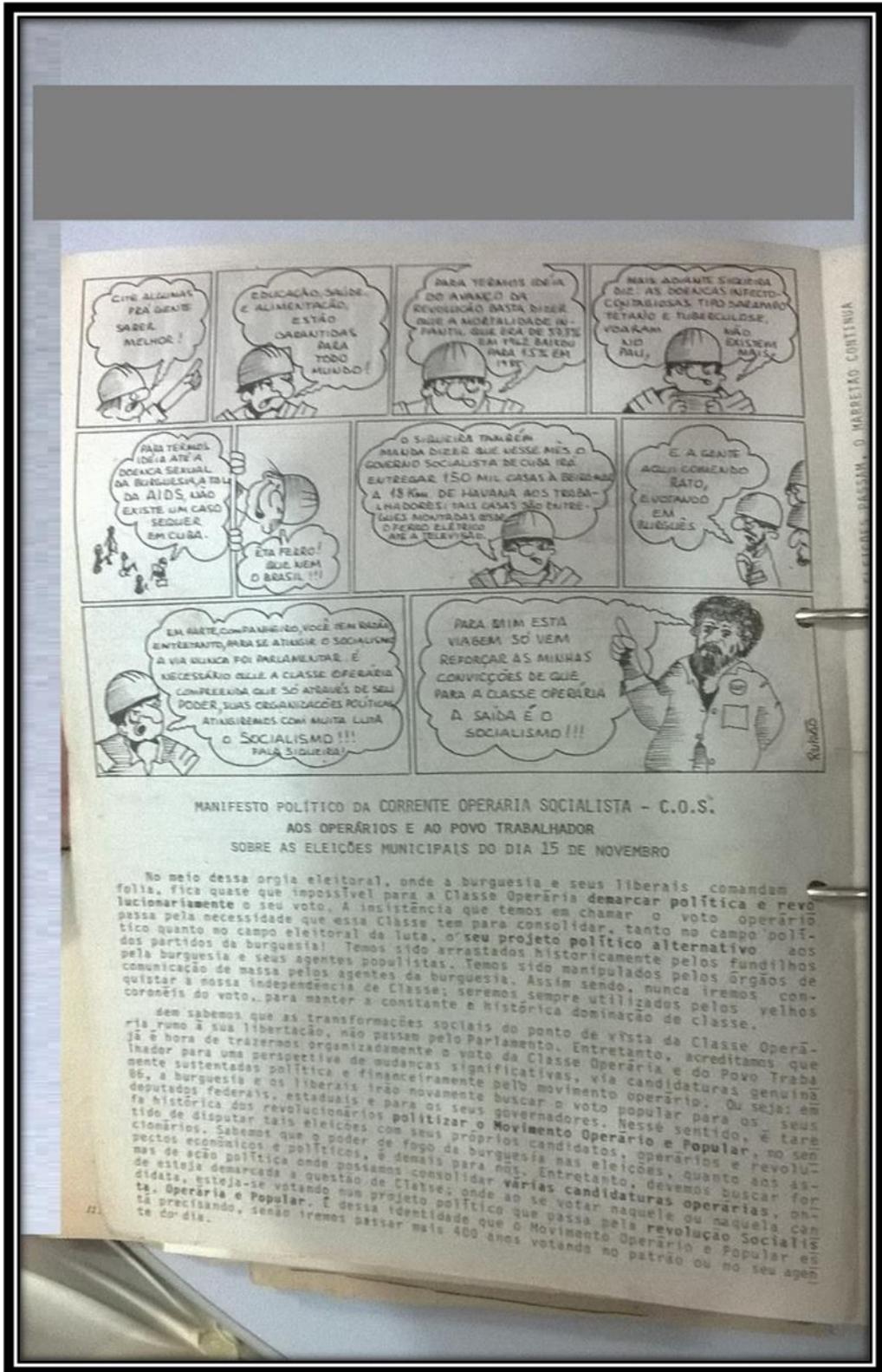
**TRT** – Tribunal Regional do Trabalho

## ANEXO A – FOTOGRAFIAS DO JORNAL “O MARRETÃO (FRENTE)



Fonte: Arquivo pessoal de Jorge César. Esse jornal (folha 1) constituía um editorial paralelo ao Zé Ferrugem, produzido por um dos seus diretores, o “Siqueira. Esse jornal era considerado por alguns integrantes da diretoria como de teor anarco-sindicalista.

ANEXO B – FOTOGRAFIAS DO JORNAL “O MARRETÃO” (VERSO)



Fonte: Arquivo pessoal de Jorge César. Esse jornal (folha 2) constituía um editorial paralelo ao Zé Ferrugem, produzido por um dos seus diretores, o “Siqueira. Esse jornal era considerado por alguns integrantes da diretoria como de teor anarco-sindicalista.

**ANEXO C – FOTOGRAFIA DO EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PERNAMBUCO (GESTÃO DE JOSÉ LUIS) E DO EX-PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS METALÚRGICOS.**

José Luís (localizado ao lado direito da foto no meio de dois homens), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco nos anos anteriores à eleição da chapa de oposição do Zé Ferrugem em 1981. Fonte: Arquivo pessoal do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, localizado em sua Sede. Na imagem abaixo, do lado esquerdo da foto, ao fundo, imagem de José Calixto presidente da Federação dos Metalúrgicos desde 1962.



Fonte: Arquivo pessoal do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco.

## ANEXO D – FOTOGRAFIA DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PERNAMBUCO EM 1987.

Imagem da festa da posse da diretoria em 06 Setembro de 1987 – início da gestão de Jorge César como presidente da entidade até 1990 – Presentes na posse: Givanildo Pereira da Silva, Augusto César, Moacir Paulino, Antonio Luís Neto (Alfinete), Ronaldo Bernardo Peixoto, Absolon, Lindalva, Adeildo Viera de Azevedo (Dedé), José Francisco de Oliveira, Antônio Luis dos Prazeres, Pinheiro, Eduardo (Pastel), Chico Janarí, Gabriel, Inaldo Francisco de Oliveira, Marcos Pereira, Jorge César, João Paulo de Lima e Silva e Severino (Biu). Fonte: Arquivo pessoal do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco localizado em sua Sede.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco.